

S
E
R
V
I
D
O
S
T
I
L
I
T
A
D
E
S

Araripe

ISSN 2675-6897



REVISTA DE FILOSOFIA

Abelino Martins

UFCA UNIVERSIDADE
FEDERAL DO CARIRI

I
S
M
O
S
O
B
M
U

D
O
S
S
I
Ê
N
E
G
A
C
I
O
N

EXPEDIENTE, Volume 04, Número 01 de 2023

ISSN: 2675-6897

Universidade Federal do Cariri (UFCA)

Curso de Filosofia

Pró-Reitoria de Pesquisa e Inovação

Editor Responsável

Nilo César Batista da Silva

Comissão Editorial

Nilo César Batista da Silva

Camila do Espírito Santo Prado de Oliveira

Valdetonio Pereira de Alencar

Francisco José da Silva

José Gladstone de Almeida Junior

Conselho Científico

Rafael Ramón Guerrero

Universidade Complutense de Madrid, Espanha

José Meirinhos

Universidade do Porto, Portugal

Paula Oliveira e Silva

Universidade do Porto, Portugal

Gregorio Piaia

Università di Padova, Itália

Manoel Luis Cardoso de Vasconcelos

Universidade Federal de Pelotas

Juliano de Almeida Oliveira

Pontifícia Universidade Católica de Santa Cruz, Itália

Jose Maria Rosa Silva Rosa

Universidade Beira Interior, Covilhã, Portugal

Jorge Augusto da Silva Santos

Universidade Federal do Espírito Santo

Cristiane Negreiros Abbud
Universidade Federal do ABC

Cesar Candioto
Pontifícia Universidade Católica do Paraná

Guido Imaguire
Universidade Federal do Rio de Janeiro

Jorge Luiz Viesenteiner
Universidade Federal do Espírito Santo

Matteo Raschietti
Universidade Federal do ABC

Márcio Gimenes de Paula
Universidade de Brasília

Sílvia Maria de Contaldo
Pontifícia Universidade Católica de Minas Gerais

Tárik de Athayde Prata
Universidade Federal de Pernambuco

Marcos Roberto Nunes Costa
Universidade Federal de Pernambuco

Marco Aurélio Oliveira Silva
Universidade Federal da Bahia

Revisão e Normalização

Coordenadoria de Editoração e Apoio à Publicação (CEAP) – PRPI, UFCA

Gravura da Capa

Galo (1977), de Aldemir Martins



Capa

Apiano Moraes

Design Editorial

Lázaro Almeida Galvão

Diagramação

Jakelinne da Silva Lucas

Editorial

O céu se desenferrou, o sol estava com vontade de aparecer.
Um galo cantou, houve nos ramos um rebuliço de penas.
(Graciliano Ramos)

Até o momento em que escrevemos o presente Editorial, em agosto de 2023, o Brasil perdeu aproximadamente 705 mil pessoas para a pandemia da Covid-19¹. Em depoimento à Comissão Parlamentar de Inquérito da Pandemia (CPI da Pandemia), em 24 de junho de 2021, o epidemiologista, professor e pesquisador da Universidade Federal de Pelotas Pedro Hallal estima que “quatro de cada cinco mortes teriam sido evitadas se estivéssemos na média mundial”².

Vivenciar o caos sanitário e a perda de entes queridos – familiares ou não – decorrentes da incompetência de autoridades públicas civis e militares, certamente, está entre as experiências coletivas mais violentas e marcantes da História brasileira. Ao mesmo tempo, pudemos confirmar no cotidiano a afirmação que parece ser consenso entre pesquisadores acadêmicos dos mais distintos campos e áreas do saber: o mundo em si não é evidente. É em função disso que existem as Artes, as Filosofias e as Ciências, para tentar compreender o funcionamento dos mais diversos tipos de fenômenos que afetam os seres humanos e a natureza como um todo.

Quando fomos convidados pela *Araripe: Revista de Filosofia* a elaborar um número especial sobre o negacionismo e seus impactos na sociedade contemporânea ao longo do tempo, tínhamos em mente a necessidade de englobar os múltiplos olhares teóricos sobre o problema. Além disso, entendemos que essa seria uma singela contribuição da academia brasileira na elaboração dos sentidos – ou na compreensão dos absurdos – associados ao trauma coletivo de enfrentar, a um só tempo, uma das epidemias mais mortais da história mundial e uma política de

¹ A esse respeito, consultar: <https://covid.saude.gov.br/>. Acesso em: 16/08/2023.

² A esse respeito, consultar: <https://www12.senado.leg.br/noticias/materias/2021/06/24/pesquisas-apontam-que-400-mil-mortes-poderiam-ser-evitadas-governistas-questionam>. Acesso em: 16/08/2023.



morte deliberada no país – necropolítica³ – que parecia funcionar como uma espécie de Doutrina do Choque⁴ das autoridades civis e militares nacionais contra sua própria população.

Nesse sentido, o *Dossiê Negacionismo sob Múltiplos Olhares* ora publicado pretende contribuir para que a História da Ciência sirva para iluminar o entendimento da história da negação da Ciência. Há um recrudescimento preocupante do negacionismo na atualidade, não apenas no Brasil, mas em várias sociedades consideradas socioeconomicamente mais desenvolvidas. O que é negacionismo? Quais são suas características? Trata-se de um fenômeno único ou múltiplo, exclusivo ou integrado? Como ele se organiza nos aspectos educacionais, filosóficos, científicos, psíquicos, linguísticos e midiáticos? Quais as suas semelhanças e diferenças ao longo do tempo? É possível superá-lo? De que modo o negacionismo afeta os distintos tipos de saber acadêmico e como se integra em uma visão tendencialmente global do mundo?

Essas foram algumas das questões que colocamos às pesquisadoras e aos pesquisadores que nos auxiliaram nessa empreitada investigativa. Como dissemos, o nosso principal objetivo era justamente produzir um olhar multifacetado sobre os impactos da negação do saber acadêmico na organização social da vida coletiva tanto sob um ponto de vista histórico (diacrônico) quanto contemporâneo (sincrônico). Como qualquer outro saber, a atividade de pesquisa não é evidente por si, de modo que precisa constantemente construir a autoridade, a legitimidade e a credibilidade dos seus modelos teóricos, a fim de respeitar e persuadir as culturas não acadêmicas na qual se desenvolve. A oposição saber *versus* ignorância parece muito limitada para compreender o embate entre os horizontes cognitivos de compreensão e de explicação da realidade, como se pudesse haver uma visão última e homogênea do mundo por qualquer que seja a perspectiva.

O olhar inter e multidisciplinar sobre o negacionismo encontrado nesse número especial engloba especialistas de variadas áreas com o intuito de analisá-lo a partir dos seus distintos campos de estudo, tendo como desafio transdisciplinar a tentativa de explicar sua (re)emergência no século XXI. Se não podemos ser conclusivos a respeito das questões supracitadas, dada a complexidade envolvida e pelo fato de que a produtividade acadêmica decorre exatamente do debate, nunca do fechamento dogmático das respostas, julgamos que os trabalhos publicados apresentam reflexões à altura dos desafios inicialmente postos. Como expressa magistralmente

³ Achille Mbembe. *Necropolítica*: biopoder, soberania, estado de exceção, política da morte. Tradução de Renata Santini. São Paulo: N-1 edições, 2018.

⁴ Naomi Klein. *A doutrina do choque*: a ascensão do capitalismo de desastre. Tradução Vania Cury. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 2008.



Quintana, “*Se as coisas são inatingíveis... ora!/Não é motivo para não querê-las.../Que tristes os caminhos, se não fora/A presença distante das estrelas!*”⁵.

Nossa pretensão é que história, teoria e prática investigativa se encontrem nesse gesto de análise compartilhado, com o fito de percebermos as mudanças e as permanências do fenômeno ao longo do tempo, os limites e as potencialidades epistêmicos e as suas formas de transformação nas sociedades mais ou menos engajadas com o conhecimento solidamente fundamentado. Tanto quanto necessário dialogar com a sociedade fora dos “muros da Universidade”, é fundamental debatermos com os nossos próprios pares, de modo a entendermos melhor o “fenômeno social” do negacionismo. Tendo isso por pressuposto, passamos agora a uma breve apresentação de cada um dos textos que compõem o nosso número especial.

O primeiro artigo, intitulado **Comentários sobre as origens filosóficas e implicações do negacionismo**, escrito a quatro mãos pelos físicos Francisco Caruso e Adílio Jorge Marques, mobiliza instrumentais teóricos oriundos do campo filosófico para refletir sobre as origens históricas do negacionismo. O trabalho parte de conceitos fundamentais às práticas filosófica e científica ocidentais, como são os casos de verdade e de *episteme*, para dar contornos claros aos debates que envolvem a relação entre História e Ciência, entre conhecimento e prática (incluindo a prática que institui o próprio conhecimento como saber socialmente válido). Para Caruso & Marques, o período pós-industrial reconfigurou de maneira marcante a concepção de sujeito e suas relações com o trabalho. É nesse bojo que avaliam o que definem como práxis negacionista, analisando suas ancoragens filosóficas e os efeitos dessas ações.

O segundo, **O negacionismo não é uma forma de ceticismo**, escrito pelos filósofos Italo Lins Lemos e Renato Cesar Cani, avança nas diferenças existentes entre o ceticismo, associado à dúvida prudente antes de aderir a uma determinada tese, e o negacionismo, ancorado justamente na desconsideração dessa prudência na adesão a pensamentos dogmáticos e conspiratórios. Tendo isso por pressuposto, Lemos & Cani sustentam que o negacionismo se constitui por um duplo processo: primeiro, o de negação, momento que desconsidera os métodos e os resultados produzidos de acordo com a lógica científica, promovendo, em seu lugar, teorias da conspiração; segundo, o da afirmação, movimento que promove a extensão inconsistente dos conceitos em vez da suspensão do juízo – típico da perspectiva cética – em situações nas quais ocorrem divergências de posicionamento sobre um determinado fenômeno.

⁵ Mario Quintana. *Espelho Mágico*. Porto Alegre: Editora Globo, 1951.



O artigo seguinte, com o título **A contribuição nefasta da revista *Nature* para o negacionismo**, sob a pena do biólogo Thiago Lustosa Jucá, do arquiteto Rérisson Máximo e da bióloga Muciana Aracely da Silva Cunha, avalia o papel de um dos principais periódicos acadêmicos do mundo para a legitimação das teorias pseudocientíficas do Evolucionismo Social e da Eugenia na primeira metade do século XX. Conforme apontam os autores, a revista *Nature* teria contribuído para o estabelecimento do conceito de raça como fenômeno biológico, ideologia estruturante de sistemas políticos autoritários, violentos e genocidas ao redor do planeta, como são os casos do Escravismo, do Colonialismo e do *Apartheid*. Ademais, Jucá, Máximo & Cunha demonstram a relação entre a importância de garantir verniz científico a tais teorias pseudocientíficas e as vantagens político-econômicas para a expansão dos interesses capitalistas ao longo do último século, garantindo-lhe hegemonia global. Ainda hoje, podemos notar os efeitos nefastos de se considerar indivíduos e povos como sendo inferiores em vista da sua “racialidade”, alimentando argumentos negacionistas e projetos de dominação social.

O filósofo José André Ribeiro nos brinda com o quarto artigo, sob o título de **Redes sociais e o negacionismo como indiferença**, no qual discute o papel da lógica viciante dos ambientes digitais na difusão de conteúdos negacionistas e de teorias conspiratórias. Alinhados ao modelo econômico das empresas de tecnologia do Vale do Silício, essas novas ferramentas comunicacionais priorizam a captação da atenção dos usuários para produzirem engajamentos e moldar comportamentos individuais e coletivos. Em vista disso, os conteúdos que promovem maior interação acabam por suplantar em circulação aqueles considerados cientificamente organizados. No intuito de pontuar de forma clara e didática esse debate, Ribeiro analisa a narrativa cinematográfica distópica “Não olhe para cima”, na qual o embate entre comunicação digital e linguagem científica são contrastados de forma irônica e educativa.

A docente da área da Educação Patrícia Ribeiro Feitosa Lima, o pesquisador do campo da Educação Física Nilson Vieira Pinto, o psicólogo Raul Aragão Martins e o biólogo Rogério Parentoni Martins são responsáveis pelo quinto texto do Dossiê, no qual tratam dos **Agravos do negacionismo na educação escolar**. Seguindo os preceitos freireanos da educação como prática de liberdade e da escola como espaço de cultivo do pensamento crítico e emancipatório, os pesquisadores avaliam os impactos do negacionismo na formação pedagógica dos(as) nossos(as) estudantes, bem como sua relação com as ações violentas e extremistas dentro e fora do espaço escolar. A negação de evidências científicas corroboradas, no dizer de Lima, Pinto, Martins & Martins, está diretamente atrelada ao fortalecimento de determinados projetos de poder,



ressaltando, assim como os demais textos do nosso Dossiê, a estreita relação entre a produção dos saberes e as relações de poder nas sociedades. A defesa do Terraplanismo, a promoção das “cruzadas” anti-vacinação, a disseminação de notícias falsas e o descrédito na Ciência, em especial na Medicina, atuam, simultaneamente, para a destruição de saberes cientificamente consolidados e para o descrédito da democracia como sistema político que busca promover a cidadania e a dignidade humana.

Em seguida, o sexto artigo, intitulado **Ecologia linguística da palavra-chave “negacionismo”**: do elemento linguístico a uma crítica sociocultural de um fenômeno difuso, escrito pelo linguista Cláudio Márcio do Carmo, promove uma aproximação profícua entre a Análise Crítica do Discurso (ACD) e a Linguística de *Corpus* (LC) para analisar as ocorrências da palavra-chave “negacionismo” em textos midiáticos. Valendo-se de instrumentais teóricos quali-quantitativos e tendo por metodologia fundamental o pensamento dialético, Carmo produz uma série de questionamentos e sistematizações bastante produtivos para pensarmos o problema a partir da sua definição conceitual, da materialidade simbólica dos argumentos negacionistas e do seu funcionamento no universo comportamental.

Com **A escrita da história e a produção de memórias na formação dos restos da ditadura e do autoritarismo contemporâneo brasileiro**, o sétimo artigo do número especial, o linguista Israel de Sá busca nos “restos da história” brasileira, isto é, nas marcas que a Ditadura Militar brasileira (1964 a 1985) deixou no nosso presente, os fundamentos da emergência dos negacionismos contemporâneos no país. Com isso, contribui, de um lado, para a compreensão das relações entre produção da memória, políticas de esquecimento e falseamentos discursivos da História e, de outro, para o entendimento de como a memória oficial do regime militar brasileiro continua perpassando os discursos gestados nos campos escolar, jornalístico e historiográfico brasileiros. Consoante Sá, a perspectiva arqueogenalógica foucaultiana permite avançar na reflexão de como o negacionismo histórico fundamenta o autoritarismo contemporâneo no país, o qual tem na violência contra os povos originários uma das suas faces mais cruas e explícitas.

O psicólogo Domenico Uhng Hur, em **A Negação como estratégia psicopolítica: o caso do bolsonarismo**, oitavo texto do Dossiê, propõe a negação como cerne estratégico da organização psicopolítica do movimento bolsonarista. Para tanto, Hur se utiliza de conceitos oriundos da Psicologia Política, da Esquizoanálise e da Psicanálise de Grupo para sugerir que o mecanismo de negação funciona, simultaneamente, como estratégia discursiva, lógica cognitiva, impulsionador de antagonismos coletivos e micropolítica do ódio, sendo esta última característica



aquela que prepara o terreno para a busca de um líder.

Encerrando a seção de artigos e dando continuidade à diversidade de áreas do saber contempladas pelo número temático, os biólogos Gabriel Menezes Viana, Rodolfo Dias de Araújo e Francisco Ângelo Coutinho lançam mão das contribuições filosóficas, sociológicas e antropológicas de Bruno Latour, Anne-Marie Mol e John Law para escreverem o nono texto, sob o título de **Contribuições para a compreensão do negacionismo científico a partir da teoria ator-rede: o estudo de uma comunidade antivacina no Facebook**. Para esse propósito, mapeiam os processos de atuação e de construção de realidades por parte de um grupo de negacionistas da vacina. Viana, Araújo & Coutinho se ancoram, então, na Análise de Rede Social (ARS) para examinarem postagens e comentários publicados nessa rede social durante o período de março a abril de 2021. Como conclusões, o trabalho permite vislumbrar caminhos sobre como a academia deve agir para enfrentar os ataques que tem sofrido por movimentos contrários às Ciências, modo pelo qual a universidade também avançaria no fortalecimento da democracia e no estabelecimento do que chamam de “bom mundo comum”.

João Paulo Maciel de Araujo abre a seção de resenhas com **Crenças e conhecimento científico – resenha do livro *Ciência e pseudociência: por que acreditamos apenas naquilo em que queremos acreditar* (Contexto, 2018), de Ronaldo Pilati**. Para o resenhista, a obra analisada é dotada de uma linguagem clara e acessível, cumprindo com o objetivo primordial da divulgação científica, além de nos ajudar a compreender o funcionamento das crenças humanas. Fazendo jus à clareza e à fluência textual de Pilati, Araujo nos leva a refletir sobre como o livro busca demarcar as diferenças entre o pensamento científico e o pseudocientífico, tomando por base a seguinte questão: quais critérios tornam uma crença legítima e, portanto, confiável? Sendo a mente humana fundada por sistemas de crenças incongruentes entre si, a tarefa colocada pelo livro se mostra desafiadora. Para enfrentar esse caminho espinhoso, Pilati avalia a importância da postura cética e da Psicologia do Conhecimento para a definição e divulgação do saber científico. Nesse viés, a Ciência teria atualmente os desafios de lidar tanto com o excesso de informações a que somos submetidos diariamente quanto com os usos midiáticos dos argumentos de autoridade.

Logo a seguir, temos **De Marte para o Cariri: a ciência cidadã no primeiro pau-de-arara – resenha do livro *O dia em que voltamos de Marte: uma história da ciência e do poder com pistas para um novo presente* (Editora Crítica, 2021), de Tatiana Roque**, na qual Thiago Lustosa Jucá ressalta a importância da obra analisada para que possamos compreender as múltiplas falhas envolvidas na produção e na divulgação científica. Tais deficiências podem estar



associadas ao fortalecimento do negacionismo no atual contexto do país. Tendo isso por pressuposto, o livro coloca luzes sobre polêmicas como o questionamento da distribuição democrática dos bônus relacionados aos avanços científicos e o diálogo ainda escasso, quase inexistente, entre o saber científico e aqueles produzidos pelos povos originários, sendo estes últimos geralmente colocados em posições de inferioridade, de dominação e de subjugação.

Vitor Vieira Ferreira escreve sobre um dos títulos de maior repercussão nos últimos anos para a compreensão da extrema-direita brasileira contemporânea, propondo o texto **Nas tramas discursivas do bolsonarismo – resenha de *Guerra cultural e retórica do ódio* (Editora e Livraria Caminhos, 2021), de João Cezar de Castro Rocha**. Na pena de Vitor Vieira, a publicação de João Cezar Rocha se mostra como leitura obrigatória para quem busca compreender o fenômeno bolsonarista como termo guarda-chuva, uma vez que engloba em seu cerne um movimento complexo e multifacetado composto por grupos de distintas tradições e características. Para além de uma explicação voltada para o presente, *Guerra cultural e retórica do ódio* retorna à esteira da abertura democrática brasileira para compreender como é gestado o ultraconservadorismo militar que ganhou força na esfera pública nos últimos anos. Segundo o estudo, as raízes ideológicas que sustentam o bolsonarismo devem ser buscadas antes do próprio personagem que o representa e lhe dá nome, assim como seus efeitos devem ser considerados para além da permanência do próprio Bolsonaro. O resenhista ressalta, por fim, que a análise de João Cezar Rocha demonstra a complexidade e a profundidade do ultraconservadorismo militar na gestação e no desenvolvimento da própria Nova República brasileira.

Finalizando a seção de resenhas, José Adeildo Bezerra de Oliveira destaca a importância de se voltar a debater a relação entre discurso político e factualidade no contexto atual, assinando o texto **Um apelo aos fatos – resenha do livro *Existe democracia sem verdade factual?* (Estação das Letras e Cores, 2019), de Eugênio Bucci**. Para Adeildo Oliveira, Bucci tem o mérito de realizar uma releitura clara e densa da tradição iluminista a partir da crise do conceito de verdade factual nas sociedades contemporâneas. O pilar teórico central da obra avaliada é o texto “Verdade e política”, escrito por Hannah Arendt e publicado na revista *The New Yorker*, em 1967. Almejando evitar o problema metafísico da verdade, Bucci desloca o debate para a relação entre instituições centrais às sociedades ocidentais – como são os casos das bibliotecas, da imprensa e dos dispositivos de comunicação – e a construção do que pode ser considerado verdadeiro. Para o jornalista, o conhecimento validado cientificamente deve fundamentar os discursos políticos e os debates públicos, sob o risco de perdermos qualquer norte ou parâmetro para discutirmos os



melhores caminhos a serem seguidos por nossas sociedades. Em especial, a brasileira.

A última seção do Dossiê foi destinada à tradução de textos que contribuirão para o cenário acadêmico e pedagógico brasileiro. Nosso intuito, é garantir a toda(o)s o acesso gratuito a textos de qualidade, fomentando, com isso, reflexões sobre o problema do negacionismo tanto no Ensino Fundamental e Médio como no Ensino Superior. Uma das barreiras fundamentais que ainda encontramos na divulgação científica é justamente o do domínio das línguas estrangeiras. Portanto, traduzir textos – clássicos ou atuais – contribui para facilitar a chegada à produção teórica sobre os temas tratados, para divulgar autores estrangeiros no cenário nacional e, claro, para alinhar o nosso debate com aquilo que tem sido produzido alhures no cenário global.

A tradução realizada por André Ferreira Porfírio de **Ciência e pseudociência**, de Thomas Henry Huxley, mostra-nos que, longe de se tratar de uma questão restrita ao presente, o pensamento científico se desenvolve ao longo da sua história através de debates com outros campos do saber, como é o caso do religioso. Nesse texto, Thomas Huxley, também conhecido pela alcunha de “O Buldogue de Darwin”, dado o seu alinhamento na defesa da Teoria da Evolução, busca responder as críticas realizadas pelo Duque de Argyll ao seu pensamento. Mobilizando uma linguagem respeitosa, argumentativamente precisa e, por vezes, irônica, o naturalista britânico se detém em cada um dos argumentos apontados pelo Duque na tentativa de promover a primazia da concepção teológica sobre o pensamento científico. Apesar de se tratar de um texto do século XIX, como o(a) leitor(a) poderá notar, os pilares utilizados por Huxley para desconstruir a argumentação do teólogo continuam bastante atuais, podendo auxiliar na construção de um debate profícuo acerca dos fatos científicos.

Por último, mas certamente não menos importante, temos a tradução de Cristiane Xerez Barroso do verbete **Ciência e pseudociência**, de Sven Ove Hansson, publicado originalmente na *Stanford Encyclopedia of Philosophy*. O texto de Hansson retoma o problema da justificação epistêmica das crenças para delimitar as fronteiras entre o saber científico e os demais saberes. Do ponto de vista teórico, promove o avanço da Filosofia da Ciência, realizando contribuições análogas àquelas que o estudo das falácias tem trazido para a Lógica Informal e para a argumentação racional. Do ponto de vista prático, tal reflexão pode ajudar a nos orientarmos sobre um conjunto de temáticas cruciais para a vida privada e pública em nossas sociedades, tais como política climática, políticas ambientais, cuidados com a saúde, testemunho de especialistas a respeito da confiabilidade das evidências, educação científica e jornalismo.

Qualquer trabalho envolve muitas mãos e mentes. Não seria diferente no caso do Dossiê



que ora vem a público. Antes de finalizar, não poderíamos deixar de agradecer profundamente aos(às) pesquisadores(as) que aqui contribuíram conosco; ao convite feito pelo Editor-Chefe da *Araripe: Revista de Filosofia*, Nilo César Batista da Silva; ao Escritório Aldemir Martins e ao Museu de Arte da Universidade Federal do Ceará (Mauc), por disponibilizarem a obra *O Galo* (1977), de Aldemir Martins, para ilustrar o *Dossiê Negacionismo sob Múltiplos Olhares*; e a Apiano Morais, que nos brindou com sua sensibilidade artística ao fazer a nossa capa.

Em certa ocasião, Aldemir Martins⁶ nos lembrou que o “quadro não acaba nunca, quanto mais você mexe, mais ele surge”. Aproveitamos o seu raciocínio para encerrar a nossa edição temática, na esperança de que o público a ache tão multifacetada quanto o caleidoscópio cromático do nosso mestre cearense. Dedicamos o presente Dossiê às centenas de milhares de pessoas que perderam a vida durante a pandemia de Covid-19 e às inúmeras outras que continuam chorando seus mortos. Também homenageamos aqui a memória de Keyvylane Abreu da Costa.

Após as tenebrosas décadas da Ditadura Militar e os tempos sombrios recentes, a Arte não nos permite esquecer de que nos humanizamos ao nos apoiarmos no belo, na solidariedade, na memória e no amor à vida. Quiçá os galos do velho Graça & de Aldemir Martins anunciem a aurora de boas novas que temos diante de nós.

Argus Romero Abreu de Morais (Universidade de Buenos Aires)

&

Maxwell Morais de Lima Filho (Universidade Federal do Cariri)

Editores Convidados

⁶Disponível em:

<https://www20.opovo.com.br/app/opovo/vidaarte/2012/06/26/noticiasjornalvidaarte.2866032/2012-2606va01100.shtml>. Acesso em: 16/08/2023.



Sumário



Editorial.....3

Argus Romero Abreu de Moraes & Maxwell Moraes de Lima Filho



Artigos

COMENTÁRIOS SOBRE AS ORIGENS FILOSÓFICAS E IMPLICAÇÕES DO NEGACIONISMO.....14

Francisco Caruso & Adílio Jorge Marques

O NEGACIONISMO NÃO É UMA FORMA DE CETICISMO.....42

Italo Lins Lemos & Renato Cesar Cani

A CONTRIBUIÇÃO NEFASTA DA REVISTA *NATURE* PARA O NEGACIONISMO.....61

Thiago Lustosa Jucá, Rérisson Máximo & Muciana Aracely da Silva Cunha

REDES SOCIAIS E O NEGACIONISMO COMO INDIFERENÇA.....76

José André Ribeiro

AGRAVOS DO NEGACIONISMO NA EDUCAÇÃO ESCOLAR.....92

Patrícia Ribeiro Feitosa Lima, Nilson Vieira Pinto, Raul Aragão Martins & Rogério Parentoni Martins

ECOLOGIA LINGÜÍSTICA DA PALAVRA-CHAVE “NEGACIONISMO”: DO ELEMENTO LINGÜÍSTICO A UMA CRÍTICA SOCIOCULTURAL DE UM FENÔMENO DIFUSO.....105

Cláudio Márcio do Carmo

A ESCRITA DA HISTÓRIA E A PRODUÇÃO DE MEMÓRIAS NA FORMAÇÃO DOS RESTOS DA DITADURA E DO AUTORITARISMO CONTEMPORÂNEO BRASILEIRO.....139

Israel de Sá

A NEGAÇÃO COMO ESTRATÉGIA PSICOPOLÍTICA: O CASO DO BOLSONARISMO.....166
Domenico Uhng Hur

CONTRIBUIÇÕES PARA A COMPREENSÃO DO NEGACIONISMO CIENTÍFICO A PARTIR DA TEORIA ATOR-REDE: O ESTUDO DE UMA COMUNIDADE ANTIVACINA NO *FACEBOOK*.....185
Gabriel Menezes Viana, Rodolfo Dias de Araújo & Francisco Ângelo Coutinho



Resenhas

CRENÇAS E CONHECIMENTO CIENTÍFICO – RESENHA DO LIVRO *CIÊNCIA E PSEUDOCIÊNCIA: POR QUE ACREDITAMOS APENAS NAQUILO EM QUE QUEREMOS ACREDITAR* (CONTEXTO, 2018), DE RONALDO PILATI.....210
João Paulo Maciel de Araujo

DE MARTE PARA O CARIRI: A CIÊNCIA CIDADÃ NO PRIMEIRO PAU-DE-ARARA – RESENHA DO LIVRO *O DIA EM QUE VOLTAMOS DE MARTE: UMA HISTÓRIA DA CIÊNCIA E DO PODER COM PISTAS PARA UM NOVO PRESENTE* (EDITORA CRÍTICA, 2021), DE TATIANA ROQUE.....219
Thiago Lustosa Jucá

NAS TRAMAS DISCURSIVAS DO BOLSONARISMO – RESENHA DE *GUERRA CULTURAL E RETÓRICA DO ÓDIO* (EDITORA E LIVRARIA CAMINHOS, 2021), DE JOÃO CEZAR DE CASTRO ROCHA.....225
Vitor Vieira Ferreira

UM APELO AOS FATOS – RESENHA DO LIVRO *EXISTE DEMOCRACIA SEM VERDADE FACTUAL?* (ESTAÇÃO DAS LETRAS E CORES, 2019), DE EUGÊNIO BUCCI.....231
José Adeildo Bezerra de Oliveira



Traduções

CIÊNCIA E PSEUDOCIÊNCIA, DE THOMAS HENRY HUXLEY.....237
André Ferreira Porfírio

CIÊNCIA E PSEUDOCIÊNCIA, DE SVEN OVE HANSSON.....257
Cristiane Xerez Barroso

COMENTÁRIOS SOBRE AS ORIGENS FILOSÓFICAS E IMPLICAÇÕES DO NEGACIONISMO

Francisco Caruso¹

Adílio Jorge Marques²

RESUMO: Procura-se identificar algumas das origens históricas do negacionismo, dando ênfase aos seus aspectos filosóficos. Apresenta-se uma revisão de alguns conceitos basilares como os de verdade e episteme, destacando o quanto foram importantes na História das Ideias e na Filosofia Ocidental. Analisa-se, ainda que de forma resumida, o aspecto social da questão, por meio da compreensão da mudança do sujeito e suas relações de trabalho ao longo da História, principalmente no período pós-industrial. Por fim, discute-se a *práxis* negacionista, destacando suas principais influências filosóficas e consequências.

PALAVRAS-CHAVE: Negacionismo. Verdade. Filosofia. Sujeito.

ABSTRACT: It is tried to identify some of the historical origins of denialism, emphasizing its philosophical aspects. A review of some basic concepts such as truth and episteme is presented, highlighting how important they were in the History of Ideas and Western Philosophy. The social aspect of the issue is also analyzed, through the understanding of the subject's change and his work relations throughout History, mainly in the post-industrial period. Finally, the negationist praxis is discussed, highlighting its main philosophical influences and consequences.

KEYWORDS: Denialism. Truth. Philosophy. Subject.

¹ Doutor em Física pela *Università degli Studi di Torino*, Itália. Professor Associado aposentado da Universidade do Estado do Rio de Janeiro (UERJ) e Pesquisador Titular do Centro Brasileiro de Pesquisas Físicas (CBPF), Brasil. E-mails: caruso@cbpf.br ou francisco.caruso@gmail.com. ORCID: orcid.org/0000-0002-5481-9762

² Doutor em História e Epistemologia das Ciências pela Universidade Federal do Rio de Janeiro. Atualmente é Professor Adjunto do Departamento de Tecnologias e Linguagens - DTL/IM da Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro, Brasil. E-mails: adiliojm@yahoo.com.br ou adiliojm@gmail.com. ORCID: orcid.org/0000-0002-9341-5357



*Veritas nunquam perit*³.
Sêneca

1. INTRODUÇÃO

Talvez, uma das maiores ameaças atuais à civilização e à democracia seja a expansão assustadora dessa onda mundial de negacionismo⁴ que se tem testemunhado. É urgente, portanto, que a Filosofia se ocupe desse fenômeno e ofereça subsídios para melhor compreendê-lo, capazes de embasar ações voltadas a combatê-lo. O principal escopo deste artigo é dar uma contribuição crítica nesse sentido.

O texto, de natureza ensaística, foi dividido em sete seções (incluindo esta Introdução), além das referências bibliográficas ao final. Inicialmente, abordam-se os riscos que uma sistemática negação da verdade⁵ traz para a sociedade e a democracia (Seção 2); em seguida, faz-se uma breve apresentação dos principais desafios colocados pelo negacionismo crescente (Seção 3). Na Seção 4, dividida em três subseções, foca-se nos conceitos de *verdade* e *episteme*, tais como introduzidos na Filosofia Grega (Seção 4.1), pois ambos permeiam qualquer discussão filosófica sobre o conhecimento, até os dias de hoje. Na Seção 4.2, critica-se o uso recorrente da negação pelos Sofistas, sem perder de vista que ela, em si, não é algo necessariamente negativo; ao contrário, desempenha um papel fundamental na própria Filosofia, na Lógica, assim como na Ciência. Como será visto na Seção 4.3, o Renascimento Italiano resgata valores clássicos, dentre os quais o ideal de que a verdade é essencial à

³ “A verdade nunca perece” (Sêneca).

⁴ O termo “negacionismo” aparece no cenário pós II Guerra Mundial referindo-se especificamente ao questionamento da existência do Holocausto (ver, por exemplo, o filme *Negação*, dirigido por Mick Jackson e escrito por David Hare, 2016). A partir de então, ampliaram-se suas utilizações e surgiram outras vertentes para o emprego desse vocábulo. Pode-se, dessa maneira, por exemplo, falar de *negacionismo histórico*, de *negacionismo científico* ou, tão somente, de modo genérico, *negacionismo*.

⁵ Se o público-alvo deste artigo não fosse habituado a ler Filosofia, poder-se-ia, como fez Harry Frankfurt em seu livro sobre esse conceito, evitar definir aqui as noções de verdade e falsidade, apelando para o senso comum das pessoas, ou o que significa *dizer a verdade* (Frankfurt, 2007, p. 16-19). Na linguagem comum, se diz que quem a afirma exprime “aquilo que é” ou como as coisas são na realidade. Do contrário, incorre-se na defesa do falso (CSFG, 1977, p. 1246). Sugere-se ao leitor interessado em uma abordagem não técnica desse conceito, da sua evolução filosófica, de seu valor, bem como em uma introdução ao debate contemporâneo sobre esse tema que consulte o livro “Truth” (Wrenn, 2014). Entretanto, como se trata de uma publicação em uma revista de Filosofia, os autores se permitirão tecer alguns comentários, sem entrar em detalhes, sobre o conceito filosófico de verdade e seu papel no desenvolvimento do pensamento ocidental na Seção 4 e ao longo do texto quando necessário.



compreensão do Mundo. Na Seção 5, trata-se esquematicamente das sucessivas mudanças do conceito de *sujeito* que permitiram o surgimento do *sujeito negacionista*. A Seção 6 é dedicada a abordar propriamente a *práxis* negacionista, destacando o quanto esta é uma manifestação do *sujeito pós-industrial*. Alguns comentários finais são apresentados na Seção 7.

Dito isso, cabe ainda explicitar, em suma, que se pretende aqui, muito mais do que apresentar respostas, colocar algumas questões no plano das ideias que contribuam para o debate acadêmico (e mesmo para além da Academia) sobre a fundamentação filosófica que se esconde atrás do negacionismo.

2. AMEAÇAS À VERDADE

A verdade morreu! Esta afirmativa – que, num primeiro momento, pode parecer absurda – não está longe de vir a se tornar realidade em um futuro distópico, não tão distante, infelizmente, à semelhança do retratado por George Orwell no clássico “1984” (Orwell, 2009), haja vista o severo e metódico ataque ao qual o conceito de *verdade* vem sendo submetido há algum tempo, principalmente no Ocidente. A atualidade desse clássico da literatura mundial nos albores do século XXI é espantosa e indiscutível. Se essa ampla investida contra a verdade for ignorada, há o risco de o totalitarismo triunfar em alguma(s) parte(s) do planeta, como o próprio Orwell (2020) alerta. Essa possibilidade, viável em sua visão (com a qual os autores concordam), decorre da fundamentação do totalitarismo na noção de *mentira institucionalizada*, que, em última instância, agride a razão e obstrui a possibilidade de liberdade de pensamento.

Por outro lado, a mentira sempre existiu. No entanto, o objeto de interesse aqui é a *mentira institucionalizada*, a favor de governos ditatoriais ou não. Como exemplo, o próprio George Orwell relata que durante a Guerra Civil Espanhola, pela primeira vez, constatou-se, sistematicamente, uma escalada da falta de correlação entre as notícias e os fatos (Orwell, 2020, p. 96-100). Segundo ele, é exatamente isso que vai caracterizar o século XX: “o



abandono da ideia de que é possível escrever a história com veracidade” (Orwell, 2020, p. 101) – a *institucionalização da mentira*.

Este fato vai alcançar patamares maiores e impensáveis com os nazistas. Por exemplo, Joseph Goebbels, ministro da propaganda de Hitler, acredita que uma mentira repetida várias vezes possa virar uma verdade. Em última análise, ele lança as tristes bases da propaganda moderna, na qual a mentira também se encontra profundamente enraizada e institucionalizada. Essa maléfica característica da Propaganda contribui decisivamente para a *banalização da mentira* (e sua conseqüente aceitação social), pois, cada vez mais, como é evidente, permeia o dia a dia da sociedade de consumo em que se vive.

De outro ponto de vista, Goebbels trabalha com afinco para que a propaganda desempenhe uma função inalienável e vital no estado moderno e, para isso, utiliza-se de um novo meio de comunicação em massa – o *rádio* –, que, em pouco mais de uma década de existência na Alemanha, já alcançava um número considerável de ouvintes naquele país (Taylor, 1983; Marek, 2020). O rádio tinha a vantagem de ter um alcance bem maior que o dos jornais impressos. Outro comentário relevante para o tema desse artigo é que os nazistas perceberam que, frequentemente, era a própria transmissão radiofônica que se tornava o grande acontecimento, não o fato ou a notícia em si (Marek, 2020). Tal percepção, aliada à censura e ao controle das técnicas de comunicação, facilitava a manipulação das informações, a propagação de mentiras e difamações convenientemente plantadas. Impossível não recordar aqui que “o meio é a mensagem”, expressão cunhada por Marshall McLuhan (2007, p. 22).

No Nacional-Socialismo, a propaganda torna-se, então, o coração de todo contato entre o governo autoritário e o povo. É através de uma propaganda mentirosa e sistemática (precursora das *fake news*) que a maioria do povo alemão será ludibriada. Esse foi o meio utilizado para dar materialidade aos primórdios do negacionismo.

Como antecipado na Introdução, muitos historiadores atribuem sua origem à determinação nazista, no pós-guerra, de negar a *Shoa*. No entanto, um exemplo marcante de que, mesmo antes disso, o objetivo maior não era tentar apenas negar o Holocausto, mas sim a própria existência dos judeus na Europa, pode ser encontrado no aclamado filme “A Lista de



Schindler”, de Steven Spielberg, de 1993. Trata-se da fala do carrasco nazista Amon Göth, comandante do campo de concentração de Plaszów, dirigida à tropa de assalto, na véspera da liquidação do gueto de Cracóvia, reproduzida a seguir:

O dia de hoje será lembrado. Anos mais tarde, todos os homens perguntarão sobre ele. O dia é histórico, vocês são parte dele. Há 600 anos, quando em outro lugar procuravam de quem era a culpa da peste bubônica, Casimiro, conhecido como o Grande, disse aos judeus que eles podiam vir para a Cracóvia. Eles vieram. Vieram com seus pertences para a cidade e se estabeleceram, eles tomaram conta, prosperaram nos negócios, na ciência, na educação, nas artes. Eles chegaram aqui sem nada, nada! E prosperaram. Por seis séculos existiu a Cracóvia judia. Pensem, essa noite, esses seis séculos *não passarão de boatos*⁶.

Mais uma comprovação do que é destacado por Orwell (2020, p. 102), em um artigo de 1943: “A teoria nazista nega especificamente a existência de algo chamado «a verdade» (...). O objetivo implícito dessa linha de pensamento é um mundo de pesadelo no qual o Líder ou algum grupo dominante controla não só o futuro como o passado”. E conclui, na mesma página: “essa perspectiva me apavora bem mais do que qualquer bomba (...)”⁷.

Desde o final da II Guerra Mundial, muitos pensadores tentaram compreender ou justificar as origens do nazifascismo. Um deles, que vale a pena destacar aqui, por colocar a *crise da razão* no centro de sua análise, foi o filósofo Max Horkheimer, que, em 1946, publica um importante livro (“Eclipse da razão”) dedicado a discutir como o advento da industrialização em massa – e com ela o consequente domínio da técnica do artesão (*techné*) – e de uma certa racionalização teve impacto transformador sobre o sujeito (Horkheimer, 2015). A irracionalidade trazida pelo nazismo pode ser vista, segundo o autor, como uma *doença da razão*, na qual sua objetividade sucumbe frente à subjetividade. Quanto às consequências (principalmente no que se refere ao sujeito e à verdade) de um mundo predominado pela *tecnologia transformada em tecnocracia*, não se pode olvidar o alerta contundente feito na importante obra de Umberto Galimberti (2019, p. 8): “a técnica não tende a um objetivo, não

⁶ O grifo é nosso. Alguém que não fosse nazista provavelmente diria que esses “seis séculos seriam apenas parte da História” ou algo nesse sentido. No entanto, isso não era aceitável para eles: era preciso reescrever a História de acordo com seu antissemitismo.

⁷ Esse sentimento de pavor é compartilhado pelos autores quando se lembram do que aconteceu recentemente, em meio a uma pandemia, envolvendo os governos de Donald Trump, nos EUA, e Jair Bolsonaro, no Brasil, dessa vez com as redes sociais substituindo o rádio em uma escala sem precedentes na história.



promove um sentido, não abre o cenário da salvação, não redime, não releva a verdade: a *técnica funciona*”.

Em poucas palavras, a motivação para se escrever este artigo, por um lado, decorre diretamente dessa perspectiva apavorante frente à doutrina nazista e, por outro, parte da premissa de que se deve a todo custo buscar a construção de uma sociedade democrática – mais justa e igualitária –, projeto este que depende crucialmente, em última análise, da aceitação do valor da verdade, ou melhor dizendo, da anuência de que é imperativo ao menos buscar-se sempre por ela, ainda que essa noção possa se transformar do ponto de vista sociopolítico, através da História. Tal busca contínua é, em suma, uma garantia de honestidade intelectual e de respeito às leis e aos demais cidadãos. A ciência, ao contrário das ideologias, por exemplo, não se baseia no dogma nem na opinião, e há muito tempo se desenvolve a partir dessa busca incessante, aceitando que as verdades possam ser provisórias, o que não quer dizer que sejam relativas. Elas dependem continuamente de comprovações.

Desse modo, aquilo que é verdadeiro não é maior nem menor dependendo do número de pessoas que nele acreditam. Essa característica primária não diminui, em absoluto, seu valor intrínseco e, por conseguinte, a verdade não deveria ser menosprezada como vem sendo num crescente em escala mundial. Isso porque, só assim, é possível combater e impedir o prevalecimento de dogmas – de qualquer natureza, novos ou antigos – invariavelmente a serviço do autoritarismo. Não se pode ignorar que o negacionismo faz parte de uma estratégia para confundir e manipular a opinião pública segundo a conveniência do poder, seja ele constituído ou pleiteado, o que, do ponto de vista da História das Ideias, inevitavelmente remete à Escola Sofista (Seção 4.2) e à exacerbação do individualismo a partir do século XIX (Seção 4.3).

Como exemplos concretos de como a verdade vem sendo vilipendiada, no mundo da política e da comunicação, pode-se citar o que se convencionou chamar de *fatos alternativos* (Kakutani, 2018), *pós-verdade*⁸ e “*fake news*” (Barbosa, 2019). Todos esses conceitos, incorporados à postura negacionista que se alastra em larga escala, representam um risco à

⁸ Cabe recordar, dado seu impacto e alcance, que o termo *pós-verdade* foi escolhido como palavra do ano pelo dicionário Oxford, em 2016.



democracia. Apenas essa ameaça já deveria bastar para justificar uma reflexão filosófica acerca de suas origens e implicações. Contudo, a tarefa não é fácil. A tendência negacionista tem raízes múltiplas e profundas – nem sempre de identificação direta –, as quais, não obstante, devem ser reconhecidas e investigadas com cautela, profundidade e urgência; algumas dessas origens foram tratadas pelos autores em outro artigo de cunho mais histórico e mais focado no *negacionismo científico* (Caruso & Marques, 2021).

Grosso modo, a adesão ao negacionismo relaciona-se ao aumento do individualismo e do egoísmo⁹, bem como à absurda valorização crescente da tecnocracia, evidentes na sociedade contemporânea pós-industrial, caracterizada fortemente pela produção de bens não materiais (cf. Seção 5), e à tentativa de destruição da memória no sentido histórico-cultural. A esses pontos, soma-se ainda a enorme conectividade propiciada pelas redes sociais como instrumento muito eficaz de comunicação, incluindo a disseminação de mentiras (Barbosa, 2019).

Não se percebe nada de edificante na disposição negacionista e tampouco que justifique subestimá-la. Ao contrário, é urgente explicitar que se trata de uma tática de *guerra declarada à razão*, atingindo a ciência, a cultura e a própria sociedade. Essa grave propensão contemporânea deve, por conseguinte, ser denunciada em toda sua amplitude e combatida, sob pena de se caminhar para tempos sombrios em que prevaleça um obscurantismo cultural, podendo, inclusive, assombrar a democracia.

3. DESAFIOS FRENTE AO NEGACIONISMO

Em primeiro lugar, deve-se enfatizar que, na ciência, a verdade é um constructo lógico, enquanto no plano político, ou seja, no plano da vida na *polis*, abrange o mundo da vida através de práticas, hábitos e costumes, com implicações ético-filosóficas. Nessa construção, sempre coletiva, reside, simultaneamente, a força e a vulnerabilidade do conceito,

⁹ Isso pode parecer paradoxal numa época na qual o acesso à comunicação é, cada vez mais, facilitado. Entretanto, segundo o sociólogo Domenico de Masi, esse egoísmo é essencial ao projeto neoliberal em curso (ver De Masi, 2020).



desde Sócrates, como será abordado na Seção 4. De qualquer forma, deve-se procurar compreender seu processo de edificação em toda sua complexidade, pois entendê-lo bem – incluindo, em particular, sua relação com algumas características gerais e/ou específicas de um determinado período histórico – é essencial para que se possa fazer um diagnóstico do porquê, nos dias de hoje, de haver tanto interesse na “morte da verdade”.

A necessidade de se posicionar abertamente contra essa disposição é muito mais do que algo retórico. Muitas coisas essenciais estão em jogo, inclusive a democracia e a liberdade, como já mencionado. Assim, qualquer tentativa de desprezar, distorcer ou negar parcial ou totalmente a verdade, aqui chamada genericamente de *negacionismo*, deve ser colocada na pauta dos debates urgentes sobre que tipo de sociedade se está construindo. Aceitar passivamente esse processo em curso significa ignorar as graves ameaças à liberdade e à civilidade, muitas das quais têm sido repetida e equivocadamente desdenhadas por uma parcela expressiva das populações em todo o Mundo.

Em segundo lugar, não é incomum se observar, hoje em dia, pessoas preconceituosas tentando relativizar sua opinião para, dessa forma, lograr lhe dar credibilidade numa tentativa de universalizá-la. De certa forma, do ponto de vista filosófico, trata-se de uma clara adesão ao *relativismo*. A aceitação da verdade em sua expressão inicial – e mesmo universal – parece para muitos não resolver problemas do seu cotidiano.

É preciso lembrar que o *relativismo*, advindo ou, pelo menos, intensificado pela acentuada divisão da sociedade em classes, a partir da Revolução Industrial, é uma corrente de pensamento que questiona as verdades universais, tornando o conhecimento como um todo subjetivo (CSFG, 1977, p. 992 e seg.). Surgem, então, questões morais, cognitivas e mesmo culturais sobre as consequências de tal posicionamento. Para além das relações do *negacionismo* com o *relativismo*, há que se considerar, de modo semelhante, o confronto do *negacionismo* com o *niilismo*, doutrina essa que, do ponto de vista metafísico, tende a negar a realidade substancial, enquanto, do ponto de vista lógico-gnosiológico, corresponde ao ceticismo, que “exclui a verdade como valor objetivo” (CSFG, 1977, p. 783).¹⁰

¹⁰ Optou-se, no entanto, por abordar essa questão em outra publicação.



Portanto, é tentador pensar que cada momento político e mesmo cada sociedade sejam determinantes para construir e/ou modificar concepções como a de veracidade, com forte impacto na compreensão do mundo em um dado período histórico.

Por fim, mas não menos importante, considera-se pertinente registrar esse que talvez seja o maior desafio intelectual para a compreensão do *negacionismo*: dedicar-se a um projeto no qual se discuta em que medida os variados conceitos de verdade podem iluminar a Antropologia Filosófica e Cultural, seguindo os passos dos estudos clássicos de Ernst Cassirer (1972), a exemplo do que Francisco Caruso e Roberto Moreira fizeram recentemente com relação à evolução do conceito de espaço e, paralelamente, do suporte da escrita e do sujeito (Caruso & Moreira, 2020; Caruso & Xavier, 2020).

4. VERDADE, EPISTEME E NEGAÇÃO NA FILOSOFIA

4.1 ORIGEM DOS CONCEITOS DE VERDADE E EPISTEMOLOGIA

Desde a Antiguidade, tem-se várias compreensões do que é a verdade, conceito-chave quanto ao negacionismo. Provavelmente, ao longo da história, nenhum outro conceito filosófico seja mais dependente do sujeito do que esse. Como seria absolutamente impossível, e fora do escopo, abordar aqui sua evolução, sugere-se ao leitor ávido por mais informações reportar-se ao instigante livro “Truth” (Wrenn, 2014). Aqui, escolheu-se tão somente apresentar um esboço da origem deste conceito e de *episteme* na Filosofia Grega¹¹, pois ambos são sempre retomados toda vez que se pensa em discutir a veracidade do discurso. Em particular, na Seção 4.2, é feito um contraponto com o ensinamento dos sofistas, para os quais verdade tem um caráter subjetivo e utilitário, *i.e.*, é aquilo que é útil para a tomada e a manutenção do poder e para respaldar as ações humanas, pois esse ponto é relevante para a compreensão do negacionismo.

Com o surgimento da Filosofia na Antiguidade, o pensamento mitológico deixa de ser

¹¹ Por extensão, tal escolha pode se justificar pragmaticamente aceitando a ideia de Alfred North Whitehead (1979, p. 39) de que “toda filosofia ocidental não passa de notas de rodapé das páginas de Platão”.



a fonte inspiradora de compreensão e descrição da natureza. Os pré-socráticos instauram o conceito de *physis* (natureza) no centro da reflexão sobre o mundo sensível. Eles se preocupam em buscar o fundamento último das coisas, as substâncias primordiais, e um ou vários princípios, a partir dos quais se pode compreender a pluralidade da *physis*. De alguma forma, está implícito nesse novo modo de pensar que a verdade deva ser buscada na própria natureza. *Logos* e *physis* se encontram, *i.e.*, procura-se, a partir de então, o *princípio* físico material de todas as coisas: a *arkhé* (Caruso & Moreira, 2020, p. 30).

Em resumo, a premissa de admitir que a pluralidade da *physis* tenha uma causa racional, a qual deve ser buscada na própria natureza, equivale a aceitar que a indagação sobre o princípio de todas as coisas em si só já pressupõe a ideia de tomá-lo como verdade, pois dele, por construção, deveriam resultar as explicações acerca da variedade efetivamente encontrada na natureza. Em vista disso, a racionalidade do pensamento grego, desde sua origem, praticamente impõe que o problema da *verdade* e suas conseqüências sejam postos e compreendidos com clareza. Há quem diga que “o gênio grego, eminentemente especulativo, criou, desse jeito, a filosofia como «ciência da verdade»” (CSFG, 1977, p. 1246).

Um ponto de inflexão na Filosofia grega, pertinente ao que se está tratando, é o pensamento de Sócrates. A partir dele, a verdade não é mais algo imutável que dependa apenas das regularidades da natureza, descobertas a partir de sua observação (supostamente imparcial) e reflexão, mas passa a depender do próprio homem. Há nela, conseqüentemente, uma certa subjetividade, posto que essa subjetividade não se desvincule dos preceitos éticos vinculados à *polis*. Tal concepção nunca mais foi abandonada na Filosofia. A contribuição socrática, nesse sentido, pode ser resumida com essas palavras (Caruso & Moreira, 2020, p. 31):

Com ele [Sócrates], o homem passa a ser o foco maior da Filosofia. De fato, seu pensamento valoriza o homem como um ser social, alguém inserido em uma sociedade que deve ser justa e ordenada (no sentido da palavra grega *Kosmos*). Para ele, a *verdade* está no homem, mas este não consegue chegar a ela sozinho. É através do *diálogo*, entendido como forma de exercer a razão, que essa verdade é descoberta. E a vida moral deve ser guiada por um pensamento que conhece os valores ideais aos quais se chega por intermédio da Filosofia e da Razão. Assim sendo, na filosofia socrática, *homem* e *episteme* estão ligados em um todo estável, através do conceito de *Cosmos*.



Logo, a verdade é uma construção humana, fruto do diálogo, do confronto de ideias e, porque não dizer, de uma honestidade intelectual, que pressupõe a aceitação da razão. Simplificando muito, para Sócrates, o homem é a sua *psyché* e a felicidade resultaria da *busca da verdade* (Caruso & Moreira, 2020, p. 32). Ao se afastar deste ideal ou negá-lo, o sujeito moderno não mais “descobre” a verdade, mas a “fabrica” sem o crivo dialético do debate: a sua própria verdade (Seção 5).

Ainda segundo Sócrates¹², o diálogo, o questionamento e a indagação permanentes são o caminho da construção do saber, sempre provisório (Reale, 2000). Sendo assim, o homem é um ser que questiona, dialoga (aceito igualmente por Platão), constrói um conhecimento fugidío e conclui, com o filósofo ateniense: “*Sei que nada sei*”.

Platão (2010), em seu diálogo “Teeteto”, sugere a pergunta: se tudo é *doxa*, então tudo é opinião? Ou existe *episteme* no sentido de conhecimento absoluto? Pode-se adiantar que, do ponto de vista epistemológico, o programa platônico de se opor com firmeza à *doxa* e valorizar a demonstração, a geometria, a ciência – a *episteme* – leva, simultaneamente, à sedimentação do pensamento geométrico – o mundo ideal das formas – e à crítica severa da cultura oral, representada pelos sofistas e poetas. A dura crítica platônica a eles não é estética, mas essencialmente epistemológica (Caruso & Moreira, 2020, Seções 2.3 e 2.4).

No que tange à dependência da verdade em relação ao sujeito, o próprio Platão sugere, em vários diálogos, como no “Teeteto”, que desde sempre tudo depende do ser, tanto no sentido individual quanto coletivo. O pensador ateniense indica que não há “a verdade” a partir da troca entre interlocutores, mas há a medida humana para os eventos no mundo, assim como as classificações do que é certo, errado, belo etc. Na Filosofia, a *verdade*, enquanto conceito, parece indicar algo que permanece inalterável às contingências, sendo esse um conceito que não está em concordância com o senso comum. Por exemplo, Protágoras de Abdera, um sofista muitas vezes retomado na Filosofia e mesmo no Direito, colocou que: “O homem é a medida de todas as coisas, das que são pelo que são, e das que não são pelo que

¹² Sócrates, personagem frequente dos textos platônicos, parece indicar que como a *verdade* está longe dos elementos da língua, nunca será encontrada enquanto se pensar como sofistas, pois ela é uma busca ética.



não são” (Platão, 2010, 152a, p. 26).

Com Platão, o discurso escrito passa a ter um *status* mais objetivo. Surge uma nova arquitetura da linguagem, que possibilita a construção de orações subordinadas. Essa característica, *per se*, leva a uma progressiva mudança da sintaxe do grego (Havelock, 1982), possibilitando a construção de silogismos e o aperfeiçoamento da Lógica nas culturas pós-alfabéticas (Vernant, 1981), como fará em seguida Aristóteles.

A Lógica desempenha uma função imprescindível no sistema aristotélico, a partir de sua decisão de ir além da dialética platônica. Por seu caráter essencialmente crítico, essa dialética não era suficiente para a edificação de um conhecimento objetivo, calcado na lógica. Em resumo, a Lógica, para o Estagirita, consiste no estabelecimento de regras que permitem ordenar o discurso filosófico, de maneira a conduzir a *verdades formais* – irrefutáveis – envolvendo silogismos e conclusões formalmente corretas a partir de hipóteses. Com o tempo, vai se chegar ao conceito de *verdade lógica*, algo que não se poderia rejeitar, que não poderia nunca deixar de ser verdadeira. Essas *verdades formais*, num certo sentido, são uma tentativa aristotélica de evitar a armadilha de Sócrates ao aceitar “que a verdade está no homem”. Mas isso é um outro problema que não cabe ser discutido aqui.

Em continuidade, Aristóteles vai trazer, em algumas de suas obras, dois conceitos que tanto na *práxis* quanto na teoria são correlacionados à questão da verdade: a *techné* e a *episteme*. Para ele, havia uma diferença marcante entre o “necessário” e o “contingente” para o ser, em uma espécie de relação entre diferentes que se expressa na hierarquia entre *techné* e *episteme*. O primeiro termo possui certa variabilidade de acordo com a forma com que é tratado nas obras aristotélicas (Puentes, 1998, p. 130). Os textos principais que tratam de ambos os conceitos são: “Ética a Nicômacos”, nos capítulos 3 e 4 – Livro VI; e o 1º capítulo do Livro *Alfa* da “Metafísica”¹³.

No livro “Ética”, o Estagirita discute mais detalhadamente a sequência do saber e as 5 disposições da alma com as quais ela própria pode expressar a *verdade*. No capítulo 3 deste livro, encontram-se: a arte (*techné*), a ciência (*episteme*), o discernimento (*phrónesis*), a

¹³ Para encontrar termos específicos, indica-se o “Index Aristotelicus” de Bonitz (1955).



sabedoria (*sophía*) e o intelecto (*noús*) (Aristóteles, 1985). Importante destacar, segundo Puentes (1998, p. 132), que:

A primeira grande diferença entre essas disposições anímicas, diz respeito aos entes a que cada uma delas se refere. Logo, a primeira diferença entre elas é que a ciência, a sabedoria e o intelecto referem-se ao que não pode ser diferente do que é, ou seja, aos entes necessários e, portanto, eternos, isto é, aos entes que nunca foram gerados e que nunca se corromperão, dado que existiram e existirão por toda a eternidade. Estes são, para Aristóteles, o Movente Imóvel e os corpos celestes, que são formados por um elemento incorruptível, o éter, ao contrário dos corpos físicos do mundo sublunar, que são constituídos pelos quatro elementos corruptíveis: terra, água, ar e fogo.

A diferença entre a *techné* e a *episteme* estaria mais centrada no fato de que a primeira possui evidente *práxis*, possui âmbito pragmático para a vida, opostamente à *episteme*. Evidencia-se que a produção técnica é essencialmente uma capacidade raciocinada de produzir. A *techné* seria consequência das necessidades concretas da vida, e as ciências, em geral, como não se referem nem às mesmas necessidades e nem aos prazeres, são da contemplação dos filósofos, para quem a origem das ideias está na observação da *physis* como ponto de partida para a formulação da ideia acerca dos objetos e da variedade do Mundo.

Ainda no Livro VI da “Ética”, Aristóteles sustenta que a virtude de alguma coisa se relaciona com seu funcionamento apropriado,¹⁴ sendo que haveria uma trindade de elementos da alma que controlariam a *ação* e a verdade: a *sensação*, a *razão* e o *desejo*. A *afirmação* e a *negação* no raciocínio corresponderiam à busca e a repulsa do desejo. Contudo, a virtude moral seria uma disposição de caráter relacionada com a escolha, sendo esta escolha um desejo deliberado.

No caso da obra “Metafísica”, Aristóteles (2002) vai argumentar que o homem possui aspiração ao saber de forma racional, seguindo a esteira socrática de seu Mestre. Para tal, esse ser racional faz uso de algumas faculdades que irão permitir acesso ao saber: a *percepção*, a *memória* e a *experiência* (oriundas de memórias sucessivas de um mesmo fato)¹⁵.

Em suma, pode-se perceber, como mencionado no início desta seção, que se herdou da

¹⁴ Essa ideia dá respaldo àquela de Galimberti quando ele afirma que o sucesso da técnica no mundo contemporâneo tem a ver com o simples fato de ela *funcionar*.

¹⁵ Tal relação de ideias mostra-se mais completa na obra anteriormente citada, “Ética a Nicômacos”.



Antiguidade a ideia de que a natureza possa ter uma explicação, a qual deveria ser buscada com base na razão. Esse enorme legado, juntamente com o conceito de *Cosmos*, constitui-se, provavelmente, num dos mais importantes legados da Cultura Grega.

4.2 OS PAPEIS NEGATIVO E POSITIVO DA NEGAÇÃO

Do século IV ao V a.C., desenvolve-se uma escola de pensamento influente, muito comentada até hoje: a sofística. Alguns pensadores se detiveram a analisar os Sofistas, e, talvez, o mais famoso tenha sido justamente Platão em obra homônima. Os Sofistas não eram um grupo homogêneo em suas propostas e conceituações, mas tinham inequívoca retórica, adquirindo fortes habilidades na persuasão pela linguagem, algo que até hoje se herdou inclusive pela Lógica, e um relativismo para com a visão de mundo, já que não consideravam verdades absolutas (Platão, 2011, cf. Introdução).

No caso do diálogo platônico “O Sofista”, em especial da subseção 118a até 264c, percebe-se que a discussão se concentra na resolução dos problemas do *não-ser* e da *falsidade*. Aqui há uma parte que inclui as aporias do não-ser, do ser, dentre outras, sendo analisados: a) o problema do ser, b) do não-ser e c) o problema da negativa, que aparecem a partir de 236d. A noção de não-ser pode ser entendida em três momentos: como em Parmênides, entendido como um absoluto nada (237b-239c); em relação ao conceito de imagem (239c-240c); e relacionado com a possibilidade do discurso do falso (240c-242b). Tais partes são importantes para que se possa entender a relação entre ontologia e discurso para a Filosofia de Platão (Salles, 2016).

Pode-se pensar tais aporias como uma possível fonte das diferentes formas de negacionismo que se encontram nas atuais visões de mundo, tanto envolvendo o cotidiano quanto a Ciência. As aporias revelam a incompreensão do sentido das expressões *ser* e *não-ser*, levando à séria dificuldade para se resolver problemas como os da *falsidade* e da *predicação*. Assim, se algo parece, mas não é, será então falso? Como é possível dizer falsidades, que são coisas que não são? Não se pode compreender que o não-ser seja uma



referência a alguma coisa, pois que a coisa sempre se aplica ao ser, e dizer alguma coisa é comunicar sempre o que é. O problema da referência exige que aquele que diz algo encontre um referente para aquilo “que é”, aponte ou se refira a um *isto*. Se algo não é desse modo acontecerá a *falsidade*, o mesmo que ocorre ao *não-ser*, e surgem as impossibilidades de pensar, dizer e indicar que recaem sobre a via negativa (Platão, 2011). Logo, os sofistas aceitam trazer para o debate argumentos que muitas vezes não seriam consensualmente aceitos, os quais, de certa forma, recordam o que atualmente se conhece como *fake news*.

Tal subjetivismo para o entendimento do que é a verdade parece ter chegado aos dias de hoje, quando os movimentos contra a educação e o mérito científico, mesclados com a mera realidade, propositalmente confundem visões construídas em parte com o senso comum e noutra com noções científicas. Tais confusões deliberadas, percebidas no dia a dia, levam, tal qual se passava na antiga civilização grega, ao surgimento de oportunidades para a promoção de figuras públicas, algumas das quais espalharam incertezas e *fake news* em um momento propício para essa promoção, a exemplo do que ocorreu na política durante a recente pandemia de Covid-19.

Com isso, dúvidas quanto à eficácia da racionalidade civilizatória e à facilitação do entendimento mais fundamentado da ciência afloraram, tentando arrastar, por exemplo, o conhecimento científico relacionado com a produção de vacinas para uma discussão vazia e inescrupulosa, sem qualquer preocupação com a busca do aprofundamento da verdade e do bem-estar social. Como afirma Karl Popper (2022), no 1º capítulo do livro “*Conhecimento objetivo. Uma abordagem evolutiva*”, a confiança está relacionada com “*uma crença pragmática nos resultados da ciência*”. Eis a associação que o negacionismo quer produzir: percepção + memória + experiência a produzir *doxa* como tendo o mesmo “peso” que o criterioso caminho para se chegar à *episteme*.

O sucesso atual da influência sofística talvez possa ser resumido desta maneira: ao se admitir que a sofística produz ilusões que, de alguma forma, acabam sendo aceitas como a norma para qualquer esfera do conhecimento (da *doxa* à *episteme*), justifica-se afirmar que o falso pode ser falado e pensado. Divulgam-se ideias que são falsas, mas se admite neste ponto



algo talvez embaraçoso para a tradição filosófica: a aporia de se aceitar que aquilo que deveria não ser, é. O Estrangeiro, um dos personagens de “O Sofista”, destaca o fato de não existir outra forma para explicar o falso: nada de falso é possível, sem essa condição (Platão, 2011, 237a).

Desta forma, percebe-se que o negacionismo recente foi retomado com bases sofisticadas semelhantes às encontradas em outros períodos históricos.

Contudo, deve-se lembrar aqui que nem toda negação tem necessariamente um valor epistemológico negativo. A conceitualização do que é ciência, empreendida por Popper (2013), a partir da falseabilidade, é um clássico exemplo. De fato, em 1935, vem à luz, em alemão, a obra “A Lógica da Pesquisa Científica”, na qual ele resolve demarcar o que é científico, posicionando-se a favor de uma proposição que leva a pensar a ciência dentro de um caráter lógico, admitindo que ela só possa ser definida por meio de regras metodológicas. Ao invés de se buscar a verificação de uma teoria como proposta assertiva de sua cientificidade, deve-se fazer, o oposto, ou seja, o possível para “falseá-la”. Para Popper, uma teoria que não admita ser *a priori* falsificada, não é científica¹⁶. Comprovar repetidamente uma teoria não afirma seu caráter científico. Ela tem necessariamente que ser passível de confrontação. A ciência evolui, por conseguinte, com a negação. Uma teoria refutada não mais retrata a verdade; mas aponta para outros caminhos, na busca de outras verdades. Essa é a essência do pensamento científico.

Concluindo esta breve reflexão, devem igualmente ser enfatizados o alcance e o valor da negação na dialética de Hegel. Negação voltada para a verdade no plano ideativo. E retomada por Marx, no plano do materialismo histórico, para compreender a sociedade daquela época. Sobre isso pode ser dito que a negação tangencia o ser: o ser em movimento, em transformação, cujos princípios pode-se considerar como aura das mudanças de toda ordem no mundo de hoje.

Enquanto o negacionismo se atrela ao atraso, a negação dialética mostra-se método de pensamento e de ação para entendimento da sociedade e da cultura no mundo atual.

¹⁶ Como exemplos de teorias não científicas, Popper cita a Indução, o Marxismo e a Psicanálise.



4.3 A REVALORIZAÇÃO DA VERDADE: UM LEGADO DO RENASCIMENTO

Durante um enorme período, que vai do início do Cristianismo até o final da Idade Média, a questão da verdade ficou circunscrita aos domínios da Teologia e da religiosidade, em uma sociedade europeia eminentemente teocêntrica.

O Renascimento Italiano retoma vários ideais clássicos, dentre os quais o de que a verdade deva ser buscada na natureza. Se se devesse sintetizar esse período com uma única frase, acredita-se que a melhor seria algo parecido com: houve um crucial desvio do olhar do homem sobre a natureza. Sai de cena o olhar do sujeito medieval e surge um novo, esse redirecionado e recondicionado para vê-la *como ela de fato é*. As *verdades filosóficas* passam por um novo crivo, fruto desse novo olhar, desse novo sujeito. Termina por ser valorizado aquele que, por meio de observações, está habilitado a tirar suas próprias conclusões a respeito do Mundo. Constroem-se “novas verdades” que, aos poucos, vão se afastando dos dogmas da Igreja e do aristotelismo por ela defendido. Para dar um único exemplo de um grande pensador renascentista referindo-se à verdade com o espírito renovado, alude-se a Giordano Bruno, para quem o valor de um homem não está na posse ou na capacidade de impor o que é verdadeiro; o valor de um homem está na constante aspiração à verdade (Rosa, 2014).

Para Leonardo da Vinci, outro gigante do Renascentismo, o *saper vedere* (“saber ver”) é o maior talento do artista. Para ele, isso vale, inclusive, para o cientista. Arte e Ciência são produtos da Natureza: a primeira produzida pela imaginação, a segunda, pela razão. Antes mesmo de Galileu Galilei, Leonardo já apregoava que uma ideia científica deveria sim ser confrontada com a experiência, como forma de honestidade intelectual, de não incorrer no falso. Mas é Galileu que lança as bases da Ciência Moderna, aliando uma descrição matemática da Física à necessidade de comprovar as teorias confrontando-as com os resultados de experimentos.

O Renascimento foi testemunha também de uma crise de unidade na ciência, marcada



por uma Física ainda aristotélica e uma Astronomia copernicana que negava o geocentrismo de Aristóteles, crise essa que abalou a credibilidade da própria Ciência. Este rico processo de transformações, a partir das contribuições de Copérnico, Galileu Galilei e, mais tarde, de Isaac Newton, culminaram na Revolução Newtoniana na Europa (Rossi, 1973), que estabeleceu novas bases para o pensamento físico sobre os movimentos, o sistema solar, os astros, o espaço etc. (Marques & Senra, 2022).

Por outro ângulo, a superação dessa crise introduzida por Copérnico deveu-se à grande síntese teórica de Newton, a qual restaurou a confiança na Ciência e na Razão, abrindo a estrada para o *Iluminismo*, marcado pelo Enciclopedismo, pela síntese filosófica de Kant (filósofo do newtonianismo) e pelo “*Système du Monde*” de Pierre-Simon de Laplace. Em particular, a “*Encyclopédie*” de Diderot e d’Alembert constitui-se em uma grande sistematização do conhecimento, de um autêntico manifesto à razão e em favor da crítica social produzida pelo Iluminismo. Instaure-se, dessa maneira, uma nova ordem no mundo material e no mundo das ideias. Junto com a Revolução Industrial, o processo das luzes abriu as portas para a Revolução Francesa (Marques, 2021).

Com a Revolução Francesa, iniciam-se tempos da contemporaneidade, quando, progressivamente, desenvolve-se uma cosmovisão mecanicista de origem científico-tecnológica.

A Segunda Revolução Industrial na Inglaterra, no final do século XIX, mudou de vez o panorama mundial. A Primeira Revolução Industrial teve início na segunda metade do século XVIII, também na Inglaterra, com a mecanização dos sistemas de produção. A burguesia industrial, ávida por maiores lucros e menores custos, e desejosa de acelerar sua produção, buscou alternativas para melhorar a produção de mercadorias e investiu no desenvolvimento e produção de máquinas industriais.

Do ponto de vista técnico-científico, ressaltam-se o aprimoramento da máquina a vapor, a invenção do dínamo e do motor à combustão, como consequências diretas da pesquisa científica básica. Essa nova característica muda as formas de organização do trabalho, como percebeu Karl Marx, agora direcionada para alcançar maior produtividade e



maiores lucros, empregando máquinas mecânicas e eletromagnéticas.

Analisando a sociedade a partir da Segunda Revolução Industrial, Marx estabelece que aquela sociedade se fundamentava nas relações de produção. Ele foi capaz de antever graves consequências nessas mudanças ao cunhar a conhecida expressão “tudo que é sólido desmancha no ar”, referindo-se a um mundo fugaz, antecipando, de certa forma, o surgimento da *modernidade líquida* (Bauman, 2010), termo introduzido pelo sociólogo e filósofo polonês Zygmunt Bauman. Além disso, Marx antevê com clareza o quanto a supervalorização dos bens materiais afetará o caráter humano (Sennett, 2003).

Cabe destacar que o século XIX foi caracterizado pelo modo de produção com seus corolários econômicos e pelo desenvolvimento das ideologias, entendidas aqui em seu sentido sociológico e político, o qual naturalmente contempla os interesses econômicos voltados para lucros rápidos e cada vez mais ambiciosos. Exatamente esse caráter político é um pano de fundo propício ao desenvolvimento de um pensamento eminentemente sofista, que não mede esforços para tornar uma determinada ideologia mais atraente que outra. Abre-se, dessa maneira, uma nova porta para o negacionismo.

5. O SUJEITO NEGACIONISTA

A questão do sujeito e da identidade humana é extremamente complexa e não se faz possível abordar aqui os diversos tipos de sujeito que se formaram ao longo da História. No entanto, qualquer tentativa de se compreender a formação do espírito negacionista não pode deixar de lado seus aspectos sociológicos, que remetem à identificação de algumas características comuns do sujeito em uma particular época. Tais características têm a ver com uma particular visão de Mundo, mas também é reflexo do pensamento do homem sobre si mesmo. Sendo assim, optou-se por fazer um breve resumo da evolução do sujeito a partir da visão e da nomenclatura do sociólogo britânico-jamaicano Stuart Hall (1992).

É bem sabido que a Idade Média foi uma época em que a religião definia todos os aspectos da vida – a família, o trabalho, o direito divino a definir as relações sociais –,



tornando a sociedade essencialmente teocêntrica. Ela define-se, em parte, pelo *sujeito medieval*, preso em sua posição nessa rígida e opressora sociedade, na medida em que o homem é impedido de escapar à sua condição social (altamente hierarquizada), restando-lhe apenas a possibilidade de salvação por meio de sua crença religiosa.

Stuart Hall (1992) vê de modo original a história do homem no período moderno. Para ele, o *homem moderno*, que anuncia o Renascimento, olha o mundo e o questiona – à maneira dos antigos – e é chamado de *sujeito iluminista*, o qual se distingue do *homem medieval* por sua abertura, suas novas descobertas, marcadas pela valorização do *novo*: novo Mundo, nova Ciência, nova Arte, em suma, nova relação do homem com o Cosmos. Esse sujeito ganha, posteriormente, novos significados com os ideais de liberdade e igualdade da Revolução Francesa.

À medida que as interações sociais se intensificam, Hall (1992) identifica o surgimento de uma nova percepção do homem sobre si mesmo e cunha a expressão *sujeito sociológico*, o qual tem sua identidade formada a partir da interação entre o indivíduo e a sociedade. Esse indivíduo possui seu núcleo interior (que define seu Eu), mas este passa a ser alterado por conta do diálogo com outras pessoas com as quais interage socialmente e com o universo da Cultural com o qual está em contato. É o sujeito característico do século XIX e da primeira metade do século XX. Enquanto o *homem iluminista* foi contemporâneo da imprensa e da generalização do livro, das Grandes Navegações, da Reforma, das Revoluções Copernicana e Newtoniana, o *homem sociológico* vivencia a era das transformações científicas, tecnológicas e sociais dos séculos XIX e XX. Dentre elas, destacam-se o advento do trem, do telégrafo, do rádio e da televisão, todas invenções de enorme impacto nas relações sociais, que crescem exponencialmente.

Há algum tempo, testemunha-se o progressivo desaparecimento desse sujeito e o nascimento do *sujeito pós-moderno*, possuidor de uma identidade multifacetada que, em realidade, pode ser considerada como superposição de várias identidades, as quais, em alguns casos, chegam até mesmo a ser contraditórias (Caruso & Moreira, 2020). Talvez suas características possam ser definidas com mais nitidez a partir da Internet, que torna o homem



um ser vivente em um espaço imaginário multidimensional¹⁷.

Nesse cenário, há, entretanto, um fator altamente significativo, que marcará uma forte diferença qualitativa entre o homem sociológico moderno e o homem pós-moderno do final do século XX e início do século XXI (Hall, 2006). É a *fragmentação* exagerada de tudo, é o que se pode chamar de *descentramento do sujeito*. A percepção que este novo sujeito tem do Mundo e de si mesmo se constrói em um espaço imaginário de dimensionalidade praticamente infinita que o assusta (Caruso & Moreira, 2020), criado pela internet e pelas redes sociais. A internet tem inegavelmente um caráter fractal: espaço e tempo são fragmentados; todas as narrativas dela são incompletas e revelam *flashes* do mundo, sem passado nem futuro. O homem dependente dessa realidade se dissolve completamente no que Bauman chama de *modernidade líquida* (Bauman, 2010). Efetivamente, há quem defenda que a percepção do *cyberspace* não apenas desenvolve uma multiplicidade de pontos de vista, mas, em paralelo, um conjunto de *eus*, como já mencionado. Vislumbra-se, assim, uma redefinição recorrente de tudo, capaz de criar múltiplas identidades que operam em diferentes lugares do ciberespaço e do espaço real. Esse *eu*, ao mesmo tempo, multiplicado, fracionado e disperso, parece ser fundamental à vida na *net* e se espraia para o mundo real.

Parece bastante evidente que as características essenciais desse novo sujeito o obrigam a pulverizar sua própria história. Esse é um trampolim para a flexibilização e até mesmo a negação da História, *lato sensu* (Caruso & Marques, 2021). A aceitação dessa possibilidade, de modo análogo, acaba conduzindo a uma negação ou desprezo pela Cultura, que encerra em si toda uma história que caracteriza e, de certa forma, define uma certa continuidade da evolução humana. Impossível não lembrar aqui da triste frase do segundo homem do partido nazista, Hermann Göring, que disse, numa paráfrase livre, que “toda vez que ouve falar de Cultura, ele puxa sua pistola”, além da lastimável queima de livros em lugares públicos na Alemanha nazista, em 1933.

Essa espécie de negação permanente de suas raízes e de sua história pode acarretar uma corrosão do seu próprio caráter, risco ao qual todos estão expostos atualmente. Isso é

¹⁷ Esse fato foi técnica e socialmente determinante para a utópica ideia de “aldeia global” e para a revolução que viria com os computadores, num primeiro momento, e com a internet a seguir.



particularmente verdadeiro ao se levar em conta as novas relações de trabalho, frutos de uma sociedade capitalista que evoluiu para um capitalismo selvagem como o que se vê no Mundo de hoje¹⁸. Alude-se aqui ao ponto de vista do sociólogo Richard Sennett (2003). Ainda que muito resumidamente, infere-se como esse processo pode se dar das próprias palavras de Sennett (2003, orelha do livro):

(...) o desenvolvimento do caráter depende de virtudes estáveis como lealdade, confiança, comprometimento e ajuda mútua. Características que estão desaparecendo no novo capitalismo. Em alguns aspectos, as mudanças que marcam este novo sistema são positivas e levaram a uma economia dinâmica, mas também corroeram a ideia de objetivo, a integridade e a confiança nos outros, aspectos que gerações anteriores consideravam essenciais para a formação do caráter.

Sua premissa inicial é que o lema de sobrevivência na economia moderna pode colocar a vida emocional das pessoas à deriva. Todos estão expostos a uma forte tendência de “reinventar decisiva e irrevogavelmente as instituições, para que o presente se torne descontínuo com o passado” (Sennett, 2003, p. 55). Justifica-se, portanto, a dificuldade de os indivíduos construir suas próprias histórias, a partir de suas experiências profissionais e de seus laços de dependência com outros indivíduos, cada vez mais precários e superficiais. Isto sem falar no *descentramento do sujeito* ao qual se acaba de fazer referência. Uma consequência direta deste cenário é que as pessoas tendem a viver unicamente o presente e, isto posto, tendem a desprezar a História e a Cultura.

6. A PRÁXIS NEGACIONISTA

Outra problemática do negacionismo, importante de se abordar aqui, está em uma corrente epistemológica que corrobora a não aceitação de verdades absolutas: o *relativismo*, no qual se admite seu caráter relativo (Rothman, 2005). Isso implica que a validade daquilo que foi proposto cientificamente, ou mesmo o fulcro de um juízo (qualquer afirmação ou negação entre duas ideias ou dois conceitos), por exemplo, dependam das condições ou

¹⁸ As contradições impostas pelo capitalismo (Bell, 1976) são atualmente mais fortes do que nunca, em face à globalização. Elas favorecem o aparecimento de “rachaduras” na tessitura social e cultural das sociedades, algo favorável ao surgimento do negacionismo.



circunstâncias em que tais proposições foram antes formuladas, podendo ser uma situação histórica interpretada de maneira arbitrariamente particular. Uma das implicações do relativismo centra-se na *ética*, pois a partir desse estado de coisas não se pode dizer, a respeito de algo, se aquilo é bom ou não. A bondade, ou mesmo a maldade de alguma situação ou fato, dependeria de circunstâncias ou momentos que esbarram claramente no tecnicismo e na tecnocracia, inclusive indo ao encontro aos exemplos já citados neste artigo relacionados ao nazifascismo.

A *banalização do mal*, como coloca Hannah Arendt (Souki, 1998), está na fronteira de muitos campos epistêmicos (não apenas da Filosofia ou da Política). A reflexão sobre o julgamento do criminoso de guerra nazista Adolf Eichmann funda o conceito de *banalidade do mal*, hodiernamente difuso. As declarações de Eichmann são um forte exemplo de até que ponto o *tecnocentrismo* pode trivialmente levar à negação do óbvio, dos valores éticos e morais, fazendo com que seu ator, incapaz de refletir, tenha o único compromisso de cumprir bem sua atividade tecnicamente, devendo-se reportar apenas ao líder.

Nada é verdadeiro e nem falso para o relativismo radical, nem nada é bom ou ruim. Não há predicados que validem certezas. Quando muito, aceitam-se que apenas determinadas circunstâncias validam tais predicados e que, assim, devam ser admitidos de maneira restrita. Em contrapartida, embora não se possa afirmar que a ciência seja absolutamente verdadeira, cabe sustentar que ela o é dentro de condições bem especificadas e de acordo com a experiência. Quem defende a relativização das verdades científicas, o faz com o objetivo de lograr que o prestígio que a ciência adquiriu ao longo de milênios passe a ser questionável. Há, também, a clara tentativa de negligenciar qualquer saber que não seja o aceito por esse grupo (que pode ser hegemônico ou não), com a imposição de valores universais, levando à obediência sectária (Arendt, 2011).

Lembrando o historiador britânico Eric Hobsbawn (1998), fica evidente que tais circunstâncias condicionam a verdade, a falsidade, e mesmo a validade de um juízo, quase que estimulando a generalização da proposta de Protágoras de que “o homem é a medida de todas as coisas”. Inclusive, lembre-se que, se a medida de tudo é o ser humano como espécie,



o relativismo pode ser entendido por tais grupos como “relativismo específico”, conduzindo a particulares escolhas balizadoras, como, por exemplo, uma raça, como aquela que pode ser escolhida ou banida. Ou, ainda, uma época histórica (seria um relativismo histórico) eleita como a referência para confirmar ou negar escolhas. Logo, percebe-se que para se negar algo, ou mesmo afirmar que é mentira, é necessário contrapor a mentira à verdade, e isto implica que se admita que a verdade não é apenas algo subjetivo ou fruto de interpretações, ou até mesmo decorrente de um grupo opositor.

7. COMENTÁRIOS FINAIS

As múltiplas questões aqui apresentadas estão longe de terem sido respondidas com profundidade e merecem continuar sendo estudadas e analisadas na perspectiva filosófica.

Talvez se possa concluir, reafirmando que se vivenciam tempos de obscurantismo, fenômeno capaz de levar a atitudes extremistas, as quais contém, em seu âmago, o negacionismo e o relativismo enquanto ferramentas de poder de alguns grupos (felizmente ainda não hegemônicos), difusos em diversos países, incluindo o Brasil. Eis algo que reforça, outrossim, a importância da manutenção de uma luta política constante (pois todo homem continua a ser um ser político).

Democracias podem colapsar devido a personagens como Trump ou Bolsonaro, exemplos históricos de adesão cega ao negacionismo, e que nos traz à memória a própria ascensão de Mussolini, nos anos 1920, e de Hitler, nos anos 1930. Como colocam Levitsky e Ziblatt (2018), o aumento vertiginoso do autoritarismo se dá, via de regra, com o enfraquecimento gradual de instituições fundamentais, como a imprensa, a ciência, o judiciário, e com a erosão gradual de normas políticas e de referências epistêmicas e históricas. A História recente evidencia que o obscurantismo, baseado nos conceitos aqui discutidos e defendido por classes que se dizem conservadoras, apenas reforçaram a desigualdade social e, concretamente, levaram à morte milhões de pessoas no mundo (cerca de 700 mil no Brasil na data desta publicação) com a pandemia de Covid-19.



Se fosse necessário destacar aquilo que, na opinião dos autores, mais contribuiu para essa tendência negacionista, se optaria por mencionar a valorização excessiva da tecnologia (*techné*), elevada à tecnocracia na sociedade contemporânea, com toda sua carga negativa já mencionada ao longo do texto. De certa forma, essa característica dos tempos atuais faz com que valores como empatia e verdade passem ao longo dos ideais e da prática de vida das pessoas. O *sujeito pós-moderno*, geralmente, é um executor de tarefas, desprovido de juízo crítico, moral e ético.

O Mundo e as próprias relações humanas estão impregnados do falso. Só para citar um exemplo, em 1982, o filme de ficção científica *Blade Runner*, dirigido por Ridley Scott, previa que, em 2019, haveria esquadrões especializados em reconhecer e eliminar replicantes, seres biônicos feitos à semelhança do homem para executar tarefas técnicas, mas com prazo de validade. Alguns se rebelavam e eram perseguidos até serem presos e destruídos. O ano atual é 2023. A ficção prevista não se realizou, mas há de se reconhecer que já se faz necessário a criação de um tipo diferente de *Blade Runner*, capaz de reconhecer o falso ou as falsificações. Trata-se agora de identificar *fake news* (papel que setores da imprensa já exercem), imagens manipuladas digitalmente que confundem de tal forma o olhar das pessoas comuns ao ponto de não saberem mais reconhecer se são verdadeiras ou não. Soma-se a isso a possibilidade recentíssima de textos serem escritos por IA (Inteligência Artificial), aos quais, certamente, com o passar do tempo, será cada vez mais difícil atribuir uma autoria. Claro, nesta onda de propagação do falso, de mentiras, o negacionismo tem um triste lugar de destaque.

Por fim, os autores gostariam de declarar seu ceticismo no que se refere a uma solução de curto e médio prazo para o negacionismo, ao mesmo tempo que reiteram que o caminho é discutir, discutir e discutir para onde se está indo, caso essa perniciosa tendência não se reverta. Refletir sobre o problema já é um ótimo começo.

8. AGRADECIMENTOS



Os autores agradecem à Mirian de Carvalho pela leitura crítica do manuscrito e por algumas sugestões.

9. REFERÊNCIAS

- ARENDDT, H. *Origens do Totalitarismo*. São Paulo: Companhia das Letras, 2011.
- ARISTÓTELES. *Ética a Nicômacos*. Brasília: Editora UnB, 1985.
- ARISTÓTELES. *Metafísica*. São Paulo: Edições Loyola, 2002.
- BARBOSA, M. (Org.). *Pós-verdade e fake news: reflexões sobre a guerra de narrativas*. Rio de Janeiro: Cobogó, 2019.
- BAUMAN, Z. *Modernidade líquida*. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Editor, 2010.
- BELL, D. *The cultural contradictions of capitalism*. London: Heinemann, 1976.
- BONITZ, H. *Index Aristotelicus*. Darmstadt: Wissenschaftliche Buchgesellschaft, 1955.
- CARUSO, F. & MARQUES, A. J. Ensaio sobre o negacionismo científico em tempos de pandemia. *Research, Society and Development*, v. 10, n. 11, p. 1-17, 2021.
- CARUSO, F. & MOREIRA, R. *O livro, o espaço e a natureza*. Ensaio sobre as leituras do mundo, as mutações da cultura e do sujeito. São Paulo: Livraria da Física, 2ª edição, 2020.
- CARUSO, F. & XAVIER, R. M. In what sense space dimensionality can be used to cast light into cultural anthropology? In: de Barros, J. Acacio & Krause, Décio (Eds.). *A True Polymath: A Tribute to Francisco Antonio Doria*. College Publications, Rickmansworth, UK, 2020, p. 344-378.
- CASSIRER, E. *Antropologia Filosófica*. São Paulo: Editora Mestre Jou, 1972.
- CSFG (Centro di Studi di Filosofici di Gallarate). *Dizionario delle idee*. Firenze: G. C. Sansoni Editore, 1977.
- DE MASI, D. *Entrevista dada à última edição do IT ForOn Series*, série de conversas produzidas pelo Grupo IT Mídia e mediadas pelo jornalista Vitor Cavalcanti. Disponível em: <https://itforum.com.br/noticias/para-domenico-de-masi-o-lider-pos-pandemia-devera-pensar-em-sociedade/>. Acesso em 11 de março de 2023.



- FRANKFURT, H. G. *Sobre a verdade*. São Paulo: Companhia das Letras, 2007.
- GALIMBERTI, U. *Psiche e techne: o homem na idade da técnica*. São Paulo: Paulus, 2019.
- HALL, S. *A identidade cultural na pós-modernidade*. Rio de Janeiro: DP&A, 2006.
- HALL, S. The question of cultural identity. In: Stuart Hall, David Held & Anthony McGrew (Eds.). *Modernity and Its Futures*. Cambridge: Polity Press, p. 274-316, 1992.
- HAVELOCK, E. A. *The literate Revolution in Greece and its Cultural Consequences*. Princeton: University Press, 1982.
- HOBSBAWN, E. *Sobre a História: ensaios*. São Paulo: Companhia das Letras, 1998.
- HORKHEIMER, M. *Eclipse da razão*. São Paulo: Editora Unesp, 2015.
- KAKUTANI, M. *A Morte da Verdade*. Rio de Janeiro: Intrínseca, 2018.
- LEVITSKY, S. & ZIBLATT, D. *Como as democracias morrem*. Rio de Janeiro: Zahar, 2018.
- MAREK, M. Como o rádio se tornou um culto entre os alemães. *Deutsche Welle*. Disponível em: <https://www.dw.com/pt-br/como-o-r%C3%A1dio-se-tornou-um-culto-entre-os-alem%C3%A3es/a-56032947>. Acesso em 5 de março de 2023.
- MARQUES, A. J. & SENRA, A. V. D. Aristotle and the Enlightenment in the History of Science: possible relationship? *Research, Society and Development*, v. 11, n. 6, p. e35811629299, 2022.
- MARQUES, A. J. *O iluminismo no mundo luso-brasileiro*. Rio de Janeiro: Sabedoria Arcana, 2021.
- McLUHAN, M. *Os meios de comunicação como extensões do homem*. São Paulo: Editora Cultrix, 2007.
- POPPER, K. *A lógica da pesquisa científica*. São Paulo: Cultrix, 2013.
- PUNTES, F. R. A *techné* em Aristóteles. *Hypnose*, v. 3, n. 4, p. 129-135, 1998.
- REALE, G. *Socrate*. Alla scoperta della *sapienza umana*. Milano: Rizzoli, 2000.
- ROSA, G. M. Diana e Atteone. *Ars Memorandi*. Disponível em:



<http://arsmemorandi.blogspot.com/2014/02/diana-e-atteone-parte-prima.html>. 2014, acesso em 5 de março 2023.

ROSSI, P. (Ed.). *La Rivoluzione Scientifica: da Copernico a Newton*. Torino: Loescher Editore, 1973.

ROTHMAN, T. *Tudo é relativo*. Rio de Janeiro: Difel, 2005.

SALLES, L. L. B. M. As faces do sofista de Eléia. *Anais de Filosofia Clássica*, v. 10, n. 20, p. 1-22, 2016.

SENNETT, R. *A corrosão do caráter, consequências pessoais do trabalho no novo capitalismo*. Rio de Janeiro: Record, 2003.

SOUKI, N. *Hannah Arendt e a banalidade do mal*. Belo Horizonte: UFMG, 1998.

TAYLOR, R. Goebbels and the Function of Propaganda. In: WELCH, D. (Ed.). *Nazi Propaganda. The Power and the Limitations*. Oxfordshire: Routledge, 1983.

VERNANT, J.-P. *As origens do pensamento grego*. Rio de Janeiro: Difel, 1981.

WHITEHEAD, A. N. *Process and reality*. New York: Free Press, 1979.

WRENN, C. *Truth*. Key concepts in Philosophy. United Kingdom: Polity Press, 2014.



O NEGACIONISMO NÃO É UMA FORMA DE CETICISMO

Italo Lins Lemos¹

Renato Cesar Cani²

RESUMO: O nosso objetivo, neste artigo, é argumentar que o negacionismo não é uma forma de ceticismo. Enquanto o cético concede o seu assentimento às proposições que possuem evidências contundentes e suspende o seu juízo a respeito das proposições obscuras, o negacionista, segundo Lawrence Torcello (2016), rejeita um consenso científico por motivos que são independentes da pesquisa e do progresso das ciências. Além disso, o negacionista, mais do que negar uma tese bem estabelecida pela comunidade especializada, e longe de suspender o juízo acerca de proposições obscuras, sustenta categoricamente teses equivocadas que dizem respeito, por exemplo, ao formato plano (ao invés de geoidal) do planeta que habitamos. Em suma, argumentamos que os negacionismos, ao invés de corresponderem a formas de ceticismo, consistem em dogmatismos conspiratórios.

PALAVRAS-CHAVE: Negacionismo. Ceticismo. Epistemologia. Filosofia da Ciência.

ABSTRACT: Our aim in this paper is to argue that denialism is not a form of skepticism. While the skeptic assents to propositions that are supported by overwhelming evidence and suspends his judgment regarding obscure propositions, the denialist, according to Lawrence Torcello (2016), rejects a scientific consensus for reasons that are independent of scientific research and progress. Furthermore, the denialist, more than denying a well-established thesis put forward by the specialized community, and far from suspending his judgment regarding obscure propositions, categorically defends mistaken theses concerning, for example, the flat (rather than geoidal) shape of the planet we inhabit. In short, we will argue that denialisms, instead of corresponding to forms of skepticism, consist in conspiratorial dogmatism.

¹ Professor Adjunto do curso de Filosofia da Universidade Federal do Cariri (UFCA). Doutor em Filosofia pela Universidade Federal de Santa Catarina (UFSC). ORCID: 0000-0003-2402-9820. E-mail: italolinslemos@hotmail.com

² Professor EBTT do Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia de Mato Grosso (IFMT). Doutor em Filosofia pela Universidade Federal de Santa Catarina (UFSC). ORCID: 0000-0002-1460-8450. E-mail: renatocani@gmail.com



KEYWORDS: Denialism. Skepticism. Epistemology. Philosophy of Science.

I

A pandemia de Covid-19 nos deixou mais atentos às variadas formas de negacionismo. No decorrer dos anos de 2020 e 2021, enquanto as comunidades de cientistas estabeleciam a sintomatologia da Covid e desenvolviam as vacinas que amenizariam os casos graves da doença, fomos bombardeados por informações falsas sobre a natureza e extensão da pandemia. Ouvimos, principalmente nas redes sociais, embora também em algumas emissoras de televisão que carecem de um senso de responsabilidade social, que as vacinas para a Covid-19 eram perigosas porque ainda estavam em fase experimental. De fato, os cientistas desenvolveram as vacinas em tempo recorde, mas esta circunstância mostra o sucesso da empreitada científica quando diversas comunidades (como universidades e laboratórios) canalizam os seus esforços e orçamentos em prol de um interesse comum³.

Não obstante, mais do que assumir que seríamos testados como camundongos em circunstâncias nas quais mutações genéticas dignas de obras de ficção científica poderiam se suceder, houve quem defendesse que as vacinas continham *chips* destinados a controlar as nossas mentes, além de outras teorias da conspiração que escapam ao bom senso e não contam com o alto padrão de rigor que é característico de uma investigação científica⁴.

Além de duvidar da eficácia e da segurança das vacinas — o que até poderia ser um sinal de prudência, se colocado em suspeição pelas comunidades responsáveis pela investigação —, as críticas à ciência normal que tentava amenizar os efeitos catastróficos da pandemia eram acompanhadas por soluções miraculosas, como a recomendação de medicamentos que compunham o ‘kit-covid’, a exemplo da azitromicina, ivermectina, cloroquina, hidroxiclороquina e outras drogas cuja eficácia no tratamento de uma série de doenças estava comprovada, embora nenhuma delas fosse a Covid-19.

³ Ademais, as pesquisas sobre a vacina para a Covid-19 não partiram da estaca zero, mas, como consta no relatório do Instituto Butantan, levaram em consideração estudos realizados desde 2003 (Butantan, 2022).

⁴ Salientamos que não defendemos uma postura iluminista sobre o alcance das ciências. As ciências são falíveis porque são conduzidas por seres falíveis. Mas não há razão para adotarmos uma perspectiva relativista. Os avanços das ciências são inegáveis e mostram que, mesmo quando elas falham ou não conseguimos explicar os aparatos tecnológicos que nos circundam, elas não são um conjunto de palpites formulados acriticamente.



Seguindo o exemplo acima, notamos que o *modus operandi* negacionista tem uma estrutura e, portanto, alguma previsibilidade. Primeiramente, nega-se o sucesso de alguma tese científica. Em seguida, provavelmente porque a mente humana tem horror ao vácuo, surgem teses que solucionariam uma questão cientificamente relevante. Os defensores do movimento antivacinação, por exemplo, não só duvidam da eficácia e da segurança das vacinas para a Covid-19, mas apresentam medicamentos e procedimentos que carecem de comprovação para o tratamento da doença. Os terraplanistas não se limitam a suspeitar das teses astronômicas que mostram que o formato do nosso planeta é geoidal, mas sustentam que a Terra é plana. Os negacionistas climáticos, por sua vez, não se satisfazem em questionar a confiabilidade dos métodos que empregamos para estabelecer que, em função da atividade humana, a temperatura média do planeta está aumentando, mas afirmam que a Terra se encontra em processo de resfriamento. Os negacionistas históricos, como aqueles que negam a ocorrência de uma ditadura militar no Brasil entre os anos de 1964 e 1985, dizem que não houve uma ditadura, muito menos um golpe, mas uma revolução. Portanto, a faceta da negação é somente a metade do processo negacionista. A outra metade diz respeito a afirmações, e são elas — ao invés das negações — que caracterizam o tipo de negacionismo que temos diante de nós.

Apesar de usarmos a alcunha “negacionista” para indicar que alguém carece de credibilidade, não é incomum ouvirmos que o negacionismo é uma forma de ceticismo. Ailton Krenak, importante filósofo e liderança indígena, afirmou em *A vida não é útil*:

Mas, nos últimos cinco, seis anos, com o agravamento da crise climática, com o planeta fervendo, *esses negacionistas começaram a declinar de sua posição cética e querer entender a teoria de Gaia. Deixo isso para os incrédulos*” (Krenak, 2020, p. 19-20, grifos nossos).

Michael Shermer, um famoso divulgador científico estadunidense, disse:

Os criacionistas são céticos em relação à teoria da evolução. Os ‘revisonistas’ do Holocausto são céticos em relação à historiografia tradicional do holocausto. Eu sou cético em relação a esses céticos (Shermer, 2011, p. 17).

Keith Kahn-Harris, em uma coluna no jornal britânico *The Guardian*, defendeu:



Há múltiplos tipos de negacionistas: desde aqueles que são céticos quanto a todo conhecimento estabelecido até aqueles que desafiam um tipo de conhecimento; [...] há aqueles que queimam com a certeza, assim como aqueles que são privadamente céticos sobre o seu ceticismo (Kahn-Harris, 2018, tradução nossa).

Seja por descuido conceitual ou por uma concessão caridosa, a equiparação entre negacionismo e ceticismo é um engano. O engano se dá não somente em um sentido conceitual, na medida em que a extensão do conceito de negacionismo não inclui a atitude cética; mas, especialmente, porque um ceticismo moderado, em oposição ao radicalismo do negacionismo, pode ser considerado uma virtude intelectual. Consideramos o cético virtuoso porque, no que diz respeito às nossas práticas cotidianas, associamos a sua imagem ao senso crítico e à dúvida, ou seja, a alguém prudente que, em função de sua prudência, não assente à verdade ou à falsidade de uma proposição sem que haja excelentes razões para aceitá-la. Teríamos, então, o seguinte argumento dedutivo válido: o negacionista é cético; o cético é virtuoso; portanto, o negacionista é virtuoso. Se o argumento é válido, mas a sua conclusão é falsa, então ao menos uma de suas premissas é falsa. Aceitamos a premissa que estabelece que o cético é virtuoso. Consequentemente, a premissa falsa é aquela que afirma que o negacionista é cético.

O nosso objetivo neste artigo é argumentar que o negacionismo (em suas variadas formulações, mas, em especial, o negacionismo científico) não é uma forma de ceticismo⁵. Mais do que isso, defenderemos que o negacionismo é o inverso do ceticismo, ou seja, uma forma de dogmatismo⁶. Temos duas razões para sustentar essa tese: na face da negação, o negacionista se mostra alheio aos métodos e aos resultados preconizados pelas ciências e, por vias estritamente ideológicas, desemboca em teorias da conspiração. Portanto, ele carece de

⁵ Não estamos buscando as razões que levam um sujeito a se tornar um negacionista (se por ignorância ou pela ausência de um mundo compartilhado), nem mesmo os seus objetivos (se para obtenção de lucro, por alguma pulsão de morte ou para evitar encarar a dureza da realidade), o porquê de essa perspectiva se disseminar com facilidade (se porque as pessoas estão amedrontadas ou buscam pertencer a um grupo específico) ou quais seriam as consequências danosas para a sociedade (como o descrédito das ciências naturais, o enfraquecimento da democracia, ou a morte na pandemia). Para tais questões, recomendamos o artigo de Ana Paula Morel (2021).

⁶ Embora a articulação do argumento seja original, a tese que analisaremos não é nova, pois Lawrence Torcello (2016) e Philip Schmid & Cornelia Betsch (2019) a defenderam anteriormente. No entanto, com exceção dos trabalhos de Déborah Danowski (2020), Ana Paula Morel (2021) e Ernesto Perini-Santos (2022), ainda temos poucos textos sobre o tema em língua portuguesa, o que mostra a importância de conduzirmos a atual pesquisa.



boas razões para suspeitar de uma teoria científica que se encontra consolidada na comunidade relevante. Já na face da afirmação, para além da ausência de evidências contundentes que dão suporte a uma tese negacionista, temos uma inconsistência entre a extensão dos conceitos, pois a suspensão do juízo quando nos encontramos em um impasse é uma das características do ceticismo.

II

Começamos pela caracterização do negacionismo. O negacionista, apesar do sentido literal do termo, não é simplesmente um indivíduo que nega uma tese, qualquer que ela seja. Por exemplo, podemos negar as teses de que a Terra seja plana, ou de que as vacinas causam autismo, sem sermos negacionistas. De acordo com Lawrence Torcello,

o negacionismo científico ocorre quando a ciência estabelecida é rejeitada *por motivos que são independentes da pesquisa e do progresso das ciências* (Torcello, 2016, p. 20, tradução nossa, grifos nossos).

Já os irmãos Hoofnagle, como relatam Pascal Diethelm e Martin McKee, caracterizaram o negacionismo como

o emprego de argumentos retóricos que dão a aparência de um debate legítimo *onde não há sequer um debate*; uma abordagem que tem como fim último a rejeição de uma proposição que pertence a um consenso científico (Diethelm & McKee, 2009, p. 2, tradução nossa, grifos nossos).

Em outras palavras, os negacionistas negam um consenso estabelecido por especialistas, mas sem que haja um debate legítimo e por motivos que são alheios à própria pesquisa científica.

As ciências se transformam constantemente, seja porque uma tese na qual acreditávamos é refutada (em função de procedimentos que são conduzidos com novos instrumentos de análise ou por uma reflexão cada vez mais aguçada), seja por conta de uma mudança dos procedimentos, instrumentos, valores e problemas que norteiam a pesquisa. Essas transformações correspondem ao que Thomas Kuhn (1998) denominou “revoluções científicas”. Porém, essas mudanças ocorrem internamente à comunidade científica, pois são



os indivíduos que pertencem à comunidade que conhecem os procedimentos da ciência normal que vem sendo conduzida.

Essa é a razão pela qual Nicolau Copérnico, ao escrever e publicar o *De Revolutionibus Orbium Coelestium* (1543), obra em que rejeita o consenso do sistema geocêntrico estabelecido por Claudius Ptolomeu (que defendia a tese de que o sol orbitava em torno do nosso planeta) e apresenta o sistema heliocêntrico (que consiste na tese de que o nosso planeta orbita em torno do sol), não pode ser considerado um negacionista. Nem mesmo Einstein ao derrubar o paradigma da mecânica Newtoniana, nem qualquer outro cientista responsável por uma descoberta revolucionária para a sua comunidade. Esses cientistas não são negacionistas, mesmo que tivessem falhado em suas tentativas, pois rejeitaram o paradigma anterior *em função direta da pesquisa e do progresso das ciências*.

Considerando que a negação da ciência, pelo negacionista, não encontra fundamento em aspectos ligados à investigação científica, resta-nos identificar quais seriam os elementos caracterizadores das posturas negacionistas. De acordo com Torcello (2016, p. 21), há dois conjuntos de fatores que influenciam a negação de consensos científicos por parte dos negacionistas. O primeiro deles, segundo o autor, consiste na ignorância a respeito dos *procedimentos* adotados pela ciência. Em nossa visão, trata-se da ignorância ou de sua desconsideração, uma vez que existem casos em que sujeitos bem informados sobre o funcionamento da ciência desconsideram deliberadamente o seu modo de funcionamento em favor de teses negacionistas.

Parte da estratégia de persuasão adotada pelos defensores do terraplanismo também pode ser interpretada como exemplo desse primeiro aspecto, relativo à desconsideração dos procedimentos metodológicos da ciência. Em uma das cenas do documentário *Behind the Curve* (2018), um dos líderes do movimento terraplanista nos Estados Unidos, Mark Sargent, afirma que as evidências para o terraplanismo estariam ao alcance de qualquer sujeito que se dispusesse a olhar em direção ao horizonte e observasse prédios ou outras construções à longa distância, fato que não ocorreria, segundo ele, se a Terra não fosse plana. Em seguida, Sargent contrasta a argumentação simples dos terraplanistas com as complicadas metodologias



científicas, que envolvem o estudo de cálculos matemáticos:

A ciência não está conseguindo combater o que estamos fazendo. [...] O motivo de estarmos vencendo a batalha contra a ciência é porque só falamos de matemática. E nós dissemos: “Ei, ali é Seattle” (Behind, 2018, 5:20-5:56)⁷.

Naturalmente, o raciocínio de Sargent apresenta falhas epistêmicas e lógicas nítidas, visto que coleta evidências de forma bastante seletiva como forma de sustentar a tese terraplanista. Com efeito, a *seletividade* na escolha das evidências relevantes consiste em uma característica marcante do negacionismo científico. Ainda no documentário citado, há um grupo de engenheiros que busca realizar um experimento — baseado num equipamento que mensura a trajetória da luz que é disparada de um canhão de raio laser — para comprovar que a Terra é plana. A narrativa apresentada no documentário mostra que, quando o experimento é concluído, ele aponta para o formato curvo (geoidal) da Terra, porém o grupo de engenheiros decide ignorar o resultado e passa a trabalhar no desenho de possíveis manipulações ou reformulações do experimento, capaz de comprovar a tese terraplanista. É por conta de exemplos como esse que preferimos falar na *desconsideração* dos procedimentos científicos, mais do que na mera ignorância deles, uma vez que, nesse caso, o grupo responsável pelo experimento possui — ao menos, presumidamente — sólida formação científica, mas opta por desconsiderar o tratamento científico das evidências em prol de um olhar seletivo ou parcial.

A seletividade na escolha das evidências também caracteriza a estratégia de propaganda utilizada pela indústria do tabaco durante as décadas de 1960 e 1970. O caso, estudado amplamente por Oreskes e Conway (2010), tornou-se paradigmático dos métodos de propaganda utilizados por promotores do negacionismo científico. No livro *Merchants of Doubt [Mercadores da Dúvida]*, Oreskes e Conway (2010) apresentam o modo como, diante do crescente consenso científico a respeito da correlação causal entre tabagismo e aparecimento de câncer de pulmão e outras enfermidades, a indústria do tabaco passou a patrocinar estudos científicos com a intenção de demonstrar os supostos benefícios do tabagismo para a saúde do ser humano. Isso fez com que a sociedade se colocasse diante de

⁷ Para uma análise do documentário *Behind the Curve* e sua relação com a filosofia da ciência, recomendamos Bertotti (2020).



um cenário em que havia especialistas tanto para afirmar os danos como os benefícios do tabagismo, o que resultou na promoção de dúvida e confusão entre os cidadãos. Nesse sentido, foram adicionadas ao debate público evidências de baixa qualidade (a fim de indicar supostos benefícios do cigarro à saúde), tornando possível ao negacionista rejeitar as evidências corretas e, de forma seletiva, endossar somente as que atendem a seus interesses.

O primeiro aspecto do negacionismo, como vimos, diz respeito ao tratamento equivocado das evidências, dos dados e da metodologia científica. Tratam-se, portanto, de fatores *epistêmicos*. Entretanto, concordamos com Perini-Santos (2022) quanto à afirmação de que a caracterização do negacionismo somente do ponto de vista epistêmico é insuficiente, uma vez que os aspectos sociais e políticos precisam ser levados em conta. Por essa razão, salientamos que o segundo aspecto característico do negacionismo científico, de acordo com Torcello (2016), corresponde à prevalência de raciocínios motivados por questões *ideológicas*. Assim, a negação da ciência estabelecida em prol de teses comprovadamente falsas atende ao fortalecimento de estratégias políticas baseadas em teorias conspiratórias.

A origem do termo “negacionismo”, introduzido por Henry Rousso (1990) para se referir a aqueles que negam a ocorrência do Holocausto, ilustra o componente ideológico e conspiratório desse posicionamento. Afinal, a negação dos assassinatos e torturas promovidos pelo regime nazista durante o período da Segunda Guerra Mundial não é motivada pela análise de novas e incontestes evidências históricas que poderiam ter surgido, mas encontra respaldo na falsificação de documentos históricos, no ataque à dignidade da população judaica e de outros grupos, bem como no descrédito de testemunhos. Dessa forma, o caráter ideológico figura de maneira evidente na base da negação do Holocausto, mas é possível que esse aspecto não esteja tão nítido em outros casos de negacionismo científico, como no terraplanismo ou, até mesmo, no negacionismo climático ou no movimento antivacinação⁸.

Para compreender essa questão, precisamos analisar a natureza das teorias conspiratórias, que usualmente são endossadas pelos negacionistas em substituição às teses

⁸ Como Matthew Slater *et al.* argumentam, o negacionismo se torna um problema fundamentalmente político na medida em que promove a diminuição da confiança em crenças que promovem valores democráticos (Slater *et al.*, 2020, p. 2).



científicas. Nesse sentido, Karl Popper define o conceito de teoria conspiratória da sociedade nos seguintes termos:

É a visão de que uma explicação para um fenômeno social consiste na descoberta dos homens ou grupos que estão interessados na ocorrência desse fenômeno (às vezes, é um interesse oculto que ainda precisa ser revelado), e que planejaram e conspiraram para trazê-lo à tona (Popper, 2013b [1945], p. 306, tradução nossa).

As teorias conspiratórias, portanto, apresentam como justificção a menção a interesses ocultos defendidos por grupos políticos poderosos, que não estariam interessados na revelação da verdade, pois isso facilitaria a manipulação social e a consecução de determinados objetivos. No caso do terraplanismo, esse raciocínio estrutura o movimento e a narrativa defendida por ele como uma contraposição (e, até mesmo, uma forma de resistência) à determinada conspiração defensora de interesses nefastos, cujas representantes seriam as instituições promotoras de conhecimento e informação: governos, instituições de ensino, órgãos de pesquisa científica, imprensa e organismos internacionais⁹. Na mesma linha de raciocínio, o aquecimento global passa a ser visto pelos negacionistas como uma invenção, criada com o intuito causar pânico e obter vantagens econômicas às custas da população (Costa, 2020).

De forma análoga, o movimento antivacina passou a compreender a pandemia de Covid-19 como uma criação do governo chinês com intuítos maléficos para as liberdades civis (COVID-19, 2020). Esse exemplo demonstra o fato de que, uma vez aceito o núcleo de uma teoria conspiratória, toda a realidade passa a ser vista a partir desse prisma, que opera como um critério de avaliação das evidências e informações que serão consideradas ou descartadas. Isto é, o movimento antivacina não nasceu durante a pandemia de Covid-19, mas ele interpretou a pandemia a partir de suas crenças conspiratórias, classificando como problemáticos e perigosos os esforços da comunidade científica no desenvolvimento de vacinas para conter o vírus, bem como as iniciativas de governos e organismos internacionais para frear o contágio, através, por exemplo, do uso de máscaras e de outras intervenções não

⁹ A descrédibilização das instituições promotoras de conhecimento e informação é uma das marcas do que ficou conhecido como *pós-verdade*. Para uma exposição introdutória sobre o conceito de pós-verdade, Cf. Cani (2022).



farmacológicas.

Até aqui, caracterizamos o negacionismo científico como uma posição que nega os consensos estabelecidos pela ciência (i) por razões independentes das práticas e metodologias científicas, (ii) com motivação ideológica, e que (iii) resulta na adesão a teorias conspiratórias. O resultado é a promoção do descrédito das instituições promotoras de ciência e informação. Agora, interessa-nos caracterizar o ceticismo, a fim de demonstrarmos de que modo o negacionismo científico e o ceticismo não merecem ser confundidos.

III

O ceticismo tem uma longa história. Se quiséssemos estabelecer uma genealogia da tradição cética, teríamos que regressar a Pirro de Élis, em 360 a.C. O Ceticismo, como outras tradições do Helenismo, a exemplo do Estoicismo e do Epicurismo, era mais do que um conjunto de teses epistemológicas ou metafísicas, uma vez que se tratava de um modo de vida (*skeptiké agogé*) que tinha como fim atingir a imperturbabilidade da alma (*ataraxia*). No entanto, o nosso esforço neste artigo não é argumentar que o negacionismo não é uma forma de Ceticismo Pirrônico, Acadêmico ou de qualquer outra articulação estabelecida na Antiguidade Clássica. Se esse fosse o caso, a nossa tese seria estabelecida não somente com facilidade, mas com certo grau de obviedade. Afinal de contas, no sentido clássico, não apenas os negacionistas não seriam céticos, mas virtualmente ninguém o seria¹⁰ — excetuando-se, talvez, os monges budistas vinculados aos gimnosofistas que Pirro conheceu em suas viagens na caravana de Alexandre Magno¹¹. Danilo Marcondes caracteriza o procedimento cético em questão na obra *As Raízes da Dúvida*:

Conforme Sexto Empírico (H.P. I, cap. 4), o Ceticismo se caracterizaria, portanto, por ser um procedimento segundo o qual os filósofos, em sua busca (a *zétesis*) da verdade, se defrontariam com uma variedade de posições teóricas (o dogmatismo).

¹⁰ Esta afirmação depende do modo como interpretamos o ceticismo pirrônico, se como algo que deve se infiltrar na vida cotidiana ou como um desafio estritamente teórico. Trata-se do *problema do insulamento*. Aqui, estamos adotando a interpretação de que o ceticismo é uma *skeptiké agogé* (Marcondes, 2019, capítulo 7).

¹¹ Cf. Laêrtios (2008, p. 267-279).



Essas posições estariam em conflito (*diaphonía*) por serem mutuamente excludentes, cada uma se pretendendo a única válida. Dada a ausência de critério para a decisão sobre qual a melhor teoria, já que os próprios critérios dependem das teorias, todas se encontrariam no mesmo plano, dando-se assim a *isosthenia*, ou equipolência. Diante da impossibilidade de decidir, o cético suspende o juízo (*epoché*) e, ao fazê-lo, descobre-se livre de inquietações (Marcondes, 2019, p. 29).

Apesar de não relacionarmos o cético contemporâneo ao indivíduo que busca a *ataraxia*, podemos reconhecer que o confronto com o dogmático e a realização da *epoché* — mesmo que provisoriamente — ainda são elementos distintivos da atitude cética. Precisamos ainda salientar que os dogmáticos, nas palavras de Sexto Empírico no seminal *Hipotiposes Pirrônicas*, são “aqueles que afirmam ter descoberto a verdade” (Empírico, 1997, p. 115), como seriam os casos de Aristóteles, de Epicuro e dos Estoicos. Em outras palavras, o dogmático seria aquele que afirma ou nega que uma determinada proposição seja o caso, supondo que essa proposição possa ser objeto de um conhecimento que está para além do modo como o mundo se apresenta ao nosso entendimento¹². Notamos, nesse sentido, em que medida a História da Filosofia, em função de sua tentativa de conhecer a natureza, é majoritariamente a história dos dogmatismos, ao invés da história dos ceticismos.

Essa desconfiança em relação aos dogmáticos não é fortuita, por pelo menos três razões: primeira, porque os nossos sentidos e entendimento são falíveis (como é expresso nos tropos de Enesidemo); segunda, pelo fato de que temos dificuldades em apresentar justificações para as nossas crenças sem incorrermos em arbitrariedade, circularidade ou em uma cadeia infinita de outras razões (como no trilema de Agripa); por fim, porque a equipolência entre duas ou mais teorias pode nos levar a um impasse.

No caso da equipolência, por exemplo, lemos as *Categorias* ou a *Metafísica* de Aristóteles e aceitamos a sua teoria das substâncias; porém, em seguida, lemos a crítica de David Hume e encontramos excelentes razões para acreditar que as substâncias são devaneios da imaginação. Entretanto, como podemos aceitar duas teorias que, em pontos cruciais, afirmam proposições contrárias? Como podemos tomar uma decisão dessa natureza sem incorrer em arbitrariedade, mas preservando a concepção de que somos filósofos envolvidos

¹² Essa característica, por sua vez, marca um contraste com o Ceticismo Acadêmico de Clitômaco e Carnéades, que sustentavam que não podemos apreender um mundo cuja existência independe das nossas percepções.



em uma investigação legítima sobre a natureza do mundo em que nos encontramos? Se a resposta cética é frustrante, não podemos alegar que ela seja desonesta; afinal, não podemos decidir entre uma teoria e outra, sendo a suspensão do juízo a única saída coerente, ao menos até o ponto em que a investigação nos levará a um resultado mais seguro.

Não obstante, o ceticismo contemporâneo está associado a um elemento que emergiu como um método nos primórdios da modernidade. René Descartes, nas *Meditações sobre filosofia primeira*, tornou simbiótica a relação entre o ceticismo e a *dúvida*. Nós suspendemos o juízo não apenas quando há um cenário de equipolência como o mencionado anteriormente, mas também quando não encontramos razões suficientes para acreditar que os instrumentos que estamos empregando em uma investigação sejam seguros (em termos cartesianos, infalíveis) e, portanto, não conseguem nos auxiliar a conceber ideias claras e distintas (que seriam condições necessárias para que possamos ter conhecimento).

Apesar disso, mesmo enquanto método ou procedimento, não desejamos equacionar o ceticismo a algo como a dúvida hiperbólica cartesiana. Não é preciso relegar o que nos é passado pelos cinco sentidos, supor que estamos sonhando ou, o que seria a hipótese mais radical de Descartes, suspeitar que a todo momento estamos sendo enganados por um gênio maligno¹³. Novamente, caso entendamos o ceticismo como relacionado a uma dúvida radical, ninguém será um cético — seja porque essa forma de ceticismo é implausível em termos práticos, na medida em que não deixamos de assentir a aquilo que aparece para nós; seja porque o indivíduo que adotou esse preceito foi absorvido pela própria dúvida e não conseguiu sobreviver, pois, pode ter duvidado, por exemplo, da capacidade de um fogo intenso destruir os nossos corpos, uma vez que o fogo e os corpos estejam espacialmente contíguos.

Sendo esse o caso, apresentaremos uma caracterização de um ceticismo moderado¹⁴. David Hume, na voz do personagem Cleantes, nos *Diálogos sobre a religião natural*, forneceu a caracterização que estamos procurando:

¹³ Cf. Descartes (2013, Segunda Meditação).

¹⁴ Não se trata, portanto, de uma definição, que exigiria a explicitação das condições suficientes e necessárias para que alguém seja um cético.



O que todo cético razoável preconiza é apenas rejeitar os argumentos obscuros, remotos e demasiado sutis; aderir ao senso comum e aos simples instintos da Natureza; e dar seu assentimento sempre que alguma razão o sensibilize tão fortemente que ele não possa, sem extrema violência, deixar de fazê-lo (Hume, 1992, p. 50-51).

Pretendemos enfatizar o primeiro elemento que Hume menciona. Se o cético razoável rejeita os argumentos obscuros, então ele não aceita aqueles argumentos que possuem conclusões que não são suportadas satisfatoriamente por suas premissas. Em termos mais técnicos, o cético rejeita os argumentos dedutivos incorretos (que são inválidos em sua forma; ou válidos com ao menos uma premissa falsa) e argumentos indutivos não-cogentes (que são fracos, pois têm uma conclusão que, em termos probabilísticos, não pode ser estabelecida com segurança; ou fortes, mas possuem ao menos uma premissa ou conclusão falsa). O cético se atém, portanto, a um modo rigoroso de reflexão e fornece uma atenção especial às evidências que tem à disposição para sustentar uma tese.

Até então, levando em consideração a concepção de Hume, a caracterização do cético se confunde com a de um agente racional. Mas o cético, como mencionamos, também suspende o juízo quando encontra argumentos que carecem de premissas e conclusões plausíveis. Essa é, portanto, uma proposta semelhante à do Ceticismo Clássico, pois encontramos o *eulogon* (o razoável) em Arcesilau, o *pithanon* (o plausível) e o *aperispatous* (testado e indubitável) em Carnéades, e a cura da *oiesis* (a presunção) e da *propeteia* (a precipitação) em Sexto Empírico (Marcondes, 2019, p. 30-34). O cético, portanto, não retorce a realidade para que ela se adeque às suas crenças, mas molda as suas crenças de acordo com a maneira como a realidade se apresenta.

O ceticismo que temos em mente é aquele que, nas palavras de Bertrand Russell, tem como “resultado básico [...] que a certeza desarticulada terá dado lugar à hesitação articulada” (Russell, 1940, p. 78, apud Marcondes, 2019, p. 157). É, nesse sentido, uma forma de abandonar um estado de ingenuidade epistêmica e que tem a pretensão de operar como uma espécie de “freios e contrapesos” para o avanço do conhecimento. Analisaremos, na próxima seção, em que medida o ceticismo que caracterizamos não está relacionado ao negacionismo, mas, ao contrário, faz com que o negacionismo seja uma forma de dogmatismo.



IV

À luz dos argumentos que apresentamos até aqui, seria coerente afirmar que os negacionistas climáticos são *céticos* com relação às mudanças climáticas, considerando sua postura diante dos dados apresentados pelos boletins do Painel Intergovernamental sobre Mudanças Climáticas (IPCC)? De modo análogo, seria razoável afirmar que os ativistas antivacinação são *céticos* com relação aos efeitos das vacinas, considerando a postura de tais grupos com relação às orientações dos organismos de saúde?

Neste ponto de nossa investigação, esperamos que estejam nítidas as razões pelas quais ambas as perguntas possuem respostas negativas. Por um lado, caracterizamos o *negacionismo científico* não apenas como a negação de consensos bem estabelecidos pela comunidade científica, mas também como a adesão a teorias conspiratórias que organizam uma visão de mundo com base na descredibilização das instituições promotoras de conhecimento e informação. Por outro lado, caracterizamos o *ceticismo moderado* como uma postura que rejeita argumentos que possuem falhas importantes, sejam eles dedutivos ou indutivos, mas que assente — ainda que provisoriamente — aos argumentos sustentados por evidências confiáveis.

Apesar de os negacionistas não fazerem afirmações avulsas, mas apresentarem um conjunto de razões que dão suporte às suas crenças, as suas crenças não são candidatas ao conhecimento. Essas razões, que se multiplicam nos fóruns desregrados que ilustram a “liberdade irrestrita” que temos na internet, ao invés de se consolidarem nas revistas acadêmicas que são editoradas e avaliadas pela comunidade especializada, encontram dois desafios epistemológicos: (1) nenhuma crença falsa pode ser um caso de conhecimento. Se a Terra é redonda (e a temperatura média do planeta está aumentando paulatinamente etc.), então um negacionista não pode *saber* que a Terra é plana (e que o planeta está esfriando etc.). Ademais, (2) se uma tese negacionista eventualmente se mostrar verdadeira — embora não tenhamos em mente algum caso em que essa coincidência tenha ocorrido na história



recente das ciências —, podemos assegurar que essa circunstância seria representativa do bordão “até mesmo um relógio quebrado fornece a hora correta duas vezes por dia”.

Desse modo, sustentamos não apenas que o negacionismo científico não consiste numa forma de ceticismo, mas também que a própria comunidade científica incorpora o ceticismo razoável em suas investigações. Retomemos, primeiramente, o caso do terraplanismo. Dada a natureza inusitada de sua tese principal, torna-se evidente a sua desvinculação de qualquer postura cética. Afinal, as evidências favoráveis à afirmação de que o formato da Terra consiste num geóide são abundantes. Mesmo que a consideração de algumas dessas evidências (como imagens de satélite ou instrumentos especializados das pesquisas espaciais) exija o assentimento ao testemunho de terceiros (a saber, os membros da comunidade científica), trata-se de uma característica inerente à construção do conhecimento, visto que nenhum ser humano é capaz, sozinho, de acessar todas as evidências existentes. A postura terraplanista, portanto, carece de qualquer fundamento, não podendo ser confundida com o ceticismo.

No que se refere ao negacionismo climático, observamos um quadro análogo. Ao negar a tese de que a temperatura média da Terra se encontra em processo de aquecimento e afirmar a tese contrária, os negacionistas assumem uma postura exatamente oposta àquela defendida pelos céticos. Como dissemos, o cético moderado concede assentimento prático àquelas evidências bem fundamentadas, ainda que suspenda o juízo nos casos em que as evidências são frágeis. Por exemplo, é possível que haja divergências entre membros da comunidade científica a respeito da extensão, da intensidade, das consequências ou de outras especificidades envolvendo o processo de aquecimento da Terra. Essas possíveis divergências serão combustível para novas pesquisas que visem o avanço na compreensão geral do fenômeno. A comunidade científica, desse modo, suspenderá o juízo diante dessas especificidades, mas não colocará em dúvida o fenômeno do aquecimento global até que haja evidências qualificadas apontando nessa direção. É nesse sentido que argumentamos que o ceticismo razoável se encontra presente na prática científica.

A mesma reflexão pode ser realizada para o caso da pandemia de Covid-19,



especialmente no que se refere à defesa negacionista do uso da hidroxicloroquina para a prevenção e o tratamento da enfermidade. No início da pandemia, quando ainda não havia pesquisas sobre a eficácia do medicamento para o tratamento da Covid-19, a atitude prudente a ser tomada seria esperar as pesquisas chegarem a um termo. Uma vez que os estudos tenham sido realizados e publicados por diversos cientistas em jornais científicos reconhecidos pela comunidade, e uma vez que as pesquisas tenham indicado que o medicamento em questão não possui eficácia para a prevenção e o tratamento da Covid, o cético suspende o próprio ceticismo e recusa a tese de que funciona. Foi essa a postura adotada pela Organização Mundial da Saúde (OMS), que, diante dos resultados da ineficácia do medicamento para a finalidade citada, emitiu comunicado desaconselhando sua prescrição e priorizando pesquisas mais promissoras (OMS, 2021).

A postura cética, portanto, da maneira como a caracterizamos, aproxima-se da investigação científica. O negacionismo científico, em sentido contrário, consiste numa forma de dogmatismo, ao sustentar de modo convicto teses sem qualquer base evidencial, a não ser o fato de que elas possuem coerência com os fundamentos de teorias conspiratórias já aceitas previamente pelo sujeito. No último caso que analisamos, a saber, o da controvérsia envolvendo o uso da hidroxicloroquina para a prevenção e o tratamento de Covid-19, essa face dogmática do negacionismo científico se manifesta de modo evidente e, ao mesmo tempo, perigoso. Afinal, durante a pandemia, tornaram-se comuns os casos em que influenciadores digitais e lideranças políticas promoveram a utilização da hidroxicloroquina — e demais medicamentos que compunham o chamado “kit Covid” — ao mesmo tempo em que criticavam as medidas de combate ao vírus, especialmente as intervenções não farmacológicas, como o uso de máscaras e a adoção de distanciamento social (Guerra, 2021).

Tudo isso aponta para a relevância social da presente investigação, uma vez que a adoção de posturas negacionistas — e, portanto, dogmáticas — por parte de governos, organismos de imprensa ou influenciadores pode ter como resultado o agravamento de crises sanitárias, como no caso da pandemia de Covid-19, bem como a desmobilização de ações de enfrentamento à crise climática. Nesse sentido, a adoção de certo *ceticismo terapêutico*, nos



moldes do que propunha Sexto Empírico, seria extremamente bem-vinda nesse contexto. Por meio dessa forma de ceticismo, o filósofo esperava curar os pacientes dos efeitos perniciosos do dogmatismo, que impede a revisão de opiniões e crenças que carecem de evidências robustas. Os males que Sexto Empírico procurava extirpar consistiam na *oiesis*, caracterizada como uma espécie de presunção, isto é, de supor saber mais do que aquilo que se sabe, e a *propeteia*, pensada como uma forma de precipitação, isto é, fazer afirmações de modo apressado, sem que haja base evidencial e lógica suficiente.

Diante do exposto, esperamos ter demonstrado que o negacionismo — e o negacionismo científico, de modo particular — não se qualifica como uma forma de ceticismo. Antes, o negacionismo corresponde a uma forma de *dogmatismo conspiratório*, tendo em vista que a negação dos fatos, das evidências e das teorias científicas é mediada pela adesão a teorias conspiratórias que atendem a determinados propósitos ideológicos.

V. REFERÊNCIAS

BEHIND the Curve. Direção de Daniel J. Clark. Los Angeles: Delta-v Productions, 2018. Vídeo digital (95 minutos). Documentário exibido pela Netflix. Acesso em: 12 mar. 2022.

BERTOTTI, Thalyta Gonçalves. Como lidar com a popularização do terraplanismo? Uma proposta a partir da filosofia da ciência de Susan Haack. *Cognitio-Estudos: Revista Eletrônica de Filosofia*, São Paulo, v. 17, n. 2, p. 196-207, 2020.

BUTANTAN. A velocidade com que foi criada a vacina da Covid-19 é motivo de preocupação? Especialista do Butantan responde. *Portal do Butantan*. São Paulo. Disponível em: <https://butantan.gov.br/covid/butantan-tira-duvida/tira-duvida-noticias/a-velocidade-com-que-foi-criada-a-vacina-da-covid-19-e-motivo-de-preocupacao-especialista-do-butantan-responde>. Acesso em: 12 mar. 2023.

CANI, Renato Cesar. Um mergulho na pós-verdade: terraplanismo e outras conspirações. In: COSTA, Thiago *et al.* *Dimensões do pensamento: estudos em educação, política, ciência e arte* – Volume 1. Curitiba: Bagai, 2022, p. 129-148.

COSTA, Alexandre Araújo. Ceticismo e negação. *Piseagrama*, Belo Horizonte, número 14, p. 82-91, 2020. Disponível em: <https://piseagrama.org/artigos/ceticismo-e-negacao/>. Acesso em: 12 mar. 2023.



COVID-19: Ernesto Araújo denuncia ‘comunavírus’ e ataca OMS. *O Globo*, 22 abr. 2020. Mundo. Disponível em: <https://oglobo.globo.com/mundo/covid-19-ernesto-araujo-denuncia-comunavirus-ataca-oms-24387155>. Acesso em: 12 mar. 2023.

DANOWSKI, Deborah. *Negacionismos*. São Paulo: N-1 edições, 2020.

DESCARTES, René. *Meditações sobre filosofia primeira*. Tradução: Fausto Castilho. 2. ed. Campinas: Editora da UNICAMP.

DIETHELM, Pascal & MCKEE, Martin. Denialism: what is it and how should scientists respond? *European Journal of Public Health*, v. 9, n. 1, p. 2-4, 2009.

EMPÍRICO, Sexto. Hipotiposes Pirrônicas Livro I (tradução de Danilo Marcondes). *O que nos faz pensar*, [S.l.], v. 9, n. 12, p. 115-122, jun. 1997. ISSN 0104-6675. Disponível em: <http://www.oquenofazpensar.fil.puc-rio.br/index.php/oqnf/article/view/130>. Acesso em: 12 mar. 2023.

GUERRA, Rayanderson. Bolsonaro defendeu uso de cloroquina em 23 discursos oficiais; leia as frases. *O Globo*, 20 mai. 2021. Política. Disponível em: <https://oglobo.globo.com/politica/bolsonaro-defendeu-uso-de-cloroquina-em-23-discursos-oficiais-leia-as-frases-25025384>. Acesso em: 12 mar. 2023.

HUME, David. *Diálogos sobre a religião natural*. Tradução: José Oscar de Almeida Marques. São Paulo: Martins Fontes, 1992.

KAHN-HARRIS, Keith. Denialism: what drives people to reject the truth. *The Guardian*, 2018. Disponível em: <https://www.theguardian.com/news/2018/aug/03/denialism-what-drives-people-to-reject-the-truth>. Acesso em 10 de novembro de 2022.

KRENAK, Ailton. *A vida não é útil*. São Paulo: Companhia das Letras, 2020.

KUHN, Thomas Samuel. *A estrutura das revoluções científicas*. Tradução: Beatriz Vianna Boeira e Nelson Boeira. 5. ed. São Paulo: Perspectiva, 1998.

LAËRTIOS, Diôgenes. *Vidas e doutrinas dos filósofos ilustres*. Tradução: Mário da Gama Kury. 2. ed. Brasília: Editora da UnB, 2008.

MARCONDES, Danilo. *Raízes da dúvida: ceticismo e filosofia moderna*. Rio de Janeiro: Editora Zahar, 2019.

MOREL, Ana Paula Massadar. Negacionismo da COVID-19 e educação popular em saúde:



para além da necropolítica. *Trabalho, Educação e Saúde*, v. 19, epub, 2021.

OMS desaconselha fortemente o uso de hidroxicloroquina para prevenir a Covid. *Jornal Nacional*, 1º mar. 2021. Disponível em: <https://g1.globo.com/jornal-nacional/noticia/2021/03/01/oms-desaconselha-fortemente-o-uso-de-hidroxicloroquina-para-prevenir-a-covid.ghtml>. Acesso em: 12 mar. 2023.

ORESQUES, N.; CONWAY, E. *Merchants of doubt*. London: Bloomsbury Press, 2010.

PERINI-SANTOS, Ernesto. Desinformação, negacionismo e pandemia. *Filosofia Unisinos*, v. 23, n. 1, p. 1-15, 2022.

POPPER, Karl. *The open society and its enemies*. (New One-Volume Edition). Princeton: Princeton University Press, 2013b [1945].

ROUSSO, Henry. *Le syndrome de Vichy*. Paris: Points Seuil, 1990.

RUSSELL, Bertrand. *An inquiry into meaning and truth*. Londres: Routledge, 1940.

SCHMID, Philipp & BETSCH, Cornelia. Effective strategies for rebutting science denialism in public discussions. *Nature Human Behavior*, v. 3, p. 931-939, 2019.

SHERMER, Michael. *Por que as pessoas acreditam em coisas estranhas?* Tradução de Luis Reyes Gil. São Paulo: JSN Editora, 2011.

SLATER, Matthew; HUXSTER, Joanna; BRESTICKER, Julia; LOPICCOLO, Victor. Denialism as Applied Skepticism: Philosophical and Empirical Considerations. *Erkenntnis*, v. 85, p. 871–890, 2020.

TORCELLO, Lawrence. The ethics of belief, cognition, and climate change pseudoskepticism: implications for public discourse. *Topics in Cognitive Science*, v. 8, p. 19-4, 2016.



A CONTRIBUIÇÃO NEFASTA DA REVISTA *NATURE* PARA O NEGACIONISMO

Thiago Lustosa Jucá^{1*}

Rérisson Máximo^{2*}

Muciana Aracely da Silva Cunha^{3*}

RESUMO: Parte das concepções pseudocientíficas propagadas pela comunidade científica em seus principais periódicos, especialmente no início do século XX, tomaram alcance com os conceitos de Eugenia e Darwinismo Social, em que o cerne das discussões considerava as distinções de raça enquanto fenômeno biológico. O presente ensaio expõe a contribuição nefasta promovida pela renomada revista *Nature*, que, há até pouco tempo, indiretamente acabou por reforçar crenças e culturas racistas, como o *apartheid*, a colonização, o trabalho forçado e a escravidão, deixando uma marca indelével em sua trajetória histórica. As discussões sobre a inferioridade de raças, povos e indivíduos não somente fomentaram o negacionismo, uma vez que careciam de evidências, de consenso e de ceticismo científico adequados, como foram utilizadas como uma camada de verniz científico para legitimar projetos colonialistas e expandir os interesses do grande capital à época. Esse texto assinala ainda que as estratégias adotadas pelo capitalismo para alcançar seu patamar atual de forma hegemônica de sociabilidade somente tiveram êxito devido à apropriação do conhecimento científico que forneceu os aperfeiçoamentos tecnológicos para a conquista de novas terras e povos e, por fim, o acúmulo de capitais. Em conclusão, destacam-se autores que defendem uma perspectiva do negacionismo atual enquanto fenômeno social, o qual mais se liga às consequências da negação do fato do que propriamente ao fato em si. Essa perspectiva amplia o debate em torno do negacionismo para além das ideias difundidas nas mídias sociais, situando-o numa dimensão em que é necessário discutir o impacto das mudanças propostas pela ciência na hegemonia de determinados setores e de países dominantes da economia global.

PALAVRAS-CHAVE: Ciência. Eugenia. Capitalismo. Racismo. Pseudociência.

^{1*} Graduado em Ciências Biológicas (Licenciatura e Bacharelado), Mestre e Doutor em Bioquímica, todos pela UFC. E-mail: tiagolustosajuca@gmail.com

^{2*} Graduado em Arquitetura e Urbanismo (UFC), Mestre em Arquitetura e Urbanismo (USP) e Professor do IFCE. E-mail: maximo@usp.br

^{3*} Graduada em Ciências Biológicas (Licenciatura) pela UFC e em Pedagogia (Uninter), Doutora em Biotecnologia (Renorbio/UFC). E-mail: muciana.cunha@uece.br



ABSTRACT: The pseudoscientific ideas propagated by the scientific community in its main journals, especially in the early 20th century, gained strength with the eugenic ideas and Social Darwinism. In that sense, the core of the discussions revolved around racial differences as a biological phenomenon. This issue highlights the pernicious contributions of the prestigious journal *Nature*, which until recently indirectly supported racist beliefs and approaches such as apartheid, colonialism, forced labor, and colonialism, leaving indelible marks on its history. Discussions about racial differences, peoples, and individuals not only feed the denialism because of the lack of sufficient evidence, consensus, and scientific skepticism, but also are used to legitimize colonialist projects and expand the interests of the dominant economic power. This question notes that capitalism's strategies for achieving its current level of hegemonic socialization have only succeeded through the appropriation of scientific knowledge that has provided its technological improvements for the conquest of new lands, peoples, and ultimately, the accumulation of capital. In summary, there are authors who defend the perspective of denial as a social phenomenon that has more to do with the consequences of facts than with the facts themselves. This perspective extends the debate on denial beyond the ideas disseminated in social media and places it in a dimension where it is necessary to discuss the impact of the changes proposed by science on the hegemonies of certain sectors and dominant countries in the global economy.

KEYWORDS: Science. Eugenics. Capitalism. Racism. Pseudoscience.

INTRODUÇÃO

Na década de 1980, Carl Sagan cunhou o termo ceticismo científico, referindo-se a uma postura crítica diante da validade absoluta de teorias e ideias. Conforme menciona Estêvão Bertoni, em artigo do jornal *Nexo*, para Sagan, embora essa atitude de questionamento fosse considerada essencial para a compreensão da realidade sem falseamentos, ela não era suficiente¹. Era preciso também estar aberto a novas evidências, mesmo que elas contrariem nossas crenças. Esse argumento foi reforçado de forma mais contundente em um de seus grandes *best-sellers*, o livro “O Mundo Assombrado pelos Demônios”. Nele, Sagan não só se mostrou preocupado com “o vírus” do analfabetismo científico, como também defendeu que a sociedade precisaria agir diante desse desafio². Cada indivíduo precisaria ser flexível, isto é, estar propenso a aceitar novas evidências e, diante delas, eventualmente mudar seus paradigmas e suas crenças. A reivindicação de Sagan difere



da postura negacionista que refuta evidências e consensos científicos, tomando por base crenças políticas, religiosas, econômicas, culturais, dentre outras³.

Seguindo a trilha de Sagan, discussões sobre o negacionismo científico têm sido realizadas por inúmeros estudiosos. Em texto de 2021, publicado na revista britânica *Nature*, intitulado *Talking to science deniers and sceptics is not hopeless* (“Conversar com negadores da ciência e céticos não é inútil”, em tradução livre), Lee McIntyre pontua outro aspecto que caracteriza o negacionismo: a falta de confiança na ciência⁴. McIntyre pondera que não se pode convencer esses negadores apenas com fatos. Para ele, a maioria deles não tem déficit de informação, mas sim de confiança. E ela deve ser construída com paciência, respeito, empatia e relacionamento interpessoal.

Outra obra que discute a descrença no conhecimento científico é o livro de Tatiana Roque, intitulado “O Dia em que Voltamos de Marte: uma história da ciência e do poder com pistas para um novo presente”. Nele, Roque também defende que o processo de perda da confiança pública na ciência ao longo das últimas décadas contribuiu sobremaneira para o negacionismo científico tão em voga nos tempos atuais, isso a despeito de ele não ser um fenômeno social recente e tampouco inédito⁵.

Marta Arretche, por sua vez, argumenta que é preciso distinguir as controvérsias científicas, as quais se utilizam de meios autocorretivos para mover a ciência das polêmicas, especulações, opiniões e palpites informados – todos sem evidências sólidas – que alimentam o negacionismo científico⁶. Este, por sua vez, não apenas se fortalece diante da perda de confiança pública na ciência, como também se alimenta da ausência de evidências científicas robustas, consenso científico e ceticismo científico.

Nessa seara, vale ainda destacar o editorial publicado em setembro de 2022 na revista *Nature*, intitulado *How Nature contributed to science’s discriminatory legacy*⁷ (“Como a revista *Nature* contribuiu para o legado discriminatório na ciência”, em tradução livre), o qual nos levou ao seguinte questionamento: por que renomados cientistas conseguiram – mesmo diante da falta de evidências, de consenso e de ceticismo científicos – divulgar amplamente ideias pseudocientíficas em uma das revistas científicas mais



prestigiadas do mundo, as quais já naquela época poderiam ser consideradas negacionismo científico?

Acreditamos que a resposta a essa pergunta pode contribuir, embora não esgotar, para o debate necessário sobre o negacionismo enquanto fenômeno social, tão em voga no momento. Aqui também são apresentadas algumas considerações que apontam caminhos possíveis e relevantes para o debate sobre o negacionismo científico no pós-pandemia.

RAIO-X

Logo no início do editorial da *Nature*⁷, fala-se sobre o estatístico inglês Francis Galton, um renomado cientista da época que publicou um discurso sobre Eugenia na revista em 1904. Nesse discurso, o cientista definiu a Eugenia como “a ciência que lida com todas as influências que melhoram e desenvolvem as qualidades inatas de uma raça”, mencionando objetivos que estariam ligados à seleção dos melhores exemplares de cada espécime, bem como a contribuição desses para as gerações seguintes. Ele também argumentava que a humanidade poderia ser melhorada criando seletivamente o que chamou de pessoas mais dignas, inteligentes e talentosas. Galton ainda construiu uma hierarquia racial, na qual os brancos eram considerados superiores. À época, o estatístico avaliava a distribuição de sucessos e habilidades naturais em familiares de membros da *Royal Society* do Reino Unido e concluíra que deveriam existir famílias excepcionalmente dotadas, cuja raça seria um bem valioso à nação. Em outro discurso de Galton, publicado na *Nature* em 1908, ele explicava como as comunidades poderiam iniciar suas próprias associações locais para favorecer as famílias daqueles que são excepcionalmente aptos para a cidadania.

Na sequência, os autores do editorial reconhecem que, embora as ideias de Galton fossem cientificamente imprecisas – e, embora não seja dito no editorial, carecessem de evidências científicas robustas –, elas tiveram uma enorme e prejudicial influência que perdura até hoje. Além disso, os editores afirmam que a revista serviu como plataforma para propagar, por exemplo, que pessoas de cor ou pobres eram inferiores, corroborando, desse



modo, a discriminação e o racismo. O texto afirma, portanto, que a revista ajudou a legitimar e a difundir a doutrina eugênica, a qual era considerada, naquele momento histórico, uma área de pesquisa ativa e legítima.

Em busca de situar o leitor no contexto da época, o editorial⁷ traz ainda considerações de Saul Dubow, estudioso de história científica e imperial na Universidade de Cambridge, Reino Unido, para o qual a Eugenia tornou-se um movimento internacional apoiado por alguns cientistas e políticos proeminentes, conformando um conjunto de ideias globalmente ressonantes que, aparentemente, também careciam de consenso científico. Esse suposto movimento internacional nos remete aos principais movimentos negacionistas atuais, que atuam de forma intensa na internet e têm como alvos as vacinas, as mudanças climáticas e a evolução biológica.

Da mesma forma, os autores do editorial consideram que as publicações de Galton representam uma parte vergonhosa da história da revista. Eles ponderam que durante os mais de 150 anos de sua existência, a *Nature* publicou algumas das descobertas científicas mais importantes do mundo, o que lhe conferiu enorme prestígio. Por outro lado, a revista também contribuiu para o preconceito, a exclusão e a discriminação na pesquisa e na sociedade. É igualmente possível considerar que a revista tenha propiciado desinformação, ao propagar ideias pseudocientíficas que não se sustentavam em evidências. Os editores prosseguem alertando que essa *mea-culpa* não é apenas uma maneira de as instituições científicas reconhecerem condutas e ocorrências em suas trajetórias que agravaram tanto o racismo estrutural como outros legados problemáticos da ciência, mas também faz parte do esforço da revista em promover valores de equidade, diversidade e inclusão no meio científico.

O referido editorial⁷ cita Richard Gregory, que editou a revista entre 1919 e 1939 e também apoiou ativamente a Eugenia. Ao longo desse período, ele publicou editoriais com argumentos questionáveis e racistas. Em um deles, publicado em 1921, Gregory afirmou que as raças altamente civilizadas da Europa e da América teriam séculos de desenvolvimento atrás de si. Além disso, argumentou que as raças menos avançadas, mesmo de partes da Europa, como a Península Balcânica, provavelmente não assimilariam esses ideais por algum



tempo. O editorial da *Nature* de 2022 ao mesmo tempo lembra que as críticas de Richard Gregory se tornaram ainda mais emblemáticas perante a história pelo fato de a Eugenia ter sido usada para justificar programas de esterilização forçada em alguns países.

Em outro momento, o texto⁷ traz alguns trechos do relatório de uma investigação sobre a história da Eugenia na *University College London*, publicado em 2020, no qual consta que, à época, alguns cientistas já rejeitavam categoricamente as ideias defendidas por Galton e outros eugenistas. Apesar disso, esses trechos reiteram que aquelas ideias ainda lançam uma sombra sobre a vida cotidiana do século 21 e que as pessoas que sofrem de discriminação vivem na esteira dos valores gerais de identidade promovidos pela Eugenia. Por fim, o manuscrito lembra que a *University College London* tinha fortes ligações com Galton.

O CONTEXTO-CHAVE

Em outra parte do referido editorial⁷, os autores buscam situar os leitores sobre o contexto histórico em que a revista surgiu e se consolidou. Eles lembram que o periódico amadureceu quando a Grã-Bretanha se tornou a maior potência colonial da história. Em 1919, cinco décadas depois de a *Nature* ter sido criada, o Império Britânico abrangia cerca de um quarto das terras e da população do mundo. Os editorialistas lembram ainda que muitos cientistas que editaram e escreveram textos para a revista endossaram as visões da superioridade branca europeia que impulsionaram a construção daquele império. Numa escrita contundente, o editorial⁷ informa que parte significativa dos artigos do arquivo histórico da *Nature* é permeada por um ar de imperiosidade, imperialismo, sexismo, elitismo e racismo.

Ainda nessa tentativa de situar o leitor dentro do contexto-chave em que esses textos de caráter nefasto foram publicados pela revista britânica, os editores lembram um editorial de 1921 que trazia pontos de vista de caráter imperialista e racista. Nele constavam relatos da sessão de uma reunião da Associação Britânica para o Avanço da Ciência dedicada à discussão das formas e meios pelos quais a ciência da Antropologia poderia ser feita com



vistas à maior utilidade prática na administração do Império, particularmente em relação ao governo dos súditos e das raças atrasadas. Já na década de 1930, a revista expôs para um público mais amplo visões antissemitas ao publicar dois artigos do físico Johannes Stark, que escreveu sobre a influência prejudicial dos judeus na ciência alemã. Apesar disso, lembram os editorialistas, naquela época a *Nature* havia assumido uma forte oposição à ascensão dos nazistas na Alemanha, o que acabou levando-a a ser banida do território germânico.

Nesse esforço de *mea-culpa*, os autores do referido editorial não se intimidaram em reconhecer as posições assumidas pela revista, em especial na primeira metade do século XX, funcionando como porta-voz de um setor bastante privilegiado e altamente exclusivo da sociedade. Muitas dessas publicações partiam de um grupo exclusivo de homens britânicos vitorianos que compunham o *status quo* científico, o qual visava explicitamente colocar o controle da informação da ciência nas mãos deles. A revista, inicialmente direcionada a um público da elite de homens brancos letrados, logo passou a se concentrar apenas em cientistas. Portanto, concluem os editores, esses são alguns dos exemplos de publicações da *Nature*, cujas visões ofensivas, prejudiciais e destrutivas foram encobertas, usando de forma conveniente o véu da ciência.

Em texto também publicado na revista *Nature*⁸, Angela Saini nos lembra que quando a ciência é vista de forma isolada, desconsiderando eventos do passado e a política em sentido amplo, é mais fácil para aqueles com más intenções reviver ideias perigosas e desacreditadas. Para a autora, isso é facilitado por cientistas que estão dispostos a separar a ciência da política, mesmo quando – como no caso da Eugenia – ela era inerentemente um elemento da política.

APROPRIAÇÃO DA CIÊNCIA PELO CAPITALISMO

A ciência moderna emergiu de mãos dadas com o capitalismo⁹. Este sistema político e econômico, por sua vez, lançou mão de duas estratégias bem-sucedidas para alcançar o patamar atual de forma hegemônica de sociabilidade: (i) o comércio global de escravos; e (ii)



o uso de cientistas para estudar e realizar aperfeiçoamentos tecnológicos com vistas a conquistar novas terras, novos povos e, por fim, acumular capitais¹⁰. Sem a apropriação do conhecimento científico, o imperialismo e o colonialismo europeu, em especial o britânico, pioneiro da revolução industrial, não teriam sido tão exitosos.

Em outro editorial da revista *Nature*¹¹, intitulado *Science must overcome its racist legacy: Nature's guest editors speak* (“A ciência deve superar seu legado racista: o que dizem os editores convidados da *Nature* falam”, em tradução livre), os editorialistas convidados pela *Nature* falam que durante essa parceria surgiram diversos empreendimentos científicos que reforçaram crenças e culturas racistas, como o *apartheid*, a colonização, o trabalho forçado, o imperialismo e a escravidão, os quais deixaram uma marca indelével na ciência. Ou seja, tanto a visão racista daquela época alimentava a produção científica como a ideologia que dominava a experimentação da ciência era racista. Ainda de acordo com esses autores, a ciência e o racismo compartilham uma trajetória histórica porque cientistas, instituições científicas e influentes apoiadores da ciência, direta ou indiretamente, apoiaram crenças racistas fundamentais. Dentre outras crenças, houve a defesa da ideia de que a raça é um determinante das características e capacidades humanas (como a capacidade de construir civilizações); e da ideia de que as diferenças raciais tornam os brancos superiores.

O próprio Charles Darwin, maior naturalista britânico de todos os tempos – cujas conclusões acerca da evolução biológica por meio da seleção natural mudaram profundamente nosso entendimento sobre a diversidade da vida no planeta e sobre nós mesmos –, esteve a serviço dos interesses expansionistas ingleses¹². Embora Darwin tenha tido uma postura irreduzível contra a escravidão e proposto que os humanos possuíam um ancestral comum, ele também defendia uma hierarquia de raças, com os brancos acima dos demais¹³. À época, o biólogo e cientista inglês endossou no seu livro *The Descent of Man* (“A Origem do Homem”, em tradução livre), de 1871, sem evidências consistentes, a existência de diferenças evolucionárias entre as raças, as quais se dariam por meio de gradações entre os homens das raças superiores e os selvagens inferiores¹⁴. A palavra “selvagens” foi usada por ele para descrever negros e indígenas.



Como consequência, Darwin retratou os povos originários das Américas, da Austrália e da África como inferiores, isto é, cognitivamente menos capazes que os europeus. A historiografia moderna cada vez mais joga luz sobre a complexidade do pensamento de Darwin, bem como sobre as ambiguidades dos escritos dele, um abolicionista convicto, mas não antirracista¹⁵. Essas ideias não somente embasaram, mas também foram distorcidas – como ocorreu com o Darwinismo Social – para justificar o imperialismo, o colonialismo e o genocídio, por meio da suposta “sobrevivência do mais apto”. Apesar disso, “A Origem do Homem” lançou as bases para estudos científicos sobre as origens e a evolução humana, bem como teve um impacto profundo nas ciências sociais que perdura até hoje¹⁶.

Os autores do editorial “A ciência deve superar seu legado racista”¹¹ lembram ainda que, em 1950, criou-se um consenso entre os líderes científicos de que a raça é uma construção social e não um fenômeno biológico. Esse consenso foi reafirmado por meio da declaração publicada naquele ano pela Agência de Ciência e Educação das Nações Unidas, UNESCO¹⁷. O consenso científico que se criou em torno desse assunto só foi possível devido às inúmeras descobertas que permitiram o acúmulo de evidências robustas mostrando que não há base genética para as raças, já que os humanos compartilham 99,9% de similaridade entre si e têm uma única origem, na África. Além disso, hoje se sabe que há mais variação genética dentro das “raças” do que entre elas¹⁸.

Em texto intitulado “Negacionismo, suas causas e história, em novo livro”¹⁹, Carlos Orsi define negacionismo como a rejeição, explícita e sem base razoável, de fatos e de consensos científicos bem estabelecidos. Ao comentar acerca das consequências desse fenômeno social, o editor adverte que o negacionismo, na maioria das vezes, tem menos a ver com o fato ou consenso científico que é negado e liga-se mais fortemente às consequências de ambos. Orsi exemplifica essa questão ao lembrar que, se as pessoas não tivessem problemas em lidar com as consequências do real, não haveria motivos para brigar com a realidade, tal como ela é.

As concepções pseudocientíficas da Eugenia – alavancadas em torno da inferioridade de determinadas raças, povos e indivíduos e notoriamente propagadas pela revista *Nature*²⁰ –



se relacionavam com o conceito acima exposto de negacionismo, uma vez que careciam de evidências, de consenso e de ceticismo científico, três fundamentos essenciais no combate ao negacionismo, adequados à época. Além disso, essas concepções estavam totalmente atreladas à legitimação e às consequências do interesse imperialista que se queria propagar, com a subjugação e a inferiorização de inúmeros grupos humanos, compreendidos como “as raças”. Essas ideias surgiram quando a segunda fase do colonialismo Britânico estava no seu auge, entre os anos de 1800 e início dos anos 1900¹¹. Em outras palavras, as concepções eugênicas foram utilizadas como uma camada de verniz científico para legitimar projetos colonialistas britânicos e expandir os interesses do grande capital à época.

Um exemplo didático dessa perspectiva sobre o negacionismo, de este estar mais atrelado às consequências do que se nega do que à falta dos três fundamentos mencionados anteriormente, diz respeito à questão climática. No livro “O Dia em que Voltamos de Marte: uma história da ciência e do poder com pistas para um novo presente”⁵, Tatiana Roque lembra do temor por parte de alguns setores econômicos em adaptar os sistemas produtivos, bem como as formas de energia utilizada na produção de mercadorias. Essas mudanças podem, inclusive, impactar seriamente a hegemonia de setores e de países dominantes da economia global. Diante dessa perspectiva, amplia-se o debate em torno do negacionismo para além das ideias tão difundidas nas mídias sociais, para as quais é possível combater o negacionismo ridicularizando os negacionistas por meio de “memes” ou providos das “verdades” dos especialistas em ciência. Talvez posicionar-se contra negacionistas somente alegando um suposto déficit informativo e/ou educacional não tenha a menor eficiência.

Outro exemplo dessa perspectiva negacionista mencionada acima, diz respeito à Evolução Biológica. Para alguns cristãos, cuja interpretação da Bíblia se dá de forma literal, Deus levou seis dias para criar o universo e o sétimo dia para descansar. E, em um dado momento da criação, os seres vivos foram criados, tal qual os conhecemos hoje, o que incluiria os seres humanos, num ápice da criação. Darwin, contudo, ao publicar *A Origem das Espécies*, concluiu que as espécies evoluíram por meio de um longo processo de descendência por modificações, o qual também refletia as milhares de adaptações ao ambiente em que



viviam¹³.

Ele afirmou ainda que os seres humanos faziam parte dessa história de ancestralidade comum entre os seres vivos, e não de uma criação especial. Além disso, Darwin observou que nós compartilhávamos um ancestral comum recente com os demais primatas. Isso posto, é importante destacar que, especialmente nas narrativas fundamentalistas religiosas, o negacionismo acerca da evolução não diz respeito aos seus elementos constitutivos, mas sim às consequências desses para com os ritos prescritos nas escrituras consideradas sagradas por seus adeptos. Adaptar a religião a essa nova ciência, ler a Bíblia sob outra perspectiva e reconciliar a fé com a ciência moderna – o que seria, quem sabe, um possível caminho conciliatório – é para muitos condição mais do que suficiente para negar a evolução biológica²¹. A questão carece da devida importância aos fatos e às evidências científicas, pois, num contexto negacionista, as consequências das ideias de Darwin sobre o mundo real são inaceitáveis.

ALGUMAS CONSIDERAÇÕES FINAIS

Buscando responder à pergunta que balizou este ensaio, pode-se afirmar que a ciência – por meio de sua porta-voz famosa, a revista *Nature* – foi usada como ferramenta para legitimar interesses capitalistas de um país que ostentava o status de grande potência global à época. Além disso, ela reforçou uma suposta superioridade racial eurocêntrica, mesmo que isso tenha implicado a subjugação e inferiorização de outros indivíduos. Essa postura, considerada racista pelos autores do mencionado editorial da *Nature*, só foi possível por se tratar de uma revista do campo científico, condição que a eximia de eventuais críticas e descrédito, haja vista o suposto prisma de imparcialidade, independência e de saber desinteressado pelo qual a ciência era vista.

Para além das considerações apontadas, entendemos que houve uma espécie de parcialidade científica, ou até mesmo de uma falha na racionalidade moderna, ao se ignorar o ceticismo e as evidências científicas da época, em detrimento de um suposto consenso criado



dentro da própria comunidade científica. As ideias pseudocientíficas da Eugenia e do Darwinismo Social não teriam reverberado tanto caso tivesse sido efetivamente questionada a hegemonia no entendimento dos fenômenos que regem a vida e as relações sociais e se buscado responder às implicações dessa postura. Essas constatações permitem traçar uma correlação entre o negacionismo em voga e os efeitos que os fatos carregam em si. Vale lembrar ainda que muitos dos que criticam o negacionismo científico dos nossos tempos o fazem também por meio de movimentos considerados pseudocientíficos.

Por fim, o editorial utilizado como referência para elaboração deste texto mostra de forma didática, e ao mesmo tempo emblemática, como é perigoso pautar decisões científicas exclusivamente pelo prisma das chamadas *hard sciences*, as quais são, em última instância, políticas. Recorrer também a outras formas de conhecimento – como as ciências humanas e sociais ou saberes não reconhecidos formalmente pelas instituições de ensino, como o dos povos originários – é uma condição *sine qua non* para tomar decisões adequadas, mesmo que a decisão seja a de publicar ou não um texto e/ou um artigo científico. Compactuamos de forma convicta com o que fala Angela Saini⁷, quando argumenta que os pesquisadores precisam tanto da história quanto das ciências sociais para desenvolver as ferramentas intelectuais para pensar criticamente sobre suas pesquisas e como elas afetam a sociedade. Isso não é apenas útil, mas também vital para a sobrevivência da própria ciência e da sociedade.

O gatilho que disparou esse movimento de *mea-culpa* em relação ao passado e ao presente da *Nature*, bem como várias iniciativas revisionistas da revista – dentre elas, o editorial utilizado neste ensaio –, foi o assassinato de George Floyd, em 2020, pela polícia de Minneapolis, Minnesota. Esse episódio desencadeou uma onda de protestos contra os danos causados pelo racismo sistêmico e permitiu a expansão do movimento *Black Lives Matter* para a ciência.

Para nós, o negacionismo praticado no passado pela revista *Nature* fica ainda mais evidente nas linhas finais daquele editorial, nas quais os editores afirmam que estão desenvolvendo uma forma de alertar os leitores sobre os arquivos da revista que contêm



artigos que não representam seus valores atuais e seriam inaceitáveis para publicação hoje. É a própria ciência buscando, de alguma forma, combater o negacionismo que ela mesma disseminou numa época.

AGRADECIMENTOS

Gostaríamos de agradecer a Argus Morais e a Maxwell Lima Filho pelos comentários e pelas sugestões feitas em leituras prévias deste Ensaio.

REFERÊNCIAS

1. BERTONI, Estêvão. O que é o ceticismo científico. E por que ele é necessário. *Nexo Jornal*. Disponível em: <<https://www.nexojornal.com.br/expresso/2020/08/23/O-que-%C3%A9-o-ceticismo-cient%C3%ADfico.-E-por-que-ele-%C3%A9-necess%C3%A1rio>>. Acesso em: 10 dez. 2022.
2. SAGAN, Carl. *O Mundo assombrado pelos demônios*. São Paulo: Companhia das Letras, 1996.
3. JUCÁ, Thiago Lustosa; CUNHA, Muciana Aracely da Silva; MÁXIMO, Rérisson. (2021). Desafios da divulgação e da popularização da ciência em tempos de pandemia. *Revista Helius*, v. 3. n. 2, fasc. 3, p. 1812-1865, 2020. Disponível em: <[/helius.uvanet.br/index.php/helius/article/view/164](http://helius.uvanet.br/index.php/helius/article/view/164)>. Acesso em: 10 dez. 2022.
4. MCINTYRE, Lee. Talking to science deniers and sceptics is not hopeless. *Nature*. World View. 596, 165, 2021. DOI: <https://doi.org/10.1038/d41586-021-02152-y>
5. ROQUE, Tatiana. *O dia em que voltamos de Marte: uma história da ciência e do poder com pistas para um novo presente*. São Paulo: Editora Crítica, 2021.
6. ARRETCHE, Marta. O negacionismo e o método científico hoje e na história. *Nexo Jornal*. Disponível em: <<https://www.nexojornal.com.br/colunistas/2020/O-negacionismo-e-o-m%C3%A9todo-cient%C3%ADfico-hoje-e-na-hist%C3%B3ria>>. Acesso em: 12 dez. 2022.
7. EDITORIAL. How Nature contributed to science's discriminatory legacy. *Nature*, 609, p. 875-876, 2022. DOI: <https://doi.org/10.1038/d41586-022-03035-6>



8. SAINI, Angela. Want to do better science? Admit you're not objective. *World View. Nature*, 579, 175, 2020. DOI: <https://doi.org/10.1038/d41586-020-00669-2>
9. FARA, Patrícia. *Uma breve história da ciência*. São Paulo: Fundamento, 2014.
10. WALLACE, Rob. New Internationalist. Covid, a última herança do Colonialismo. *Outras Palavras*. Disponível em: <<https://outraspalavras.net/terraeantropoceno/covid-ultima-heranca-do-colonialismo/>>. Acesso em: 14 dez. 2022.
11. NOBLES, Melissa *et al.* Science must overcome its racist legacy: Nature's guest editors speak [Editorial]. *Nature*, 606, 225-227, 2022. DOI: <https://doi.org/10.1038/d41586-022-01527-z>
12. TAYLOR, James. *A viagem do Beagle: A extraordinária aventura de Darwin a bordo do famoso navio de pesquisa do capitão FitzRoy*. São Paulo: Edusp, 2009.
13. BROWNE, Janet. *Darwin por Darwin: um panorama de sua vida e obra através de seus escritos*. Rio de Janeiro: Zahar, 2019.
14. FUENTES, Agustín. "The Descent of Man", 150 years on [Editorial]. *Science*, v. 372, Issue 6544, p. 769. DOI: [10.1126/science.abj4606](https://doi.org/10.1126/science.abj4606)
15. MOTA, Camilla Veras. A visão de Charles Darwin sobre os escravizados no Brasil: 'Serão, no fim das contas, os governantes'. *BBC News Brasil*. Disponível em: <<https://www.bbc.com/portuguese/geral-61686803>>. Acesso em: 05 jan. 2023.
16. RICHERSON, Peter. J.; GAVRILETS, Sergey; WAAL, Frans B. M. Modern theories of human evolution foreshadowed by Darwin's Descent of Man. *Science*, v. 372, Issue 6544, 2021. DOI: [10.1126/science.aba3776](https://doi.org/10.1126/science.aba3776)
17. The Scientific basis for human unity: UNESCO publishes Declaration by world's scientists. Disponível em: <<https://unesdoc.unesco.org/ark:/48223/pf0000081490>>. Acesso em: 17 dez. 2022.
18. PENA, Sergio Danilo. O DNA do Racismo. *Revista Ciência Hoje*. Disponível em: <https://cienciahoje.org.br/coluna/o-dna-do-racismo/>. Acesso em: 05 dez. 2022.
19. ORSI, Carlos. Negacionismo, suas causas e história, em novo livro. *Revista Questão de Ciência*. Disponível em: <https://www.revistaquestaoodeciencia.com.br/apocalipse-now/2021/08/14/negacionismo-suas-causas-e-historia-em-novo-livro>. Acesso em: 15 dez. 2022.



20. EDITORIAL (NATURE). Systemic racism: science must listen, learn and change. *Nature*, 582, 147, 2020. DOI: <https://doi.org/10.1038/d41586-020-01678-x>
21. HOLLOWAY, Richard. *Uma breve história da religião*. Porto Alegre: Editora L&PM, 2019.



REDES SOCIAIS E O NEGACIONISMO COMO INDIFERENÇA

José André Ribeiro¹

RESUMO: O objetivo deste trabalho é mostrar como a modelagem das redes sociais fortalece a difusão de conteúdos negacionistas e de teorias conspiratórias. Para tanto, detalha-se como as redes sociais possuem uma lógica viciante. Isso se deve ao fato de que o modelo econômico das empresas de tecnologia é centrado na atenção dos usuários. A estratégia é gerar mais engajamento para intervir em comportamentos. Com isso, as redes sociais produzem formas personalizadas de exposição dos conteúdos, para gerar o maior tempo possível de engajamento. Em vista disso, os conteúdos mostrados geralmente são os mais populares, em detrimento daqueles que são cientificamente organizados. Para elucidar essa dinâmica, utiliza-se a narrativa distópica do filme “Não olhe para cima”, que caracteriza de forma interessante o modo como a centralidade da comunicação vai ocupando o papel da ciência. A partir disso, conclui-se que o negacionismo não é somente um relativismo do conhecimento científico, mas um tipo de indiferença aos critérios da verdade científica que promove uma diluição da noção de verdade em uma forma de comunicação, característica das redes sociais.

PALAVRAS-CHAVE: Redes sociais. Atenção. Negacionismo científico.

ABSTRACT: The goal of this work is to show how the modeling of social media encourages the dissemination of denialist content and conspiracy theories. Therefore, it details how social media have an addictive logic. This is due to the economic model of technology companies is centered on user attention. The strategy is to generate more engagement to modify behaviors. In this way, the social media produce personalized ways of exposing content, to generate the longest possible time of engagement. In view of this, the contents shown are usually the most

¹ Doutor em Filosofia pela Universidade Federal do Ceará (UFC), Mestre em Filosofia pela Universidade Federal de Minas Gerais (UFMG) e Graduado em Filosofia pela Universidade Federal de Uberlândia (UFU). Promove pesquisa nas áreas de Filosofia Antiga, Filosofia Intercultural, Ética e Filosofia Política. Atualmente, é Professor de Filosofia do Campus de Porto Seguro do Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia da Bahia (IFBA). E-mail: joseandre14@hotmail.com Lattes: <http://lattes.cnpq.br/2909888019684406>



popular, to the detriment of those that are scientifically organized. To elucidate this, the dystopian narrative of the film “Don’t look up” is used, which interestingly characterizes the way in which the centrality of communication occupies the role of science. Therefore, denialism is not just a relativism of scientific knowledge, but a type of indifference to the criteria of scientific truth, which promotes a dilution of the notion of truth in a form of communication, characteristic of social media.

KEYWORDS: Social media. Attention. Scientific Denialism.

1. ECONOMIA DA ATENÇÃO E MODIFICAÇÃO DO COMPORTAMENTO

Em *As tecnologias da inteligência: o futuro do pensamento na era da informática*, Lévy (2010) trata o desenvolvimento das novas tecnologias da informação como um evento epistemológico decisivo, comparando-o com a passagem da tecnologia oral para a escrita, a qual, certamente, representou uma transformação crucial nas formas epistemológicas do pensamento. Em certo sentido, o argumento crucial do estudioso é interessante, pois nos mostra os parâmetros da passagem da representação analógica para a digital. É possível depositar uma confiança progressiva nessas capacidades, tal como se observou no desenvolvimento da computação, sobretudo a partir dos anos 1970.

Não obstante, Lévy (2010, p. 109) tem uma confiança futurista, por vezes até exagerada, de que as novas estruturas de comunicação e informatização irão inventar “novas estruturas discursivas”, nas quais será possível se desenvolver de forma mais eficaz e direta conhecimentos coletivamente estruturados. Desse modo, o autor afirma que as redes digitais, assim como, indiretamente, as mídias digitais, terão alcançado um nível extraordinário de habilidades que poderão compor um “verdadeiro trabalho coletivo”, no qual estariam dispostas, de modo inovador, novas “conexões pertinentes entre as representações”. Ainda de acordo com Lévy (2010, p. 109), as novas formas de organização de “bancos de dados” serão organizadas como gigantescos “bancos de conhecimentos”, o que seria, nas palavras de Baudrillard (2011, p. 19), um “otimismo tecnológico delirante”.

O que talvez não estaria nesse horizonte utopista de Lévy (2010) é o fato de as maiores empresas de tecnologia se aproveitarem do desenvolvimento das ferramentas de



armazenamento e processamento de dados, que foram paulatinamente sendo convertidas em equipamentos de vigilância, para delinear um modelo de mercado econômico e financeiro pautado na construção de anúncios personalizados. De modo geral, os arquivamentos de informações digitais hoje são muito menos “bancos de conhecimentos” do que “bancos de dados” personalizáveis, a partir dos quais perfis de usuários são modelados para poder servir aos mais variados interesses comerciais e, até mesmo, ideológicos.

De acordo com a matemática Cathy O’Neil (2020, p. 25-35), no livro *Algoritmos de destruição em massa*, esse modelo da economia dos dados é plenamente centrado em ferramentas estatísticas que funcionam por meio de modelos matemáticos, cujo objetivo, na maioria dos casos, é a geração de lucro a partir da modelagem dos dados dos usuários de mídias sociais. Isso demonstraria que é impossível aceitar uma suposta neutralidade epistemológica dessas ferramentas tecnológicas. Como afirma O’Neil (2020, p. 35), algoritmos e softwares baseados em modelos são “opiniões embutidas em matemática”, que refletem as ideologias e os objetivos daqueles que comandam o processo econômico.

No intuito de chamar a atenção para esse aspecto, Jaron Lanier (2018, p. 43) faz um trocadilho com a palavra inglesa “bummer”, que poder ser traduzida por decepção, a partir da qual cria a sigla BUMMER (*Behaviour of Others, Modified, and Made into an Empire for Rent*), ou seja, “Comportamentos de Usuários Modificados e Transformados em um Império para Alugar”. Lanier (2018) define essa “máquina estatística” como um conjunto ou sistema de algoritmos, cuja função é encontrar padrões de comportamento humano para transformá-los em um modelo de negócio.

De certo modo, pode-se estabelecer que o eixo da monetização dessa máquina se encontra em uma economia da atenção, pois é isso que permite que as máquinas estatísticas consigam atuar na construção dos perfis de usuários. Os dados pessoais fornecidos pelos usuários das mídias sociais são utilizados estatisticamente para construção de perfis gerais, que retornam em forma de *feeds* personalizados, levando em conta tanto os dados gerais quanto os individuais, o que se concentra, novamente, na aquisição de atenção, a partir dos *feeds* personalizados. Isto é, os “*feeds* customizados se tornam otimizados para ‘engajar’ cada



usuário” (Lanier, 2018, p. 47). Em suma, pode-se afirmar que uma economia da atenção é organizada a partir do fluxo de dados fornecidos pelo próprio indivíduo com o fito de gerar engajamento para ele mesmo. É como imaginar um jogo em que um lado sempre ganha, pois é o que define as regras, sem que o outro sequer saiba que está jogando.

Como o objetivo das mídias sociais é, em certa medida, duplamente concentrado na atenção e no engajamento, as interfaces dos dispositivos têm de operar em uma lógica viciante, que prenda a atenção do usuário pelo maior tempo possível diante das telas. Nesse sentido, de acordo Lanier (2018, p. 13-22), a modelagem das interfaces das redes sociais procurou aplicar técnicas da psicologia comportamental, principalmente de teóricos Behavioristas como Skinner e Pavlov, tendo por objetivo literalmente adestrar as pessoas sem que elas soubessem, de modo a fazer com que o engajamento na utilização dos dispositivos fosse o maior possível, já que a base da monetização da maioria dessas empresas se encontra no maior volume de dados fornecidos pelos próprios usuários.

Consoante Byung-Chul Han (2022, p. 38-39), o processamento dos dados tem como objetivo executar um *profiling*, a partir do qual se faz uma medição comportamental, uma psicometria, cujo foco seria executar com precisão a melhor forma de intervir no comportamento de um sujeito. A partir das informações obtidas e computadas, a psicometria consegue criar um perfil de comportamento que até o próprio sujeito desconhece, com uma exatidão inimaginável, permitindo explorá-lo de forma literalmente inconsciente.

Big Data e inteligência artificial constituem uma *lupa digital* que explora o inconsciente, oculto ao próprio agente, atrás do espaço de ação consciente. Em analogia ao inconsciente óptico, podemos chamá-lo de *inconsciente digital*. O Big Data e a inteligência artificial levam o regime da informação a um lugar em que é capaz de influenciar nosso comportamento num nível que fica embaixo do limiar da consciência (Han, 2022, p. 23).

Em geral, pode-se definir esse fenômeno como um modelo de manipulação em massa, cujo objetivo é a modificação simultânea do comportamento de milhares, ou até mesmo de milhões, de pessoas a partir da lógica do vício, oriunda de uma economia da atenção que focaliza a personificação dos usuários em páginas e microblogs, nos quais as pessoas se autoexpõem. Logo, ao contrário do que imaginava Lévy (2010), que os “bancos de dados” como



“bancos de conhecimento” estariam a serviço de um trabalho coletivo, o que se observa, como afirma Shoshana Zuboff (2020, p. 17-23), é que esses “imensos novos depósitos de conhecimento” se configuram como uma nova forma de poder econômico, concentrado em empresas que adotaram estratégias de mercado específicas, como “mercados de comportamento futuro”, que podem ser chamadas de “capitalismo de vigilância”.

A base de monetização da vigilância está no que Zuboff (2020, p. 234) define como “superávit comportamental”, que é uma forma de “certeza manufaturada”. Na verdade, as empresas de tecnologia de vigilância vendem aos seus clientes, anunciantes de produtos ou ideias, uma certeza em relação ao comportamento dos indivíduos e da sociedade. Em vista disso, o padrão de funcionamento do capitalismo de vigilância tem como fundamento a intercalação entre dois imperativos: o “imperativo da extração” (Zuboff, 2020, p. 107-113) e o “imperativo da predição” (Zuboff, 2020, p. 231-237).

As técnicas e interfaces dos dispositivos são pensadas para promover a extração dos dados, a partir dos quais as ferramentas estatísticas conseguirão fazer predições comportamentais, que é o que, de fato, essas empresas vendem. Para Zuboff (2020, p. 233), esse superávit comportamental, como base monetária, deve ser cada vez mais vasto e variado, pois precisa estabelecer para os clientes das empresas de vigilância os graus mais altos de certeza, ou seja, fazer predições comportamentais mais eficientes e eficazes para a construção de anúncios, que têm por objetivo converter comportamentos em consumo e ação.

Nesse aspecto, o superávit é “extraído do âmago do indivíduo, de seus padrões íntimos”, como “operações de suprimento” que são direcionadas para sua “personalidade” (Zuboff, 2020, p. 234). Isso é o que a autora chama de “negócio da realidade” (Zuboff, 2020, p. 234), cujos termos de funcionamento são extraídos da concepção de computação de Mark Weiser, a qual demonstra que, enquanto a realidade virtual é uma espécie de “simulação” da realidade, o modelo econômico da vigilância adota um tipo de “computação silenciosa” que se infiltra no mundo real²:

² Cf. as seguintes observações de Han (2022), que corroboram uma conexão com a mesma ideia: “A dominação do regime de informação é ocultada, na medida em que se funde completamente com o cotidiano” (Han, 2022, p. 16) e “A vigilância infiltra-se no cotidiano na forma da *conveniência*” (Han, 2022, p. 17).



Há muitas expressões rebuscadas que estão na moda e servem para encobrir essas operações e suas origens econômicas: “*ambient computing*” [computação ambiente], “*ubiquitous computing*” [computação ubíqua] e “*internet of things*” [internet das coisas] são apenas alguns exemplos. Por enquanto, vou me referir a todo esse complexo de forma mais genérica como “aparato”. Embora os rótulos sejam diferentes, eles compartilham uma consistência em termos de visão: a onipresente, sempre ativada instrumentação, dataficação, conexão, comunicação e computação de todas as coisas, animadas e inanimadas, e de todos os processos — naturais, humanos, fisiológicos, químicos, maquinais, administrativos, veiculares, financeiros. A atividade no mundo real é compilada, de forma contínua, a partir de celulares, carros, ruas, lares, lojas, corpos, árvores, edifícios, aeroportos e cidades e devolvida ao reino digital, onde encontra uma nova vida como dados prontos para serem transformados em predições, tudo isso preenchendo as páginas em expansão do texto sombra (Zuboff, 2020, p. 234).

É interessante notar, ainda, a noção de “texto sombra”, que se refere ao que Zuboff (Zuboff, 2020, p. 218) chama de “problema dos dois textos”. O que seria uma espécie de definição de duas camadas diferentes do fenômeno dos *layouts* da internet. Há um primeiro tipo de texto que é o que os usuários da internet se utilizam, que são os *feeds*, postagens, publicações em geral, disponíveis na camada mais visível das interfaces digitais. Porém, esse primeiro texto “não existe por si só”, diz Zuboff (2020, p. 218), pois em uma camada mais profunda, como uma sombra, existe um texto que serve para a extração dos dados de utilização do usuário; ou seja, o “texto sombra”, que é uma camada oculta que transforma a experiência do usuário em uma matéria-prima a ser extraída, para ser “acumulada e analisada” e, com isso, gerar predições para produzir superávit comportamental.

Como nos alerta Empoli (2020, p. 144), esse modelo econômico-social das tecnologias da informação é uma espécie de aplicação do sonho positivista do século XIX de tentar reduzir o governo da sociedade a equações matemáticas. Esse modelo é fundado nas prerrogativas de medir, calcular, interpretar e intervir no comportamento humano, para disso calcular a imprevisibilidade, de modo a conseguir suprimir certo grau de incerteza do comportamento humano com baseno fluxo maciço de dados produzidos pelos comportamentos humanos e acumulados pela tecnologia. Nesse sentido, trata-se da aplicação de ferramentas matemáticas, em conjunto com as leis da física, para a aplicação em um sistema humano pautado em certa previsibilidade.



2. NEGACIONISMO, CIÊNCIA E INFORMAÇÃO

Como o que está na base do sistema é a utilização massiva da atenção com finalidade lucrativa, a propagação da informação não segue o padrão específico da verdade científica, mas o padrão daquilo que alcança maior popularidade e gera mais engajamento. Isso se explicaria pelo fato de que os algoritmos de sugestão de conteúdo são organizados para mostrar ao usuário das mídias sociais aquilo que é referendado pelo seu próprio histórico de utilização, de tal modo que há para cada indivíduo um *layout* personalizado, tanto no sentido de organizar quanto de temporalizar o que é visto e como se visualiza os conteúdos.

Dito de outro modo, cada um vê aquilo que quer ver pautado em um conjunto de dados estatísticos daquilo que já viu. Ou seja, existem bilhões de modelos específicos de organização dos conteúdos, que podem, praticamente, criar visões de realidades distintas. Uma forma de explicitar isso é a partir da observação do formato da linha do tempo de boa parte dos *layouts* de redes sociais, nos quais os conteúdos são mostrados de forma personalizada. Para elucidar essa dinâmica, retomamos uma analogia feita por Jaron Lanier, no documentário *O dilema das redes*, no qual ele observa como seria se uma enciclopédia virtual, como a Wikipédia, cujo conteúdo, na sua maior parte, é ordenado a partir de dados científicos, colocasse seus termos para se organizarem pelo mesmo padrão personalizável das redes sociais:

Todas as pessoas veem as mesmas informações quando acessam. É um dos poucos sites que funcionam assim. Agora imagine que a Wikipédia dissesse: “Vamos mostrar a cada pessoa uma definição personalizada e seremos pagos para fazer isso.” Então, a Wikipédia espionaria você, faria cálculos, como: “O que posso fazer para incentivar aquela pessoa a mudar um pouco para beneficiar determinado interesse comercial?” Então, ela mudaria a definição (Dilema das redes, a partir de 54min 45seg).

Se isso acontecesse, haveria uma diluição das definições enciclopédicas para que elas se enquadrassem em um tipo de definição personalizada, por meio da qual uma configuração da realidade poderia ser prejudicada, uma vez que passaria a informar os usuários de forma equivocada. Em certa medida, isso implodiria a própria noção de enciclopédia, definida como forma de organização do conhecimento cientificamente formulado e comprovado, cujo filtro é



feito por especialistas ou por uma comunidade científica.

Nesse sentido, haveria um tipo de corrosão da noção de conhecimento partilhado, como é o caso da Wikipédia, em que a própria comunidade científica estabelece os filtros necessários para que a enciclopédia apresente uma maior fidelidade para os conteúdos. Ao contrário disso, em um modelo de monetização dos dados, o moderador do site escolheria os conteúdos não a partir dos filtros da comunidade científica, mas por meio dos interesses dos usuários, tal como reconhecido pelas ferramentas estatísticas.

Logo, haveria, do ponto de vista epistemológico, uma diluição da noção de verdade científica para as enciclopédias livres. Esse é um fenômeno daquilo que se denomina como Pós-verdade. De modo geral, esse termo, afirma Dunker (2017, p. 18-20), aponta para um “novo tipo de irracionalismo”, como um fenômeno não somente epistemológico, mas como algo que se explicita psíquica e socialmente, pois o que está em jogo não é simplesmente um apreço individualista em relação a verdades definidas pelas comunidades científicas, isto é, um relativismo epistemológico comum. Para Dunker (2017, p. 18-20), trata-se, além disso, da consolidação de crenças regressivas permeadas por uma subjetividade que se afirma diante da realidade como uma espécie de convicção e se coloca como um “conjunto de negações”. Não se resume, portanto, a uma “suspensão completa da referência a fatos e verificações objetivas”, mas é um fenômeno mais complexo, que, na verdade, está diretamente correlacionado à forma como nos comunicamos, que transfere a “autoridade da ciência” para o campo da ideologia (Dunker, 2017, p. 38-39).

3. NEGACIONISMO E TEORIAS DA CONSPIRAÇÃO

Nessa perspectiva, pode-se reconhecer que as redes sociais não necessariamente estão posicionadas contra a ciência, mas que por estarem focadas na lucratividade resultante do engajamento produzem um imediato cerceamento da difusão dos conteúdos científicos, na medida em que esses têm uma maior dificuldade de encontrar público nesse tipo de ambiente virtual. Isso abre espaço para que ocorra a ideologização crescente dos conteúdos de origem



científica. Como se sabe, a veracidade das teorias científicas não se atém à necessidade comunicativa. Apesar de a comunicação ser essencial à construção de qualquer tipo de produção intelectual, a complexidade dos conteúdos científicos torna difícil não somente a sua compreensão, mas também as suas formas de difusão e popularização.

Destarte, a informação pode estar separada da ciência, de modo que haja uma cisão epistemológica entre o caráter informativo da comunicação e o teor científico de algumas teorias. Mais especificamente, pode-se observar que a comunicação passa a ocupar um papel central no uso das ferramentas tecnológicas, o que, indiretamente, pode implicar em uma redução do conhecimento à condição de opinião. No contexto das redes sociais, as pessoas se sentem livres para expressar opiniões sobre assuntos que requerem uma ordem de organização científica, o qual não é redutível à condição de opinião. Porém, por se difundirem de forma rápida e com uma imensa condição de alcance, passam a ocupar um papel de destaque, em detrimento da ciência.

É com base nesse ambiente que se observa o avanço e crescimento tanto do negacionismo quanto das teorias conspiratórias. Esses termos não se referem ao mesmo tipo de fenômeno, embora sejam correlatos e se amplifiquem em decorrência das características comunicativas das mídias sociais. O negacionismo, por exemplo, descreve uma série de atitudes de negação das verdades científicas. Para Pasternak e Orsi (2021, p. 4), trata-se da “atitude de negar, para si mesmo e para o mundo, um fato bem estabelecido ou um consenso científico, na ausência de evidências contundentes”. Por seu turno, uma teoria da conspiração ocorre quando se cria uma narrativa, geralmente com um teor fantasioso, para explicar um fato ou acontecimento por meio de uma conspiração de organizações secretas ou agências de Estado, que procurariam mascarar uma verdade oculta.

Nessa perspectiva, é interessante notar como ocorre o cruzamento entre esses dois fenômenos no contexto científico atual, já que algumas atitudes negacionistas somente ganharam alguma razoabilidade quando a sua negação foi complementada por uma teoria conspiratória. Para elucidar esse aspecto, recorreremos a um exemplo elaborado por Pasternak e Orsi (2021, p. 19-30) sobre o terraplanismo. Como alertam os autores (2021, p. 23), a ideia



terraplanista se originou do fundamentalismo religioso, sobretudo o cristão dos séculos XVIII e XIX e, atualmente, tem se alimentado das plataformas digitais, principalmente dos serviços de rede social de vídeos, para se difundir, tendo alcançado relativo sucesso como conteúdo a ser compartilhado. Entretanto, dizem Pasternak e Orsi (2021, p. 29), não se trata somente de um sucesso amplificado, visto que há um problema epistemológico de fundo: o formato de acesso aos conhecimentos. Até o início do século XX, por exemplo, as ideias terraplanistas poderiam se fundar por um apelo epistemológico simples, o de que devemos confiar nos dados oriundos das observações diretas dos sentidos, isto é, acreditar na “evidência dos sentidos”. Diferentemente disso, o terraplanismo hoje se ancora em um outro padrão epistêmico, na medida em que, em um contexto epistemológico que conta com satélites, entre outros tipos de equipamentos de observação, como telescópios e etc., é necessária uma “hipernarrativa”, conspiratória, de que todos os dados oriundos das observações feitas por essas tecnologias não passam de uma ficção elaborada, ou de uma mentira fantasiosa que tomou proporções oficiais a nível global.

Dito de outro modo, o que sustenta a negação da forma esférica dos planetas é uma teoria da conspiração, a qual envolveria governos, organizações, comunidades científicas e etc; todos os profissionais, cientistas, Estados e organizações estariam envolvidos e engajados em mentir a nível global, sendo que somente os terraplanistas estariam com a verdade. É nesse nível de articulação que negacionismo e teoria da conspiração caminham lado a lado, de modo a tentar deslegitimar o conhecimento cientificamente validado.

4. “NÃO OLHE PARA CIMA” E A INDIFERENÇA DIANTE DA REALIDADE

Para elucidar mais alguns aspectos dessa correlação entre redes sociais e negacionismo, pode-se tomar como exemplo a narrativa distópica e humorística do filme “Não olhe para cima”, que faz uma caracterização caricatural do negacionismo científico no contexto político da ascensão da extrema direita. A película promove uma perspectiva interessante sobre a relação entre negação e indiferença. Por se tratar de uma mídia digital, de um filme de



streaming, é interessante notar como a narrativa de caráter distópico se encaixa como um retrato simultaneamente caricatural e realístico dos fenômenos conspiratórios e negacionistas.

A mensagem geral do filme explicita como questões científicas complexas, quando colocadas sob o espectro das ideologias políticas, convertem-se em simples *slogans* publicitários, como “olhe para cima” ou “não olhe para cima”. Esse é um típico páreo de afirmação e negação, que representa duas formas de postura diante da realidade. A primeira representa a oficialidade da verdade cientificamente elaborada e calcada na simples prova da perspectiva factual: bastaria, então, observar atentamente um fenômeno para percebê-lo diretamente, isto é, seria suficiente “olhar para cima”. A segunda remete à negação da realidade factual por uma narrativa estruturada na forma de *slogan* publicitário, veiculado pelas redes sociais e, de certo modo, pelas mídias em geral, com o objetivo de tentar desacreditar as verdades científicas, da mesma forma que nega algo nitidamente observável.

Pode-se perceber, também, na obra cinematográfica um sutil retrato da indiferença, pois alguns comportamentos diante da realidade não representam uma adesão convicta a nenhuma das duas posições anteriores, nem afirmação, nem negação, mas uma indiferença diante do que se apresenta. Ou seja, talvez o problema não esteja totalmente centrado na negação da verdade científica, mas na indiferença diante do modo como a linguagem científica descreve os fenômenos e orienta comportamentos diante da realidade que se apresenta. Em suma, uma verdade, quando diluída pelas redes sociais, pode ser descaracterizada, de modo a colocá-la em um tipo de relativismo que afeta até mesmo verdades factuais. Isso significa que não necessariamente as pessoas estejam negando a realidade factual. De um modo geral, elas estariam apenas indiferentes.

O filme se inicia com uma série de cenas que demarcam a potência do encontro entre ciência e tecnologia. Vê-se a desenvoltura técnica do telescópio, em seu contato com satélites, a partir dos quais observamos os astros e podemos fazer projeções e simulações, auxiliadas por computação gráfica. As primeiras cenas são protagonizadas pela personagem Kate Dibiasky, uma estudante de doutorado da Universidade de Michigan State, que opera as máquinas com destreza e uma habilidade pouco usuais, tomando chá e escutando o que parece ser uma música



pop com seus fones de ouvido.

Apesar da aparente caricatura dos personagens, natural para um filme de comédia, a cena nos traz a suposta naturalidade de uma descoberta científica casual, realizada pela operadora do equipamento. Estando no lugar certo e na hora certa, a cientista também contaria com perícia intelectual e científica, com a precisão necessária à elaboração de cálculos complexos e com a habilidade para a elaboração de simulações e projeções a partir do auxílio dos equipamentos. Depois da descoberta da vinda do cometa, em um contexto festivo, no qual os colegas da estudante e o seu professor, Dr. Mindy, celebram a conquista, surge o elemento decisivo do enredo, a previsão de que a órbita do cometa indica uma diminuição da efeméride, em que o último cálculo é igual a zero, comprovando um evento de coalisão do cometa com o planeta.

É interessante notar a reação de negação automática do Dr. Mindy. No momento em que se entende a real complexidade do evento constatado, diz o personagem: “Isso não é real” e “Isso é uma realidade alternativa”. Porém, não se trata de uma negação direta da descoberta, mas da dificuldade do cientista em encarar um evento adverso que se anuncia a partir desse “achado”. No filme, há um paralelo claro entre a negação, no sentido de dificuldade de encarar a adversidade, e o negacionismo, como forma de fuga da realidade ou afirmação de uma realidade “alternativa”.

Ademais, é intrigante analisar mais uma cena (em torno de 47min.), na qual o personagem Dr. Mindy, diante do computador, responde a uma postagem de um *hater* que o está detratando em alguma rede social: “O nome é método científico e foi o que criou o computador em que você digita suas teorias conspiratórias imbecis” (em torno de 47min.). No contexto da cena, a esposa do Dr. Mindy está questionando-o sobre o tempo excessivo que ele, por ter se tornado uma espécie de celebridade midiática, está gastando no uso das redes sociais. Ele afirma ter conquistado 250 mil seguidores e diz acreditar que é possível espalhar a verdade por esse meio.

É curioso notar como o personagem se embrenha nas suas próprias armadilhas comunicativas, que funciona como um dos focos do enredo. O filme procura mostrar como que



nos ambientes da comunicação virtual há uma centralidade das estratégias de comunicação, em detrimento de um apuramento “realista” do conteúdo comunicado. Em síntese, diante das notícias desagradáveis da ciência, a estratégia é se preocupar com o comportamento ou a expressividade do enunciador da mensagem, que passa a ser avaliado não pelo conteúdo do que diz, mas por ter ou não um “treinamento midiático” adequado à comunicação virtual. Nesse viés, sendo tudo reduzido às estratégias discursivas, as pessoas estariam indiferentes à veracidade ou falsidade do que se é dito.

O filme promove, ainda, uma caracterização pontual sobre quem seriam aqueles que possuem “treinamento midiático”, que seriam sobretudo as celebridades do meio artístico, ou mesmo políticos oportunistas de extrema direita. Neste caso, é digno de nota a personagem da Presidente Orlean, junto com seus assessores e secretários, quando Dr. Mindy, Dr. Oglthorpe e Kate tentam contar, pela primeira vez, a descoberta da colisão do cometa. Na cena, ficam bem demarcados os métodos de manipulação da linguagem característicos das redes sociais. Diante da certeza do cálculo científico e, de certo modo, até da inevitabilidade de um fenômeno físico, vê-se as seguintes falas: a presidente diz “não diga 100%”, ou “considere como 70%”, o secretário complementa com “evento potencialmente relevante” e, por fim, chegam a estratégia de “esperar e avaliar”. Após essa cena, quando os três cientistas resolvem vazar a informação para a mídia, o Dr. Oglethorpe diz ao Dr. Mindy, que apresenta certo receio com a sua capacidade comunicativa: “Só vai contar uma história, simples e direta”. E complementa: “Sem matemática”. Ao que o Dr. Mindy reage, ainda na defesa da linguagem científica: “Tudo é matemática”. Essas duas cenas têm por intuito mostrar que ciência e comunicação de massa não são somente formas discursivas diferentes. Em alguns casos, elas podem entrar, também, em colisão.

5. CONSIDERAÇÕES FINAIS

O cenário construído pelo filme “Não olhe para cima” mostra como o nosso modo de utilização das redes sociais desestrutura qualquer tipo de utopismo tecnológico e de otimismo



futurista. Como o fenômeno do desenvolvimento das novas tecnologias da comunicação caminharam mais para um modelo de negócios, pautado também em um “negócio da realidade”, as redes sociais têm se afastado cada vez mais da possibilidade de gerar conhecimentos para se converterem em espaço de entretenimento, no qual as pessoas priorizariam o acesso às informações sobre a vida privada das celebridades e de outros usuários. Tal como ocorre no filme analisado, mostrando de forma caricatural a centralidade ocupada pelo relacionamento da cantora Riley Bina e do DJ Chello. Além disso, o modelo de mercado, pautado na vigilância massiva da utilização das redes, tem transformado as tecnologias digitais em um conjunto de ferramentas de manipulação em massa.

Como dissemos anteriormente, há o estímulo a uma lógica viciante, calcada na modelagem das interfaces das redes sociais, a qual busca promover a organização dos conteúdos por critérios de popularidade, cuja estratégia específica é gerar engajamento e intervir nos comportamentos. Isso é base da personalização do *marketing*, cujo foco é fazer com que o histórico de utilização dos usuários seja o que determina o que está sendo visto por eles, de modo a produzir um conjunto variado de visões distintas da realidade.

Na contramão da produção de “conhecimentos coletivamente estruturados”, os bancos de dados das redes sociais têm produzido uma miscelânea caótica de conteúdos das mais diversas fontes e que priorizam basicamente aquilo que o usuário buscaria ver, de acordo com os seus padrões de uso dos ambientes digitais. Isso faz com que a informação siga os mesmos caminhos das crenças difundidas, inviabilizando qualquer tipo de confronto argumentativo ou debate de ideias, no sentido mais científico dos termos. Esse contexto faz com que a ciência tenha que disputar espaço dentro do campo das crenças do senso comum e das ideologias políticas.

Nesse contexto, o negacionismo, ao ser difundido pelas redes sociais, torna-se cada vez mais um fenômeno típico da pós-verdade. Fatos históricos, teorias da física, problemas climáticos, debates filosóficos, todo o contexto intelectual e científico vem sendo confrontado com um emaranhado de opiniões que, na maior parte dos casos, não possuem uma fundamentação argumentativa razoável.



Esse fenômeno contribui para afastar a maior parte do público leigo do ambiente comunicativo da ciência, fazendo com que ele se torne indiferente aos critérios da verdade científica. Não se trata simplesmente de um relativismo do conhecimento científico, o que se manifesta cada vez mais é uma indiferença aos critérios, que culmina em uma diluição da noção de verdade em um formato de comunicação característico das redes sociais.

6. REFERÊNCIAS

- BAUDRILLARD, Jean. *Tela total: mito-ironias do virtual e da imagem*. tradução de Juremir Machado da Silva. Porto Alegre: Sulina, 2011.
- DILEMA DAS REDES. Jeff Orlowski. Estados Unidos: Netflix, 2020.
- DUNKER, Christian. Subjetividade em tempos de pós-verdade. In: Manuel da Costa Pinto & Manuela Leão (Organizadores.). *Ética e pós-verdade*. Porto Alegre: Dublinense, 2017, p. 9-41.
- EMPOLI, Giuliano da. *Os engenheiros do caos*. Tradução de Arnaldo Bloch. São Paulo: Vestígio, 2020.
- HAN, Byung-Chul. *Infocracia: digitalização e a crise da democracia*. Tradução de Gabriel S. Philipson. Petrópolis: Vozes, 2022.
- LANIER, Jaron. Dez argumentos para você deletar agora suas redes sociais. Tradução de Bruno Casotti. Rio de Janeiro: Intrínseca, 2018.
- LÉVY, Pierre. *As tecnologias da inteligência: o futuro do pensamento na era da informática*. Tradução de Carlos Irineu da Costa. São Paulo: Editora 34, 2010.
- PASTERNAK, Natalia.; ORSI, Carlos. *Contra a realidade: a negação da ciência, suas causas e consequências*. Campinas: Papirus, 2021 (Edição Kindle).
- NÃO OLHE PARA CIMA. Adam McKay. Estados Unidos: Netflix, 2021.
- O'NEIL, Cathy. *Algoritmos de destruição em massa: como o big data aumenta a desigualdade e ameaça a democracia*. Tradução Rafael Abraham. Santo André: Editora Rua do Sabão, 2020.
- ZUBOFF, Shoshana. *A era do capitalismo de vigilância: a luta por um futuro humano na*



nova fronteira do poder. Tradução de George Schlesinger. Rio de Janeiro: Intrínseca, 2020.



AGRAVOS DO NEGACIONISMO NA EDUCAÇÃO ESCOLAR

Patrícia Ribeiro Feitosa Lima¹

Nilson Vieira Pinto²

Raul Aragão Martins³

Rogério Parentoni Martins⁴

RESUMO: No presente ensaio, discute-se o impacto do negacionismo na Educação escolar. Essa ideologia é baseada em falsos argumentos, cujos protagonistas negam evidências cientificamente comprovadas, como forma de fortalecer seus anseios pelo poder. A narrativa negacionista atinge pessoas que aceitam acriticamente e replicam esses argumentos como se fossem verdades absolutas. Um dos resultados da disseminação e aceitação dessa ideologia é o estímulo a ações extremistas, como vimos acontecer recentemente no Brasil. A negação fomenta intencionalmente os analfabetismos histórico, social e científico. As pessoas "contaminadas" por essa ideologia extremista ignoram os argumentos lógicos e permanecem alheias ao avanço da Ciência. Acreditam em disparates, como o chamado "terraplanismo"; são disseminadores de informações falsas; promovem "cruzadas" antivacinação; defendem o uso de medicamentos ineficazes; e fomentam o descrédito da democracia. As ideias de Paulo Freire, que estimulam o cultivo do pensamento crítico e emancipatório, é o aporte teórico-metodológico que norteia este ensaio, contextualizado na prática docente dos autores, que consideram a Educação como uma prática de liberdade.

PALAVRAS-CHAVE: Negacionismo. Educação. Paulo Freire.

¹ Doutora em Educação, pela Universidade Estadual Paulista Júlio de Mesquita Filho (Unesp). Docente do Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Ceará (IFCE), *campus* Fortaleza. E-mail: patriciafeitosa@ifce.edu.br

² Doutor em Biotecnologia, pela Universidade Estadual do Ceará (Uece). Docente do Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Ceará (IFCE), *campus* Fortaleza. E-mail: nilsonvieira@ifce.edu.br

³ Doutor em Psicologia pela Fundação Getúlio Vargas (FGV/RJ). Docente da Universidade Estadual Paulista Júlio de Mesquita Filho (Unesp), *campus* São José do Rio Preto. E-mail: raul.martins@unesp.br

⁴ Doutor em Ecologia pela Universidade Estadual de Campinas (Unicamp). Docente aposentado da Universidade Federal de Minas Gerais (UFMG). E-mail: rpmartins917@gmail.com



ABSTRACT: In this essay, the impact of denialism on school education is discussed. This ideology is based on false arguments, whose protagonists deny scientifically proven evidence as a way to strengthen their attempts at power. The denialist narrative reaches people who uncritically accept and replicate these arguments as if they were absolute truths. One of the results of the dissemination and acceptance of this ideology is the stimulus to extremist actions, as we have seen happen recently in Brazil. Denial intentionally fosters historical, social, and scientific illiteracy. People "contaminated" by this extremist ideology ignore logical arguments and remain oblivious to the advancement of science. They believe in nonsense, such as the so-called "flat earthism"; they are disseminators of false information; promote anti-vaccination "crusades"; they defend the use of ineffective drugs and promote the discredit of democracy. Paulo Freire's ideas that encourage the cultivation of critical and emancipatory thinking is the theoretical-methodological contribution that guides this essay, contextualized in the teaching practice of the authors, who consider education as a practice of freedom.

KEYWORDS: Negationism. Education. Paulo Freire.

INTRODUÇÃO

O intento, neste ensaio, é discutir as implicações educacionais de um problema social que efervesceu, nos últimos cinco anos, especialmente no Brasil. O impacto negativo desse problema vem ocasionando transtornos irradiados em diversos setores da sociedade. Gera maus comportamentos; afeta as relações sociais e interpessoais; dificulta o desenvolvimento e a aceitação de avanços científicos e tecnológicos. E, o mais grave, interfere na promoção da saúde coletiva; da fluência da Educação; e desvirtua o percurso da história. É um espectro constante de desabono para professores, historiadores e cientistas sociais.

Referimo-nos ao negacionismo, ideologia de negação dos fatos históricos e de evidências científicas, registrada ao longo da história, apesar de ter sido assim designada a partir da década de 1980, por Robert Faurisson, professor universitário francês. O manifesto do professor provocou celeuma e indignação, quando denunciou a fraude cometida pela chamada "história oficial". Essa história oficial negava a ocorrência do holocausto durante a Segunda Guerra Mundial. Antes da designação mais apropriada de Faurisson, os negacionistas se autointitulavam revisionistas (Moraes, 2022).

Schurster, Gherman e Ferreiro-Vázquez (2022) esclarecem que o negacionismo



irrompe como tentativa de adulteração de um passado recente, a exemplo da criação do Partido Nacional-Socialista, que se tornou hegemônico, na Alemanha, sob a liderança de Adolf Hitler. A façanha de Hitler foi a promoção da extrema-direita ao ápice político, naquele país. As consequências da chegada ao poder, desse partido, são por demais conhecidas.

Os negacionistas difundem teorias da conspiração utilizando suas interpretações de momentos históricos importantes da humanidade, algumas vezes trágicos, que expõem como tramas organizadas por “sociedades secretas”, por exemplo, orquestrados por pessoas maquiavélicas, que anseiam pelo poder. Multiplicam histórias imaginadas, especialmente por meio da internet, e alegam ser, essas organizações secretas, constituídas para controlar governos, cujos líderes seriam seres paranormais, entre outros despropósitos (Alves, 2021).

As teorias de conspiração são falácias e, por esse motivo, desacreditadas pelas pessoas com maior nível de instrução, pois não possuem comprovações científicas. Os seus principais meios de divulgação e disseminação, em larga escala, são os aplicativos de troca de mensagens Telegram, Facebook e Twitter, utilizados também para a propagação do negacionismo. As teorias da conspiração divulgadas por negacionistas corroboram os grupos de movimentos extremistas e utilizam a violência como meio de ação política, acrescentam Schurster, Gherman e Ferreiro-Vázquez (2022).

Nesse movimento negacionista, o fascismo é a base político-ideológica. Os negacionistas projetam o caos sobre o tecido social como uma forma de se apropriarem do poder por meio da violência; da destruição das instituições democráticas; e do desejo de promover a intervenção militar. Não defendem a implantação de pautas específicas, e tampouco se importam com a intensidade de desconstrução do estado de direito (Fargoni *et al.*, 2021).

Enquanto isso, os docentes (nós) e a academia, que constituímos o corpo de profissionais voltados para a Educação formal e científica, vemos a necessidade de combater esse fenômeno. Para isso, dentro do âmbito de nossas competências, devemos explorar e debater esse tema em todas as suas nuances. Desse modo, será possível estimular a consciência crítica necessária para emancipar mais e mais pessoas, e deixá-las alertas para os



fenômenos do negacionismo sobre a vida, nos aspectos social, econômico e político, em nosso país e no mundo.

Portanto, justificamos esse empenho pela urgência de intervir no contexto atual do negacionismo instaurado no Brasil, que, segundo Agreli e Martins (2022), a partir de 2018, com a ascensão do bolsonarismo, foi o movimento político-ideológico predominante propagado por meio de ideias negacionistas. Desse modo, consideramos mister, no contexto atual, o combate a essa prática, rotineiramente disseminada na dinâmica da sociedade.

Este ensaio está teoricamente fundamentado pelas ideias educacionais progressistas freireanas, contextualizadas na docência dos autores, além de pautar o dano do negacionismo sobre o contexto educacional em geral; do ensino; do pensamento crítico dos estudantes; e da sociedade em si mesma. Não por acaso, negacionistas renegam as ideias do educador Paulo Freire, exatamente porque são uma ameaça ao seu propósito de poder, porque a base ideológica freireana é fomentar a Educação crítica e reflexiva para a emancipação das populações mais vulneráveis (oprimidas).

NEGACIONISMO E EDUCAÇÃO CIENTÍFICA

A Ciência é a base para o avanço social e o conhecimento é um direito de todos. Apesar de o direito à Educação estar grafado na Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional (1996), e, ainda, com uma política de universalização do acesso à Educação Básica, tudo isso se contrapõe ao decréscimo de 7,4% na publicação de artigos científicos no Brasil, em 2022, em comparação com o ano anterior, do mesmo modo como se posiciona nos últimos lugares nas avaliações do Programa Internacional de Avaliação de Alunos (Pisa) (54^o) e no Test of English as a Foreign Language (TOEFL) (43^o). Adiciona-se que o analfabetismo atingiu 6,8% da população acima de 15 anos, enquanto a média mundial é de apenas 2,6% (Agência Brasil, 2023; Maia *et al.*, 2021).

Com tais incongruências na Educação, vale lembrar que, durante o período de prevalência da pandemia da Covid-19, causada pelo novo coronavírus (Sars-Cov-2),



observamos manifestações contrárias ao uso de vacinas, desenvolvidas, em tempo recorde, por laboratórios chineses, russos, franceses e norte-americanos. As principais dúvidas e críticas incidiram sobre a eficácia e segurança, exatamente devido ao curto tempo em que foram apresentadas.

De fato, Lima (2021) afirma que a maioria das vacinas elaboradas no passado recente demorou até 10 anos, a partir das primeiras pesquisas, ensaios laboratoriais (*in vitro*) e ensaios clínicos (*in vivo*), até a produção de milhões de doses para serem aplicadas nas populações.

A urgência com que foram produzidas essas vacinas, e a disponibilização comercial das doses, deveram-se a um enorme esforço de cientistas e técnicos de laboratórios, tendo em vista a alta virulência da cepa ômicron, completamente diferente das quatro cepas conhecidas e contendo, em média, 50 mutações (Lima, 2021).

Essa cepa, cuja origem ainda é duvidosa, parece ter sido detectada em Wuhan, localidade da China. Com transmissão ocorrida de forma muito rápida e com alta virulência, rapidamente causava infecções pulmonares e provocava óbitos, independentemente da idade do infectado. Diga-se, também, que a “corrida” para a produção de vacinas eficazes foi, obviamente, motivada por razões comerciais, ou seja, a expectativa de aferição de lucros com a venda de milhões de doses.

No Brasil, a vigilância sanitária, empreendida pela Agência Nacional de Vigilância Sanitária (Anvisa), cumpriu com rigor seu papel de avaliação e liberação, inicialmente, de algumas marcas da vacina. Apesar de todo o cuidado e rigor mantidos pela avaliação da agência, surgiram muitas críticas quanto à eficácia das vacinas. As críticas emitidas por alguns médicos e virologistas reforçaram a argumentação contra a vacina, sem fundamentos, do ex-presidente da República, Jair Messias Bolsonaro.

O ex-presidente, que, para além desse grave caso, foi difusor de informações falsas sobre o uso da vacina contra a Covid-19. Devido à sua visibilidade midiática e autoridade, suas críticas alcançaram uma repercussão ampla, em todo o país.

Essa repercussão resultou em replicação das críticas, diríamos, com eficiência e rapidez semelhantes à própria difusão do vírus. Além disso, foi o principal defensor do uso de



medicamentos cuja eficácia havia sido cientificamente negada. Em consequência desses comportamentos negacionistas, no Brasil, 704.794 pessoas perderam a vida por complicações causadas pela Covid-19, segundo o Ministério da Saúde (2023), com dados atualizados em 2 de agosto de 2023.

Não faltaram também episódios dramáticos, a exemplo do que ocorreu em Manaus, cidade na qual várias pessoas foram a óbito, literalmente asfixiadas, devido à falta de oxigênio, causada pela inércia do governo federal em prover com rapidez a reposição do estoque desse gás. A tragédia revelou a falta de coordenação e as decisões erradas das autoridades, como mostraram as reportagens exibidas em rede nacional (Lavor, 2021).

Enquanto isso, representantes do Ministério da Saúde, e, como mencionado, o próprio presidente em exercício, na época, defendiam o emprego de medicamentos com comprovada ineficácia contra os efeitos causados pela proliferação do Coronavírus no organismo das pessoas infectadas. Enfim, um exemplo concreto do impacto nefasto do negacionismo sobre a saúde pública no Brasil. Talvez não haja outro tão contundente.

Outro fato que a história da medicina nos narra é o da erradicação da febre amarela do Rio de Janeiro, em 1907. Porto (2003) explica que, de forma semelhante ao ocorrido com as vacinas contra a Covid-19, a vacina contra a febre amarela foi amplamente rejeitada pela população carioca. Nesse caso, o sanitarista Oswaldo Cruz, responsável pela erradicação da doença, foi igualmente criticado, inclusive por veículos da imprensa local.

(In)felizmente, o recurso utilizado, com a anuência do governo, foi o emprego de intimidação policial para que os cidadãos compulsoriamente recebessem a vacina e abrissem suas casas para o combate ao mosquito transmissor. Porém, o resultado foi muito positivo, pois o Rio de Janeiro ficou livre da febre amarela.

Oswaldo cruz descobriu que o mosquito *Aedes aegypti* era o vetor do vírus e, além da vacina, promoveu ampla campanha de eliminação do mosquito nas residências da população. O cientista enfrentou também um levante militar, que se pôs contra as medidas sanitárias propostas.

Esse levante levou o governo a promulgar estado de sítio. Enfim, a história da



erradicação da febre amarela é muito mais rica em detalhes do que os contidos neste breve resumo. Os que se interessarem em obter mais informações sobre essa história, podem acessar o Portal do Butantan (<https://butantan.gov.br/noticias>).

Portanto, entendemos que a Educação Científica é imprescindível e, por esse motivo, deveria ser proporcionada na escola, a partir do Ensino Fundamental, para que a sociedade geral possa efetivamente compreender como a Ciência procede e, a partir dessa compreensão, aceitar, beneficiar-se e propagar os resultados das pesquisas científicas em prol do bem comum.

Afinal, proporcionar, às crianças e aos jovens, o conhecimento epistemológico, com uma linguagem lúdica, dinâmica, e no contexto desses sujeitos aprendizes, facilitaria o entendimento de, por exemplo, como vacinas e outras substâncias de efeitos terapêuticos são elaboradas, até que possam ser liberadas para o uso pela população. Esse entendimento reforçaria substancialmente a compreensão e aceitação dos resultados das pesquisas científicas por essas pessoas em formação escolar, com probabilidade de extensão aos seus familiares.

Assim, como diria Paulo Freire, a Educação é a transformação da sociedade e os aspectos da sua pedagogia é o diálogo. O diálogo é que promove a libertação. Quanto mais criticamente exercemos a capacidade de aprender, mais construímos e desenvolvemos a “curiosidade epistemológica” e sem a qual não alcançamos o conhecimento por inteiro. Não há ensino sem pesquisa e, tampouco, pesquisa sem ensino (Freire, 2005).

ALGUMAS ESTRATÉGIAS DO NEGACIONISMO

Em uma trajetória reflexiva e epistemológica, em tempos de negacionismo, devemos destacar o ultraconservadorismo alimentado por uma mentalidade conspiracionista, em que um grupo, supostamente neutro e honroso, assume a missão de proteger a sociedade da destruição dos valores morais e da ameaça aos valores ligados à família e à religião. Para Vilela e Selles (2020), trata-se de uma retórica estrategista de manipulação da opinião pública



para inibir qualquer possibilidade de transformação social.

Nesse contexto, Bartelmebs, Venturi e Sousa (2021, p. 72) comentam que: “há um fomento intencionalmente articulado para um analfabetismo (social e científico)”, utilizado como ferramenta política contra o pensamento crítico. Ao solenizar a ignorância, os grupos sociais, movidos por seus pensamentos ilógicos e apartados da Ciência, acreditam no terraplanismo; propagam informações falsas; promovem movimentos antivacinas; defendem medicações ineficazes; e, mais recentemente, têm atacado a democracia, em uma ação terrorista, ao invadir e destruir as sedes dos Três Poderes, em Brasília (evento ocorrido no dia 8 de janeiro de 2023).

Ensaio golpistas e criminosos são financiados por empresários, incomodados com a possibilidade da perda de privilégios e preocupados com a sinalização de uma mudança social, escancarando o obscurantismo de seus “seguidores”. Nessa trajetória, faz-se necessário que todos os atores educacionais promovam ações educativas de fortalecimento das instituições científicas, de desalienação dos sujeitos, e de reflexão ético-política a respeito do negacionismo.

COMO PERCEBEMOS O NEGACIONISMO INSINUANDO-SE NA ESCOLA?

O ato de educar, na escola, traduz-se pelo trabalho de docentes que lidam diariamente com a formação de pessoas das mais diversificadas culturas e composições familiares. Nesse cenário plural, temos um espaço de convívio e ensino dialógico, onde todos os partícipes constituem uma amostra genuína da sociedade, revelando a forma como se organiza nos aspectos social, econômico e político, e como se expressa nos acontecimentos de ordens local, nacional e internacional, como foi o caso das últimas eleições presidenciais no Brasil (2018 e 2022) e da pandemia da Covid-19 (2020 até os dias atuais).

No entanto, a escola tem sido ameaçada cotidianamente pela ação destrutiva dos negacionistas. Observamos ações e expressões negacionistas tanto nos atos quase sublimes (quando se autointitulam “patriotas”), quanto nas falas incisivas; machistas; fascistas; liberais;



ditatoriais; e racistas, em discussões acaloradas no cenário de campanha político-eleitoral; nas análises dos desempenhos dos candidatos em debates promovidos pela imprensa televisionada; nas redes sociais; e até nas reuniões de famílias. Tudo isso reverberou na Educação Escolar.

Nesse contexto, a polarização política no Brasil ocorreu, por um lado, com um público que se mostrou significativamente interessado no produto negacionista, utilizado pelo campo intelectual da extrema-direita, que, aliado ao pensamento antipetista, elegeu o então candidato Jair Messias Bolsonaro, em 2018. Por outro lado, a esquerda, ou, decerto, o que sobrou do Brasil, que levou anos e anos para pensar, teorizar e conquistar a democracia com ideias progressistas, ficou na resistência, tentando tomar fôlego para reestruturar uma proposta de política que revertesse o quadro gestor nacional, que dominou o poder executivo no último quadriênio (2019 a 2022).

Diante da necropolítica promovida pelo governo Bolsonaro, as instituições de ensino perdiam, acentuadamente, seus financiamentos e, progressivamente, sufocavam as suas possibilidades de subsistência. A pesquisa científica, já pouco financiada, tornava-se um fardo desnecessário ao desenvolvimento do país e as escolas e universidades públicas, sucateadas, um ambiente de “balbúrdia” (Agreli; Martins, 2022). Ao asfixiar a Educação, coíbe-se a Pedagogia conscientizadora, problematizadora e libertadora, mantendo a população na condição de oprimida.

Em tempos de pandemia, professores que reinventaram suas ações pedagógicas prementemente e que, até hoje, não se desconectaram da “docência remota”, muitas vezes atendendo a alunos nas redes sociais, em horários diversos e em fins de semana, foram e ainda são criticados, quer seja devido ao trabalho remoto, que foi desenvolvido no ambiente doméstico, quer seja pela qualidade do ensino (Lima; Pinto e Martins, 2022).

Passamos a ouvir repetidamente, de um “presidente da República”, que as escolas e universidades eram ambientes de “doutrinação ideológica” de “esquerda”, devendo imediatamente ser “desesquerdizadas”. Foram impostos interventores para gerenciar as instituições públicas de ensino, invalidando aqueles escolhidos democraticamente. Nesse



período, ampliaram-se as escolas cívico-militares e as universidades particulares (Agreli; Martins, 2022).

Faz-se importante destacar que tal comportamento ultraconservador e negacionista não tem qualquer resquício de ingenuidade, mas constitui um projeto de poder impulsionado por interesses políticos e econômicos que interfere intensamente nas políticas públicas, nas ações educacionais e relações sociais, intencionalmente, duvidando da Ciência, desqualificando a Educação e exterminando a Arte e Cultura.

Nesse obscurantismo, diante de um discurso irracional do ódio que culpabiliza a Educação brasileira pelos problemas do país, a escola se torna um lócus de transformação social e, parafraseando Freire (2005), por ser, a Educação, antes de tudo, um ato político. Não há Educação sem valores, sem projeto, sem intencionalidade, sem planejamento e sem idealização de sociedade. Contudo, não designamos que educar é uma prática político-partidária. A ética precede a política e o educar na escola.

Nessa compreensão, a Educação Popular Freireana assume o seu importante papel político, que emancipa e liberta a sociedade excluída e oprimida, oportunizando a existência humana em suas inter-relações sociais, éticas e culturais. Afinal, “se a educação sozinha, não transforma a sociedade, sem ela tampouco a sociedade muda” (Freire, 2000, p. 67).

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Ao pensarmos na elaboração deste texto, elencamos os aspectos cruciais a serem explorados acerca da temática representada no binômio Educação e negacionismo. Decisivamente, exploramos os agravos mais significativos causados no trabalho docente e na vida do brasileiro que o negacionismo capitaneou: (1) a negação da Ciência, especialmente durante a pandemia da Covid-19; e (2) o movimento bolsonarista, fascista, disseminado amplamente nas mídias digitais. Ambos os movimentos ganharam adeptos de uma política com implicações negativas na Educação e na Saúde, no Brasil.

Reflitamos. Levamos dezenas de anos para construir uma teoria, apresentar teses,



pesquisas, dissertações, constituir acervos científicos, divulgá-los com critérios e podermos usufruir da Ciência para o bem comum e a Educação da sociedade. Os conceitos são arduamente construídos, no âmbito epistêmico, mas tornam-se banais, sem teor científico, com a rapidez das inúmeras “curtidas” no mundo virtual.

Nesse contexto, educar numa sociedade tipificada como negacionista é uma tarefa árdua, considerando que o ambiente virtual amplifica a proliferação das *fake news* de base fascista e os meios para mitigar os prejuízos decorrentes desse fenômeno aparentam ser incipientes, indolentes.

REFERÊNCIAS

AGÊNCIA BRASIL. *Brasil teve queda de 74 na produção científica entre 2022 e 2021*. Edição: Aline Leal. Publicado em 27 jul. 2023, às 20:14. São Paulo, 2023. Disponível em: <https://agenciabrasil.ebc.com.br/geral/noticia/2023-07/brasil-teve-queda-de-74-na-producao-cientifica-entre-2022-e-2021>. Acesso em: 27 jul. 2023.

AGRELI, M. S.; MARTINS, R. A. Violência do governo Bolsonaro contra as universidades públicas em tempos de pandemia. *Revista Debates Insubmissos*. v. 5, n. 17, p. 47 - 63, 2022. Disponível em: <https://periodicos.ufpe.br/revistas/debatesinsubmissos/article/view/250758>. Acesso em: 27 jul. 2023.

ALVES, Igor. *Teoria da conspiração: o que é, significado*. 2021. Disponível em: <https://www.significados.com.br/teoria-da-conspiracao/>. Acesso em: 10 jan. 2023.

BARTELMEBS, Roberta Chiesa; VENTURI, Tiago; SOUSA, Robson Simplicio de. Pandemia, negacionismo científico, pós-verdade: contribuições da pós-graduação em educação em ciências na formação de professores. *Revista Insignare Scientia - RIS*, v. 4, n. 5, p. 64 -85, 2021.

BRASIL. Lei n. 9.394/1996, de 20 de dezembro de 1996. Estabelece as Diretrizes e Bases da Educação Nacional (LDBEN). Brasília: MEC, 1996.

BRASIL. Secretaria de Vigilância em Saúde e Ambiente. Ministério da Saúde. *Painel de casos de doença pelo coronavírus 2019 (Covid-19) no Brasil pelo Ministério da Saúde*. 2023. Disponível em: <https://covid.saude.gov.br/>. Acesso em: 3 ago. 2023.

FARGONI, Everton Henrique Eleutério *et al.* Ciência e sociedade civil sob necropolíticas. *Revista de Estudos em Educação e Diversidade – REED*, v. 2, n. 3, p. 15-33, 2021.



- FREIRE, Paulo. *Pedagogia da indignação: cartas pedagógicas e outros escritos*. Apresentação: Ana Maria Araújo Freire. Carta-prefácio de Balduino A. Andreola. São Paulo: Editora Unesp, 2000.
- FREIRE, Paulo. *Pedagogia da autonomia: saberes necessários à prática educativa*. São Paulo: Paz e Terra, 2005.
- LAVOR, Adriano. Escola Nacional de Saúde Pública Sérgio Arouca. *Falta de oxigênio causa mortes e revela colapso em Manaus, que já soma mais de quatro mil mortes em 2021*. Disponível em: <https://informe.ensp.fiocruz.br/noticias/50926>. Publicado em: 4 mar. 2021. Acesso em: 3 ago. 2023.
- LIMA, Eduardo Jorge da Fonseca; ALMEIDA, Amália Mapurunga; KFOURI, Renato de Ávila. Vacinas para covid-19 - o estado da arte. *Revista Brasileira de Saúde Materno-Infantil*, v. 21, p. 13-19, 2021.
- LIMA, Patrícia Ribeiro Feitosa; PINTO, Nilson Vieira; MARTINS, Raul Aragão. A síndrome de burnout em docentes da educação profissional e tecnológica em meio à pandemia da covid-19. In: GT 20.014. Educação Profissional e Tecnológica. CONEDU, 2022, *Anais [...]*.
- MAIA, Rodrigo; HERÉDIA, Thais; COELHO, Larissa. CNN, São Paulo. *Educação brasileira está em último lugar em ranking de competitividade*. Disponível em: <https://www.cnnbrasil.com.br/nacional/educacao-brasileira-esta-em-ultimo-lugar-em-ranking-de-competitividade/#:~:text=O%20pa%C3%ADs%20teve%20um%20baixo,de%20apenas%20%2C6%25>. Publicado em 17 jun. 2021. Acesso em: 3 ago. 2023.
- MORAES, Luís Edmundo de Souza. A negação negacionista do holocausto: suas metamorfoses e a ilusão de ótica. In: SCHURSTER, Karl; GHERMAN, Michel; FERREIRO-VÁZQUEZ, Óscar. *Negacionismo: a construção social do fascismo no tempo presente*. Cap. 4, p. 65-110, Recife: EduPE, 2022.
- ORGANIZAÇÃO MUNDIAL DA SAÚDE. *Painel do coronavírus da OMS (Covid-19)*. Disponível em: <https://covid19.who.int/table>. Acesso em: 7 fev. 2023.
- PORTAL DO BUTANTAN. Disponível em: <https://butantan.gov.br/noticias>. Acesso em: 23 jun. 2023.
- PORTO, Mayla Yara. Uma revolta popular contra a vacinação. *Ciência e Cultura*, v. 55, n. 1, p. 53-54, 2003.



SCHURSTER, Karl; GHERMAN, Michel; FERREIRO-VÁZQUEZ, Óscar. (Para) traduzir a negação, as teorias da conspiração e o antissemitismo. In: SCHURSTER, Karl; GHERMAN, Michel; FERREIRO-VÁZQUEZ, Óscar. *Negacionismo: a construção social do fascismo no tempo presente*. Cap. 1, p. 19-32, Recife: EduPE, 2022.

SENHORAS, Elói Martins. O campo de poder das vacinas na pandemia da Covid-19. *Boletim de Conjuntura (Boca)*, v. 6, n. 18, p. 110-121, 2021.

VILELA, Mariana Lima; SELLES, Sandra Escovedo. É possível uma educação em ciências crítica em tempos de negacionismo científico? *Caderno Brasileiro de Ensino de Física*, v. 37, n. 3, p. 1.722 -1.747, 2020.



ECOLOGIA LINGUÍSTICA DA PALAVRA-CHAVE “NEGACIONISMO”: DO ELEMENTO LINGUÍSTICO A UMA CRÍTICA SOCIOCULTURAL DE UM FENÔMENO DIFUSO

Cláudio Márcio do Carmo¹

RESUMO: O presente texto traz uma análise do negacionismo a partir da junção da Análise Crítica do Discurso – de maneira mais específica aquela que institui o raciocínio dialético como metodologia (Fairclough, 2015; 2018) – em interface com a Linguística de Corpus, inspirado no trabalho de Magalhães (2004), em sua abordagem de *palavras-chave* (Williams, 1976), para análise de *corpus de pequena dimensão* (Sinclair, 2001). A partir desse aporte, buscamos analisar um corpus de textos midiáticos sobre negacionismo, como contribuição para averiguar as relações lexicais que constroem uma argumentação e uma série de articulações que procuram sustentá-lo, bem como indicar os vieses com os quais ele se conecta numa tentativa fundante de desconstrução de saberes instituídos como o da ciência. Como resultado, percebemos a fragilidade do negacionismo, mas o perigo que representa ao sair do universo das ideias para o universo do comportamento, na forma de negação sem argumentação plausível ou com ela fragilizada e sem uma validação de propostas, gerando um ambiente insalubre para todos, especialmente para os próprios negacionistas.

PALAVRAS-CHAVE: Negacionismo. Raciocínio dialético. Argumentação.

ABSTRACT: This text brings an analysis of denialism from the junction of Critical Discourse Analysis – more specifically the one that establishes dialectical reasoning as a methodology (Fairclough, 2015; 2018) – in interface with Corpus Linguistics, inspired by the

¹ Professor Titular de Linguística e Língua Portuguesa da Universidade Federal de São João del-Rei, atuando na Graduação e no Mestrado em Letras. Licenciado Letras (Português, Inglês e respectivas Literaturas) pela Fundação de Ensino Superior de São João del-Rei, atual Universidade Federal de São João del-Rei. É Mestre em Linguística e Doutor em Linguística Aplicada, pelo Programa de Pós-Graduação em Estudos Linguísticos da Universidade Federal de Minas Gerais. Possui Pós-Doutorado em Antropologia pelo Programa de Pós-Graduação em Antropologia da Universidade de São Paulo, sob a supervisão do Professor Dr. Kabengele Munanga, e em Linguística Aplicada, pelo Instituto de Estudos Latino-Americanos e Caribenhos da Universidade da Geórgia, sob a supervisão do Professor Dr. Richard Gordon. É pesquisador do Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico (CNPq). E-mail: claudius@ufsj.edu.br



work from Magalhães (2004), in his approach to *keywords* (Williams, 1976), for the analysis of a *small corpus* (Sinclair, 2001). From this contribution, we seek to analyze a corpus of media texts about denialism, as a contribution to ascertain the lexical relations that build an argument and a series of joints that seeks to sustain it, as well as to indicate the biases with which it connects in a founding attempt to deconstruct knowledge instituted as that of science. As a result, we perceive the fragility of denialism, but the danger it represents when leaving the universe of ideas to the universe of behavior, in the form of denial without plausible argumentation or with it weakened and without validation of proposals, generating an unhealthy environment for all, especially for the denialists themselves.

KEYWORDS: Denialism. Dialectical reasoning. Argumentation.

INTRODUÇÃO

Segundo Guimarães e Carvalho (2020, p. 3), o negacionismo ocorre quando “as crenças pessoais torn[am]-se, para alguns indivíduos, superiores aos fatos: é o ‘declínio da verdade’”. Dentro desse espectro, é preciso assumir de alguma forma que a verdade existe. Entretanto, não será nosso objetivo tratar o tema da verdade, tema este muito caro à Filosofia. Aqui, empreenderemos uma pesquisa de base empírica quanto às formas de representação do negacionismo a partir de uma visão linguístico-discursiva, sendo a noção de verdade perspectivada mediante os dados que representam e concebem o mundo por diferentes prismas, não sendo um sinônimo em si de uma pós-verdade.

Assumiremos a premissa, a partir de Charlot e Charlot (2021), de que há uma crise da relação com a verdade, sendo esta crise mais relevante e esclarecedora que aquela que subsuma a pós-verdade, tendo em vista que a pós-verdade leva a uma ideia de que o negacionismo viria posteriormente à verdade. Juntamente com os autores, “negamos que o negacionismo seja uma crise da verdade e sustentamos que é uma crise da relação com a verdade” (Charlot; Charlot, 2021, p. 11). Eles esclarecem com isso que as sociedades em geral admitem certos enunciados como verdades, sejam eles religiosos, filosóficos ou científicos.

Por essa razão, a questão não é saber se são verdades, mas que são admitidos dessa forma, o que, a nosso ver, adentra no universo da representação que se dá por meio da



linguagem e do discurso, a partir das instituições que lhe dão origem, legitimidade e reconhecimento social. E para essa discussão, tomaremos parâmetros oferecidos pela Análise Crítica do Discurso, sobretudo a abordagem do raciocínio dialético de Fairclough (2015; 2018).

O negacionismo vem, pois, ao encontro de uma crise da verdade nas instituições legitimadoras, tendo em vista que certos indivíduos e grupos da sociedade questionam a própria legitimidade institucional, utilizando-se dele como mecanismo precursor de desconfiança. Charlot e Charlot (2021, p. 11) chamam a atenção para o fato de as contradições entre religião, ciência e mídia terem se intensificado e que essa é a principal razão para a crise social da relação com a verdade, já que a própria sociedade não consegue gerenciá-las, pois “não se confia mais nos políticos, na mídia, no Parlamento, na Justiça, na Polícia e numa grande parte das instituições públicas”. E, nessa esteira, “quando a própria Ciência perde sua credibilidade, não há mais árbitros para os conflitos causados pelas contradições sociais” (Charlot; Charlot, 2021, p. 11). Assim, com o amparo do Iluminismo e do positivismo por um lado, e pela modernidade e democracia por outro, a Ciência trouxe progresso, a exemplo da tecnologia e das vacinas, mas também gerou várias ameaças, como energia nuclear, aquecimento global, dentre outros, que podem demonstrar o contraditório que se tornou pano de fundo para muitas teses negacionistas. Há, então, avanços, mas também vários temas que apelam ao elemento emocional ao impactar de forma ameaçadora à vida humana, gerando uma politização e polarização dos problemas sociais e gerando tanto uma resistência cidadã quanto o negacionismo.

Charlot e Charlot (2021), amparados em referências específicas, esclarecem que a resistência cidadã ocorre quando não se nega, silencia ou rejeita os saberes científicos e médicos, recusando-se à submissão social ao inevitável, enquanto o negacionismo insurge como uma ditadura da convicção que resiste à palavra oficial, à possibilidade de dúvida e abertura ao debate, ao diálogo, em função de uma verdade própria que lhe faz renunciar a si, à sua identidade, às suas formas de vida e existência. Como pontuam os autores, “o negacionista não se importa com a veracidade do que é dito, ele avalia os discursos com base



nos seus efeitos e na identidade de quem fala e que o escuta”. Ademais, “[...] [o] negacionista não tenta convencer os adversários, nem sequer fala com eles, só se endereça a quem já compartilha suas convicções” (Charlot; Charlot, 2021, p. 12-13).

A base teórica que adotamos é um quadro qualiquantitativo, pautado na análise da *ecologia linguística* (cf. Kennedy, 1998) do nódulo/item *negacionismo* entendido como uma *palavra-chave* (cf. Williams, 1976) para o estudo da conjuntura atual, partindo-se de um *corpus de pequena dimensão* (cf. Sinclair, 2001). Dessa forma, aliamos Linguística de Corpus e Análise Crítica do Discurso (ver, por exemplo, Magalhães, 2004; Carmo, 2014, 2018) para um exame linguístico-discursivo textualmente orientado da realidade social problemática contemporânea em diversos campos do saber e das instituições que balizam e legitimam enunciados considerados verdadeiros devido ao negacionismo.

Nossas reflexões se dividem em mais quatro seções, assim dispostas: *Análise Crítica do Discurso: caminhando para a perspectiva do raciocínio dialético*, em que situamos a abordagem de uma fase inicial até a versão intitulada raciocínio dialético, que embasa nossa análise; *Negacionismo e seus arredores: apontamentos para uma dialética*, em que buscamos avaliar os aspectos mais relevantes para a compreensão desse fenômeno social; *Método e procedimentos: Linguística de Corpus e Análise Crítica do Discurso*, seção na qual explicitamos a maneira a partir da qual a análise se dará num quadro qualiquantitativo; e *Uma perspectiva linguístico-discursiva e dialética do negacionismo em textos midiáticos*, compondo a análise propriamente dita. A essas seções, seguem as considerações finais e as referências nas quais nos baseamos.

ANÁLISE CRÍTICA DO DISCURSO: CAMINHANDO PARA A PERSPECTIVA DO RACIOCÍNIO DIALÉTICO

Tendo como base os trabalhos sobre linguagem e ideologia desenvolvidos pela Linguística Crítica (Fowler *et al.*, 1979), cuja base linguística, por sua vez, era a Linguística Sistemico-Funcional (LSF) desenvolvida por Michael Alexander Kirkwood Halliday (1978;



1985), Norman Fairclough publica, em 1989, o livro *Language and Power*, com as bases da Análise Crítica do Discurso (ACD). Já em 1992, publica *Language and Social Change*. No primeiro, começou a desenvolver um método de análise que considerasse a linguagem (texto), a interação e o contexto sob uma perspectiva que aliava a Linguística a um pensamento sociopolítico e ideológico. No segundo, desenvolveu uma teoria social do discurso numa perspectiva tridimensional de análise dos textos que considera três dimensões interligadas: prática textual, prática discursiva e prática social.

O autor pretendia propor uma análise que se voltasse para o texto, em sua materialidade (prática textual), para a interação em termos do processo de produção, distribuição e consumo do texto (prática discursiva); e para a avaliação das questões inter-relacionadas a linguagem, a ideologia e a lutas hegemônicas que se davam no seio das sociedades (prática social). Sua visão é de que linguagem e sociedade são constitutivas. Todas as ideias propostas partiam de uma percepção intervencionista na sociedade que é marcada por injustiças, desigualdades e relações de poder, requerendo uma abordagem que visasse à mudança social por meio da conscientização das formas de opressão, um dos possíveis caminhos para que aqueles os quais estivessem subjugados dentro de um sistema opressor pudessem se emancipar.

A publicação de Chouliaraki e Fairclough (1999) gerou a percepção de que o discurso não é uma prática em si, mas um momento da prática interligado a diversos outros elementos que constituem e veiculam concepções de mundo na sociedade. Fairclough (2003, p. 26), por sua vez, desenvolve ainda mais a visão do discurso como um elemento das práticas sociais, retomando de maneira mais estreita a LSF como base linguística da ACD, e afirma que o discurso figura de três formas na prática social: como gêneros (formas de agir), base para análise do Significado Acional; discursos (formas de representar), para análise do Significado Representacional; e estilos (formas/maneiras de ser), para análise do Significado Identificacional. Essa preocupação linguística se dá especialmente porque se pretende destacar o vocabulário como uma característica distintiva do discurso, devido ao processo de lexicalização do mundo que se dá de formas particulares. Assim, o analista pode se concentrar



na maneira como os diferentes discursos estruturam o mundo a partir das relações semânticas entre as palavras.

Para o autor, os textos materializam discursos que, por sua vez, representam o mundo de formas particulares, logo, são representações de mundo. Nas palavras de Fairclough (2003, p. 17), “um discurso é uma forma particular de representar alguma parte do mundo (físico, social, psicológico)”. Nesse sentido, as diferentes versões da ACD podem ser vistas como complementares na medida em que respondem a um objetivo muito específico. Como destaca Resende (2012, p. 107), a ACD objetiva “apontar os efeitos sociais de textos e os efeitos das práticas sociais sobre a formulação de textos, por meio de análise discursiva textualmente orientada”.

A partir dessas visões inicialmente calcadas nos aspectos intertextuais e interdiscursivos (1989 e 1992) e representacionais (1999 e 2003), adotamos a perspectiva da Análise Crítica do Discurso como raciocínio dialético, conforme Fairclough (2015, 2018), em que língua e discurso se constituem dialeticamente na construção dos gêneros textuais-discursivos². A ideia de Análise Crítica do Discurso como raciocínio dialético advém do fato de que Fairclough (2013) demonstrou que a ACD, em si, é tanto uma forma de discurso quanto uma prática de argumentação (prática argumentativa) que se direciona a argumentações práticas, a exemplo da argumentação política (cf. Fairclough, 2015, 2018). Nas palavras do autor:

Na análise do discurso político, a ACD parte da crítica do discurso, via explicação em termos da realidade social existente de por que as falhas identificadas [problemas sociais] existem, para identificar/defender ações para transformar a realidade social para melhor. Mas isso é uma prática de argumentação: argumentação a partir de um conjunto de premissas a uma reivindicação sobre o que deve ser feito (Fairclough, 2015, p. 2).

De acordo com Moraes (2011, p. 3), o termo *negacionismo* define um campo político-intelectual. E, nesse sentido, percebemos que nossa visão do negacionismo trata

² Utilizamos o termo conjunto gênero *textual-discursivo* para destacar, na prática discursiva de constituição do artefato textual, o processo de produção de seu esqueleto material, isto é, sua arquitetura linguístico-semiótica (multissemiótica/multimodal) e o momento em que se torna, pelo discurso, mecanismo de ação social (cf. Carmo, 2017).



principalmente dessa natureza eminentemente política. Isso se deve ao fato de que precisamos partir de um conjunto de premissas que tem nos levado a tomar o negacionismo como um discurso negativo que precisa ser compreendido dentro de múltiplas perspectivas, a partir das quais a realidade social constituída a partir dele deve ser transformada para melhor. Por isso, metodologicamente, a análise se faz a partir de elementos da língua, aqui especificamente o vocabulário, caminhando para o discurso onde uma outra realidade social pode ser constituída dialeticamente por meio de um esforço argumentativo.

Com isso, torna-se possível uma averiguação das duas premissas da prática argumentativa, quais sejam: (1) uma **Circunstancial** (*Circunstancial premise*), que representa e busca avaliar, problematizar, criticar e explicar um estado de coisas existente; (2) uma **Meta** (*Goal premise*), que visa especificar um estado de coisas alternativo, sendo seu objetivo tornar-se base para (3) uma premissa de **Valor** (*Value premise*), de onde os valores e preocupações da argumentação partem e, por fim, (4) uma premissa de Meio-Objetivo (*Means-Goal premise*), que encaminhe para uma linha de ação defendida e reivindicada (*Claim*), ou seja, uma maneira de atingir um objetivo (Fairclough; Fairclough, 2012; Fairclough, 2015; 2018).

Como explica Fairclough (2015, 2018), os elementos de crítica e explicação pertencem à premissa Circunstancial, enquanto a linha de ação é defendida por razões extraídas da Meta (também indiretamente do Valor) e da Meio-Meta. Por isso, a ACD pode ser considerada uma forma de prática de argumentação que critica a argumentação prática (como a política) e esta, a argumentação prática, pode ser avaliada por meio do raciocínio dialético. Para tanto, o autor elenca quatro passos a serem seguidos que são:

1. produzir uma crítica normativa do discurso;
2. explicar o discurso considerado falho em termos da realidade existente;
3. fazer uma crítica explicativa da realidade existente;
4. defender ações para mudar a realidade existente para melhor.



Por isso, uma crítica exploratória é uma primeira fase que fará a transição entre explanação e ação; enquanto o raciocínio dialético buscará uma explicação para um *status quo* que se funda argumentativamente como uma realidade social a ser mudada, por não estar calcada no aspecto lógico. Dialética então é entendida, em sentido epistemológico, como uma forma de buscar a “coisa certa” por meio do diálogo e de avaliar as diferentes possibilidades de compreensão de uma questão, separando bons e maus argumentos, por meio de crítica e comparação. O questionamento crítico envolve, portanto, a identificação de contradições, que podem ser internas ou externas à argumentação em torno do que é reivindicado.

Por fim, Fairclough (2015, p. 8) questiona se as pessoas precisariam conhecer/saber sobre o raciocínio dialético e elenca oito elementos para uma resposta positiva: as pessoas precisam conhecer/saber sobre raciocínio dialético para (1) saberem reconhecer um argumento, uma vez que argumentos são muitas vezes parcialmente implícitos e precisam ser reconstruídos a partir de textos, ou seja, formulados de forma explícita; (2) saberem identificar qual tipo de argumento é (comparativo, lógico, metafórico etc.); (3) saberem identificar as premissas e a conclusão de um argumento, incluindo quais discursos são invocados e que razões são dadas na tentativa de validação deles; (4) saberem avaliar (questionar criticamente) um argumento: sua reivindicação, em termos de sua probabilidade e consequências; suas premissas, incluindo valores, objetivos e a representação/problematização das circunstâncias; e inferências das premissas na conclusão. Isso requer avaliação crítica de discursos e realidades existentes, a explicação da realidade existente e suas falhas/problemas, bem como a ação que busca defender sua mudança; (5) saberem identificar razões, motivos e causas, e as conexões entre eles (os problemas levantados); (6) saberem avaliar e criticar a argumentação como primeiro passo na sequência: deliberação, decisão-ação-mudança; (7) desenvolverem contra-argumentos; e, por fim, (8) saberem identificar os termos do debate, suas falhas e limitações.

Com base no pensamento de Antonio Gramsci, Fairclough (2015) argumenta que o pensamento do filósofo italiano cria outra forma de compreensão de dialética, que passa a ser, sobretudo, uma “nova forma de pensar” e também “uma nova técnica”, isto é, uma técnica de



pensamento, capaz de fornecer critérios de avaliação às pessoas, fornecendo insumo para julgamentos e para a verificação deles, de maneira a corrigir possíveis distorções em formas de pensamento tornadas senso comum. E, com isso, quiçá, com base em parâmetros de razoabilidade e capacidade argumentativa em termos de melhores argumentos, explicar, criticar, abrir espaço para novas possibilidades de compreensão de mundo e mudança para melhor de certas realidades sociais existentes.

Esse aparato demonstra-se também, acima de tudo, salutar para a análise do discurso com fulcro na ética dos agentes, pois, como frisam Fairclough e Fairclough (2018), o julgamento ético é parte da crítica normativa realizada na Análise Crítica do Discurso, tendo em vista que sua crítica deve ser construída sobre elementos extraídos seletivamente do julgamento ético e da crítica aos próprios discursos públicos ou publicizados nas sociedades, buscando o melhoramento social (ver Carmo, 2022a) e focalizando o processo que possa gerar efetivamente uma mudança social.

Existem princípios morais e compromissos dos diferentes agentes na sociedade frente a um contexto histórico, social e institucional, que requer a identificação de práticas excludentes e da violência disseminadas. No entanto, isso clama por autocrítica e por uma postura não apenas contra-hegemônica, mas sobretudo anti-hegemônica, em busca da promoção tanto da justiça social quanto da dignidade humana, na forma de bem-estar coletivo.

A Análise Crítica do Discurso constitui-se, portanto, numa forma de análise de natureza linguística, social e política, cuja crítica é, em parte, ética, partindo do pressuposto que determinadas ações são, em certa medida, condicionadas e limitadas por práticas sociais, instituições e estruturas. É por isso que Fairclough e Fairclough (2018) trabalham essa questão sob o prisma da ética deontológica, pressupondo que as pessoas em geral têm o dever de agir de determinadas maneiras e não de outras, demonstrando compromisso social, de acordo com princípios morais e éticos.

Isso significa optar por uma abordagem da crítica ética na ACD que dá primazia à ética processual, a uma forma particular de ética do discurso fundamentada na perspectiva



habermasiana, para análise do fenômeno da argumentação. Instaure-se por, isso, um procedimento de questionamento crítico de propostas de ações que pode integrar considerações vindas de princípios deontológicos, com vistas a uma abordagem procedimental capaz de fornecer ou instituir um compromisso ético com uma busca de maior “imparcialidade” na própria ACD, o que Fairclough e Fairclough (2018) julgam necessário para seu *status* como método dentro da ciência social crítica.

De acordo com os autores, esse procedimento é aplicado na crítica normativa da argumentação, na crítica explicativa de aspectos das práticas sociais e estruturas, e na crítica de mudanças defendidas em práticas e estruturas destinadas a abordar tais problemas. Por isso, essa abordagem trata a ACD como um raciocínio dialético, ultrapassando a própria crítica normativa, por meio da crítica explicativa, em direção à ação transformativa.

NEGACIONISMO E SEUS ARREDORES: APONTAMENTOS PARA UMA DIALÉTICA

Marques e Raimundo (2021) demonstram de forma contundente razões que justificam a abordagem empirista que pretendemos empreender, na medida em que a análise dos autores versa sobre o negacionismo científico diante do contexto da pandemia de Covid-19, com foco nas *fake news*, em testemunhos considerados falsos e no discurso de ódio, entendidos como potencializadores que concorrem para o descrédito da ciência na sua relação com a pós-verdade, o que pode ser corroborado pela análise e preocupação trazidas por Morais (2022a).

Contudo, fazemos a ressalva de que assumiremos a perspectiva de Charlot e Charlot (2021) que tratam o tema com objetividade, sem que se perca a profundidade necessária para sua problematização. Interessa-nos, sobretudo, constituir um conjunto de relações e características, a fim de elencar o que pode gerar o reconhecimento e um possível conceito de negacionismo que, longe de se esgotar, possa oferecer um norte para sua compreensão. Como esclarecem os autores, o negacionismo tem sido colocado como sinônimo ou estreitamente relacionado ao conceito de pós-verdade, termo utilizado primeiramente em 1992 por Steve



Tesich, num artigo publicado na revista *The Nation* (cf. Charlot; Charlot, 2021). Já Caruso e Marques (2021, p. 2) acrescentam que “o termo ‘negacionismo’ aparece no cenário pós II Guerra Mundial referindo-se especificamente ao questionamento da existência do Holocausto (ver, por exemplo, filme *Negação*, 2016).”

Não existe uma equivalência conceitual e terminológica entre pós-verdade e negacionismo, sobretudo pela ideia subjacente a pós-verdade ser ou funcionar como uma de uma espécie de cortina de fumaça sobre uma realidade ruim da qual queremos fugir. Por outro lado, implicaria assumir uma “verdade” na contraposição a uma mentira. Isso significa que pós-verdade inicialmente remetia a uma relação estreita com a verdade, embora pressupusesse que a sociedade não queria saber da verdade quando a notícia fosse ruim, tanto quanto essa verdade não deveria estar em debate em ambientes não legítimos.

Nas palavras de Charlot e Charlot (2021, p. 3), “o assunto não é a verdade, é a relação com a verdade”, sendo os conceitos em si e por si irrelevantes. É dessa forma que a pós-verdade leva à ideia de que o negacionismo possui como ponto central a verdade, sendo que a questão que se coloca está intimamente ligada à possibilidade de ampliação do olhar sobre o saber que pode ser refutado por meio da observação ou da experimentação contrária, não sendo um saber ontológico e válido por si mesmo.

Entretanto, todo saber precisa ser minimamente posto à prova a partir de variados pontos de vista, incluindo-se os saberes institucionalizados da ciência, da religião, da política, dentre outros. O que existe não é uma verdade pura e simples, mas enunciados-verdade (científicos ou não, contudo, institucionalizados e legitimados) que podem ser questionados e desafiados, a partir do processo científico de construção, desconstrução e reconstrução. Por isso, enunciados científicos são dos mais questionados pelo negacionismo, já que é comum estabelecer uma ligação entre ciência e verdade, como algo à parte, muitas vezes considerado de pouco acesso, inacessível ou apartado da sociedade comum. Nesse sentido, é salutar o pensamento de Moura (2014, p. 36-37):

A ciência não está enclausurada em uma bolha, invulnerável aos acontecimentos ao redor. O conhecimento científico é obra humana, e como homens pertencentes a uma sociedade – com seus modelos culturais, políticos, históricos, econômicos etc. –



, eles trazem à Ciência suas concepções, crenças, anseios. Portanto, falar da natureza da Ciência aparentemente deve envolver o esclarecimento de sua indissociabilidade do mundo e da humanidade, de sua mutabilidade.

Charlot (2000) destaca que toda relação com o saber apresenta as dimensões epistêmica, identitária e social, uma vez que a relação com o saber se define em conexão com o próprio saber em construção, com o mundo, com os outros e consigo mesmo, a partir de múltiplas mediações (técnicas, simbólicas, estéticas, sociais etc.). E é nisso que reside uma diferença com a pós-verdade da qual falamos anteriormente e um importante ponto de referência do negacionismo quando este “remete a formas particulares de se relacionar com o mundo, com os outros e consigo mesmo, que induzem as suas relações com os enunciados científicos” (Charlot; Charlot, 2021, p. 7). Por isso, é importante destacar que se

pode[m] levantar todas as dúvidas que se quiser sobre as noções de ‘verdade’, de ‘fato’, de ‘comunidade científica’, [todavia] aquele que se envolve mesmo no trabalho científico sabe que se trata de uma atividade específica, inconfundível com o charlatanismo ou o negacionismo (Charlot; Charlot, 2021, p. 8).

Como se vê em Caruso e Marques (2021), o negacionismo é, sobretudo, uma estratégia de dominação entendida como uma guerra declarada à Ciência e à Razão. Nesse sentido, procuramos elencar um possível conjunto de características do negacionismo a partir de Charlot e Charlot (2021):

- 1) ser uma mentira política com certo toque paranoico;
- 2) constituir-se como uma forma de manipulação de fatos;
- 3) questionar os saberes ensinados na escola;
- 4) construir-se ao minar a confiança nas instituições legitimadoras de saberes e conhecimentos partilhados;
- 5) desconsiderar a ciência como um saber legítimo;
- 6) questionar não exatamente uma “verdade” em si, mas enunciados apresentados como “verdades” por autoridades consideradas legítimas (sejam elas religiosas, científicas, dentre outras);
- 7) autolegitimar-se na maioria das vezes;



- 8) ser definido parcialmente a partir de fatos e argumentos alternativos, às vezes fortes, às vezes secundários, mas que possam deslocar o foco da discussão;
- 9) negar evidências que contradigam o próprio pensamento;
- 10) apegar-se a argumentos secundários ou a um argumento central sem trazer à tona o debate ou os diferentes vieses que o circundam;
- 11) valer-se de uma preocupação cuja validação procura se dar superficialmente a partir de algo social e politicamente constituído;
- 12) identificar, constituir ou construir inimigos em vez de adversários dentro de uma argumentação ampla e complexa em que vários pontos de vista possam ser/sejam avaliados e debatidos;
- 13) construir identidade por adesão e referência a um líder;
- 14) construir um mito cuja função não seja a propagação de verdade, mas ser uma referência identitária;
- 15) gerar questionamentos epistemológicos sobre a verdade e os fatos;
- 16) recusar e rejeitar resultados de pesquisas científicas complexas finalizadas ou em andamento, em função de opiniões e convicções pessoais;
- 17) recusar-se a considerar documentos, testemunhos, observações ou resultados de experimentações controlados por uma comunidade científica que atestam fatos inegáveis;
- 18) suspeitar, *a priori*, de qualquer prova que não leve à conclusão decidida pelo negacionista;
- 19) sustentar uma ideia que parte da conclusão à qual se quer chegar, inspirada por motivos ideológicos, políticos, racistas etc.;
- 20) partir de uma dimensão conspiracionista com o intuito de descartar todos os argumentos empíricos ou racionais que desmentiriam sua tese;
- 21) combinar e misturar, de forma falsa e interesseira, interpretações, informações e observações tidas como corretas ou plausíveis, vindas de fontes confiáveis;



- 22) silenciar observações e acontecimentos que não apoiam o que é defendido, apresentando em seu lugar outros que são imprecisos, mal definidos, reinterpretados, inventados, mas que supostamente comprovariam o que se defende;
- 23) alegar pequenos fatos secundários e duvidosos como argumentos decisivos;
- 24) escolher, entre vários fatos e argumentos, apenas alguns estatisticamente mais significativos, silenciando-se os demais;
- 25) constituir-se com frequência, de maneira falaciosa e falseada, numa relação epistemológica, social e identitária com o saber;
- 26) abandonar o assunto quando sua tese é invalidada, sem, contudo, mudar de opinião;
- 27) defender a inculcação de uma doutrina religiosa e moral, assim como a imposição da obediência e de uma hierarquia militar.

Diante dessas características, o desserviço social prestado pelo negacionismo é, talvez, o mais grave, na medida em que, como esclarecem Charlot e Charlot (2021, p. 9),

o negacionista considera que há uma verdade, a sua, e até pretende que ele é quem está preocupado pela verdade, enquanto os seus inimigos mentem, conspiram, com a cumplicidade dos cientistas.

É nesse momento em que um aspecto importante do negacionismo aparece: a animosidade/hostilidade. E, nesse sentido, é que parece residir aqui também uma relação específica com o discurso de ódio, pois, como explica Glucksmann (2007, p. 35), “‘quem tem ódio’ só reconhece em si e a seu redor o contágio moral que ele mesmo propaga como uma lei única e universal”. Para o autor, “o ódio nada mais é do que o resultado deteriorado da ausência de educação” (Glucksmann, 2007, p. 2). E ainda pontua: o “ódio acusa sem saber. O ódio julga sem ouvir. O ódio condena a seu bel-prazer. Nada respeita e acredita encontrar-se diante de algum complô universal. Esgotado, recoberto de ressentimento, dilacera tudo com seu golpe arbitrário e poderoso. Odeio, logo existo” (Glucksmann, 2007, p. 12).

E nessa mesma esteira, o negacionismo se mostra extremamente antidemocrático, pois

a democracia pressupõe, como condição de possibilidade, a aceitação do diálogo contraditório. Não se trata, basicamente, de acesso ao conhecimento... [...] Trata-se,



antes de tudo, de relação com o saber e, mais amplamente, com o mundo, com os outros e consigo mesmo. O mundo do negacionista é um lugar hostil, onde se deve constantemente desconfiar daqueles que falam bonito porque, muitas vezes, eles mentem, conspiram, querem submeter os demais aos seus interesses. Neste mundo, deve-se encontrar aliados e se proteger contra as palavras de todos esses especialistas que pretendem “saber” (Charlot; Charlot, 2021, p. 10).

Como sintetizam os autores, a democracia exigiria o debate a partir dos seguintes princípios: (1) há diferenças de opinião e elas são legítimas, assim como um adversário não é sumariamente um inimigo; (2) as divergências fornecem elementos que possibilitam encontrar um acordo por negociação; e (3) há uma área em que todos podem concordar, uma área da verdade caracterizada pela coerência tanto da fala quanto entre essa fala e o que é observável, podendo ser experimentado e experienciado juntos, independentemente do ponto de vista ideológico. E a partir disso, perceber o saber e a própria ciência como resultados de uma atividade humana coletiva em um contexto sociocultural e histórico. É por isso que

Formas antigas de barbárie estão voltando: nacionalismos agressivos, fundamentalismos religiosos excludentes, celebração das armas, da sobrevivência dos mais fortes e da morte dos mais fracos. Formas novas de barbárie estão invadindo o espaço público: cyberbullying, assédio e ódio nas redes sociais. O negacionismo é a forma epistemológica da barbárie contemporânea (Charlot; Charlot, 2021, p. 14).

Como se pode perceber, o negacionismo possui uma estreita relação com outras formas de negação do outro de diferentes formas, como o ódio e os variados fundamentalismos, mas sobretudo demonstrando ser a possibilidade de originar inúmeros conflitos sociais ao tomar seu ponto de vista sob a égide de uma pretensa correção que, antes de vir de um debate, nasce de juízos de valor com pouca ou nenhuma sustentação (ver, por exemplo, Glucksmann, 2007; Dobón, 2016; Carmo, 2016; 2022a; 2022b; Morais, 2022b; 2022c). Dessa maneira, acaba por ser gênese de violências de toda sorte saindo do universo das ideias para o universo do comportamento, o que pode ser corroborado e indexicalizado por dados linguísticos constantes do corpus de análise, nas muitas ocorrências e ligação com os itens *EUA, bolsonarista, Bolsonaro, Jair Bolsonaro*.

Como uma possibilidade de vislumbrar essa relação, vimos amplamente noticiados e divulgados eventos como a invasão do Capitólio em 6 de janeiro de 2021, quando Donald



Trump perdeu as eleições para John Biden e também o atentado à democracia e ao Estado de Direito ocorrido no Brasil em 8 de janeiro de 2023 por parte de extremistas golpistas, terroristas e vândalos, possivelmente acobertados pela negligência, omissão ou conivência de agentes públicos. Esse grupo, num todo, viola princípios democráticos por uma convicção interna, sob a pretensão e justificativa de uma falsa liberdade de expressão e defesa de direitos, atacando os três poderes, os símbolos nacionais, depredando bens públicos das mais altas cortes da democracia nacional – os edifícios dos três Poderes da República: Palácio do Planalto, Supremo Tribunal Federal (STF) e Congresso Nacional – e, em última instância, a própria Constituição. Isso gerou a decretação pelo presidente eleito, Luiz Inácio Lula da Silva, de intervenção federal, prevista constitucionalmente para casos extremos, nomeando Ricardo Capelli como interventor até 31 de janeiro de 2023. Parece-nos que esses exemplos estão intimamente conectados não apenas com o negacionismo, mas com o ódio, nos termos já explicitados.

Duarte e César (2020), por exemplo, fazem uma discussão importante sobre a estratégia de negação da política com a qual Bolsonaro afrontou valores democráticos sem romper peremptoriamente com a democracia, desde a época da campanha presidencial; e também discutem a estratégia do negacionismo como política, argumentando, como exemplo, que durante a pandemia essas duas estratégias se conjugaram, produzindo fenômenos sociopolíticos corrosivos à democracia, como a banalização das mortes durante a pandemia e a naturalização de que existem vidas mais e menos importantes ou vidas mais valiosas e vidas descartáveis.

Sem apontarmos culpados, porque não é esse o nosso objetivo, vemos tudo isso como possíveis impactos do negacionismo quanto ao que ele poderia gerar e quanto à omissão de vários casos que parecem ter gerado no grupo de negacionistas a sensação de impunidade como motivação para barbárie.

Aqui acreditamos ter não apenas feito uma seção teórica sobre o negacionismo, mas também preenchido parte dos pressupostos requeridos pela abordagem da ACD intitulada raciocínio dialético, conforme postos na seção anterior. Ou seja: tornar-se uma prática



argumentativa voltada para uma argumentação prática, no caso, a argumentação prática falaciosa e falha urdida pelo negacionismo que criou uma realidade social problemática que precisa ser mudada para melhor.

MÉTODO E PROCEDIMENTOS: LINGUÍSTICA DE CORPUS E ANÁLISE CRÍTICA DO DISCURSO

Para produção da abordagem e cotejamento de dados, optamos pela metodologia proposta por Magalhães (2004), na qual alia o uso de *corpus de pequena dimensão*, em conformidade com Sinclair (2001), com a visão de *palavra-chave*, tal qual proposta por Williams (1976): uma palavra culturalmente relevante e capaz de trazer à tona matizes sociais e culturais que levem a uma compreensão de certos fenômenos, isto é, vocábulos que estão inseridos em determinada cultura de modo particular, indicando determinadas formas de pensamento ou maneiras de interpretar uma atividade daquele contexto.

Nesta metodologia, destacamos a proposta de Sinclair (2001), ao trabalhar com uma perspectiva que leva em consideração o papel do analista no momento do processamento, cotejamento e análise dos dados. O autor, com esse pensamento, divide a constituição de *corpora* em *corpus de pequena dimensão* e *corpus de grande dimensão*. Um *corpus* de pequena dimensão é aquele que precisa constituir um corpo de evidências relevante e confiável, no entanto, ser pequeno o suficiente para ser analisado manualmente ou processado por computador com ferramentas específicas. O objetivo é permitir avaliações rápidas pelo pesquisador, por isso, os chamados *corpora* de pequena dimensão são projetados para intervenção humana inicial (*EHI – early human intervention*), diferentemente dos *corpora* de grande dimensão os quais são projetados para intervenção humana tardia (*DHI – late or delayed human intervention*), isto é, após o levantamento de grandes quantidades de dados.

Para tanto, partiremos da ecologia linguística da palavra-chave *negacionismo*. Por *ecologia linguística*, entendemos, em conformidade com Kennedy (1998), a área de descrição da língua em Linguística de Corpus que se ocupa da análise de padrões lexicais de que um



determinado item faz parte e procura descrever sentidos a que um item se associa, em quais estruturas ele aparece, qual correlação existe entre o uso que se faz dele e o sentido a ele atribuído. Também seria papel desse campo de estudos descrever as estruturas de que o nóculo/item da pesquisa faz parte, bem como seu valor na organização do texto. Inclusive como um aspecto importante para avaliar a prosódia semântica ou associação entre itens lexicais e a conotação (negativa, positiva ou neutra) de campos semânticos (Berber-Sardinha, 2004, p. 41).

Para a extração de dados quantitativos, utilizamos o programa *AntConc*, desenvolvido por Laurence Anthony (2014), o qual disponibiliza ferramentas gratuitas para a análise de corpus. As ferramentas basilares para o desenvolvimento deste trabalho são: (1) *Concordance*: consiste na produção de listagens de concordâncias, ou ocorrências do nóculo da pesquisa ou palavra de busca com seu cotexto; (2) *Clusters/N-Grams*: demonstra os grupos constituídos (pacotes lexicais), ou seja, a recorrência do nóculo ligado a determinada palavra específica ou colocado na forma de agrupamentos lexicais; (3) *Word List*: permite a construção de listas de palavras para observação de sua frequência.

Tendo isso em mente, os procedimentos para busca dos dados foram:

- 1 - coleta do corpus – via internet – dos 100 primeiros textos disponíveis no sítio de pesquisa *Google* em que aparecesse pelo menos uma vez o nóculo *negacionismo*;
- 2 - produção de tabela de frequência da palavra *negacionismo* a fim de verificar seu uso no corpus selecionado;
- 3 - confecção da lista de concordâncias com a palavra *negacionismo* para análise de seu cotexto;
- 4 - confecção dos grupos constituídos com a palavra *negacionismo* para que seja possível perceber padrões de uso e suas relações lexicais;
- 5 - busca das principais relações lexicais formadas com a palavra-chave *negacionismo* para, a partir de sua ecologia linguística, analisar a construção de representações sobre o tema, de maneira a obter insumo para avaliação de realidades sociais construídas e



associadas;

6 - análise crítica do discurso do/sobre o negacionismo sob a perspectiva do raciocínio dialético proposto por Fairclough (2015; 2018).

Um dos principais motivos para constituição dessa metodologia qualiquantitativa é o fato de a análise de corpus poder ampliar a análise da prática textual para um conjunto maior de textos, de maneira a fornecer subsídios para averiguação de como questões da prática discursiva e da prática sociocultural permeiam os textos, ajudando na construção, consolidação ou mudança nas formas de pensamento, nas crenças e representações de mundo sobre diferentes temas. Aqui especificamente, sobre o negacionismo, na sua relação com diferentes realidades sociais.

Como observa Berber-Sardinha (2004, p. 85), o emprego de computadores na investigação da linguagem é benéfico, pela consistência dos dados obtidos, garantindo maior abrangência na quantidade de dados com os quais podemos lidar. Vale lembrar que o uso de corpus em ACD já fora feito por Hardt-Mautner (1995) consistentemente, já indicando caminhos positivos para preencher lacunas como as apontadas por Stubbs (1996), sobre a necessidade de pôr à prova certas afirmações feitas em ACD que são relevantes, mas que poderiam ser consideradas impressionistas.

Nesse sentido, programas como o AntConc contribuem para a criação de listagens de palavras, grupos de palavras, concordâncias, dentre outras ferramentas, que ampliam a percepção sobre o nóculo da pesquisa, de seu cotexto e projetando aspectos do contexto que vem à baila, apontando para as escolhas lexicais como pistas para a ampliação do que pode ser percebido sobre o papel da linguagem na sociedade e na cultura. Como afirma Fairclough (1992), linguagem e sociedade são constitutivas. A ligação da LC com a ACD disponibiliza um caminho alternativo para o analista conduzir sua pesquisa, seja com corpus de grande ou pequena dimensão.

Weisser (2016) destaca sobremaneira a capacidade que a LC possui de trazer um suplemento quantitativo para as reflexões qualitativas empreendidas, potencializando a



produção e a análise de dados. Em termos operacionais, partimos, então, dos recursos investigativos da LC para conseguirmos automatizar e operacionalizar a coleta e análise de dados. Para isso, os textos foram preparados em formato txt (somente texto) e o arquivo codificado para UTF-8 (*Unicode Transformation Format*), o que nos possibilitou tratá-los pelo concordanceador AntConc, produzindo os dados necessários à análise do negacionismo como um fenômeno sociocultural e político difuso, partindo da ecologia linguística da própria palavra.

UMA PERSPECTIVA LINGUÍSTICO-DISCURSIVA E DIALÉTICA DO NEGACIONISMO EM TEXTOS MIDIÁTICOS

Complementando o que já fora explicado anteriormente, nosso *corpus* constitui-se dos 100 primeiros textos em ordem decrescente das datas de publicação (do mais recente para o mais antigo), conforme aparecimento ordenado pela ferramenta de busca *Google*. O algoritmo do *Google* proporciona um filtro que organiza e entrega as informações nas páginas de resultado, variando de acordo com a busca de cada visitante e os fatores de ranqueamento de cada palavra-chave utilizada nas pesquisas.

O critério para seleção e manutenção dos textos foi o aparecimento, pelo menos uma vez, da palavra *negacionismo*. O primeiro texto foi datado de 17 de outubro de 2022 e o último de 12 de janeiro de 2022, cobrindo dez meses do ano. Os textos são dos gêneros notícia e reportagem e possuem acesso livre/gratuito. Esses gêneros, além de serem mais curtos e possuírem menos complexidade em geral, têm como característica serem feitos com linguagem mais acessível, com vistas a atingir diferentes públicos, com o intuito de garantirem distribuição em larga escala e consumo em massa, o que é amplificado pela própria internet.

Como pontuam Chouliaraki e Fairclough (1999, p. 144), os gêneros devem ser compreendidos como a “estruturação ou ordenação especificamente discursiva de uma prática social, um dispositivo regulador pelo qual as relações de poder se realizam como formas de



controle”. Essa perspectiva aponta para o próprio pensamento de Fairclough (2003) quando relaciona os gêneros às formas de agir, sob a égide do significado acional.

Tendo isso em mente, partimos para a avaliação da ecologia linguística da palavra-chave *negacionismo*. Do ponto de vista linguístico, das 66.485 palavras do corpus, há 243 ocorrências da palavra-chave *negacionismo*, conforme dados que podem ser visualizados na tabela 1 a seguir.

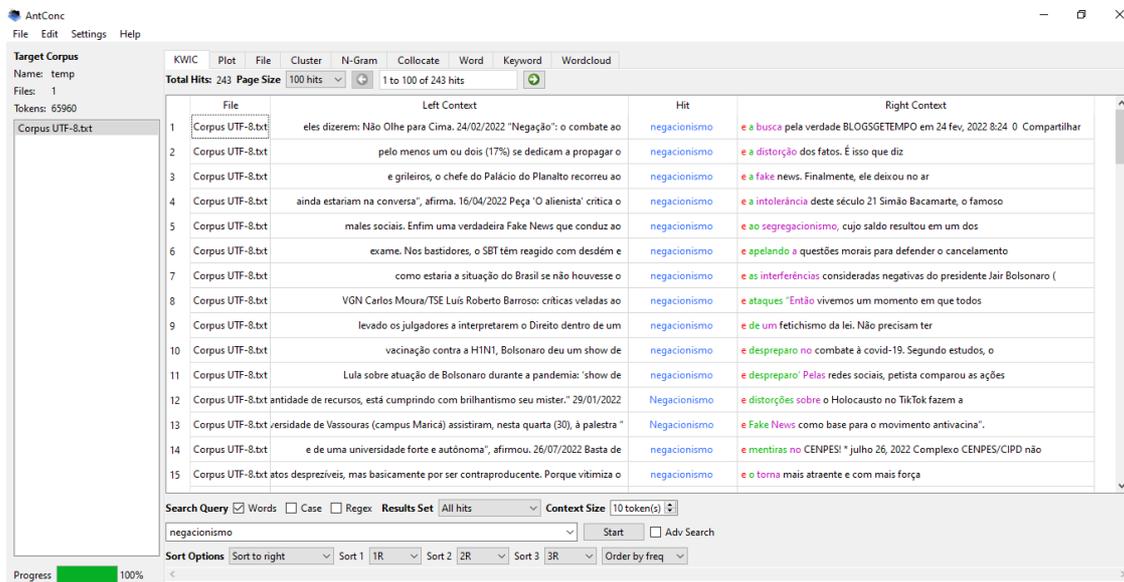
Tabela 1: Frequência da palavra-chave *negacionismo* no corpus

Type	POS	Headword	Rank	Freq	Range	Norm Freq	Norm Range
negacionismo			1	243	1	3684.051	1.000

Fonte: O autor – extraída por meio do programa AntConc.

Para conhecimento do cotexto de ocorrência da palavra *negacionismo*, foi gerada a lista de concordância conforme demonstrado na figura 1 ilustrativa a seguir, expandindo-se o horizonte³ sempre que necessário durante a análise.

Figura 1: Amostra de linhas de concordância.



The screenshot shows the AntConc interface with the following details:

- Target Corpus:** Name: temp, Files: 1, Tokens: 65960.
- Search Query:** negacionismo
- Results Set:** All hits
- Context Size:** 10 token(s)
- Sort Options:** Sort to right, Sort 1: 1R, Sort 2: 2R, Sort 3: 3R, Order by freq.
- Table Content:**

File	Left Context	Hit	Right Context
Corpus UTF-8.txt	eles dizerem: Não Olhe para Cima. 24/02/2022 "Negação": o combate ao	negacionismo	e a busca pela verdade BLOGSETEMPO em 24 fev, 2022 8:24 0 Compartilhar
Corpus UTF-8.txt	pelo menos um ou dois (17%) se dedicam a propagar o	negacionismo	e a distorção dos fatos. É isso que diz
Corpus UTF-8.txt	e grileiros, o chefe do Palácio do Planalto recorreu ao	negacionismo	e a fake news. Finalmente, ele deixou no ar
Corpus UTF-8.txt	ainda estariam na conversa", afirma. 16/04/2022 Peça 'O alienista' critica o	negacionismo	e a intolerância deste século 21 Simão Bacamarte, o famoso
Corpus UTF-8.txt	males sociais. Enfim uma verdadeira Fake News que conduz ao	negacionismo	e ao segregacionismo, cujo saldo resultou em um dos
Corpus UTF-8.txt	exame. Nos bastidores, o SBT têm reagido com desdém e	negacionismo	e apelando a questões morais para defender o cancelamento
Corpus UTF-8.txt	como estaria a situação do Brasil se não houvesse o	negacionismo	e as interferências consideradas negativas do presidente Jair Bolsonaro (
Corpus UTF-8.txt	VGN Carlos Moura/TSE Luís Roberto Barroso: críticas veladas ao	negacionismo	e ataques "Então vivemos um momento em que todos
Corpus UTF-8.txt	levado os julgadores a interpretarem o Direito dentro de um	negacionismo	e de um fetichismo da lei. Não precisam ter
Corpus UTF-8.txt	vacinação contra a H1N1, Bolsonaro deu um show de	negacionismo	e despreparo no combate à covid-19. Segundo estudos, o
Corpus UTF-8.txt	Lula sobre atuação de Bolsonaro durante a pandemia: 'show de	negacionismo	e despreparo' Pelas redes sociais, petista comparou as ações
Corpus UTF-8.txt	antidade de recursos, está cumprindo com brilhantismo seu mister." 29/01/2022	Negacionismo	e distorções sobre o Holocausto no TikTok fazem a
Corpus UTF-8.txt	Universidade de Vassouras (campus Maricá) assistiram, nesta quarta (30), à palestra "	Negacionismo	e Fake News como base para o movimento antivacina".
Corpus UTF-8.txt	e de uma universidade forte e autônoma", afirmou. 26/07/2022 Basta de	negacionismo	e mentiras no CENPES? " julho 26, 2022 Complexo CENPES/CIPD não
Corpus UTF-8.txt	atos desprezíveis, mas basicamente por ser contraproducente. Porque vitimiza o	negacionismo	e o torna mais atraente e com mais força

Fonte: O autor – extraída por meio do programa AntConc.

As relações lexicais com *negacionismo* que o matizam se dão não à esquerda do item, mas no horizonte à direita. Isso pode ser percebido nos agrupamentos/pacotes lexicais. Os

³ Horizonte é o número de palavras à direita ou à esquerda, que pode ser expandido até para o parágrafo completo ou mais, recurso permitido pelo próprio AntConc de maneira bem simples.



agrupamentos (*clusters*) de negacionismo listados na ordem do mais frequente para o menos frequente num horizonte de cinco palavras foram: *negacionismo eleitoral; negacionismo jurídico; negacionismo, lawfare e neofascismo; negacionismo, a atitude anticientífica ativa; negacionismo, a desinformação promovida; negacionismo, a ignorância; negacionismo, a inação; negacionismo, a luta; negacionismo afeta; negacionismo ambiental do presidente; negacionismo antivacina dos EUA; negacionismo antivacina à brasileira; negacionismo, as pesquisadoras; negacionismo, ataques às instituições; negacionismo atual; negacionismo bolsonarista; negacionismo briga por testes; negacionismo cansativo; negacionismo científico; negacionismo científico ao climático; negacionismo científico de Bolsonaro; negacionismo científico e ambiental; negacionismo científico e desindustrialização neoliberal; negacionismo científico e distorção; negacionismo científico numa inversão absurda; negacionismo científico que assola; negacionismo científico que varre; negacionismo científico também foi comprometido; negacionismo, ciência e saber; negacionismo, coluna da saúde; negacionismo com outros exilados; negacionismo como política de ataque; negacionismo complexo; negacionismo continua afetando o tecido (social); negacionismo crônico; negacionismo da ciência promove o (obscurantismo); negacionismo da ciência; negacionismo da fome; negacionismo da lisura de nosso (processo eleitoral); negacionismo da vacina; negacionismo das urnas; negacionismo de artistas; negacionismo de Bolsonaro; negacionismo de Djokovic o jogador; negacionismo de Jair Bolsonaro; negacionismo de maneira geral; negacionismo digital; negacionismo do clima; negacionismo do governo; negacionismo do holocausto; negacionismo do ministério da saúde; negacionismo dos famosos; negacionismo durante a pandemia; negacionismo e a distorção dos (fatos)⁴; negacionismo e a fake news; negacionismo e a intolerância; negacionismo e ao segregacionismo; negacionismo e apelando a questões (morais); negacionismo e as interferências; negacionismo e ataques; negacionismo e de um fetichismo; negacionismo e despreparo no combate (à Covid); negacionismo e distorções; negacionismo*

⁴ Como o programa trabalha estatisticamente, grupos que não faziam sentido (ex.: negacionismo um do que dispensa) foram excluídos da análise e o que está entre parênteses foi uma extensão do horizonte, tendo em vista apenas completar a ideia.



e fake news; negacionismo e mentiras; negacionismo e os movimentos anti-vacina; negacionismo e teorias da conspiração; negacionismo e à desumanidade; negacionismo eleitoral; negacionismo em curso; negacionismo em diferentes campos; negacionismo em larga escala; negacionismo em matéria publicada; negacionismo em Praia Grande SP; negacionismo em relação à crise; negacionismo em relação à história; negacionismo em relação às chamadas (Ciências Sociais Aplicadas); negacionismo em si; negacionismo em todas as suas (formas); negacionismo enquanto uma ação articulada; negacionismo entra como delito; negacionismo estimulados pelos donos do (poder); negacionismo está impedindo avanço; negacionismo estão a manipulação (de informações); negacionismo faz voltar paralisia infantil; negacionismo foi popularizado pelo historiador; negacionismo funesto; negacionismo genocida e mantém ameaça; negacionismo geoestratégico; negacionismo, grosserias e ataques às (instituições); negacionismo histórico; negacionismo in extremis; negacionismo institucional; negacionismo jurídico; negacionismo mostrou a cara; negacionismo na fome de milhões; negacionismo na pandemia; negacionismo na pauta ambiental; negacionismo no APP; negacionismo no ar; negacionismo no Brasil; negacionismo no debate público; negacionismo no início; negacionismo no planalto; negacionismo no telegram embaixador alemão; negacionismo no tratamento para covid; negacionismo nos EUA; negacionismo nunca mais; negacionismo nós temos presenciado; negacionismo o declínio dos percentuais; negacionismo o papel da ciência; negacionismo o partido argumenta que; negacionismo o presidente da comissão; negacionismo opera a partir da (geração de medo, dúvida e insegurança cognitiva da comunidade); negacionismo ou deturpação; negacionismo para combater a violência; negacionismo parte das forças do (Estado); negacionismo pernicioso; negacionismo propagado por algumas autoridades; negacionismo publicado em livro; negacionismo que está se disseminando; “negacionismo” que sintetiza as principais (discussões acadêmicas); negacionismo recorrentes afetam ensino; negacionismo reduz efeitos da campanha; negacionismo se dissemina no país; negacionismo segue vivo; negacionismo segundo especialistas, personalidades públicas; negacionismo sentimental; negacionismo sobre ditadura abre debate; negacionismo socialista;



negacionismo também é a negação; negacionismo tem essas duas caras; negacionismo têm impedido o avanço; negacionismo vem sendo legitimado; negacionismo à brasileira transita.

Também é importante verificar que existe uma relação muito estreita com negação, o que pode ser comprovado com os agrupamentos *negação de dados históricos concretos, negação de direitos, negação de evidências muito claras, negação do consenso, negação da existência da realidade fática, negação da existência de Aids ou covid-19, negação da ciência, negação da ditadura militar, negação da indústria de combustíveis fósseis, negação climática, negação do Holocausto.*

Ao utilizar a ferramenta *collocate* (colocados), tirando-se as palavras gramaticais como preposições e artigos, são listados como colocados para *negacionismo* os itens *climático, científico, Bolsonaro, bolsonarista, tolera, eleitoral e inaceitável*. Esses itens demonstram (a) os principais campos a ele relacionados no corpus (clima, ciência e política), (b) uma característica relevante que o nega veementemente (*inaceitável*) e (c) a objeção explícita ao negacionismo reverberada pelo uso de *tolera* em estruturas negativas como em (1):

- (1) “O TSE não está só, porque a sociedade **não tolera o negacionismo** eleitoral”, diz Fachin.

Como se pode ver, os dados linguísticos corroboram o que está exposto na seção sobre o negacionismo tanto do ponto de vista teórico, como prático e social. E de maneira geral, as relações lexicais apontam e constroem maiormente uma prosódia semântica negativa para negacionismo como se pode ver em itens como *neofascismo, anticientífica, ignorância, inação, ataques, briga, cansativo, desindustrialização neoliberal, assola, varre, exilados, Holocausto, desumanidade, delito, funesto, in extremis, grosserias, genocida, ameaça, declínio, medo, insegurança, pernicioso, ditadura, negação:*

- (2) Bolsonaro mente, reitera **negacionismo genocida** e mantém ameaça golpista em entrevista à TV Globo.
(3) Por último, resta esperar que estes setores da indústria norte-americana responsáveis em grande medida pelo **negacionismo pernicioso** sejam cobrados nos tribunais como ocorreu com a indústria do tabaco.



Outro elemento que deve ser destacado no tocante à relação negacionismo, verdade e pós-verdade está indicada em itens que conectam negacionismo a aspectos falaciosos a partir dos itens *desinformação, distorção, inversão absurda, fake News, conspiração, interferências, mentiras, geoestratégico e dúvida*, como nos casos ilustrativos (4) e (5). E dessa forma, cria-se um ambiente para que esse fenômeno seja combatido, o que está posto de maneira indireta quando se luta contra algo intimamente ligado a ele, notícias e conteúdos falsos em (6), se defende algo que lhe é contrário em (7), ou ainda em assertivas como nos casos (8), (9) e (10).

- (4) Sobre as queimadas na Amazônia e os crimes contra o meio ambiente, praticados em conluio com madeireiros e grileiros, o chefe do Palácio do Planalto recorreu ao **negacionismo e a fake news**.
- (5) De acordo com o requerimento, a ministra terá que falar à comissão para prestar informações sobre denúncias da imprensa “em relação ao Sr. Evaristo Eduardo de Miranda, empregado da Empresa Brasileira de Pesquisa Agropecuária (Embrapa), sua influência sobre a pauta ambiental do governo federal, **baseada em negacionismo científico e distorção de informações técnicas**, e sua nomeação para assessorar a presidência daquela empresa pública”.
- (6) Há anos ativistas climáticos lutam contra gigantes para coibir o compartilhamento **de notícias e conteúdos falsos** sobre clima nas redes sociais.
- (7) Esse encontro, essa concentração é parte desse esforço que no Brasil inteiro tem pessoas que lutam, que resistem **em defesa da** ciência e da educação.
- (8) **CIÊNCIA CONTRA O NEGACIONISMO**
- (9) “Negação”: o **combate ao negacionismo** e a busca pela verdade.
- (10) CPI, trincheira de **combate ao negacionismo** bolsonarista.

É importante ressaltar que o corpus oferece algumas definições para negacionismo:

- (11) Segundo a definição mais aceitável, negacionismo é a escolha de negar a realidade como forma de escapar de uma verdade desconfortável.
- (12) O negacionismo também é a negação de evidências muito claras, de um consenso claro entre especialistas, sem uma base de evidências sólidas e a partir da criação de uma narrativa fantasiosa.



- (13) Em síntese, o negacionismo é a escolha, consciente ou inconsciente, de negar a realidade como forma de escapar de uma verdade desconfortável.
- (14) O negacionismo é, em verdade, uma tentativa de sabotar elementos básicos, como pesquisa, dados, lógica.

Essas definições podem ser complementadas com frases que indicam aspectos de uma intencionalidade por trás do negacionismo:

- (15) Dicionário mostra que intenção do negacionismo é sabotar o conhecimento e minar as instituições.
- (16) “A base do negacionismo é suspeita o tempo todo, suspeição sobre tudo”, afirma professor.
- (17) Com o advento das redes sociais, o termo se tornou mais amplo, e o perigo do Negacionismo é desafiar a História, impondo-lhe a pecha de fraude, de farsa.

O que os dados linguísticos indicam, portanto, é que o negacionismo é um tema difuso e de prosódia semântica negativa. E o que mais pode ser destacado a partir da abordagem do raciocínio dialético e que se poderia chamar de uma argumentação prática no que tange ao negacionismo é que tudo que se indica a respeito do tema, mostra uma argumentação frágil, sem um raciocínio que se possa dizer lógico. Os múltiplos discursos evocados tornam-no muito disperso e sem uma linha clara que lhe ofereça consistência.

Quando Fairclough (2003, p. 128) nos explica que “uma análise interdiscursiva de textos está parcialmente preocupada em identificar quais discursos são elaborados e como eles são articulados entre si”, vemos que os discursos e as ligações estabelecidas entre eles nos mostram o quanto a seleção lexical (vocabulário) é capaz de demonstrar as efetivas relações que determinado tema, como o negacionismo, discursivamente traz para seus arredores. O negacionismo – como um tema difuso, controverso e revestido de uma argumentação fragmentada e esparsa – se une a política e ideologias políticas (*política, eleitoral, lisura, urnas, governo, fascismo, neofascismo, presidente, Jair Bolsonaro, bolsonaristas, neoliberal, socialista, partido, comissão, campanha, processo eleitoral*), ao Direito (*jurídico*), à ciência (*saber, ciência, científico, anticientífica, antivacina, pesquisadoras, História, historiador, especialistas*), à mídia/informação (*desinformação, fake News, ignorância, fatos, matéria*



publicada), a mudanças ou formas de ação (*ativa, inação, afeta, briga, ataque, luta, distorção, conspiração, ação articulada, delito, manipulação, deturpação*), ao meio ambiente (*ambiental, climático, clima*), à geografia (*Brasil, EUA, Praia Grande SP, geoestratégico*), a tempo (*atual*), a instituições (*instituições, institucional, Ministério da Saúde, embaixador, ensino*), ao capitalismo (*desindustrialização*), à medicina (*saúde, vacina, crônico, pandemia, Covid, paralisia infantil, tratamento*), à arte (*artistas, famosos*), ao esporte (*Djokovic, jogador*), à tecnologia (*digital, Telegram*) e à barbárie (*Holocausto, intolerância, segregacionismo, desumanidade, funesto, genocida, in extremis, ditadura*) e a um *status quo* (*crise*).

E uma das formas mais comuns de produção de seu contorno advém do processo de adjetivação nos textos. As principais construções com *negacionismo* foram feitas com *eleitoral, jurídico, ambiental, antivacina, bolsonarista, cansativo, científico, climático, ambiental, complexo, crônico, digital, institucional, sentimental* e *socialista*.

Devemos destacar que a visão fundante do negacionismo realmente possui natureza política dentro de um viés conflitante e conflitivo com outros campos, numa clara negação dos conhecimentos constituídos dentro das instituições que legitimam os saberes de maneira geral.

Sendo assim, o negacionismo se constitui como uma falha ou problema social, por ser e gerar não apenas um discurso excludente, exclusivista, tendencioso, violento, violador, antidemocrático e pautado numa visão individualista e inconsistente da realidade social diversa e, por isso, plural, ao buscar instituir uma suposta “verdade” por convicção, parcial e falseada. O que nos permite esse introito é a própria ecologia da palavra-chave *negacionismo*, suas correlações e associações temáticas, bem como a carência de sustentação argumentativa na sua tentativa de instituir uma realidade social paralela àquela produzida, especialmente pela Ciência e difundida por meio de enunciados científicos, não como verdades absolutas, mas que, obrigatoriamente, passam por protocolos de validação, sob um viés epistemológico, e não ontológico.

A partir do vocabulário utilizado nos textos e descrito com auxílio da Linguística de



Corpus, a prosódia semântica de *negacionismo* mostra uma representação predominantemente negativa fruto de uma avaliação geral, da crítica social e cultural, bem como da explicação do contexto social contemporâneo, apontando como alternativa a retomada dos saberes institucionais como formas de olhar para a realidade social sob múltiplos vieses, pondo à prova a sustentabilidade dos diferentes discursos que a constitui.

Em termos metodológicos, temos uma relação propiciada pela avaliação concomitante das premissas circunstancial e de uma meta para essa análise que seria possibilitar um debate de ideias, e não uma aceitação direta de pressupostos ou argumentos sem uma verificação ou exame. O que parece claro é que o embate que se dá na arena discursiva que luta por legitimidade e instituição de uma verdade no negacionismo são ideias (im)próprias, argumentos falhos, secundários, subargumentos ou argumentos falseados, o que se presume pela permissa de valor. Tudo isso gera a premissa de Meio-Objetivo ao nos levar à percepção geral do porquê tem sido importante o debate sobre o negacionismo a partir de variadas perspectivas. Os diferentes problemas gerados pelo negacionismo e a razão pela qual se reivindica um retorno a uma forma de ação coletiva e conscienciosa sobre o valor dos saberes pretende isso não como algo determinista, mas como algo construído dialeticamente pela sociedade como um todo.

Como podemos perceber, essa é a linha mestra do raciocínio dialético como uma prática de argumentação, como uma prática argumentativa, e não uma argumentação prática, a exemplo da do negacionismo, que não segue preceitos mínimos de validação. A fragilidade argumentativa que visa sustentar o negacionismo é diferente da que a ACD propõe, como uma prática argumentativa que pretende guiar e avaliar diferentes argumentações que constituem diferentes realidades sociais, muitas vezes tomadas como únicas. Por isso, temos sobretudo uma crítica normativa do discurso sobre o negacionismo, cujas falhas foram explicadas dentro da realidade social contemporânea a partir do corpus coletado e da análise do fenômeno negacionista em si.

E diante dos efeitos do negacionismo na prática cotidiana ao negar o diálogo com os saberes construídos, constituídos, legitimados e divulgados pelas diferentes instituições como



a ciência, a religião e a própria mídia, é mister nutrir um combate que venha em resposta para a construção de uma realidade social mais justa, digna e democrática, que respeite as diferenças e a diversidade do tecido social bem como das formas de pensamento e concepções de mundo, trazendo múltiplos pontos de vista.

Se o negacionismo gera individualismo, negação da ciência, ódio, fundamentalismos, dentre outros problemas sociais, torna-se fundamental uma conscientização geral que o combata como elemento contraproducente e contrário à democracia, o que fica evidente nos exemplos que seguem:

(18) O negacionismo como política de ataque à democracia

(19) Afirmar a democracia e negar o negacionismo em curso é dever de todas as instituições brasileiras, entre as quais o Ministério Público, que recebeu a missão constitucional de defender o regime democrático.

Uma crítica exploratória torna-se uma maneira de fazer o trânsito entre a explanação do tema e a ação requerida para superar os obstáculos criados a uma realidade social justa e equitativa. Por outro lado, o raciocínio dialético cria ao menos a explicação para que se tenha produzido uma realidade social em que o comportamento de alguns tem colocado em risco o bem-estar da maioria, a partir de uma argumentação infundada ao não preencher um mínimo do aspecto lógico que a deveria sustentar, mostrando apenas sua parcialidade, como podemos ver nos exemplos (20) e (21).

(20) A negação, em geral, contém a afirmação de seu oposto. O negacionismo da ciência promove o obscurantismo; o das vacinas traz o germe da doença; o dos direitos humanos naturaliza graves delitos e violações; o dos direitos dos indígenas, quilombolas e outros povos e comunidades tradicionais encoraja o genocídio.

(21) Apesar da clareza do texto constitucional da legitimação de todas as formas de famílias, continua imperando um “negacionismo jurídico”, em relação às famílias conjugais que se constituem da forma diferente das tradicionais, especialmente as poliafetivas e as simultâneas (alguns ainda a denominam de concubinato).



Há diferentes formas de ver, perceber e conceber o mundo por meio de diferentes realidades sociais; entretanto, o que poderia ser considerado “certo” seria o respeito às diferenças, desde que os diferentes posicionamentos tomassem como norte a manutenção da dignidade humana, elemento que não pode nem deve ser negociado em função de desigualdades e realidades sociais excludentes, embasadas em argumentações frágeis, paricais, hegemônicas ou apenas no senso comum.

Toda argumentação precisa estar aberta ao debate e à avaliação das diferentes possibilidades de compreensão de uma questão, bem como os argumentos separados entre bons e maus argumentos, por meio de crítica e comparação, e não como simples juízos de valor ou convicções pessoais ou de grupos. Isso permite a identificação de contradições internas ou externas à argumentação em torno do que é reivindicado e também garante que as diferentes vozes dos atores sociais que constituem a sociedade possam ser ouvidas.

O raciocínio dialético mostra que não existe realidade única, nem argumentação que não possa ser posta à prova. E esse procedimento é capaz de gerar múltiplos entendimentos de supostas verdades que se querem passar por verdades únicas.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

A abordagem linguisticamente orientada à argumentação com vistas à compreensão do discurso por meio do raciocínio dialético é uma excelente ferramenta para produção de cidadãos críticos, na medida em que estimula se perscrutar de que forma um argumento se funda, a partir de sua identificação e classificação, das premissas utilizadas e a que conclusões ou resultados a argumentação como um todo leva, produzindo um questionamento crítico da realidade que se constitui.

Desse modo, torna-se possível problematizar realidades sociais, as circunstâncias que lhe deram vida, os valores, objetivos e representações acionados. E com isso, capacitar as pessoas para reivindicações coerentes e argumentações embasadas de forma que defendam



seus pontos de vista ao produzir contra-argumentos que possam consistentemente contribuir para a solução de variados problemas. De maneira sucinta, criar estratégias de deliberação em relação ao que fazer diante de uma argumentação que constitui uma realidade social problemática, buscando um desfecho com base na decisão-ação-mudança requerida.

Especificamente com relação ao tema em apreço no artigo, podemos concluir que ele não vem depois de uma presumida verdade como pressuporia a ideia de pós-verdade. O negacionismo é um fenômeno difuso *sui generis*, tematicamente esparso, que se constitui dialeticamente em relação com uma verdade proposta em enunciados-verdade socialmente legitimados pelas diferentes instituições (ciência, religião, mídia etc.), confrontando-os com argumentos secundários, frágeis ou falaciosos, mas não se reduzindo a uma simples mentira.

A Análise Crítica do Discurso como raciocínio dialético mostrou-se fecunda e promissora na análise de diferentes representações e realidades que se originam de argumentações práticas, ao constituir metodologicamente um caminho para uma prática argumentativa, que permite ao pesquisador certa liberdade ao tê-la não como algo que engesse a análise, mas, antes, constitui uma metodologia versátil, inter/multi/transdisciplinar e plástica, que se caracteriza sobretudo por oferecer direcionalidade. Em outras palavras, a metodologia direciona, mas não aprisiona, deixando o pesquisador em certa medida livre, contudo, munido em sua análise, o que combina de maneira promissora com o viés oferecido pela Linguística de Corpus, especialmente sob o espectro da análise de corpus de pequena dimensão, com vistas à intervenção humana desde o início da pesquisa.

REFERÊNCIAS

ANTHONY, L. *AntConc* (Version 4.2.0) [Computer Software]. Tokyo, Japan: Waseda University. 2014. Disponível em: <https://www.laurenceanthony.net/software/antconc/>.

BERBER SARDINHA, T. *Linguística de Corpus*. Barueri, SP: Manole, 2004.

CARMO, C. M. Centro e margem dos discursos sobre sustentabilidade: da ecologia linguística ao ecossistema social. *Letras & Letras* (UFU), v. 30, p. 431-451, 2014.



CARMO, C. M. Grupos minoritários, grupos vulneráveis e o problema da (in)tolerância: uma relação linguístico-discursiva e ideológica entre o desrespeito e a manifestação do ódio no contexto brasileiro. *Revista do Instituto de Estudos Brasileiros*, n. 64, ago. p. 201-223, 2016.

CARMO, C. M. Sobre (multi)letramento: para uma leitura crítica de mundo contra o ódio e a discriminação. In: SOUSA, R. E. S. (Org.). *Linguagem como instrumento para (re)(d)(escre)(ver) o mundo: gêneros textuais/discursivos e processos semióticos multimodais*. 1ed. Rio de Janeiro: Mares Editores, 2017, p. 278-304.

CARMO, C. M. Teratologia do discurso de ódio: sobre uma possível origem dos conflitos sociais e para uma visão de discurso e melhoramento social. In: ASSUNÇÃO, A. L. *et al.* (Orgs.). *Discursos e narrativas: entre conflitos e deslocamentos*. São Carlos: Pedro & João Editores, 2022a, p. 175-199.

CARMO, C. M. Alguns reflexos do fundamentalismo posto em cena na contemporaneidade: violência, ódio e ataque às religiões de matriz africana. In: GONÇALVES, D. G. *et al.* (Orgs.). *Engajamento em foco: língua, discursos históricos e representações sociais*. São Carlos: Pedro & João Editores, 2022b, p. 127-149.

CARUSO, F.; MARQUES, A. J. Ensaio sobre o negacionismo científico em tempos de pandemia. *Research, society and development*, v. 10, n 11, p. 1-17, 2021.

DUARTE, A. M.; CESAR, M. R. A. Negação da política e negacionismo como política: pandemia e democracia. *Educação e Realidade*, v. 45, p. 1-22, 2020.

CHARLOT, B. *Da relação com o saber: elementos para uma teoria*. Porto Alegre: ARTMED, 2000.

CHARLOT, B.; CHARLOT, V. A. C. S. O Negacionismo: uma Crise Social da Relação com a “Verdade” na Sociedade Contemporânea. *Revista Internacional Educon*, v. 2, n. 3, set./dez., p. 1-16, 2021.

CHOULIARAKI, L. FAIRCLOUGH, N. *Discourse in Late Modernity*. Rethinking critical discourse analysis. Edinburgh: Edinburgh University Press, 1999.

DOBÓN, C. A. Discurso del odio y negacionismo en la reforma del código penal de 2015. *Revista Electrónica de Ciencia Penal y Criminología (RECPC)*, 18-14, p. 1-38, 2016.

FAIRCLOUGH, N. *Language and power*. London: Longman, 1989.

FAIRCLOUGH, N. *Discourse and Social Change*. London: Polity Press, 1992.



FAIRCLOUGH, N. *Analysing Discourse: textual analysis for social research*. London: Routledge, 2003.

FAIRCLOUGH, N. Critical discourse analysis and critical policy studies. *Critical Policy Studies*, 7/2, p. 177-197, 2013.

FAIRCLOUGH, N. *Critical discourse analysis as dialectical reasoning: the Kilburn Manifesto*. p. 1-10, 2015. Disponível em: <https://www.psa.ac.uk/sites/default/files/conference/papers/2015/PaperA.pdf>. Acesso em 20 out. 2022.

FAIRCLOUGH, N. CDA as dialectical reasoning. In: FLOWERDEW, J.; RICHARDSON, J. E. (Eds.). *The Routledge Handbook of Critical Discourse Studies*. London, New York: Routledge, 2018, p. 13-25.

FAIRCLOUGH, I.; FAIRCLOUGH, N. *Political discourse analysis*. London: Routledge, 2012.

FAIRCLOUGH I., FAIRCLOUGH, N. A procedural approach to ethical critique in CDA. *Critical Discourse Studies*, 15:2, p. 169–185, 2018. Disponível em: <https://doi.org/10.1080/17405904.2018.1427121>. Acesso em 10 jun. 2023.

FOWLER, R. *et al. Language and control*. London: Routledge, 1979.

GLUCKSMANN, A. *O discurso do ódio*. Rio de Janeiro: Difel, 2007.

GUIMARÃES, A. S.; CARVALHO, W. R. G. Desinformação, negacionismo e automedicação: a relação da população com as drogas “milagrosas” em meio à pandemia da COVID-19. *Inter American Journal of Medicine and Health*, p. 1-4, 2020.

HALLIDAY, M. A. K. *Language as social semiotic: the social interpretation of language and meaning*. London: Edward Arnold, 1978.

HALLIDAY, M. A. K. *An introduction to functional grammar*. London: Edward Arnold, 1985.

HARDT-MAUTNER, G. ‘Only connect.’ *Critical discourse analysis and corpus linguistics*. p. 1-31, 1995. Disponível em: file:///C:/Users/Lenovo%20V520s/Downloads/Only_Connect_Critical_Discourse_Analysis_and_Cor.pdf. Acesso em: 20 out. 2022.



- KENNEDY, G. *An introduction to corpus linguistics*. New York: Longman, 1998.
- MAGALHÃES, C. M. Interdiscursividade e conflito entre discursos sobre raça em reportagens brasileiras. *Linguagem em (Dis)curso*, v. 4, n. especial, p. 35-60, 2004.
- MARQUES, R.; RAIMUNDO, J. A. O negacionismo científico refletido na pandemia da COVID-19. *Boletim de Conjuntura*, ano III, vol. 7, n. 20, p. 67-78, 2021.
- MORAES, L. E. S. O Negacionismo e o problema da legitimidade da escrita sobre o Passado. *Anais do XXVI Simpósio Nacional de História – ANPUH*. São Paulo, p. 1-16, 2011.
- MORAIS, A. R. A. Between scientific and health negationism: the bolsonarist rhetoric in the covid-19 pandemic. *Scientific Journal of Applied Social and Clinical Science*, v. 2, p. 2-10, 2022a.
- MORAIS, A. R. A. ‘Brazil above all, god above all’: political discursive formulas and hate speech in contemporary Brazil. *International Journal of Human Sciences Research*, v. 2, p. 1-8, 2022b.
- MORAIS, A. R. A. Bolsonaro style and anti-politics: from denial to exaltation of the Brazilian military dictatorship. *Scientific Journal of Applied Social and Clinical Science*, v. 2, p. 1-13, 2022c.
- MOURA, B. A. O que é natureza da ciência e qual sua relação com a História e Filosofia da Ciência? *Revista Brasileira de História da Ciência*, v. 7, n. 1, 32-46, 2014.
- RESENDE, V. Análise de discurso crítica como interdisciplinar para crítica social: uma introdução. In: MELO, I. F. *Introdução aos estudos críticos do discurso: Teoria e prática*. Campinas, SP: Pontes Editores, 2012, p. 99-112.
- SINCLAIR, J. M. Preface. In: GHADESSY, M.; ROSEBERRY, A. H. R. L. *Small corpus studies and ELT: theory and practice*. Amsterdam/Philadelphia: John Benjamins Publishing Company, 2001, p. VII-XV.
- STUBBS, M. *Text and corpus analysis: computer-assisted studies of language and culture*. Oxford: Blackwell Publishers, 1996.
- WEISSER, M. *Practical corpus linguistics: an introduction to corpus-based language analysis*. UK: John Wiley & Sons, Inc, 2016.
- WILLIAMS, R. *Keywords: a vocabulary of culture and society*. United States of America: Oxford University Press, 1976.



A ESCRITA DA HISTÓRIA E A PRODUÇÃO DE MEMÓRIAS NA FORMAÇÃO DOS RESTOS DA DITADURA E DO AUTORITARISMO CONTEMPORÂNEO BRASILEIRO

Israel de Sá¹

RESUMO: Neste artigo, no intuito de nos inscrevermos em uma reflexão mais abrangente acerca dos negacionismos contemporâneos, com foco no “negacionismo histórico”, que se sustenta por processos de falseamento e homogeneização da história e das memórias, buscamos seguir o seguinte roteiro de reflexão analítica: i) tratar da escrita da história, abordando a produção de memórias, as políticas de esquecimento e o falseamento discursivo da história; ii) traçar um panorama acerca da escrita da história e da produção de memórias da ditadura civil-militar brasileira, observando, de um lado, a produção discursiva nos campos escolar, jornalístico e “de história”, como formas de manifestação e promoção da memória oficial do regime, e, de outro, a construção das políticas institucionais de memória, com foco nas comissões de verdade, como mecanismos de instituição de regimes de dizibilidade sustentados por memórias-outras; iii) como eixo analítico-conclusivo, traçar uma reflexão que vai da negação da história à formação do autoritarismo contemporâneo, tomando como exemplo a violência contra os povos originários. Inscrevemo-nos, para dar cabo a esta discussão, na perspectiva arqueogenealógica dos Estudos Discursivos Foucaultianos, a partir da mobilização de um arcabouço teórico-metodológico que permite a análise dos processos de formação dos enunciados e dos discursos e, fundamentalmente, uma crítica reflexiva do presente.

PALAVRAS-CHAVE: Autoritarismo. Restos da ditadura. Escrita da história. Negacionismo.

ABSTRACT: In order to make a broader reflection on contemporary negationism, focusing

¹ Professor Adjunto da Universidade Federal de Uberlândia (UFU). Licenciado e Bacharel em Letras pela Universidade Estadual Paulista (UNESP/FCLar). Mestre e Doutor em Linguística pela Universidade Federal de São Carlos (UFSCar), ambos com financiamento da Fundação de Amparo à Pesquisa do Estado de São Paulo (Fapesp). Entre agosto de 2012 e julho de 2013, realizou Estágio Doutoral na Université Sorbonne Nouvelle, Paris 3. Vice-líder do Laboratório de Estudos Discursivos Foucaultianos (LEDIF) e do Grupo Interinstitucional de Estudos de Discursos e Resistências (GEDIR). Diretor da revista *Heterotópica* e Coordenador da Comissão de Análise do Discurso da Associação Brasileira de Linguística (Abralín). E-mail: israeldesa@gmail.com



on the “historical negationism” sustained by processes of falsification and homogenization of history and memories, in this paper we try to follow the following script of analytical reflection: (i) address the writing of history, focusing on the production of memories, the politics of forgetfulness and the discursive falsification of history; (ii) outline an overview of the writing of history and production of memories of the Brazilian civil-military dictatorship, observing the discursive production in the fields of education, journalism, and “history” as forms of manifestation and promotion of the regime's official memory, as well as the construction of institutional memory policies, with a focus on truth commissions, as mechanisms for establishing regimes of sayability supported by other memories; (iii) to outline, as an analytical-inferential axis, a consideration that ranges from the negation of history to the formation of contemporary authoritarianism, using violence against indigenous peoples as an example. To complete this discussion, we join the archaeogenological perspective of Foucaultian discourse research, based on the mobilization of a theoretical-methodological framework that allows the analysis of the processes of formation of statements and discourses and, basically, a reflective critique of the gift.

KEYWORDS: Authoritarianism. Remnants of dictatorship. Writing of History. Negationism.

INTRODUÇÃO

Esse passado que insiste em perdurar de maneira não reconciliada no presente, que se mantém como dor e tormento, esse passado não passa (GAGNEBIN, 2010, p. 185).

A construção da história e a produção de memórias da ditadura civil-militar brasileira (1964-1985) são objeto de grande disputa nas últimas quatro décadas, desde o início do processo de distensão e abertura do regime, ainda em meados dos anos 1970, passando pela transição para a democracia e a vigência da chamada Nova República. Neste embate, disputam-se os modos de constituição das “narrativas” (quais “acontecimentos” devem ser lembrados, monumentalizados, e quais devem ser esquecidos, apagados, silenciados), a centralidade dos “personagens” (entre visibilidades, opacidades e ocultações/silenciamentos, dos focos de poder às resistências), quais embates políticos devem ser considerados ou apagados/descartados e, em decorrência disso, quais são efetivamente os sujeitos políticos que travam, na formulação discursiva, a chamada “luta pelo poder” e cavam um lugar na história. Ainda, o que se “conta” sobre o processo que culminou no golpe de 1964 (da renúncia de Jânio Quadros em 1961 à ruptura efetiva) e aquele que instituiu a transição para a democracia



inscreve-se também nesse mecanismo pouco claro de compreensão da história recente do Brasil. Tudo isso, é importante ressaltar, implica a produção de memórias ancorada no debate público, ao mesmo tempo em que se abre a possibilidade de falseamento histórico e a constituição de formas políticas de viver o e no presente, uma vez que afeta também os próprios modos de escrever a história do período, para além do campo disciplinar.

A maneira como se estabelece o processo transicional, coordenado inteiramente pelo grupo civil-militar que governava o país à época, tem forte impacto em diversos aspectos que incidem sobre a formação da nova democracia brasileira: i) permite a circulação e a consolidação de uma única forma de memória pelo circuito do poder, a oficial, sendo as memórias da resistência e da repressão relegadas à marginalidade; ii) afeta os modos de escrever a história, centrada numa perspectiva tradicional e articulada com a memória oficial, o que causa impacto também na formação intelectual e cultural da sociedade brasileira; iii) provoca, a despeito das discontinuidades possíveis, um jogo de continuidades que possibilita a instituição do nosso autoritarismo contemporâneo, fundamentado por marcas de violência do Estado contra grupos políticos e, especialmente, populações historicamente marginalizadas. O que se verifica aí são, portanto, os efeitos daquilo que temos denominado “política dos restos”, cujas marcas de um passado recente afetam a formação histórica do presente e podem ainda produzir ecos no futuro político e social do país.

Neste trabalho, no intuito de nos inscrevermos em uma reflexão mais abrangente acerca dos negacionismos contemporâneos, com foco no “negacionismo histórico”, que se sustenta por processos de falseamento e homogeneização da história e das memórias, trataremos dos seguintes aspectos: inicialmente, discutiremos os processos de escrita da história, abordando a produção de memórias, as políticas de esquecimento e o falseamento discursivo da história; em seguida, traçaremos um panorama acerca da escrita da história e da produção de memórias da ditadura civil-militar brasileira, observando a produção discursiva nos campos escolar, jornalístico e “de história”, como formas de manifestação e promoção da memória oficial do regime, e a construção das políticas institucionais de memória, com foco nas comissões de verdade, como mecanismos de instituição de regimes de dizibilidade



sustentados por memórias-outras; por fim, como eixo analítico-conclusivo, buscamos uma reflexão que vai da negação/falseamento da história à formação do autoritarismo contemporâneo, tomando como exemplo a violência contra os povos originários. Inscrevemo-nos, para fundamentar a discussão, na perspectiva arqueogenealógica dos Estudos Discursivos Foucaultianos, a partir da mobilização de um arcabouço teórico-metodológico que permite a análise dos processos de formação dos enunciados e dos discursos e, fundamentalmente, uma crítica reflexiva do presente.

ENTRE A PRODUÇÃO DE MEMÓRIAS E A ESCRITA DA HISTÓRIA: PROCESSOS DE FORMAÇÃO DO NEGACIONISMO HISTÓRICO

Os processos de construção e escrita da história passam, sem dúvida, pelos modos como se articulam e se formam as memórias sociais. A historiografia, como fundamento dos modos de constituição dos discursos históricos, deve ser encarada, nesse sentido, como processo também sócio-histórico do qual depende a inscrição do sujeito historiador na própria história, ou seja, como sujeito histórico. É para isso que aponta Michel de Certeau (1982, p. 31), segundo o qual, os historiadores, mas também todos aqueles que produzem a narrativa histórica, “enquanto falam *da* história, estão sempre situados na história”.

É preciso ressaltar, com isso, que a construção da narrativa histórica passa de modo privilegiado pelo próprio campo disciplinar do qual o historiador é parte constitutiva, mas não apenas; o discurso histórico, especialmente na era da facilidade do acesso a dados e da difusão exacerbada da informação, constitui-se também no interior e a partir de outros campos discursivos, como o jornalístico (ou midiático numa concepção mais ampla), o político, o escolar etc. Nesse sentido, ainda de acordo com Certeau (1982, p. 31),

Estes discursos não são corpos flutuantes *em* um englobante que se chamaria a história (o ‘contexto’!). São históricos porque ligados a operações e definidos por funcionamentos. Também não se pode compreender o que *dizem* independentemente da *prática* de que resultam.

Amparados nesta perspectiva é que problematizamos os processos de construção da



história e de formação das memórias da ditadura civil-militar brasileira, na articulação fundamental entre discurso, memória e história. Como é sabido, esses processos de *construção e formação* – e, claro, circulação – não são lineares nem contínuos, muito menos apaziguados. Trata-se, antes, de jogos, de conflitos que resultam em movimentos, mutações, descontinuidades. Também nas palavras de Certeau (1982, p. 73), “Uma situação social muda ao mesmo tempo o modo de trabalhar e o tipo de discurso”, ou seja, “Da reunião dos documentos à redação do livro, a prática histórica é inteiramente relativa à estrutura da sociedade”. A escrita da história, na relação com a produção de memórias sociais, coletivas, está sobredeterminada pelos modos como as sociedades (os sujeitos históricos) são estruturadas, pela maneira como fazem funcionar as memórias, no jogo sempre efetivo entre lembrar e silenciar, fixar e apagar:

Tudo o que é chamado hoje de memória não é, portanto, memória, mas já história. Tudo o que é chamado de clarão de memória é a finalização de seu desaparecimento no fogo da história. A necessidade de memória é uma necessidade de história (Nora, 1993, p. 14).

É justamente num jogo que se estabelece entre saber² e poder³ que se configuram os arquivos e as condições de dizibilidade de uma dada época: é preciso, então, interrogar os discursos a partir de suas leis de existência (cf. Foucault, 2007; 2010; 2013), ou seja, as regras que permitem sua formação, sua materialização em enunciados, sua circulação:

² Deleuze, em seu curso sobre *as formações históricas*, aponta a especificidade do *saber* para Foucault, na articulação não-relacional entre o discursivo e o não-discursivo: “Para Foucault, todo saber é fundamentalmente uma prática. Com efeito, o saber é feito de práticas: prática de visibilidade, prática de enunciado. Ou, se preferirem, práticas discursivas (são os enunciados), práticas não-discursivas (as visibilidades)” (Deleuze, 2017a, p. 18); ou ainda: “O saber não pressupõe nem supõe um objeto prévio, nem um sujeito preexistente. Por quê? Saber é uma conjunção. É uma conjunção de ver e falar. Toda combinação de ver e de falar segundo as regras de formação do visível e as regras de formação do enunciado constitui um saber. [...] o saber é uma prática. Na verdade, são pelo menos duas práticas, prática de ver, prática de enunciado. Não se veem estados de coisas, vê-se visibilidades. Não se fala de palavras e frases, fala-se de enunciados. A conjunção dos dois é o saber” (Deleuze, 2017b, p. 36).

³ Ainda retomando Deleuze (2017c, p. 22): “[...] o que ele [Foucault] chamará ‘poder’ é toda relação de forças, quaisquer que sejam. [...] Toda relação de forças é poder e poder consiste unicamente em uma relação de forças. Acerca de dois termos entre os quais há relação de forças, vocês poderão dizer: um exerce poder sobre o outro e ambos exercem poder reciprocamente”. Há então uma pressuposição recíproca entre *saber* e *poder*: “[...] o saber é a integração das relações de força no sentido mais geral, relações de força entre coisas, entre pessoas, entre letras, entre luz, entre sombra e luz [...] ontologia política” (Deleuze, 2017c, p. 23).



Não interrogo o discurso sobre o que, silenciosamente, querem dizer, mas sobre o fato e as condições de sua aparição manifesta; não sobre os conteúdos que podem encobrir, mas sobre as transformações que efetuaram; não sobre os sentidos que nele se mantêm como uma origem perpétua, mas sobre o campo onde coexistem (Foucault, 2010, p. 10-11).

A inscrição no método arqueogenealógico permite, então, ao analista primeiramente detectar e circunscrever os focos de poder e de resistência para, na sequência, apreender as condições de existência dos discursos e dos enunciados que configuram suas unidades – sem esquecer, por isso, que há pressuposição recíproca entre *poder* e *saber*. A produção de memórias e a construção – escrita – da história, que ora problematizamos, configuram práticas discursivas que, portanto, são regidas por regras históricas de formação, ou seja, dependem, dessas condições históricas de existência.

[...] o que analiso no discurso não é o sistema de sua língua, nem, de uma maneira geral, as regras formais de sua construção, pois não me preocupo em saber o que o torna legítimo, ou lhe dá uma inteligibilidade e lhe permite servir à comunicação. A questão que coloco é aquela, não dos códigos, mas dos acontecimentos: a lei da existência dos enunciados, o que os torna possíveis – eles e algum outro em seu lugar; sua correlação com outros acontecimentos anteriores ou simultâneos, discursivos ou não (Foucault, 2010, p. 9).

A questão discursiva mais importante para nós, cuja inscrição se dá no campo dos Estudos Discursivos Foucaultianos, implica justamente problematizar o que permite ou não o aparecimento dos enunciados e, como consequência, a formação dos discursos. No que tange especificamente aos aspectos que circunscrevem este trabalho, interessa-nos discutir a formação do discurso histórico sobre a ditadura civil-militar brasileira – sempre levando em conta que este discurso ultrapassa o próprio campo disciplinar –, a produção de memórias e seus efeitos no presente, tendo em vista o fomento de um autoritarismo contemporâneo cujos restos da ditadura repousam em práticas de violência amparadas, promovidas ou justificadas pelos mais diversos campos institucionais.

É na retomada constante de um enunciado clássico do pós-ditadura – *esquecer e seguir adiante* – que se visibiliza, sem esquecer e muito menos seguir adiante, fraturas no presente e na construção da história político-social brasileira. Gagnebin (2010, p. 179) aponta para dimensões positivas do esquecimento, que se efetivam por meio de uma reelaboração do



passado que permite “inventar novas figuras no presente”, ou seja, sem apagar ou negar o passado, “transformam seu estatuto vivido no presente, permitem que se viva sem ressentimento, diz Nietzsche, sem cair na perpétua repetição, diz Freud, permitem a instauração do novo”. Há, por outro lado, um gesto forçado de apagamento do passado, como se um crime não tivesse ocorrido ou uma violência tivesse sido perpetrada, e que, por sua vez, instaura uma única forma de lembrar e abre caminho para a saturação da memória oficial, uma memória forjada na ocultação daquilo que não se pode lembrar. “Esquecer e seguir adiante” estabelece o traço regular para a hegemonização dessa memória cujos fundamentos, o que escapa, incidem sobre a negação e o falseamento da história, e recaem sobre a “política dos restos” e a violência fundamental que moldura o nosso autoritarismo contemporâneo.

Ora, a imposição do esquecimento como gesto forçado de apagar e de ignorar, de fazer *como se não houvesse havido* tal crime, tal dor, tal trauma, tal ferida no passado, esse gesto vai justamente na direção oposta dessas funções positivas do esquecer para a vida. Impor um esquecimento significa, paradoxalmente, impor uma única maneira de lembrar – portanto, um não lembrar, ‘uma memória impedida’ [*une mémoire empêchée*], diz Ricoeur, uma memória que vai lutar, brigar para poder voltar. Nesse contexto, todas as políticas de anistia, promulgadas em várias circunstâncias por vários estados, servem, no máximo (e é isso a que geralmente pretendem), a tornar possível uma sobrevivência *imediata* do conjunto da nação enquanto tal, mas não garantem uma coexistência em comum duradoura. Essas políticas são antigas, não são nenhuma invenção de militares brasileiros, argentinos ou chilenos (Gagnebin, 2010, p. 179-180).

Retornar ao passado criticamente não significa jamais um gesto de revanche, mas uma possibilidade de produzir um outro presente:

[...] a exigência de não esquecimento não significa um apelo a comemorações solenes, mas uma tarefa de análise que deveria produzir instrumentos de reflexão para esclarecer também o presente, para evitar a repetição incessante, sob novas formas, das políticas de exclusão e de genocídio [...] (Gagnebin, 2010, p. 184).

É nesse sentido que, se a anistia serve para uma conciliação do momento, ela não deve ser perene, uma vez que conflita a construção possível de outras e novas formas de viver, sem o peso frequente das dores pretéritas.

A construção da história do período, da abertura política ao processo transicional, fez funcionar de modo efetivo a memória oficial e colocou outras memórias possíveis – dos



crimes de lesa humanidade, da violência contra opositores, da corrupção governamental, das resistências políticas e sociais – no lodo do esquecimento mal resolvido. Essa forma única de lembrar o passado ditatorial circunscreve práticas escolares, historiográficas, jornalísticas e políticas. Além disso, contribui de forma efetiva para a constituição de um negacionismo histórico que se projeta no esquecimento forçado e possibilita, por vezes, o falseamento da própria história; é justamente nesse jogo entre esquecer, negar e falsear que a história permite a sedimentação dos restos como efeito constituinte de um autoritarismo perene, mas não linear.

Nas duas seções seguintes procuramos traçar o panorama acerca da consolidação da memória oficial da ditadura, a fim de observar sua contribuição para o negacionismo histórico que enseja a continuidade autoritária e seus deslocamentos para a instauração do autoritarismo contemporâneo, e da formação de políticas públicas de memória, que permitem o enfrentamento ao silenciamento e ao falseamento da história e abrem a brecha para uma crítica efetiva do presente e a inscrição de novas práticas de resistência.

A ESCRITA DA HISTÓRIA DA DITADURA: CONTRIBUIÇÕES PARA A FORMAÇÃO E A CONSOLIDAÇÃO DA MEMÓRIA OFICIAL

Durante décadas, o foco do debate público – no campo político, no escolar, no acadêmico, na própria historiografia – em torno do período ditatorial, e mais especificamente da repressão perpetrada pelo regime aos seus “inimigos”, centrou-se na chamada “luta pelo poder”, que opunha os militares e seu aparato aos grupos organizados de esquerda, especialmente aqueles que encamparam à luta armada. Nesse jogo, então, foram colocados para fora da história diversos grupos que também sofreram com a violência ditatorial, entre os quais os indígenas, as mulheres, os quilombolas, os movimentos negros, os homossexuais etc., uma vez que silenciada esta violência. Além disso, o que se nota na composição de uma narrativa tradicional sobre o período e seus processos de formação, ou seja, sobre as condições que possibilitaram o golpe de Estado em 1964, e de consolidação restringe-se tanto



a insatisfação de setores privilegiados da sociedade com as reformas populares (as chamadas reformas de base) propostas pelo governo de João Goulart, e a suposta ameaça comunista, entre os anos de 1963 e 1964, quanto ao projeto desenvolvimentista, no plano econômico, e repressivo, no plano político, do regime ditatorial – não é à toa que é justamente essa “narrativa” que perdura nos livros didáticos de Ensino Fundamental e Médio, em livros “de história” e nos especiais jornalísticos que rememoram o período. Nesta seção, buscamos traçar um breve percurso da construção da história do período e da formação da memória oficial; para isso, recorreremos a alguns de nossos trabalhos já realizados e a um pequeno estado da arte, a fim sistematizar a discussão.

Sem então aprofundarmos a discussão por meio da análise mais atenta de materiais – e, portanto, a formação de um *corpus* que dê conta de tal análise –, recorreremos inicialmente a alguns estudos acadêmicos que mostram o tratamento que livros didáticos voltados a alunos do ensino básico regular dão ao período. Entre esses trabalhos⁴, destacam-se, para nós: Rocha (2008), Luz (2016) e Simões, Ramos e Ramos (2018). O que se verifica no tratamento que a escola dá ao tema, frequentemente, é uma passagem muito rápida pelas razões que possibilitaram o golpe – os três livros didáticos analisados por Luz (2016), por exemplo, publicados em diferentes momentos pós-redemocratização, não dedicam mais que uma página para tratar desses aspectos – e que são fundamentadas nos momentos imediatamente anteriores a abril de 1964. Se tratam de aspectos anteriores, tais livros mencionam muito brevemente a insatisfação da oposição e de militares à posse de Jango após a renúncia de Jânio Quadros, passando rapidamente para a tensão pré-ruptura institucional. Do mesmo modo, o próprio período ditatorial é “analisado” por meio de grandes acontecimentos que permitem o apagamento dos conflitos. É justamente nesse sentido que o estudo de Rocha (2008), que abarca um período de publicação de dez livros entre 1995 e 2005, mostra que os “acontecimentos/temas” recorrentes para explicar o golpe são frequentemente o “comício na Central do Brasil”, a “Marcha da Família com Deus pela Liberdade”, o “Movimento dos

⁴ A seleção desses trabalhos de pesquisa acadêmica não levou em conta a área ou a filiação teórica dos pesquisadores. O que importou, para nós, foi a seleção dos livros didáticos, os aspectos analisados (deveriam observar, nos livros, as condições para o golpe de 1964, o desenvolvimento da ditadura e as condições para a transição à democracia) e a descrição do conteúdo.



Marinheiros” e o “Comício no Automóvel Clube”, todos ocorridos entre o segundo semestre de 1963 e o primeiro de 1964; e para abordar a ditadura, são a “Constituição de 1967”, o “Ato Institucional n. 5”, a “Passeata dos 100 mil”, a “Copa de 1970”, a “Lei de Anistia” e as “Diretas Já”.

A brevidade com que tratam cada um dos subtemas que compõem o “ponto estudado” (a construção do golpe, o golpe, a ditadura, a abertura, a transição etc.), sem dúvida, contribui para o modo pouco reflexivo na abordagem histórica. Além disso, e o mais importante, a inscrição na perspectiva tradicional da história – que realça aspectos como a linearidade cronológica, a continuidade, as relações de causa e efeito, a centralidade de personagens/“grandes homens” (e que produz opacidades: por exemplo, a contribuição de setores civis para a promoção e a consolidação do regime ditatorial ou a violência contra pessoas e grupos fora da “luta pelo poder”) e o foco nos grandes acontecimentos – incide sobre a formação e a circulação da memória oficial, ao invés de abordá-la criticamente como forma única de tratamento do período. É o que mostra, por fim, neste apanhado, o trabalho de Simões, Ramos e Ramos (2018): a produção de livros didáticos funcionou e, de certo modo, ainda funciona, às vezes, como propaganda dos “feitos” sobretudo econômicos do regime ditatorial e, mais fortemente, como instrumento de formação, promoção e circulação da memória oficial.

A mesma tendência se verifica em (grande) parte dos chamados “livros de História”. A série clássica e popular, com ampla tiragem inicial para cada volume, publicada por Élio Gaspari, jornalista, no início do século XX é um exemplo: no primeiro livro – *A Ditadura envergonhada* (2002) –, o autor dedica apenas 37 páginas para tratar dos antecedentes do golpe, passando rapidamente pela eleição de João Goulart à vice-presidência em 1960, a “dificuldade” com a posse após a renúncia de Jânio Quadros em 1961, o plebiscito de 1963 que finalmente o alçou à presidência e foco maior no período seguinte, com os mesmos “acontecimentos/temas” elencados pelos livros didáticos. Além disso, a inscrição na perspectiva tradicional dos estudos históricos é visibilizada já no título de cada volume – *ditadura envergonhada, escancarada, derrotada, encurralada e acabada* –, de modo a



produzir efeitos de continuidade cronológica e a pôr acento em supostos grandes acontecimentos, assim como no título provisório para o ensaio inicial e subtítulo do quarto volume – “O sacerdote e o feiticeiro” –, conforme destaca o autor, que realça os “grandes homens” da história, neste caso, os generais Ernesto Geisel e Golbery do Couto e Silva. Nesse ponto, é traçado pelo autor um elogio aos militares por assumirem o papel de mediadores da transição para a democracia, sem estabelecer um questionamento reflexivo sobre o modo como a mediação⁵ militar contribuiu para a transição branda e pacífica, sem punição aos crimes de lesa humanidade, e a consolidação da memória oficial. Apesar de eventualmente mostrar toda a cadeia repressiva sobre a qual o regime ditatorial se sustentou, a estruturação da obra e sua inscrição discursiva contribuem também para a promoção e a circulação da memória oficial da ditadura.

Em trabalho anterior (Sá, 2020), buscando problematizar a formação dos enunciados “ditadura militar” e “ditadura civil-militar”, discutimos o processo de formação do golpe já com a renúncia de Quadros e o aprofundamento da discursividade anticomunista tanto no meio militar quanto em setores da sociedade civil, o que culminou, como primeiro foco de luz do golpe, no impedimento de João Goulart por meio da adesão ao parlamentarismo. Além disso, deu visibilidade à adesão da grande mídia⁶ ao discurso golpista, já com o apoio ao parlamentarismo tanto em 1961 quanto em 1963, durante o processo plebiscitário. Vislumbrava-se aí o papel da narrativa midiática na promoção do golpe, na sustentação do regime ditatorial e na consolidação da memória oficial pós-redemocratização. Outro aspecto importante que deve ser destacado, para além da sustentação do regime, é o papel de setores da sociedade civil no processo de abertura política e de transição para a democracia, o que implica a também responsabilidade de grandes grupos jornalísticos sobre o processo de

⁵ Esse aspecto corrobora a caracterização de Orlandi (1987, p. 275) para o papel de mediador: “[...] a categoria de mediador não é transparente. Ao contrário, o mediador tem uma função decisiva na constituição das relações de poder. Ser mediador, no domínio do discurso, é fixar sentidos, é organizar as relações e disciplinar os conflitos. [...] o ato de nomear tem implicações ideológicas decisivas”.

⁶ Neste artigo (Sá, 2020) analisamos editoriais publicados pelos jornais *Folha de S. Paulo*, *O Estado de S. Paulo* e *O Globo* nas semanas que antecederam e sucederam a renúncia de Jânio Quadros, em 1961, e o processo plebiscitário, em 1963, a fim de verificar, no âmbito discursivo, traços das condições de possibilidade para o discurso golpista de 1964.



mediação e organização da memória coletiva.

Não são poucos os trabalhos que traçam um elogio à atuação da imprensa na resistência ao golpe e ao regime ditatorial, especialmente no período de abertura política, de modo a produzir um esquecimento sobre a adesão ao regime e a reorganizar a memória coletiva do período. Muitos veículos do grande jornalismo impresso publicam “edições comemorativas” acerca do período (em “comemoração” ao aniversário do Golpe, do Ato Institucional n. 5, da Lei de Anistia etc.) e frequentemente tecem elogios a sua própria atuação “de resistência” à ditadura. Contudo, em levantamento realizado durante pesquisa de mestrado⁷ (Sá, 2011), observamos, no campo midiático-jornalístico, com atenção para a segunda metade da década de 1970, contemplando o início do processo de distensão e a promulgação da Lei de Anistia, um tratamento claro, mas não efetivo, do embate político. O que aparecia era a repressão aos movimentos de esquerda organizada, frequentemente tratada como terrorista ou subversiva. Havia, na grande mídia desse período de abertura política, uma fusão (um entrecruzamento), que caracteriza sua heterogeneidade, entre o campo do discurso jornalístico (midiático – no caso de nossa análise, nos referimos frequentemente ao discurso próprio da mídia impressa e, mais especificamente, das revistas *Veja* e *Visão*) e o campo do discurso político, que acaba por constituir-se e se transformar nas arenas midiáticas.

O que se verificava, nesse sentido, era um atravessamento do discurso midiático – da chamada grande mídia corporativa, é importante ressaltar – pelo discurso oficial, o que viria, posteriormente, a contribuir também de modo bastante eficaz para a formação e a consolidação da própria memória oficial na instauração da nova democracia brasileira, e que afetaria, evidentemente, sua própria constituição, ancorada numa continuidade autoritária.

Analisando especificamente textos sobre a política interna produzidos pela revista *Veja* entre os anos de 1976 e 1979, observou-se uma recorrência de termos, utilizados como “chapéu”⁸ dos textos jornalísticos, como “subversão”⁹ (e suas variantes) e “terrorismo”¹⁰ (e

⁷ O levantamento de textos da época produzidos pelas revistas *Veja* e *Visão* e a análise dos enunciados está na dissertação de mestrado intitulada *Da repressão à abertura política: processos de espetacularização do discurso político*, disponível em: <https://repositorio.ufscar.br/handle/ufscar/5709> (acesso em: 24 jan. 2023).

⁸ Palavras ou expressões, utilizadas no jornalismo escrito, que antecedem o título e indicam a temática da notícia /reportagem.



suas variantes) para tratar de acontecimentos em torno daqueles que resistiam ao regime ditatorial. A utilização desses termos, uma vez recuperada sua inscrição histórica, aponta para práticas que “atentam contra a ordem estabelecida” e, desse modo, circunscrevem acepções antidemocráticas. Sem dúvida, o modo como a imprensa trata a violência política também praticada pelo Estado sofreu alterações no processo de distensão, mas a culpabilização dos movimentos e grupos de resistência perduraria neste momento e no pós-abertura, de modo a permitir a inscrição discursiva de uma dualidade linear na “luta pelo poder”, igualando e culpabilizando a violência praticada pelos dois lados neste embate – esse efeito apresenta maior visibilidade na defesa discursiva de uma anistia geral e irrestrita, que permite, ainda hoje, perdoar os crimes de lesa humanidade cometidos por agentes do Estado. Além disso, incide de modo proeminente sobre os modos de se referir ao período no pós-ditadura.

Percebe-se, então, na escrita da história do período, em três campos discursivos (o escolar/didático, o histórico “popular” e o jornalístico/midiático), mecanismos de inscrição, consolidação e circulação da memória oficial. O modo superficial como se trata a violência do Estado contra grupos de resistência, que por vezes são também culpabilizados, e, fundamentalmente, a ausência do tratamento dessa violência contra o cidadão comum, especialmente contra os grupos historicamente marginalizados, reforça o esquecimento forçado e contribui para a formação do negacionismo histórico contemporâneo que realça a “política dos restos” e incide sobre os modos de viver a política no presente. É sobre esses aspectos que as políticas públicas e institucionais de memória do final do século XX e início do XXI vão se deter, de modo a possibilitar outras formas de dizer a ditadura, experimentar o presente e enfrentar o negacionismo. É disso que trataremos na próxima seção.

⁹ No período analisado foram encontrados 14 textos rotulados com o termo “subversão”.

¹⁰ No período analisado foram encontrados 8 textos rotulados com o termo “terrorismo”. A utilização deste termo, contudo, implicava uma particularidade, pois tratava de ações realizadas tanto pelas organizações de esquerda quanto pelos grupos de direita (anticomunistas). Porém, quando se referiam à direita, os jornais apresentavam um distanciamento por parte do enunciador e mostravam o “espanto” dos militares com essas ações.



AS POLÍTICAS INSTITUCIONAIS DE MEMÓRIA: PROMOVER OUTRAS MEMÓRIAS, ESCREVER UMA OUTRA HISTÓRIA

Numa busca por desarmar a hegemonia da memória oficial que beneficiou algozes e maltratou vítimas da ditadura, governos brasileiros começaram a promover e a financiar políticas públicas de memória a partir da segunda metade da última década do século XX. O trabalho de institucionalização da(s) memória(s) da ditadura, por meio da promoção de políticas públicas de memória, segue um trajeto interessante. Jogado ‘para baixo do tapete’ na primeira década pós-ditadura, inicia-se com propostas voltadas à reparação a ex-presos e desaparecidos políticos com a criação e o fortalecimento da Comissão de Mortos e Desaparecidos¹¹, durante os governos de Fernando Henrique Cardoso (1995-2002) e Luís Inácio Lula da Silva (2003-2010), e tem seu auge na criação da Comissão Nacional da Verdade (CNV), em 2011, e de comissões auxiliares, durante o governo de Dilma Rousseff (2011-2016).

Ainda que houvesse uma busca pela promoção das memórias da resistência e da violência de Estado nos âmbitos acadêmico e artístico – incluindo, nas universidades, discussões sobre mudanças curriculares no ensino de História sobre o período –, é com a instituição de políticas públicas de memória e reparação que se estabelecem novas formas de problematizar o período. Há, então, nesse momento a instituição de uma fratura memorialística, fortalecida no campo institucional, que faz dizer a ditadura, antes silenciada, e a coloca no debate público. Sem superar a memória oficial, visibiliza “outras” memórias do período e possibilita retornar ao passado para tratar do presente. Permite-se, por exemplo, voltar à Lei da Anistia, em julgamento no Supremo Tribunal Federal (STF), em 2010: ainda que a lei não tenha sido revista, instaurou-se um feixe de luz sobre acontecimentos do período e recolocou os crimes de lesa humanidade perpetrados no interior de aparelhos repressivos do

¹¹ A Lei 9.140, de 1995, reconheceu “como mortas as pessoas desaparecidas após detenção por participação ou acusação de participação em atividades políticas entre 2 de setembro de 1961 e 5 de outubro de 1988” e permitiu a criação da Comissão Especial de Mortos e Desaparecidos Políticos. A Lei 10.875, de 2004, ampliou os critérios para a reparação a vítimas da ditadura e vinculou a comissão à Secretaria de Direitos Humanos da Presidência da República.



Estado no campo dos objetos de investigação política e social¹².

É, contudo, com a criação da Comissão Nacional da Verdade que a fratura memorial se faz mais evidente, uma vez que se passou para uma problematização mais abrangente da violação aos direitos humanos naquele período, incluindo reflexões sobre sua incidência no presente, e que permitiu extrapolar o foco da “luta pelo poder”. Na esteira da comissão nacional, como organismos de apoio, surgiram comissões regionais, estaduais, municipais e institucionais (vinculadas a órgãos públicos ou setores da sociedade civil). Há nesses trabalhos de investigação, portanto, uma centralidade na violação aos direitos humanos praticada pelo Estado à época e seus efeitos no presente: para além da apuração da repressão e violência contra sujeitos que integraram a resistência direta ao regime, coloca-se foco sobre grupos e populações historicamente marginalizados.

Como exemplo, apresentamos uma pequena descrição do modo como algumas dessas temáticas foram repercutidas e problematizadas em cinco relatórios de comissões de verdade brasileiras, publicados nos anos de 2014 e 2017: a nacional, três estaduais (São Paulo, Rio de Janeiro e Minas Gerais) e uma regional (Triângulo Mineiro e Alto Paranaíba).

- i) O relatório da Comissão Nacional da Verdade (CNV) tem como tema balizador a violação aos direitos humanos no período de 1946 a 1988, com maior foco nos anos de vigência da ditadura civil-militar. Em seu segundo volume, voltado para abordagens temáticas fundamentadas pelos grupos de trabalho da comissão, trata das violações aos direitos humanos no meio militar, dos trabalhadores, dos camponeses, nas igrejas cristãs, dos povos indígenas, na universidade; a relação entre ditadura e homossexualidades; civis que colaboraram com a ditadura; resistência da sociedade civil às violações aos direitos humanos (cf. Brasil, 2014);
- ii) O relatório da Comissão da Verdade do Estado de São Paulo Rubens Paiva, em seu segundo tomo, apresenta capítulos sobre a violência contra a população negra, aos povos indígenas, às mulheres, aos sujeitos homossexuais e às crianças (São Paulo,

¹² Não houve, contudo, um avanço no campo criminal: nenhum ditador ou torturador foi julgado e condenado pelos crimes cometidos durante a ditadura civil-militar brasileira.



2015);

iii) O relatório da Comissão da Verdade do Rio de Janeiro dedica capítulos à violência contra os pobres nas favelas, contra a população negra, contra as mulheres e contra sujeitos homossexuais (Rio de Janeiro, 2015);

iv) O relatório da Comissão da Verdade de Minas Gerais discute, ao longo de seus cinco volumes, temas como a violência e a tortura contra opositores, com um tópico que trata da violência de gênero; as violações de direitos humanos no campo; a repressão ao mundo do trabalho e aos sindicatos de trabalhadores urbanos; a violência praticada contra religiosos, a violação de direitos humanos dos povos indígenas; a repressão ao movimento estudantil e às universidades; e o impedimento do convívio de crianças com seus pais devido a prisão, morte/assassinato ou desaparecimento (Minas Gerais, 2017);

v) O relatório final da Sub-Comissão da Verdade do Triângulo Mineiro e Alto Paranaíba “Ismene Mendes”, em seu primeiro volume, trata do caso Ismene Mendes¹³, a repressão a sindicalistas rurais e camponeses, a relação entre ditadura e questões de gênero, e a formação das ligas camponesas até o movimento dos trabalhadores sem-terra; em seu segundo volume, aborda o Relatório Rondon (Pacheco) e a repressão aos povos indígenas (Vale do Rio Doce – os Krenaks, e Vale do Jequitinhonha - os povos tradicionais) (Uberlândia, 2017).

Os trabalhos das comissões de verdade permitiram perscrutar documentos antes desconhecidos ou ignorados a fim de traçar uma nova escrita daquela história e, concomitantemente, ordenar novas e diferentes formas de memória que possibilitam um olhar mais acurado para o presente: o modo como os restos da ditadura fomentam práticas autoritárias no presente, ou seja, a construção do *autoritarismo contemporâneo* com ancoragem em uma *política de restos*. Mais, dessa articulação entre passado e presente

¹³ Advogada defensora dos direitos trabalhistas e sociais, sofreu perseguições por sua atuação, sofreu tortura e estupro, foi assassinada. Cf. descrição de vítimas da ditadura no Triângulo Mineiro e Alto Paranaíba (Uberlândia, 2017).



emergiram novos regimes de dizibilidade ancorados em outras formas de memória: a) acentuou a reflexão acerca das violações cometidas contra opositores do regime ditatorial; b) fixou formas de dizer a ditadura e a repressão com enfoque na violência; c) nominou os agentes da repressão e mapeou os espaços de tortura; d) deu visibilidade aos grupos e populações marginalizados vítimas da ditadura e os alçou a sujeitos políticos; e) possibilitou a emergência de novas práticas de resistência e de viver o presente. Isso tudo se constitui justamente numa ruptura metodológica, em relação aos livros didáticos, “de história” e às publicações jornalísticas, ou seja, ruptura com a linearidade cronológica, luz sobre os sujeitos vítimas da violência de Estado, cartografia dos focos de poder e resistência a fim de compreender a formação de nossa história.

A fratura memorial que a institucionalização das políticas de memória abre permite, sem dúvida, a instauração de novas formas ler o passado, entender o presente e enfrentar o autoritarismo. Mas ainda não se mostraram suficientes para superar a violência de (ou amparada pelo) Estado. A negação da história, por meio de uma hegemonização discursiva provocada pela consolidação da memória oficial da ditadura e a decalagem temporal de quase três décadas na promoção de políticas públicas de memória, tem como consequência, de um lado, o apagamento da violência provocada pela ditadura contra grupos organizados de resistência, em menor medida, e contra sujeitos historicamente marginalizados (povos indígenas, mulheres, populações negras, sujeitos homossexuais etc.), em maior medida, uma vez que recai sobre eles os efeitos da política dos restos; de outro, instaura as condições para a emergência de grupos de extrema-direita que se valem da memória oficial (e a reciclam) para fazer funcionar um discurso da ordem, promover a violência contra aqueles sujeitos e circunscrever o autoritarismo contemporâneo.

Ainda que as duas últimas décadas tenham possibilitado novas formas de dizer a ditadura a fim de enfrentar o presente, o que se estabeleceu foi um confronto entre políticas de memória e maneiras de viver o presente. Na próxima e última seção trataremos dos modos como os restos da ditadura ancorados no negacionismo histórico sustentam a formação do autoritarismo contemporâneo, com acento na violência contra sujeitos historicamente



marginalizados.

NEGAR A HISTÓRIA E PRODUZIR RESTOS: O AUTORITARISMO CONTEMPORÂNEO E A VIOLÊNCIA CONTRA OS POVOS ORIGINÁRIOS

No dia 17 de abril de 2016, em sessão realizada no plenário da Câmara dos Deputados, em Brasília, deputados e deputadas gritavam para declarar seus votos, a maioria favoráveis, no controverso processo de impedimento contra a então presidenta legitimamente eleita Dilma Rousseff. Entre as inúmeras justificativas que buscavam legitimar o ilegítimo, quase todas sem fundamento na política, uma chamou mais atenção, a do deputado federal Jair Messias Bolsonaro:

Perderam em 64, perderam agora em 2016. Pela família, pela inocência das crianças em sala de aula, que o PT nunca teve, contra o comunismo, pela nossa liberdade, contra o Foro de São Paulo, pela memória do coronel Carlos Alberto Brilhante Ustra, o pavor de Dilma Rousseff, pelo exército de Caxias, pelas Forças Armadas, pelo Brasil acima de tudo e por Deus acima de tudo, o meu voto é sim.

O político, sem meias palavras, evocava na primeira referência a ditadura e a reiterava pela figura de um dos mais conhecidos torturadores do período ditatorial, que comandou à época o Destacamento de Operações de Informação – Centro de Operações de Defesa Interna (Doi-Codi), um dos principais centros de tortura e repressão do regime. Fazia também alusão à participação de Dilma Rousseff na resistência armada e ao período – de “pavor” – em que ficou detida, em presídios de Minas Gerais, São Paulo e Rio de Janeiro, em condições desumanas e submetida a sessões de tortura sob a acusação de subversão e terrorismo. Três décadas depois, a memória oficial do regime, de elogio à ordem e à repressão, de combate a um comunismo fantasiado, voltava a funcionar e a ameaçar, do interior de uma instituição republicana, a democracia brasileira.

Este não era, contudo, um fato isolado. Era apenas, talvez, o mais emblemático, com maior visibilidade, mais esdrúxulo, mais violento, uma vez que se pronunciava e elogiava a tortura, a violência de Estado, os crimes de lesa humanidade, de dentro do Congresso Nacional. A aparente virada memorial que se consolidava com a instituição e os trabalhos



desenvolvidos pela Comissão Nacional da Verdade e demais comissões auxiliares começou a ser colocada em xeque ainda antes da publicação de boa parte de seus relatórios, quando surgiram, inicialmente de forma incipiente, no período pós-Jornadas de Junho de 2013, e, mais claramente, nas manifestações de 2015 que demandavam a destituição da presidenta, pedidos de intervenção militar e deferência a acontecimentos do período ditatorial, como o Ato Institucional nº 5 (AI-5). Havia aí uma convergência entre as ruas e a fala do deputado, futuro presidente da República (2019-2022), que presentificava o passado como modelo de construção do autoritarismo contemporâneo – mais do que nunca a política dos restos se mostrava evidente.

A constatação de que o processo transicional possibilitou a construção do presente por meio de políticas de fortalecimento da memória oficial em detrimento de políticas efetivas de memória – que possibilitassem não apenas recordar como também construir o presente (e o futuro) sem a capa do autoritarismo, portanto, com justiça – passou a ser levantada mais fortemente no final do século XX e início do XXI. Teles e Safatle (2010) apontam para o modo como os restos da ditadura assombram o presente:

[...] acreditamos que uma ditadura se mede (por que não?, tenhamos a coragem de dizer que medir uma ditadura é uma boa ideia). Ela se mede não por meio da contagem de mortos deixados para trás, mas através das marcas que ela deixa no presente, ou seja, através daquilo que ela deixará para frente. Neste sentido, podemos dizer com toda a segurança: a ditadura brasileira foi a ditadura mais violenta que o ciclo negro latino-americano conheceu. [...] nenhuma palavra melhor do que ‘violência’ descreve esta maneira que tem o passado ditatorial de permanecer como um fantasma a assombrar e contaminar o presente. ‘Contaminar’ porque devemos nos perguntar como a incapacidade de reconhecer e julgar os crimes de Estado cometidos no passado transforma-se em uma espécie de referência inconsciente para ações criminosas perpetradas por nossa polícia, pelo aparato judiciário, por setores do Estado.

A instauração e os trabalhos das comissões de verdade permitiram, como mostramos anteriormente, estabelecer um elo entre o passado ditatorial e o presente autoritário, ou seja, promoveu uma crítica do presente por meio de um tratamento da história repressiva dos anos 1960-1980, a constituição da(s) memória(s) contemporânea(s) e a análise de problemas atuais. Nesse sentido, há convergência entre os relatórios e a discussão proposta por Teles e Safatle, uma vez que apontam para uma continuidade autoritária a despeito da “ruptura” promovida



pelo processo transicional, que pôs fim à ditadura civil-militar. Se, por um lado, os trabalhos das comissões colocaram a memória oficial em xeque e permitiram a instauração de outras memórias, por outro, escancarou o enfrentamento pela insatisfação¹⁴ das Forças Armadas, amplificou o embate de memórias e conflitou com a volta dos elogios à ditadura. A destituição – golpe! – da presidenta Dilma Rousseff evidenciou um traço da história recente brasileira: o autoritarismo. Nos governos de Michel Temer¹⁵ e Jair Bolsonaro¹⁶, os militares voltaram aos cargos políticos e a rememorar a violência de Estado.

Para dar cabo aos nossos apontamentos, propomos nos ater a uma especificidade dessa continuidade autoritária, qual seja, a incidência da política dos restos sobre os povos originários. Durante os cinco séculos desde a chegada dos europeus ao Brasil, essa população foi constantemente violentada, numa busca incessante por sua dizimação. No período ditatorial, contudo, ela se tornou política de Estado; é o que mostra o enunciado recortado do relatório da Comissão Nacional da Verdade:

Omissão e violência direta do Estado sempre conviveram na política indigenista, mas seus pesos respectivos sofreram variações. Poder-se-ia assim distinguir dois períodos entre 1946 e 1988, o primeiro em que a União *estabeleceu condições propícias ao esbulho de terras indígenas* e se caracterizou majoritariamente (mas não exclusivamente) pela omissão, acobertando o poder local, interesses privados e deixando de fiscalizar a corrupção em seus quadros; no segundo período, o *protagonismo da União nas graves violações de direitos dos índios* fica patente, sem que omissões letais, particularmente na área de saúde e no controle da corrupção, deixem de existir. *Na esteira do Plano de Integração Nacional, grandes interesses privados são favorecidos diretamente pela União, atropelando direitos dos índios.* A transição entre os dois períodos pode ser datada: é aquela que se inicia em dezembro de 1968, com o AI-5 (Brasil, 2014, p. 94, grifos nossos).

O projeto desenvolvimentista do regime ditatorial incidia, pelo amplo interesse

¹⁴ Sobre a insatisfação das Forças Armadas com os trabalhos e o relatório da Comissão Nacional da Verdade, ver, por exemplo, Guilherme (2021).

¹⁵ Sobre a participação de militares no governo de Michel Temer, ver, por exemplo, a matéria “Sob Temer, Forças Armadas têm o maior prestígio desde o fim da ditadura”, no portal Poder 360 (2018). Disponível em: <https://www.poder360.com.br/brasil/sob-temer-forcas-armadas-tem-o-maior-prestigio-desde-o-fim-da-ditadura/>. Acesso em: 2 fev. 2023.

¹⁶ Sobre a participação de militares no governo de Jair Bolsonaro, ver, por exemplo, a matéria “Presença de militares em cargos civis dispara sob Bolsonaro, revela estudo”, no portal Veja (2022). Disponível em: <https://veja.abril.com.br/politica/presenca-de-militares-em-cargos-civis-dispara-sob-bolsonaro-revela-estudo/>. Acesso em: 2 fev. 2023.



econômico, fortemente sobre as populações marginalizadas com a posse de terras. *Esubulho de terras e violações de direitos dos índios* ancoravam a política indigenista, cujo lema era uma suposta integração nacional. A prisão e a morte de indígenas implicavam a face mais política da violência de Estado praticada contra grupos historicamente marginalizados, uma vez que tomados como entraves para o desenvolvimento da nação. Apagadas na época, silenciadas na democracia, foram apenas “faladas” no século XXI com os desenvolvimentos dos trabalhos das comissões: a constituição mais evidente de uma *política do esquecimento* como mecanismo de construção e consolidação da *memória oficial*.

Para além da violência forçada resultante da máquina repressiva do Estado (prisão e tortura), outra forma de violência, mais sutil, também silenciada, realçava a vida precária dos povos originários e contribuía para o seu enfraquecimento enquanto população que poderia resistir: por meio das políticas de contato e integração, espalhavam-se doenças e acabava-se com grupos isolados. É o que mostra relatos de pesquisadores e documentaristas que acompanhavam essas expedições:

É sempre o mesmo quadro: *primeiro chega a estrada*, depois a necessidade de contatos amigáveis. Os índios têm *contato descontrolado* com os forasteiros, *pegam doenças contagiosas*. [...] Logo depois, *colonos invadem suas terras e o governo os transfere para um outro local* [...], sempre de pior qualidade. Os irmãos Villas Bôas costumavam dizer que os índios cedem lugar aos gados (Von Puttkamer apud Valente, 2017, p. 66, grifos nossos)¹⁷.

Sob a cobertura do nacionalismo, decreta-se uma *política chamada a princípio de ‘integração’*, mas que no nível da realidade concreta não é nada além do que um *genocídio*. Esse *genocídio que o Brasil recusa a admitir* deveria ser desmascarado pela atual política indigenista seguida pela Funai (Chiappino apud Valente, 2017, p. 69, grifo nosso)¹⁸.

A articulação entre, de um lado, a *estrada*, o *contato*, a *integração*, e, de outro, *as doenças contagiosas*, a *invasão de terras*, o *genocídio* fazem ver o funcionamento da política indigenista nacional que, ao invés de proteger as diferentes populações indígenas

¹⁷ Trecho de diário de campo da operação de contato com os indígenas Cinta-Larga e Suruí em Rondônia, no ano de 1969, produzido por Jesco von Puttkamer, documentarista da história do indigenismo no Brasil que acompanhou sertanistas em diversas operações de contato entre os anos 1940 e 1970.

¹⁸ Trecho de documento produzido pelo etnólogo francês Jean Chiappino, que em 1972 esteve na região habitada pelos Suruí Paiter, portanto após a operação de contato.



sobreviventes de todos os massacres históricos, criando condições sociais e sanitárias para fixarem em suas terras, explorá-las economicamente e viverem suas distintas culturas, corrobora um projeto econômico e político que recai, em última instância, sobre um genocídio.

Com a transição para a democracia, a luta pelos direitos dos povos originários se tornou mais evidente pela participação de ativistas, intelectuais e artistas, sobretudo nas campanhas pela demarcação de territórios indígenas. A articulação entre corpo indígena e território realçava uma violência histórica de base política e econômica e permitia alçar novas formas de resistir no presente. Projetos de lei foram apresentados de modo a instituir outras maneiras de integração nacional com uma política indigenista que levasse em conta também o direito à terra a essas populações. Essas formas de reordenar o indígena como sujeito político e constitutivo da nação foram, sem dúvida, confrontadas a fim de intensificar um projeto de homogeneização neoliberal da nação.

A figura de Jair Bolsonaro, nesse sentido, faz evocar o autoritarismo contemporâneo por, entre outras coisas, promover uma política de violência contra grupos historicamente marginalizados. Em outubro de 1993, o então deputado protocolou na Câmara o projeto de lei n. 365, que buscava tornar sem efeito o decreto presidencial de 1992 que homologava a demarcação da terra indígena yanomami. Ainda que não tenha obtido sucesso naquele momento, fez retornar insistentemente, sempre que eleito, o mesmo debate na casa legislativa. É, contudo, durante sua gestão presidencial e a de seu antecessor, Michel Temer, que foi colocado em prática um projeto de exploração das terras indígenas que amplifica a violência contra esses sujeitos: entre 2016 e 2022, uma série de decretos presidenciais¹⁹ promoveu a exploração econômica dessas terras com foco na atividade de garimpo. Como resultado, houve um aumento de indígenas contaminados por doenças às quais não têm imunidade, pelo mercúrio presente em animais e nas águas decorrentes da exploração garimpeira; além disso, houve um crescimento da violência, como roubos, estupros e assassinatos.

A crise Yanomami, que explodiu no início de 2023 com a publicação de relatórios de

¹⁹ Ver, por exemplo, Decreto 9142/2017 (Michel Temer), Projeto de Lei 191/2020 (Jair Bolsonaro), Instrução Normativa n. 12, outubro de 2022 (Jair Bolsonaro).



associações independentes e do Ministério da Saúde do novo governo de Luiz Inácio Lula da Silva, visibiliza essa violência. Vejamos alguns recortes de enunciados a fim de dar cabo à nossa discussão.

Destaca-se a expressiva *insegurança alimentar e fome* em diversas regiões do território Yanomami, que afetam particularmente as crianças. Alarmantes são os relatos de *dificuldade de acesso a insumos de saúde* para atendimento dessa população, danos nos postos de saúde e insegurança na permanência das equipes de saúde devido à existência ilegal de garimpeiros (Brasil, 2023, p. 4, grifos nossos).

[...] a presença do garimpo na TIY é causa de *violações sistemáticas de direitos humanos das comunidades* que ali vivem. Além do *desmatamento e da destruição dos corpos hídricos*, a extração ilegal de ouro (e cassiterita) no território yanomami trouxe uma explosão nos casos de malária e outras doenças infectocontagiosas, com *sérias consequências para a saúde e para a economia das famílias*, e um *recrudescimento assustador da violência contra os indígenas* (Instituto Socioambiental, 2022, p. 8, grifos nossos).

A intensificação da violência contra os povos originários faz, portanto, realçar um mecanismo de continuidade autoritária que se fortalece no período pós-golpe de 2016, com a destituição de Dilma Rousseff e fechamento em um projeto neoliberal fundamentalista com Michel Temer e Jair Bolsonaro. Apesar da continuidade como marca de um projeto econômico e político, não há, contudo, efetivamente linearidade. Se o projeto desenvolvimentista dos militares implicava a violência contra os povos indígenas (e também quilombolas e outras comunidades negras) pelo roubo de suas terras, prisões, assassinatos e doenças mortais, a especificidade contemporânea desestatiza a violência direta terceirizando a grupos de exploração capitalista um projeto de extermínio dos indígenas (e, de modo mais amplo, de grupos historicamente marginalizados: negros, homossexuais, mulheres): criam-se as leis (ou decretos) e está liberada a exploração (e a ameaça) pelos setores privados – neste nosso exemplo, as *doenças*, a *insegurança alimentar*, o *desmatamento*, as *violações sistemáticas de direitos humanos* etc. são promovidos pela atividade garimpeira.

Observamos, nesta nossa breve análise final, que o funcionamento da política de restos como eixo central de hegemonização da memória oficial produz mecanismos que permitem uma continuidade autoritária no presente (a violência com suporte do Estado e de suas instituições), mas produz deslocamentos pela singularidade do projeto econômico e político



do presente: com o Estado mínimo neoliberal, passa-se o controle da exploração e da violência para grupos de exploração capitalista. Nesse sentido, a descontinuidade se produz no modo como o Estado passa da exploração em seu benefício para se tornar agente de uma violência privada. Políticas de esquecimento, com isso, fortalecem um projeto autoritário que se ancora na negação e no falseamento da história.

NOTAS PARA UMA DEMOCRACIA POSSÍVEL

Buscamos mostrar, neste trabalho, fundamentalmente a interrelação que se estabelece entre os processos de formação e consolidação da memória oficial da ditadura, com base em políticas de silenciamento e esquecimento que promovem um falseamento da história, e a “política dos restos” como base para uma continuidade autoritária que se efetiva no que denominamos autoritarismo contemporâneo. Instaure-se, com isso, processos discursivos que permitem comemorar a ditadura civil-militar brasileira, demandar golpe e intervenção militar, e, mais grave, práticas de violência que afetam mais intensamente sujeitos historicamente marginalizados, também vítimas da ditadura, mas cujas sevícias foram constantemente silenciadas. Tem-se uma sociedade fundamentada em uma democracia frágil.

Para um processo de fortalecimento da democracia brasileira, não basta, portanto, fortalecer o processo político eleitoral, é preciso que se efetivem políticas de memória como expressão de liberdade. Nesse sentido, concordamos com Safatle (2015, p. 14), que indica a necessidade de uma política concreta de memória como eixo instaurador de uma transformação, de uma descontinuidade: “Nossa inconsciência nos cega para o que resta da ditadura e nos impede de ver como algo dela se perpetua em nosso aparato jurídico, na violência policial com suas torturas cotidianas e seus assassinatos”.

O negacionismo histórico, por fim, se efetiva como política de Estado da qual os governos se beneficiam no processo autoritário. Políticas de memória como expressão de liberdade, que, no caso brasileiro, permitam a libertação e a ruptura com a memória oficial da ditadura, devem incidir sobre o debate público, o discurso escolar/pedagógico, histórico e “de



história”, jornalístico-midiático. Problematizar a produção de memórias e a escrita da história é muito mais que tecer um trabalho acadêmico, é constituir possibilidades concretas de resistir no presente e de tecer um futuro não autoritário.

REFERÊNCIAS

BRASIL. Comissão Nacional da Verdade. *Relatório: textos temáticos*. v. 2. Brasília: CNV, 2014.

BRASIL. Ministério da Saúde. *Relatório missão Yanomami*. Brasília, 2023. Disponível: https://www.gov.br/saude/pt-br/assuntos/noticias/2023/fevereiro/arquivos/RelatorioYanomamiversao_FINAL_07_02.pdf. Acesso em: 6 fev. 2023.

CERTEAU, Michel de. A operação historiográfica. In: *A escrita da história*. Tradução Maria de Lourdes Menezes. Rio de Janeiro: Forense Universitária, 1982, p. 56-107.

DELEUZE, Gilles. Aula 2. In: *Michel Foucault: as formações históricas*. Tradução Cláudio Medeiros e Mario A. Marino. São Paulo: n-1 edições e editora filosófica Politeia, 2017a, p. 5-38.

DELEUZE, Gilles. Aula 5. In: *Michel Foucault: as formações históricas*. Tradução Cláudio Medeiros e Mario A. Marino. São Paulo: n-1 edições e editora filosófica Politeia, 2017b, p. 5-50.

DELEUZE, Gilles. Aula 8. In: *Michel Foucault: as formações históricas*. Tradução Cláudio Medeiros e Mario A. Marino. São Paulo: n-1 edições e editora filosófica Politeia, 2017c, p. 5-37.

FOUCAULT, Michel. *A arqueologia do saber*. Tradução Luiz Felipe Baeta Neves. 7 ed. Rio de Janeiro: Forense Universitária, 2007.

FOUCAULT, Michel. Resposta a uma questão. In: MOTTA, Manoel de Barros da. *Repensar a política – Michel Foucault*. Ditos & Escritos VI. Tradução Ana Lúcia Paranhos Pessoa. Rio de Janeiro: Forense Universitária, 2010, p. 1-24.

FOUCAULT, M. Sobre a arqueologia das ciências. Resposta ao Círculo de Epistemologia. In: *Arqueologia das ciências e história dos sistemas de pensamento* (Ditos & Escritos II). Organização e seleção de textos Manoel Barros da Motta; tradução Elisa Monteiro. 3 ed. Rio de Janeiro: Forense Universitária, 2013, p. 85-123.



GAGNEBIN, Jeanne Marie. O preço de uma reconciliação extorquida. In: TELES, Edson; SAFATLE, Vladimir. *O que resta da ditadura: a exceção brasileira*. São Paulo: Boitempo, 2010, p. 177-186.

GASPARI, Elio. *A ditadura envergonhada*. São Paulo: Companhia das Letras, 2002.

GUILHERME, Cassio Augusto. A Comissão Nacional da Verdade e as Crises com os Militares no Governo Dilma Rousseff (2011). *Revista Eletrônica História Em Reflexão*, v. 15, n. 29, p. 45-62, 2021. Acesso em: 2 fev. 2023. DOI: <https://doi.org/10.30612/rehr.v15i29.10892>

INSTITUTO SOCIOAMBIENTAL. Yanomami sob ataque: garimpo ilegal na terra indígena yanomami e propostas para combatê-lo. Boa Vista: [Hutukara Associação Yanomami](#); [Associação Wanasseduume Ye'kwana](#), 2022. Disponível em: <https://acervo.socioambiental.org/acervo/documentos/yanomami-sob-ataque-garimpo-ilegal-na-terra-indigena-yanomami-e-propostas-para>. Acesso em: 6 fev. 2023.

LUZ, Danielle Rodrigues Silveira Teles. *Memórias sobre a Ditadura Militar nos Livros Didáticos de História*. 2016. 128f. Dissertação (Mestrado em História) – Universidade do Estado do Rio de Janeiro, Faculdade de Formação de Professores, Rio de Janeiro, 2016. Disponível em: <https://www.bdt.d.uerj.br:8443/handle/1/13551#preview-link0>. Acesso em: 13 jan. 2023.

MINAS GERAIS. Comissão da Verdade em Minas Gerais. *Relatório*. Governo do Estado. Belo Horizonte: COVEMG, 2017.

NORA, Pierre. Entre memória e história: a problemática dos lugares. *Proj. História*, São Paulo, v. 10, p. 7-28.

ORLANDI, Eni Pulcinelli. A fala de muitos gumes: as formas de silêncio. In: ORLANDI, E. P. *A linguagem e seu funcionamento: as formas do discurso*. 2.ed. Campinas, SP: Pontes, 1987, p. 263-276.

RIO DE JANEIRO. Comissão da Verdade do Estado do Rio de Janeiro. *Relatório*. Rio de Janeiro: CEV-Rio, 2015.

ROCHA, Aristeu Castilhos da. *O regime militar nos livros didáticos de História do Ensino Médio: a construção de uma memória*. 2008. 382f. Tese (Doutorado em História) – Pontifícia Universidade Católica do Rio Grande do Sul, Programa de Pós-Graduação em História, Porto Alegre, 2008. Disponível em: <https://repositorio.pucrs.br/dspace/handle/10923/3911>. Acesso em: 13 jan. 2023.



SÁ, Israel de. Da repressão à abertura política: processos de espetacularização do discurso político. 2011. 215 f. Dissertação (Mestrado em Linguística) – Universidade Federal de São Carlos, Programa de Pós-Graduação em Linguística, São Carlos, 2011.

SÁ, Israel de. 'Golpe midiático': processos de formação do enunciado entre os golpes de 1964 e 2016. In: NORONHA, Gilberto César de; LIMA, Idalice Ribeiro da Silva; NASCIMENTO, Mara Regina do (Org.). *O golpe de 2016 e a corrosão da democracia no Brasil*. Jundiaí, SP: Paco Editorial, 2020, p. 117-137.

SAFATLE, Vladimir. Apresentação. A memória como experiência política. In: TELES, E. *Democracia e Estado de Exceção: transição e memória política no Brasil e na África do Sul*. São Paulo: Fap-Unifesp, 2015, p. 13-15.

SÃO PAULO. Comissão da Verdade do Estado de São Paulo Rubens Paiva. *Relatório Final*. São Paulo, 2015.

SIMÕES, Renata Duarte; RAMOS, Vinícius da Silva; RAMOS, Diego da Silva. O livro didático e a ditadura militar no Brasil. *Poiésis*, Unisil, Tubarão, v. 12, n. 21, p. 251-266, jan.-jun. 2018. Disponível em:
file:///C:/Users/Usu%C3%A1rio/Downloads/admin,+FC_1_O+LIVRO+DID%C3%81TICO+E+A+DITADURA+MILITAR+NO+BRASIL.pdf. Acesso em: 13 jan. 2023. DOI:
<http://dx.doi.org/10.19177/prppge.v12e212018251-266>

TELES, Edson; SAFATLE, Vladimir (Orgs.). *O que resta da ditadura: a exceção brasileira*. São Paulo: Boitempo, 2010.

VALENTE, Rubens. *Os fuzis e as flechas: história de sangue e resistência indígena na ditadura*. São Paulo: Companhia das Letras, 2017.

UBERLÂNDIA. Comissão da Verdade do Triângulo Mineiro e Alto Paranaíba. *Relatório II. A face civil da ditadura: o protagonismo das elites e sua dominação socioeconômica*. Uberlândia: EDUFU, Comissão Nacional da Verdade, 2017.



A NEGAÇÃO COMO ESTRATÉGIA PSICOPOLÍTICA: O CASO DO BOLSONARISMO

Domenico Uhng Hur¹

RESUMO: O objetivo deste artigo é refletir sobre o mecanismo da negação como uma estratégia psicopolítica que articula o movimento bolsonarista. Como método de trabalho, realizamos uma discussão teórica sobre alguns aspectos do movimento bolsonarista que são estruturados pelo negacionismo. Empregamos os conceitos da psicologia política, da esquizoanálise e da psicanálise de grupo para analisar este fenômeno. Para discutir os mecanismos de negação, constatamos quatro características principais: (i) a negação como estratégia discursiva, (ii) a lógica cognitiva da negatividade, (iii) a produção do antagonismo coletivo e (iv) a micropolítica do ódio, que é anterior à necessidade de um líder.

PALAVRAS-CHAVE: Psicologia Política. Extremismo político. Esquizoanálise. Grupo.

ABSTRACT: The aim of this article is to reflect on the mechanism of denial as a psychopolitical strategy that articulates the Bolsonarist movement. As a method, we carried out a theoretical discussion about some aspects of the Bolsonarist movement that are structured by denialism. We used concepts from Political Psychology, Schizoanalysis and Group Psychoanalysis to analyze this phenomenon. To discuss the mechanisms of denial, we found four main characteristics: (i) denial as a discursive strategy, (ii) the cognitive logic of negativity, (iii) the production of collective antagonism, and (iv) the micropolitics of hate, which precedes the need for a leader.

KEYWORDS: Political Psychology. Political extremism. Schizoanalysis. Group.

¹ Psicólogo, Mestre e Doutor em Psicologia Social pela Universidade de São Paulo (USP), com Estágio Doutoral na Universidade Autônoma de Barcelona (UAB) e Pós-Doutorado na Universidade de Santiago de Compostela (USC-Espanha). Professor Associado da Graduação e do Programa de Pós-Graduação em Psicologia da Universidade Federal de Goiás (UFG). Membro do Instituto Gregorio Barenblitt. Bolsista de Produtividade em Pesquisa (PQ-2) do CNPq. Autor e organizador de artigos e livros de Esquizoanálise e de Psicologia Política, entre eles: “*Psicologia, política e esquizoanálise*” (Hur, 2018), “*Psicologia dos extremismos políticos*” (Hur & Sabucedo, 2020) e “*Esquizoanálise e esquizodrama: clínica e política*” (Hur, 2022). E-mail: dutchwild@yahoo.com.br



De modo contrário ao que alguns analistas políticos acreditavam em 2018, o governo Bolsonaro não foi um fracasso na opinião pública. Mesmo com o discurso negacionista em relação à pandemia da Covid-19, os constantes conflitos com os poderes legislativo e judiciário, a queda nos índices econômicos e as críticas negativas que recebeu de grande parte dos meios de comunicação, Jair Bolsonaro obteve 49,1% dos votos válidos no segundo turno das eleições de 2022, por pouco não se reelegendo como presidente. Além do quase êxito eleitoral, o ex-presidente mobilizou uma nova militância, um “novo” movimento político, com características peculiares, denominado de bolsonarismo.

É difícil falar do bolsonarismo, visto ser um movimento ainda em consolidação. Foi se estruturando em meio ao discurso anti-PT e anti-esquerda, assumindo um posicionamento com pautas morais conservadoras e a defesa de práticas neoliberais (Solano, 2019). Entretanto não consideramos que o bolsonarismo é formado por todo o eleitorado de Jair Bolsonaro, pois há muitas pessoas que votaram no ex-capitão devido a um posicionamento anti-PT e anti-Lula, pela defesa da lógica neoliberal, ou mesmo pelo que Hur (2021b) denomina de ideal transcendente da mudança. Compreendemos que o bolsonarismo é o movimento social constituído pelos apoiadores mais efusivos de Bolsonaro, que assumem uma militância política ativa, seja no cenário público, nas ruas, nos (ex)acampamentos, ou nas redes digitais e que expressam as posições do ex-presidente de maneira radical e extrema, ou seja, que defendem a moral conservadora hegemônica, o neoliberalismo no âmbito da economia-política e práticas contundentes contra as minorias sociais² (sejam étnico-raciais, de sexo-gênero, ou de classe social). Nesse sentido, pode ser visto como uma nova oferta política da direita, ou melhor, da extrema-direita brasileira, que agrega dois polos aparentemente contraditórios: o conservadorismo nos costumes e um ultraliberalismo na economia, constituindo uma espécie de inconsciente colonial-capitalístico, tal como Rolnik (2018) propõe.

² Entendemos por minorias sociais, tal como Deleuze e Guattari (1980), os coletivos que têm menos poder e que de certa forma sofrem algum tipo de opressão pelos grupos dominantes. Nesse sentido, não se trata de uma questão quantitativa, numérica, mas sim em relação aos regimes de forças. Por exemplo, os pobres, ou as mulheres, são uma maioria numérica, mas uma minoria no sentido das relações de poder.



Após a derrota de Bolsonaro no 2º turno, esperava-se que o bolsonarismo arrefecesse. Entretanto, os bolsonaristas não desistiram e intensificaram sua mobilização no espaço público. Organizaram acampamentos diante de quartéis do Exército, clamando por uma intervenção militar que destituísse o novo presidente eleito, Luiz Inácio Lula da Silva. Acampamentos que duraram dezenas de dias sob sol e chuva, que permaneceram durante as festas de fim de ano como Natal e Ano Novo e aglutinaram milhares de pessoas em várias cidades do país (Oyama, 2023). A mobilização bolsonarista atingiu seu ápice com a invasão e depredação do Congresso, do Palácio do Planalto e do Supremo Tribunal Federal em 08 de janeiro de 2023, evento que ficou conhecido como “Capitólio brasileiro”, ou mesmo pode ser denominado de “Intentona bolsonarista”. Essa manifestação e depredação tiveram como objetivo a ocupação dos Três Poderes para “forçar” uma idealizada intervenção militar que retirasse o presidente Lula da presidência do país, ou seja, foi uma tentativa de golpe de Estado (UOL, 2023).

Na mobilização bolsonarista, constata-se um forte discurso de negação, em que se rechaçam os fatos ocorridos, como o resultado das eleições, e se teme um futuro fantasioso ao país, como a troca das cores da bandeira brasileira pelo vermelho, a instalação do comunismo e outras fantasias imaginárias coletivas. Análises superficiais no senso comum afirmam que os bolsonaristas estão numa espécie de surto psicótico coletivo, que são loucos e desarrazoados, ou até adotam um tom de pilhéria, zombando e depreciando as manifestações dos movimentos extremistas de direita.

Entretanto, será que etiquetá-los como loucos resolve a problemática do bolsonarismo? Consideramos que essa adjetivação e psicopatologização do movimento bolsonarista servem apenas a uma função “moral” de depreciação. Deste modo, conjecturamos o contrário, que o bolsonarismo não resulta de um desvario e é estruturado por mecanismos previamente planejados por uma estratégia elaborada, dentre os quais um elemento adquire importância central: a negação, ou o negacionismo.

Nesse sentido, o objetivo deste artigo é refletir sobre o mecanismo da negação como uma estratégia psicopolítica que articula o movimento bolsonarista. Dito de outro modo,



buscamos discutir como o negacionismo estrutura o ativismo bolsonarista a partir de um olhar psicopolítico. Como nosso foco de interesse são as dimensões psicopolíticas do movimento bolsonarista, não conjecturaremos sobre os financiadores dos acampamentos e da invasão, e nem sobre a complexa rede de empresários e políticos que lucrariam com este Golpe de Estado.

Como método de trabalho, realizamos uma discussão teórica sobre alguns aspectos do movimento bolsonarista que são estruturados pelo negacionismo. Para tanto, empregamos conceitos da psicologia política, da esquizoanálise e da psicanálise de grupo para analisar o uso da negação por estes ativistas políticos. Mesmo sem citá-las diretamente, utilizamos como fonte notícias publicadas nos grandes meios de comunicação que descrevem fenômenos de negação do bolsonarismo. A partir de alguns fatos e narrativas que tiveram maior *intensidade* (Hur, 2021c), relacionados principalmente com a mobilização nos acampamentos e a invasão dos Três Poderes perpetrada pelos bolsonaristas, hipotetizamos sobre a função estruturante da negação neste movimento.

Nossa hipótese é a de que o negacionismo funciona como uma espécie de organizador psíquico coletivo, assumindo um lugar central para sua estratégia de mobilização política. Para discutir os mecanismos de negação estruturantes do bolsonarismo, constatamos quatro características principais: (i) a negação como estratégia discursiva, (ii) a lógica cognitiva da negatividade, (iii) a produção do antagonismo coletivo e (iv) a micropolítica do ódio, que é anterior à necessidade de um líder.

1. A NEGAÇÃO COMO ESTRATÉGIA DISCURSIVA

Em toda sua trajetória política, Jair Bolsonaro utilizou a estratégia discursiva da negação para ganhar visibilidade na opinião pública (Hur & Sandoval, 2020), expressando-se de um modo contundente e agressivo que captura a atenção dos espectadores. Seu discurso é tão extremo que não admite meio-termo ou conciliações, o público ou adere, ou rechaça totalmente. Utiliza de modo magistral a estratégia política conhecida como populismo



(Mudde, 2004), sempre se colocando como antagonista ao *status quo*, operando uma cisão dicotômica entre *nós* e *eles*. Em sua estratégia retórica, há diversos tipos de negação, como o ataque ao *status quo* e à considerada *velha política*, modo pelo qual busca contrapor-se às elites sociais, às minorias sociais e inclusive a fatos do real.

Essa atitude pautada pela negação não provém de um desvario, de uma psicopatologia (Hur, 2021a), ou de uma negação ingênua da realidade. Ao contrário, sustentamos que é uma sofisticada estratégia discursiva populista (Hur, 2021b) que tem como finalidade criar uma cisão entre o *status quo* e o povo (Dorna, 2012), na qual Bolsonaro se coloca como esse representante, o “homem providencial” que é porta-voz de uma população vitimada pelo poder do Estado e das classes dominantes “corruptas”. Ou seja, o “messias” que encarnará e portará a mudança, caso seja eleito, contra a velha política, remetendo ao imaginário do combatente solitário que luta contra as tropas inimigas e que pode vir a criar uma suposta “nova política”. Contudo, vale lembrar que Bolsonaro foi parlamentar por 28 anos e presidente por 4 anos, e, nessas mais de três décadas de exercício político profissional, não operou uma mudança em relação à velha política tradicional instituída.

O discurso populista não é eficaz em todos os momentos, mas sobretudo em momentos de crise social e econômica (Dorna, 2012). Nos períodos de crise, a população é lançada num contexto de insegurança e indeterminação social, não sabendo ao certo quais serão as soluções para superar esses momentos de adversidades. Dessa forma, há muita ansiedade, insegurança, afetos reativos, medos, responsáveis por gerar uma grande instabilidade emocional, que é vivida tanto na perspectiva individual como na coletiva. Nesse contexto, há uma tendência geral de que as pessoas procurem respostas para os problemas vividos, não raras vezes fixando-se em certezas absolutas, podendo assumir posições fundamentalistas, extremistas e intolerantes.

A negação do estado atual de coisas é uma ferramenta central no discurso populista, e bolsonarista, pois apresenta eficácia política em aglutinar as insatisfações da população contra a crise social, o Estado e demais órgãos do poder público. Cria uma ponte de identificação entre uma população que se sente abandonada ou injustiçada pelas elites sociais “corruptas”,



constituindo um *agenciamento*, conexão, entre seu ressentimento, suas forças reativas e a raiva diante das elites, ao líder político que expressa seus percalços. Contudo, compreendemos que não é apenas a conexão entre uma estrutura psíquica e um representante social, na ligação do ideal de Eu ao líder (Freud, 1921), mas sobretudo a produção de uma caixa de ressonância, de fronteiras para um coletivo, na constituição de um movimento social contra o *status quo*.

Por isso, a retórica da negação não aglutina apenas as insatisfações em relação à política instituída, mas também em relação ao mal-estar cotidiano que o cidadão comum sente, suas angústias, seus ressentimentos frente à humilhação diária, a falta de sentido na vida, as crises existenciais, aspectos que não são simbolizados, ou racionalizados, como o *terror sem nome*, e que passam a ser depositados nos “inimigos políticos”, que cumprem uma função psicopolítica de bode expiatório (Pichon-Rivière, 1983). Um conjunto de insatisfações e afetos negativos que são condensados, deslocados e depositados nesse inimigo construído. Em vista disso, o populismo é mais eficaz em momentos de crise social e econômica (Dorna, 2012; Laclau, 2005), uma vez que maneja muito bem os afetos de injustiça, ira, ódio e ressentimento como modo de mobilização social (Sabucedo & Vilas, 2019).

Neste cenário de crise vivida nos âmbitos individual, coletivo e político, o discurso de negação do *status quo* proporciona uma figuração, simbolização, para o mal-estar. Por mais que possa ser falso, falacioso, ou muito simples, oferece explicações à população sobre a origem de seu mal-estar, ou proporciona um deslocamento em que se deposita as agruras da vida em bodes expiatórios. Por exemplo, o nazismo na década de 1930 criou o discurso de que os culpados pela miséria econômica na Alemanha eram os judeus, e não os efeitos do malfadado Tratado de Versalhes, bem como os atuais partidos de extrema-direita na Europa culpam os imigrantes pela falta de emprego, e não os intrincados mecanismos de gestão neoliberal da vida (Lazzarato, 2019).

A negação do outro é operacionalizada para que ele seja constituído como o bode expiatório, como a origem de todos os males. O outro negado passa a ser o depositário, o culpado de todas as vicissitudes que se vive. Assim, imaginariamente deve ser excluído,



eliminado, para que as coisas melhorem, ou voltem a um idealizado “normal”. Ao fabricar a figura do inimigo, que deve ser negado e atacado, o coletivo produz para si uma espécie de regulação psíquica (Bleger, 1975), mesmo que momentaneamente, pois “sabe” qual é a origem dos males sentidos, fixando-se nesse conjunto de ideias como uma crença instituída. E o discurso de seus colegas de movimento passa a fortalecer a sua própria crença, e conseqüentemente de todo coletivo social, visto que aquela ideia que apareceu primeiramente como algo instituinte se torna instituída: uma crença compartilhada.

Forma-se, então, um “envelope psíquico” coletivo (Anzieu, 1993), que, ao se organizar progressivamente, constitui uma identidade coletiva para esse novo movimento. A criação de fronteiras, os traços identitários coletivos, a crença social compartilhada e os inimigos em comum cumprem uma função de apoio e continência psíquica ao integrante do grupo social (Kaës, 1997), pois oferece um novo sentido e lugar sociais. Também pode proporcionar situações de catarse coletiva, fortalecendo a própria identidade de grupo, seja ao se cantar músicas nacionalistas e o hino nacional, seja ao se planejar o ataque a seus inimigos, num plano de ação que consolida ainda mais esses novos laços de sociabilidade.

Portanto, consideramos que a negação é um mecanismo que funciona como estrutura basal do bolsonarismo. A negação é aquilo que faz a ligação entre os membros desse coletivo, seja a negação do outro, seja mesmo do que se vive. A estratégia discursiva da negação funciona como uma “bola de neve”, de modo molecular em cada um dos seus integrantes, na medida em que provoca uma espécie de cadeia aritmética de negações, que se propaga difusamente em um regime de oposição ao que o movimento não quer, ou não aceita. Então não é necessário que uma “central de informações” crie todas as narrativas de negação e se difunda aos seus integrantes, elas podem ser criadas por eles mesmos, regionalmente, negando os novos fatos reais que lhes são apresentados a cada instante. E é daí que retira sua força, tanto das negações ressoadas coletivamente como de seu potencial instituinte molecular e capilar, sempre criando novos discursos de negação, de modo, a um só tempo, difuso e regionalizado. É por isso que os debates racionais, pautados em argumentos e fatos, não se mostram efetivos para desconstruir o discurso bolsonarista, levando a uma discussão



geralmente sem fim. A existência de discursos e fatos a serem negados e atacados pelo bolsonarismo faz parte de sua estratégia para se afirmar e se consolidar entre seus integrantes.

2. LÓGICA COGNITIVA DA NEGATIVIDADE

O discurso pautado na negação intensifica um processo cognitivo precário, que opera pela lógica da negatividade (Deleuze, 1962). A lógica cognitiva articulada pela negatividade funciona de modo simples, não sofisticado, em que a uma tese sempre se coloca seu negativo, a antítese (Hur, 2022). Se um fato externo contrário à crença do movimento é colocado, ele não será escutado e refletido; ao contrário, é e será negado. Após sua negação, a mesma crença bolsonarista passa a ser reafirmada para fortalecer a negação desse novo fato. É muito comum, por exemplo, a repetição do seguinte refrão bolsonarista em discussões: “Ah, mas com o PT é pior...”, ou “Lula é criminoso, é bandido”.

Opera-se no bolsonarismo uma lógica de pensamento pautada pela negação, ou seja, pelo antagonismo (Laclau, 2005), com um funcionamento binário, dicotômico. Por isso, afirmamos que não se trata de um movimento de loucos, ou mesmo de pessoas sem formação, que estão delirantes ou desconectadas da realidade, pois há outra modalidade de estruturação cognitiva que faz com que haja uma redução ou empobrecimento do debate. Ao invés de tomar a complexidade do pensamento e suas diversas variáveis, tal perspectiva funciona na lógica dicotômica do negativo, em que sempre há o primado da crença sustentada. Se resumíssemos a racionalização bolsonarista em uma simples equação, ela seria: [Fato real] (A) vs [Negação do Fato real] (-A) = Crença bolsonarista (CB). Então todo debate com um bolsonarista tende a seguir a lógica $A/-A = CB$, sendo uma contínua reiteração da crença bolsonarista, dificilmente chegando a outra conclusão.

Deste modo, constata-se que é uma racionalização que não deriva da análise de dados concretos, do fora. É uma racionalização que deriva do afeto vivenciado (de ansiedade ou ódio) e da reafirmação da própria crença sustentada pelo coletivo bolsonarista, que se perpetua como uma ideologia imaginária comum (Kaës, 1980). Ao invés de ser deduzida de



um cálculo a partir de elementos do real, tem como combustível os afetos reativos e as crenças consolidadas. Assim, a “racionalização” realizada tem apenas como finalidade justificar suas crenças e afetos. Isto é, não há uma racionalização com base em dados concretos que possa ter como resultado uma crença. Há, ao contrário, a repetição da mesma crença que força a geração das mesmas conclusões e que muitas vezes faz com que o coletivo bolsonarista chegue até a acreditar em algumas fake news bastante disparatadas (Mendonça, 2022).

Seus próprios mecanismos cognitivos estão codificados a tal ponto que só conseguem ver o que creem, é como, por exemplo, se usassem óculos com lentes vermelhas e apenas percebessem a predominância da cor vermelha sobre as outras cores. Portanto, a racionalização bolsonarista é enviesada, indutiva, e não dedutiva. Somente vê o que já acredita, e nega o que não se alinha à sua crença. Por isso, algumas justificativas de bolsonaristas em apoiar o golpe de Estado parecem insanas. Mas não são, são recursos, narrativas argumentativas organizadas de modo dicotômico, pela lógica da negatividade, para tentar provar o próprio ponto, e convencer, senão o outro, a si mesmo.

Constitui-se, assim, um pensamento dogmático, recheado de imperativos, de significantes despóticos que não podem ser negados. Tal perspectiva encarna a contradição de ser um pensamento da negação que não aceita sua própria negação, apenas a negação do enunciado do outro. Um pensamento que deveria ser movimento (Deleuze & Guattari, 1972), mas que se estratifica como algo estático, que podemos denominar de *significantes congelados*, pois se estratificam e se perpetuam por si só. O bolsonarismo procura justificar de qualquer maneira suas posições defendidas, configurando uma identidade fixa, bem como almejando a constituição de fronteiras firmes, como a defesa do território, da família e da própria nação.

Do ponto de vista de uma economia psíquica, essa mesma dicotomia ocorre com uma divisão, uma cisão, um *splitting*, em que imaginariamente se mantém as características positivas em si e as negativas no outro, no inimigo. Opera-se com uma espécie de mecanismo narcísico, em que o coletivo julga encarnar o bem, enquanto supõe-se ser o mal o que é



diferença. Resulta-se que na lógica cognitiva bolsonarista, dicotômica, só há bem e mal, apenas dois polos. Assume-se uma configuração simples e primitiva, em contraposição à multiplicidade de combinações possíveis. É nesse sentido que a função dos bodes expiatórios é fundamental para o movimento bolsonarista, tal como supracitado, estando associada a um imperativo psíquico de primeiro localizar e depois combater esse mal. Muitas vezes, esse mal depositado no outro, no inimigo, carrega traços de sua própria “maldade”, de aspectos seus não simbolizados e elaborados, dos próprios “microfascismos” (Deleuze & Guattari, 1980), sejam conscientes ou não. Como consequência, o apelo pelo ataque e destruição do inimigo passa a ser preponderante, uma vez que seria uma forma imaginária capaz de expiar e eliminar esse mal.

Constata-se também, do ponto de vista cognitivo, que esse mal funciona com uma espécie de vetor gravitacional, então tudo que é considerado ruim passa a ser agregado a esse “mal”. O presidente Lula, colocado como bode expiatório, é hostilizado e atacado com diversos adjetivos pejorativos pelos bolsonaristas, sendo o candidato a presidente em 2022 mais xingado em redes sociais (Portal 96 FM, 2022). Membros dos poderes públicos também são criticados, como os próprios ministros do Supremo Tribunal Federal (Porto, 2022), que também passam a ser depositários dos aspectos negativos para o movimento bolsonarista. Consideramos que esse depósito é reforçado pelo próprio marketing político bolsonarista, que deslocou a ideia de “mal” para o presidente Lula e o STF, para manejar a estratégia do antagonismo.

3. PRODUÇÃO COLETIVA DO ANTAGONISMO

A estratégia política calcada na negatividade não se restringe ao manejo discursivo e tampouco aos mecanismos cognitivos do pensar; ela também se expressa na organização coletiva do movimento. Nesse discurso que se opõe ao *status quo*, atualiza-se o maior organizador psíquico do bolsonarismo, que é a constituição de um endogrupo contra o exogrupo (Tajfel & Turner, 1985), qualquer que seja. Dessa forma, organiza-se pela cisão



entre grupo interno *versus* grupo externo, em que se articula e se atua pela negação do outro, seja a esquerda política, sejam os movimentos sociais minoritários, sejam mesmo as elites sociais. Na campanha eleitoral de Bolsonaro em 2018, o objeto do antagonismo, o inimigo, era o PT e a esquerda política de forma geral. No início da pandemia do coronavírus, foi fabricado o antagonismo contra a Organização Mundial de Saúde (OMS) e os governadores dos diferentes estados do país (Hur; Sabucedo & Alzate, 2021). No fim do governo Bolsonaro, o antagonismo foi deslocado para o presidente eleito, Lula, e o STF, encarnado na figura do Ministro Alexandre Moraes.

O antagonismo é uma estratégia clássica dos movimentos extremistas (Hur, 2021b), pois a visualização de um inimigo em comum é um elemento fortalecedor do vínculo interno do endogrupo. Na medida em que se fabrica o outro como inimigo, o grupo interno se fortalece para combatê-lo, intensificando também sua própria identidade coletiva. Assim, a negatividade é o elemento principal tanto na formação da subjetividade como do laço social bolsonarista.

A produção do antagonismo calca-se num investimento narcísico no Eu, tal como supracitado, numa estrutura *egotizada*, em que o Eu é depositário dos investimentos desejantes positivos, numa espécie de erotização do Eu, tornando-se assim, para si, o “cidadão de bem”, aquele que está correto. Há a constituição de um corpo cheio (Baremlitt, 1998), repleto de certezas e “verdades”. Contudo, não é apenas o Eu que se torna o depositário dessas características positivas, do “bem”. O seu semelhante, o integrante de seu próprio coletivo social, também é depositário dessas características positivas, pois se assemelha mais a si do que aos seus contendores. Há a constituição de um laço imaginário grupal, que deriva de uma espécie de narcisismo expandido (Fernandes, 1999) em direção a este grupo de iguais, tal como se fosse uma bolha narcísica, uma comunidade de bons samaritanos reunidos em prol da defesa do país, contra o suposto comunismo ou “venezuelização” do país. Portanto, o grupo interno, o endogrupo, é positivado, e os grupos que estão fora dessa *superfície* são negativados.

Os mecanismos de negação operam tanto dentro como fora do endogrupo. No âmbito



intragrupal, o discurso de negação dos integrantes do grupo interno funciona como uma cadeia de *feedbacks* que fortalece a crença bolsonarista, tal como um *endomarketing*, isto é, um marketing interno ao movimento bolsonarista, envolvido na produção de um discurso que se fortalece em sua repetição. Já na relação entre endogrupo e exogrupo, o discurso do outro opera como um anti-modelo, como referência daquilo que está equivocado, que deve ser negado e atacado (Tajfel & Turner, 1985). Atacar o outro, conseqüentemente, fortalece ainda mais a liga imaginária do grupo interno, na medida em que pode resultar na reafirmação de um discurso e postura ainda mais rígidos, numa hiperterritorialização de suas crenças e identidade coletiva, de modo muito semelhante aos fundamentalismos e tribalismos. Então, o endogrupo bolsonarista, em sua conduta reiterada de negação e antagonismo, tende a não aprender ou aceitar algum elemento novo oferecido pelo exogrupo, rechaçando-o, pois está estruturado pelo pressuposto básico de grupo de ataque e fuga (Bion, 1975), que tem como meta o ataque ao outro, ou sua fuga. É, portanto, um coletivo organizado para combater o outro, com um alto grau de agressividade e necessidade de certezas.

4. MICROPOLÍTICAS DO ÓDIO E FUNÇÃO DO LÍDER

Devido ao seu alto grau de negação, o bolsonarismo se constituiu como um movimento político extremista por excelência. Não há diálogo, nem negociação com a diferença, apenas ataques verbais e até físicos, tal como vimos com a invasão e depredação dos Três Poderes. De certa forma, podemos hipotetizar que o bolsonarismo inclusive é anterior a Bolsonaro, sendo um movimento autoritário, excludente, que estava esperando por um “líder” que não teria censuras próprias em expressar e afirmar todas as hierarquias e desigualdades que vivemos no Brasil (Brandino, 2022). Trata-se, nesse sentido, de um movimento que já estava presente na sociedade brasileira, destilando ódio às diferenças, e que teve em Jair Bolsonaro o líder perfeito, que expressa tais características e que cria as fronteiras imaginárias e identitárias desse movimento, o bolsonarismo. O populismo da campanha de Bolsonaro foi exemplar em canalizar o movimento de ódio capilarizado e difuso



na sociedade (Hur & Sandoval, 2020).

Por exemplo, o conservadorismo no bolsonarismo não alude a conservar valores para a integridade e bem-estar social como um todo, mas à manutenção das assimetrias sociais tal como estão instituídas na sociedade brasileira, ou seja, *conservar* os regimes de forças hegemonicamente consolidados. Então mantém a exclusão das minorias sociais. Legitima o poder do homem sobre a mulher, sendo sexista. Patologiza a diversidade sexual, calcando-se na heteronormatividade. É classista, pois defende o lucro dos mais ricos, e não se importa com a miséria dos mais pobres, a desvalorização das aposentadorias dos idosos ou a precarização dos direitos dos trabalhadores. Defende a família, mas do ponto de vista do homem, na lógica patriarcal e falocêntrica.

Consideramos que o bolsonarismo não é um movimento totalitário e piramidal. Como afirmariam Deleuze e Guattari (1980), em sua discussão sobre os microfascismos, é um movimento mais horizontal que vertical. De tal modo que não necessitava de um líder para constituir-se, pois esse ódio e destrutividade molecular já estavam difusos pelo país, já eram preexistentes antes da aparição dessa figura concreta. Não foi Bolsonaro que inventou o ódio e ressentimento sentidos por parcela significativa da população brasileira, e tampouco manipulou as multidões, tal como um líder sugestador, teorizado por Le Bon (1895) e Freud (1921). Não foi o líder que enganou as massas, ao contrário, de acordo com Bion (1975) pode-se dizer que ele é expressão do desejo do coletivo. Os alemães desejaram o nazifascismo hitlerista (Deleuze & Guattari, 1972), bem como os bolsonaristas desejam o necroliberalismo bolsonarista (Hur, 2021a).

Visto desse modo, não é o líder que domina a massa, ele é efeito das massas, ou, como Bion (1975) afirma, o líder desses grupos geralmente é o elemento mais regredido da multidão, pois é o que aceita todo esse desejo destrutivo e conteúdo precarizado do coletivo extremista. De acordo com o enunciado bioniano, e contrariamente a Freud e a Le Bon, afirmamos que Bolsonaro não sugestou e dominou o seu séquito de seguidores, mas foi a sua caixa de ressonância, porta-voz, o líder que estruturou e canalizou o ódio e destrutividade brasileira, tornando-se o retrato abjeto do anseio destrutivo, autoritário e excludente. Mesmo



com o aparente mutismo do ex-presidente, que deixou de emitir opiniões públicas após o segundo turno eleitoral, e depois abandonou temporariamente o país, o movimento bolsonarista prosseguiu vivo e se organizou como movimento de massas, levantando os acampamentos diante dos quartéis militares, e executando seu ato mais destrutivo e possivelmente sua cartada final: a invasão e depredação dos Três Poderes.

É fato que a ausência de um líder desorganiza a multidão, pois sem um “comandante” ela perde parte de suas referências e corre o risco de se esfacelar. Entretanto, o bolsonarismo passou a migrar a deposição (Pichon-Rivière, 1983) da liderança do ex-presidente para a Instituição Forças Armadas. Houve o deslocamento do papel de líder de uma pessoa para uma Instituição. Nesse sentido os bolsonaristas começaram a clamar que as Forças Armadas fossem o líder do movimento golpista. O líder deixou de ser uma pessoa, para ser uma instituição, seja em sua dimensão concreta ou imaginária (Baremlitt, 1996; Hur, 2018).

Mesmo com as prisões e repressão dos aparatos estatais, o bolsonarismo ainda é um movimento extremista muito perigoso, pois essas células autoritárias e excludentes não emergem de um poder centralizado, não são resultantes da sugestão ou manipulação de um líder, do imperativo de um partido, ou de um movimento político tradicional, piramidal. Ao contrário, estão difusas molecularmente por todo o território nacional. Reafirmamos que o bolsonarismo é preexistente ao seu líder, pois é o agenciamento de moléculas, a princípio individualizadas, carregadas de ódio, forças reativas e de ressentimento, num movimento político que tem como finalidade o combate ao existente, qualquer que seja. Então essas moléculas nihilistas se conectam e se agenciam com outras moléculas destrutivas, com uma grande força centrípeta, tal como um buraco negro. Suas conexões moleculares podem constituir formações molares, que passam a contagiar e ressoar de forma mais intensa o ódio e os afetos destrutivos, tornando-se um coletivo cada vez maior. Constituem uma espécie de “Reação molecular”, e não uma “Revolução Molecular” (Guattari, 1977), num tipo de uma máquina de guerra que não é a máquina de guerra revolucionária, senão uma máquina de guerra suicida, que tem a guerra como última finalidade, uma espécie de corpo canceroso (Deleuze & Guattari, 1980), que ataca o resto do corpo social.



Talvez a Intentona Bolsonarista tenha sido essa última ação suicida, talvez não. De qualquer forma o bolsonarismo é estruturado pelo combate e negação ao instituído. Por isso, o alvo de ataque, o bode expiatório, constantemente é deslocado de figura, podendo ser qualquer um. Para o bolsonarismo, sempre há um culpado pelos percalços em que se vive, mas não há uma autocrítica. O mal sempre está lá fora e no outro, a não ser quando houver uma abertura do grupo a tal ponto que os fatos do real se mostrem mais fortes do que a fantasia imaginária coletiva, e o movimento assim saia da lógica cognitiva da negação para da elaboração.

5. CONSIDERAÇÕES FINAIS

Neste artigo buscamos refletir como o movimento bolsonarista se estrutura pela negação em diversas instâncias: seja a discursiva, seja a cognitiva, seja, enfim, a coletiva. Consideramos que a estratégia discursiva da negação apresenta grande eficácia, pois garante uma propagação molecular, em que novos fatos sempre podem ser combatidos a partir da lógica negacionista, somada à reafirmação da crença bolsonarista, não apenas pela “direção” do movimento, mas por qualquer um de seus integrantes.

É um movimento que funciona pelo primado da ressonância e do contágio de afetos não sofisticados, como o medo e o ódio. Afetos que provocam uma modalidade reflexiva mais primitiva, que, ao invés de funcionar por uma lógica da multiplicidade, de um pensamento complexo, atua por uma lógica binária, dividida apenas entre bem e mal. Opera, portanto, uma espécie de *splitting* psíquico, em que o coletivo bolsonarista assume as características positivas – o “patriota”, o “bom cidadão” – e atribui aos outros, seus inimigos, as características negativas, que são convertidos em bodes expiatórios.

Do ponto de vista social, funciona com a produção do antagonismo, em que sempre deve combater esse outro que foi o depositário das características negativas, tal como na estratégia populista. E o movimento bolsonarista se propaga e ressoa como se fossem ondas *Wi-Fi*, em que as moléculas se agenciam pelas forças reativas vividas individualmente, mas



que se multiplicam quando conectadas e ressoadas coletivamente. Com base nisso, pode-se afirmar que o bolsonarismo é prévio a seu líder, que em realidade é o líder que é colocado neste lugar pela multidão marcada pelo ressentimento e pelo niilismo. Bolsonaro então é o sintoma de uma sociedade enferma, niilista e com um intenso desejo destrutivo. Ele é o efeito das massas, e não a causa delas.

Portanto, não é um movimento a princípio desarrazoado, formado *a priori* por pessoas delirantes. É uma estratégia concertada e eficaz de mobilização, mas que devido aos seus reiterados mecanismos de negação, pode provocar um certo afastamento da realidade, no que se refere à aceitação e à metabolização dos novos acontecimentos, gerando uma fixação desmedida nos ideais e nas crenças bolsonaristas. Quando há uma primazia da fantasia coletiva sobre os fatos do real, há um empobrecimento psíquico e um grande risco à saúde mental dos participantes, que pode resultar numa multidão delirante com ideias *quixotescas* que passa a negar e destruir tudo o que vê pela frente.

6. REFERÊNCIAS

BAREMBLITT, Gregorio F. *Compêndio de análise institucional e outras correntes*. Rio de Janeiro: Rosa dos Tempos, 1996.

BAREMBLITT, Gregorio. *Introdução à esquizoanálise*. Belo Horizonte: Ed. Instituto Félix Guattari, 1998.

BION, Wilfred R. *Experiências com grupos: os fundamentos da psicoterapia de grupo*. Rio de Janeiro: Imago, São Paulo: Edusp, 1975.

BLEGER, José. *Simbiosis y ambigüedad*. Buenos Aires: Paidós, 1975.

BRANDINO, Géssica. Bolsonaro concretizou extremismo, e Jefferson é exemplo disso, diz psicólogo. *Folha de S.Paulo*, p. A-15, 29 de setembro de 2022.

DATAFOLHA. 93% repudiam ataques em Brasília, e 55% responsabilizam Bolsonaro. 12 de janeiro de 2023. *Datafolha*. Disponível em: <https://datafolha.folha.uol.com.br/opiniao-e-sociedade/2023/01/93-repudiam-ataques-em-brasilia-e-55-responsabilizam-bolsonaro.shtml>. Acesso em: 15 de janeiro de 2023.



DELEUZE, Gilles. *Nietzsche e a filosofia*. Rio de Janeiro: Rio - Sociedade Cultural, 1976 [1962].

DELEUZE, Gilles & GUATTARI, Félix. *Capitalismo e esquizofrenia: o anti-Édipo*. São Paulo, Ed. 34, 2010 [1972].

DELEUZE, Gilles & GUATTARI, Félix. *Mil platôs: capitalismo e esquizofrenia*, vol. 3. São Paulo: Ed. 34, 1996 [1980].

DORNA, Alexandre. *Fait-il avoir peur de l'homme providentiel?* Paris: Bréal, 2012.

FERNANDES, Maria Inês A. Uma nova ordem: narcisismo expandido e interioridade confiscada. In M. O. A. Fernandes; I. R. Scarcelli & E. S. Costa (orgs.). *Fim de século: ainda manicômios?* São Paulo: IPUSP, 1999.

FREUD, Sigmund. Psicologia de Grupo e análise de Ego. In: *Edição Standard brasileira das obras psicológicas completas de Sigmund Freud*, vol. XVIII. Rio de Janeiro: Imago, p.87-179, 1976 [1921].

GUATTARI, Félix. *A revolução molecular*. São Paulo: Brasiliense, 1981 [1977].

HUR, Domenico U. *Psicologia, política e esquizoanálise*. Campinas: Alínea, 2018.

HUR, Domenico U. Discursos sobre a retórica governamental de Bolsonaro: louco, genocida, necroliberal ou cortina de fumaça? *Lugar Comum*, nº 61, p. 190-210, 2021a. Disponível em: <https://revistas.ufrj.br/index.php/lc/article/view/46546/25120>. Acesso em: 13 de julho de 2023.

HUR, Domenico U. Populismo: debates entre psicologia política latino-americana e psicanálise. *Revista Psicologia Política*, vol. 21, nº 50, p. 87-102, 2021b. Disponível em: http://pepsic.bvsalud.org/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S1519-549X2021000100007&lng=pt&nrm=iso&tlng=pt. Acesso em: 13 de julho de 2023.

HUR, Domenico U. Cartografia das intensidades: pesquisa e método em esquizoanálise. *Práxis Educacional*, vol. 17, nº 46, p. 275-292, 2021c. DOI: <https://doi.org/10.22481/praxisedu.v17i46.8392>

HUR, Domenico U. *Esquizoanálise e esquizodrama: clínica e política*. Campinas: Alínea, 2022.

HUR, Domenico U. & SABUCEDO, José M. (orgs.). *Psicologia dos extremismos políticos*. Petrópolis: Vozes, 2020.



HUR, Domenico U.; SABUCEDO, José M. & ALZATE, Mónica. Bolsonaro e COVID-19: negacionismo, militarismo e neoliberalismo. *Revista Psicologia Política*, vol. 21, nº 51, p. 550-569, 2021. Disponível em: http://pepsic.bvsalud.org/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S1519-549X2021000200018. Acesso em: 13 de julho de 2023.

HUR, Domenico U. & SANDOVAL, Salvador. Psicologia Política da polarização e extremismos no Brasil: neoliberalismo, crise e neofascismos. In: D. Hur & J. M. Sabucedo (orgs.). *Psicologia dos extremismos políticos*. Petrópolis: Vozes, 2020.

KAËS, René. *L'idéologie: études psychanalytiques*. Paris: Bordas, 1980.

KAËS, René. *O grupo e o sujeito do grupo: elementos para uma teoria psicanalítica do grupo*. São Paulo: Casa do Psicólogo, 1997.

LAZZARATO, Maurizio. *Fascismo ou revolução? O neoliberalismo em chave estratégica*. São Paulo: N – 1, 2019.

LE BON, Gustave. *Psicología de las masas*. Madrid: Morata, 2005 [1895].

MENDONÇA, Ana. De prisão de Moraes até Lady Gaga: confira as fake news bolsonaristas. *Estado de Minas*, 07 de novembro de 2022. Disponível em: https://www.em.com.br/app/noticia/politica/2022/11/06/interna_politica,1417836/de-prisao-de-moraes-ate-lady-gaga-confira-as-fake-news-bolsonaristas.shtml. Acesso em: 13 de julho de 2023.

MUDDE, Cas. The populist zeitgeist. *Government and opposition*, nº 39, p. 542-563, 2004.

OYAMA, Thaís. Os nervos estão à flor da pele. *UOL*, 04 de janeiro de 2023. Disponível em: <https://noticias.uol.com.br/colunas/thais-oyama/2023/01/04/os-nervos-estao-a-flor-da-pele-diz-bolsonarista-que-deixou-acampamento.htm>. Acesso em: 04 de janeiro de 2023.

PICHON-RIVIÈRE, Enrique. *O processo grupal*. São Paulo: Martins Fontes, 1983.

PORTAL 96 FM. Lula lidera o ranking das citações negativas e xingamentos nas redes sociais: 12 mil por dia. *Portal 96 FM*, 05 de junho de 2022. Disponível em: <https://www.96fm.com.br/noticia/lula-lidera-o-ranking-das-citacoes-negativas-e-xingamentos-nas-redes-sociais-13-mil-por-dia>. Acesso em: 13 de julho de 2023.

PORTO, Douglas. Manifestantes hostilizam ministros do STF na porta de hotel em Nova York. *CNN*, 13 de novembro de 2022. Disponível em:



<https://www.cnnbrasil.com.br/politica/manifestantes-hostilizam-ministros-do-stf-na-porta-de-hotel-em-nova-york/>. Acesso em: 13 de julho de 2023.

SABUCEDO, José M. & VILAS, Xiana. A ira e as emoções positivas no protesto político. *Revista Psicologia Política*, vol. 19, nº 45, p. 370-381, 2019.

ROLNIK, Suely. *Esferas da insurreição: notas para uma vida não cafetinada*. São Paulo: N - 1, 2018.

SOLANO, Esther. A bolsonarização do Brasil. In: *Democracia em risco: 22 ensaios sobre o Brasil de hoje*. São Paulo: Companhia das Letras, 2019.

TAJFEL, Henri & TURNER, John. The social identity theory of intergroup behavior. In: S. Worchel & W. G. Austin (orgs.). *Psychology of intergroup relations*. Chicago: Nelson Hall, 1985.

UOL. Terroristas bolsonaristas depredam Congresso, Planalto e STF. *UOL*, 08 de janeiro de 2023. Disponível em: <https://noticias.uol.com.br/politica/ultimas-noticias/2023/01/08/bolsonaristas-congresso-policia.htm>. Acesso em: 10 de janeiro de 2023.



**CONTRIBUIÇÕES PARA A COMPREENSÃO DO
NEGACIONISMO CIENTÍFICO A PARTIR DA TEORIA
ATOR-REDE: O ESTUDO DE UMA COMUNIDADE
ANTIVACINA NO *FACEBOOK***

Gabriel Menezes Viana¹

Rodolfo Dias de Araújo²

Francisco Ângelo Coutinho³

RESUMO: Neste artigo, apresentamos parte de um estudo realizado em um grupo aberto do *Facebook* de negacionistas das vacinas. Com referenciais teóricos pautados na Teoria Ator-Rede (ANT) e nos estudos de Bruno Latour, Anne-Marie Mol e John Law, tivemos o objetivo de mapear os processos de atuação e de construção de realidades de um grupo de negacionistas da vacina. Além da ANT, nossas orientações metodológicas estiveram pautadas também na Análise de Rede Social (ARS). Assim, investigamos *posts* e o conteúdo dos comentários produzidos por membros da comunidade entre os meses de março e abril de 2021. Nossos resultados indicam que os participantes dessa comunidade antivacina produzem realidades em que se observam movimentos de ataque e de defesa contra a ciência. Diante disso, sugerimos que também nos posicionemos diante desta guerra em prol da defesa da ciência, dos cientistas, do conhecimento científico, assim como da democracia e da composição de um bom mundo comum.

PALAVRAS-CHAVE: Teoria Ator-Rede. Negacionismo científico. Antivacina. Guerra contra a ciência.

ABSTRACT: In this article we present part of a study that takes place in an open Facebook group antivaccine. With theoretical references based on the Actor-Network Theory (ANT)

¹ Licenciado em Ciências Biológicas pela Universidade Federal de Alfenas (UNIFAL-MG), Mestre e Doutor em Educação pela Universidade Federal de Minas Gerais (UFMG) e Professor da Universidade Federal de São João del-Rei (UFSJ). Leciona no curso de Ciências Biológicas e no Programa de Pós-Graduação – Mestrado em Educação da UFSJ. Lattes: <http://lattes.cnpq.br/2339328195461196>. E-mail: gabrielviana@ufsj.edu.br.

² Licenciado em Ciências Biológicas e Mestrando em Processos Socioeducativos e Práticas Escolares pela Universidade Federal de São João del-Rei (UFSJ). Lattes: <http://lattes.cnpq.br/0756175868340512>. E-mail: diasrodolfo@outlook.com.

³ Licenciado em Ciências Biológicas, Mestre em Filosofia e Doutor em Educação pela Universidade Federal de Minas Gerais (UFMG). Professor da Graduação e da Pós-Graduação em Educação da UFMG e Bolsista de Produtividade em Pesquisa do CNPq (Nível 2). Lattes: <http://lattes.cnpq.br/9327448059179976>. E-mail: couthogambiarra@gmail.com.



and on the studies of Bruno Latour, Anne-Marie Mol and John Law, we aimed to map the processes of action and construction of realities of a group of vaccine denialists. In addition to ANT, our methodological guidelines were also based on Social Network Analysis (SNA). Thus, we investigated posts and comments produced by community members between the months of March and April of the year 2021. Our results indicate that the participants of this anti-vaccination community produce realities of attacks and defense movements against science. In this way, we suggest that we must position ourselves to face this war in favor of defending science, scientists, scientific knowledge, as well, democracy and the composition of a good common world.

KEYWORDS: Actor-Network Theory. Scientific denialism. Anti-Vaccine. War against science.

1. INTRODUÇÃO

Os primeiros anos da década de 20 deste milênio entrarão para a história como aqueles em que humanos de todo o globo travaram, às suas maneiras, lutas (mais ou menos) desiguais contra um inimigo invisível e potencialmente mortal: o novo coronavírus (*Sars-Cov-2 – severe acute respiratory syndrome coronavirus 2*). Espalhando-se não somente pelas vias áreas do trato respiratório dos humanos, essa entidade se disseminou também por outros espaços, afetando laboratórios científicos, noticiários jornalísticos, hospitais e centros de atendimento médico, casas legislativas, comércios, sistemas de ensino, entre outros. Presume-se, portanto, que nesses locais o vírus apresentou diversas ontologias, configurando, em rede, outras realidades, tais como na incansável busca de cientistas pelas vacinas, nas volumosas manchetes sobre o avanço da doença nos territórios, nos incessantes atendimentos e cuidados com pacientes infectados, na importante e controversa investigação proporcionada em nosso país pela “CPI da COVID-19”, nos fechamentos e protocolos de higiene instalados nos departamentos comerciais e no aligeirado, mas possível, Ensino Remoto Emergencial, que permitiu escolas, universidades e demais centros de ensino funcionarem em tempos de uma pandemia de infecção respiratória humana.

Ao mesmo tempo, “o mundo *on-line*” também sofreu seus impactos, tais como pudemos observar na importância que as variadas redes sociais (*Facebook, Instagram,*



WhatsApp, *Twitter* e *TikTok*) tiveram na promoção da velocidade e do volume de notícias acerca do novo coronavírus e da Pandemia de Covid-19, produzindo aquilo que foi denominado pela Organização Mundial da Saúde como “Infodemia” (Bartelmebs; Venturi; Sousa, 2021; Marques; Pereira; Mbembe, 2018; Venturi; Mohr, 2021). Nesse escopo, destaca-se como um fenômeno da contemporaneidade essa democratização da produção e divulgação de informações, a qual trouxe consigo a dificuldade de distinguir as notícias que possuíam um crivo jornalístico e/ou científico daquelas cujas fontes de informação eram desconhecidas, não (ou mal) verificadas e, em alguns casos, até mesmo as famigeradas *fake news*.

Nesse contexto de crises e incertezas, certos grupos de pessoas encontraram um terreno propício para atuarem, divulgando suas ideologias de interrogação, negação, descrença e combate à ciência e à produção científico-tecnológica. Desse modo, as vacinas, se colocavam como alvo de grande atenção para grupos que negam a ciência.

Para a maioria da população, a tecnologia da vacina e as campanhas de vacinação são reconhecidas como alguns dos grandes avanços das sociedades contemporâneas em termos de políticas públicas de saúde. Afinal, elas permitiram (e ainda permitem) evitar mortes e aumentar a expectativa de vida da população ao mesmo tempo em que controlam a transmissão de diversas doenças imunossupressoras (Levi, 2013; Sato, 2018). Todavia, há certos grupos de pessoas que negligenciam e/ou negam essas realidades, colocando-se na contramão do desenvolvimento do conhecimento científico e tecnológico das vacinas.

Desse modo, tais grupos insistem em colocar em xeque as instituições sociais já historicamente consolidadas (como a ciência, p. ex.). E, ao semearem dúvidas, criarem controvérsias sobre assuntos já consolidados e deslegitimarem práticas, sujeitos e posições, apresentam riscos às democracias, contribuindo para uma “produção consciente da ignorância” (Leite, 2015, p. 660). A relevância dos impactos das ações desses grupos nas sociedades chegou ao ponto de se atribuir a eles as quedas nos índices de cobertura vacinal no Brasil (Barbosa *et al.*, 2021; Silva; Leite, 2021).

É nesse mundo de “realidades múltiplas” (Mol, 2008) e algumas até mesmo “colaterais” (Law, 2012) que podemos entender que o novo coronavírus e a Covid-19 têm



suas existências sendo produzidas por um conjunto de ações distribuídas entre vários agentes heterogêneos que coproduzem os espaços sociomateriais. Assim, tais entidades, como quaisquer outras, apresentam-se sempre em ontologias de geometria variável (Latour, 2002; 2017), o que implica em perceber o que o vírus e a doença são, só podem ser entendidos pelo que fazem (e sofrem os efeitos) em rede. Ou seja, ao contrário de uma visão essencialista, na ANT, a existência é performativa posta pela relação com outros entes, tratando-se, portanto, de uma metafísica relacional (Lima, *et al.*, 2019).

Para este texto, apresentamos parte de um estudo que se desenvolve em um grupo aberto da plataforma digital *Facebook* de negacionistas da vacina⁴. Nele, investigamos os comentários produzidos por membros da comunidade entre os meses de março e abril do ano de 2021, período em que as primeiras pessoas recebiam doses das vacinas no Brasil durante a Pandemia de Covid-19. Nosso objetivo é mapear os processos de atuação e de construção de realidades de um grupo de negacionistas da vacina. Nesse sentido, nosso estudo se assenta sobre uma perspectiva ontológica segundo a qual a realidade é performada em práticas sociomateriais; portanto, múltipla.

2. OS ESTUDOS DE BRUNO LATOUR E A TEORIA ATOR-REDE

Estudos como os de Bruno Latour (2002; 2004a; 2004b; 2011; 2012; 2017; 2019; 2020), Law (2012; 2015) e Mol (2003; 2008) têm nos indicado que a existência das entidades não é absoluta – como se existissem de forma completa por todos os tempos e lugares – e nem essencialista – em que se assume que haveria no máximo expressões ou representações conforme variam os contextos. Em outra direção, esses e outros pesquisadores têm defendido uma concepção performativa, na qual as entidades são diferentes, porque são resultados de produções sempre ocasionais. Tal raciocínio também se conforma à produção de realidades.

Como afirma Mol (2008, p. 3), “Se a realidade é feita, se é localizada histórica, cultural e materialmente, também é múltipla”. Realidades não precedem as práticas, mas são

⁴ Por questões éticas, optamos por, mesmo se tratando de um grupo de acesso livre e aberto, não divulgarmos o nome do grupo e nem de seus integrantes.



por elas modeladas (Law, 2012; Mol, 2003). Na visão de Mol (2008, p. 66), é preciso olhar para o que as entidades fazem em rede, o que elas juntamente com outras permitem performar [*to enact*], entendendo que cada performance é uma versão diferente, “objetos diferentes, embora relacionados entre si”. Assim, em sua perspectiva, “em lugar de ser vista por uma diversidade de olhos, mantendo-se intocada no centro, a realidade é manipulada por meio de vários instrumentos, no curso de uma série de diferentes práticas” (Mol, 2008, p. 66). Nesse aspecto, quando há diferentes performances, isso permite-nos dizer que diferentes realidades coexistem no presente (Mol, 2008).

Orientados por essas teorias dos processos, mantivemos especial atenção para seguir entidades que não estão prontas e delimitadas, mas que são conformadas em associações em rede produzindo realidades distintas (Latour, 2012; Law, 2012; 2015; Mol, 2008). No nosso caso, isso significa rastrear a produção de realidades promovidas pelo coronavírus durante a Pandemia de Covid-19, assumindo que, embora tal entidade tenha se espalhado por quase todo o globo, ela tem impactado de modos diversos as distintas camadas das populações humanas, levando-nos a entender que vivemos em tempos de múltiplas pandemias de Covid-19 (Segata *et al.*, 2021).

Em sua filosofia empírica, Latour (2002; 2017; 2019) propõe que estejamos constantemente atentos ao acordo moderno que, em nosso cotidiano, leva-nos a assumir a realidade a partir da separação de polos ontológicos estabilizados, tais como natureza e cultura; social e natural; sujeito e objeto; macro e micro; global e local, entre outros.

Latour (2012) e outros autores construíram a Teoria Ator-Rede, ou *Actor-Network Theory* (ANT⁵), que, inspirada também na concepção relacional da semiótica, propõe um social enquanto “produto de uma associação entre atores humanos e não humanos, funcionalmente simétricos na teoria do ator-rede (ANT)” (Santaella; Cardoso, 2015, p. 168). Posicionando o entendimento do mundo como uma produção de efeitos de relação material-semiótica, pressupõe-se que afirmar que algo é semiótico é sustentar que um elemento agenciador define e dá forma a outro elemento (Law, 2009). Além disso, ao ser material,

⁵ O termo vem de *Actor-Network Theory*, que faz uma analogia com o caminho traçado pelas formigas (“*ant*”, em inglês) e a atuação do pesquisador que segue as associações a partir de rastros.



preconiza expandir a origem da ação não só aos humanos, mas também aos não humanos. Afinal, poder-se-ia dizer, é muito difícil

imaginar durante um longo período que somos um texto que escreve a si mesmo, um discurso que se fala sozinho, um jogo de significante sem significado. Difícil reduzir todo o cosmo a uma narrativa, a física das partículas subatômicas a um texto, todas as estruturas sociais a um discurso (Latour, 1994, p. 80).

Na ANT, o actante é entendido como tudo aquilo que age e faz o outro agir deixando rastros independentemente da sua classificação, seja ela de estado, tamanho ou ontológica (Bruno, 2013; Farias; Roberts; Blok, 2020; Latour, 2012; Santaella; Cardoso, 2015). Isso não significa, por sua vez, assumir que qualquer coisa que agiu possa ser reduzida à sua ação, uma vez que sua ação é localizada em uma rede ocasional e heterogênea.

3. REFERÊNCIAS TEÓRICO-METODOLÓGICOS, PRODUÇÃO E ANÁLISE DOS DADOS

A Teoria Ator-Rede também compôs nosso referencial teórico-metodológico quando propõe o acompanhamento das ações e a descrição dos rastros que compõem uma assembleia sociomaterial (Law, 2009). Seu foco é, portanto, o *enactment* da materialidade e do discurso apresentado pelas relações heterogêneas (Law, 2009), assumindo uma postura metodológica da infralinguagem (Latour, 2012). Ou seja, o pesquisador ator-rede se conduz ao campo não para descrever a realidade daqueles investigados preenchendo-a com a linguagem do investigador, mas, ao invés disso, segue a trilha deixada pelos actantes arregimentados por aqueles que investigam. Desse modo, resistir e produzir realidades é singular de cada um fazendo-se, com

[...] interações vivas e físicas com a materialidade das coisas e do outro, já se constituem em respostas sígnicas ao mundo, marcas materiais perceptíveis em maior ou menor grau que nosso existir histórico e social, circunstancial e singular vai deixando como pegadas, rastros de nossa existência (Santaella, 2003, p. 10).

Segundo Law (2009), para que exista um ator-rede, ele precisa durar por meio de três configurações: uma durabilidade material, uma durabilidade estratégica e uma estabilidade



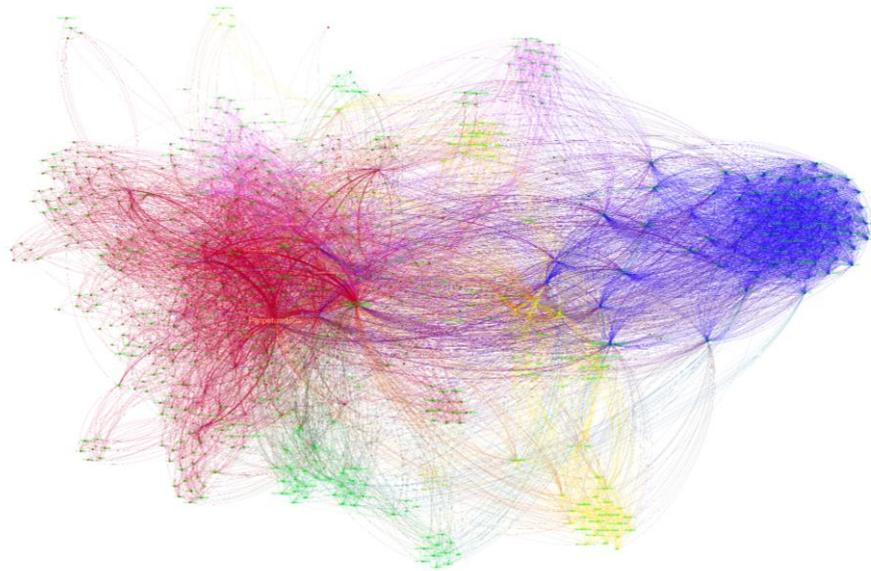
discursiva. A primeira é a formação do social, por meio das associações entre humano e não humano, na construção de um conhecimento mediado tecnicamente. A segunda configuração implica se associar com as durabilidades materiais de outras redes, traduzindo-as para a sua própria, a fim de prolongar suas existências. Já a última, a estabilidade do discurso, fornece a possibilidade de se colocar ordem nos emaranhados da rede que se constrói, demarcando limites entre os diferentes regimes de enunciação (Law, 2009).

Para a construção do nosso relato, lançamos mão da Análise de Rede Social (ARS), a qual é entendida como uma estratégia de visualização de dados que ajuda a entendê-los por meio da produção de grafos – ilustrações que organizam nós e arestas em formato reticular (Recuero, 2017; Silva; Stabile, 2016). Quando estes são produzidos em conjunto com o *software Gephi*, adotado em nossa pesquisa, possibilita-nos a aplicação de métricas estatísticas para elucidar os nós mais importantes e influentes daquele grafo (Bastian; Heymann; Jacomy, 2009; Cherven, 2015).

Na produção do grafo adotado neste estudo, foram utilizados 23 *posts* de uma primeira coleta conduzida em uma comunidade antivacina no *Facebook*. Esses dados foram categorizados a partir da recolha e leitura do conteúdo dos comentários produzidos pelos membros da comunidade. Com o auxílio também do *software Atlas.ti*, que nos permitiu um tratamento com foco nos substantivos presentes nos comentários, a rede foi produzida buscando evidenciar quem e aquilo que cada um fez e foi repercutido na comunidade. Em consonância com a ANT, fizemos representar na rede não só os humanos, mas também os não humanos. Por fim, a imagem da rede encontra-se representada na Figura 1 a seguir:



Figura 1: Rede produzida a partir dos *posts* e dos comentários totalizando 752 nós e 10977 arestas.



Fonte: Elaboração própria.

Em nossos resultados, a vacina foi o nó com os maiores atributos dentro da rede e será por ela que vamos rastrear suas associações e identificar que realidades emergem quando se associa a esse actante na rede antivacina. Para isso, vamos nos ater neste artigo somente às relações que a vacina faz com os comentários que apresentam um valor de grau⁶ maior ou igual a 100. Após esse tratamento, as entidades e suas associações estão ilustradas na Figura 2, conforme se segue:

⁶ Grau é uma medida estatística que pode ser aplicada por meio do *software Gephi*, que permite identificar os nós com maiores números de arestas associados a ele, revelando seu maior caráter de influência na rede (Cherven, 2015; Recuero, 2017).



Figura 2: Corte na rede produzida com o *software Gephi* com foco nas ações entre a vacina e os tipos de comentários produzidos na comunidade antivacina.



Fonte: Elaboração própria.

Para entender o processo de nomeação dos nós evidenciados nesse corte da rede representado na Figura 2, é preciso que esclareçamos o processo de categorização das ações dos usuários. Em nossas observações das postagens dos participantes na comunidade, estivemos atentos para entender o que é preciso fazer para ser um membro desse grupo. Para isso, observamos os princípios de prática que organizam os modos de participação entre os integrantes do grupo (Green; Dixon; Zaharlick, 2005).

Desse modo, com atenção para os padrões de interação entre os usuários e a plataforma, identificamos alguns modos de atuação que foram mapeados a partir dos conteúdos dos comentários, os quais foram traduzidos nos seguintes: **Explicação**⁷ – no qual o participante justifica de uma forma generalizada seu posicionamento antivacina; **Sentimento** – em que o participante expõe suas emoções, desejos, vontades etc.; **Referência** – quando o participante traz algo ou alguém para sustentar suas afirmações; **Experiências Próprias** – quando os participantes remetem a aspectos de suas vidas pessoais; **Associação com a internet** – quando as Referências trazidas para a comunidade dependiam da relação com a

⁷ Em uma análise generalista, todos os comentários são do tipo Explicação, porém os outros se diferem por apresentarem características relevantes ao processo de descrição da comunidade baseado em um referencial de Netnografia (Kozinets, 2014).



internet, como, por exemplo, imagens, vídeos e *links*; **Entidade Científica** – quando é composto um comentário com um cientista, pesquisador, médico ou artigos de caráter científico; **Dúvidas** – quando o participante levanta questionamentos sobre as entidades científicas; e, por último, **Neologismo** – quando os participantes produzem novas palavras sobre algum produto, ação, agente ou ideia científica.

Na seção a seguir, apresentamos nossas descrições e análises construídas a partir de um exame mais aprofundado dessa rede no momento em que nos detivemos em exames dos conteúdos de alguns comentários dos participantes. Importante destacarmos que, coerentes com os princípios da ANT, buscamos os comentários que mobilizaram a rede; ou seja, que tiveram suas ações sendo mediadas por outros membros da comunidade. Afinal, na ANT uma ação é sempre assumida pelos outros (Latour, 2012) e, assim, as postagens precisariam ter algum tipo de respostas dos outros, seja compartilhando, comentando, curtindo ou expressando alguma outra interação.

4. A PRODUÇÃO DE REALIDADES PELOS NEGACIONISTAS DA VACINA: UMA QUESTÃO DE GUERRA

Em nossas análises dos conteúdos das mensagens de participantes do grupo antivacina, observamos que, por vezes, os negacionistas das vacinas parecem colaborar para construir realidades nas quais se encontrariam constantemente em uma “guerra contra a ciência”. Nesse sentido, suas ações produzem “movimentos de ataque”, em que os participantes dessa comunidade tomam como foco determinados atores humanos e não humanos buscando contradizê-los, deslegitimá-los, desacreditá-los e desacreditá-los. Ao mesmo tempo, mapeamos também os “movimentos de defesa”, nos quais, como em toda guerra, são apresentadas estratégias que visam a burlar, desviar, falsear, esconder, espreitar. Identificamos que tais ações, de ataque e defesa, objetivam produzir um modo de atuação com o propósito de reduzir e até mesmo apagar as existências de entidades que são caras ao mundo das ciências, tais como o vírus, a vacina, a vacinação, os médicos e o Estado.

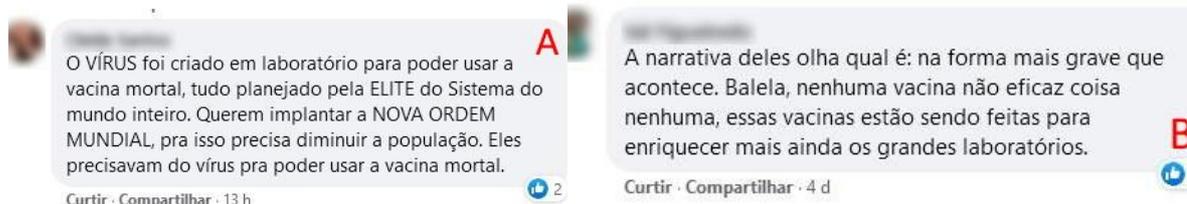


4.1. MOVIMENTOS DE ATAQUE: CRIANDO CERTEZAS A PARTIR DE VERDADES OCULTAS, DESLEGITIMANDO O Oponente, MUNICIANDO A TROPA, VALORIZANDO OS SOLDADOS

O maior alvo de ataque dos negacionistas da vacina é, como se esperaria, a própria vacina. Por isso, na rede erguida com os rastros encontrados nas ações dos membros da comunidade, notamos que o ataque a essa tecnologia médica e de saúde é tomado numa tentativa de desvalorizar e desacreditar a ciência e sua produção tecnológica. Isso é feito a partir de explicações que podem ora envolver uma opinião pessoal do usuário, ora uma teoria conspiratória em que se adicionam camadas de periculosidade às vacinas.

Nos exemplos apresentados a seguir, observamos que, na Figura 3a, uma participante tenta deslegitimar a vacina a partir de “uma certeza” criada sobre uma suposta origem obscura do vírus. Para isso, ela se alia a um laboratório que estaria subordinado a uma elite, a qual, por sua vez, implantaria uma nova ordem mundial, utilizando-se da vacina com o objetivo de reduzir o tamanho da população. O vírus, a vacina e o laboratório estariam assim aliados e coordenados para cumprir tal fim. Já na Figura 3b, o foco do ataque se coloca sobre os laboratórios numa acusação de que eles ganham recursos com a produção e distribuição de uma vacina ineficaz, pois não dariam conta de garantir a sua eficácia para as diversas variantes que surgiram do vírus durante a Pandemia de Covid-19.

Figuras 3a, 3b: Comentários de participantes da comunidade atacando a vacina a partir da criação de realidades fundamentadas em certezas ocultas.



Fonte: Comunidade antivacina no Facebook

Um outro ataque consiste em trazer a bula como aliado que desestabiliza a eficácia das



vacinas por apresentar informações perigosas. Assim, na Figura 4, vemos um participante da comunidade em um contexto de discussão sobre a insegurança de uma mãe em vacinar ou não o seu filho, chamando a atenção de outras mães do grupo sobre os riscos contidos no imunizante. Segundo ele, tais riscos estariam apresentados na bula, o que valorizaria seus efeitos colaterais mais do que seus benefícios.

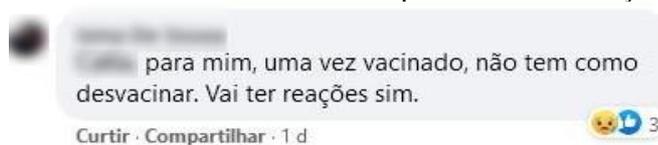
Figura 4: Comentário de participante da comunidade lançando dúvidas sobre a seguridade da vacina em virtude de informações supostamente presentes na bula do medicamento.



Fonte: Comunidade antivacina no Facebook.

Seguindo essa linha de argumentação, outra estratégia que identificamos é aquela que toma como alvo a vacinação. Como se encontra representada na Figura 5, observamos que um participante aponta para um suposto mau funcionamento da vacina no corpo humano a partir das reações causadas por ela, as quais não poderiam ser desfeitas. Esse comentário está localizado em um contexto de discussões sobre se certas medicações, como antibióticos ou anti-inflamatórios, seriam capazes de desfazer as reações da vacina. Notamos que há uma tentativa de se instaurar um sentimento de medo e pavor – representado pela presença de um *emoji* de tristeza associado ao comentário – no intuito de manter o corpo daquele que apresenta uma identidade de não vacinado distante das vacinas.

Figura 5: Comentário de participante da comunidade instaurando sentimentos de medo e pavor sobre a vacinação.

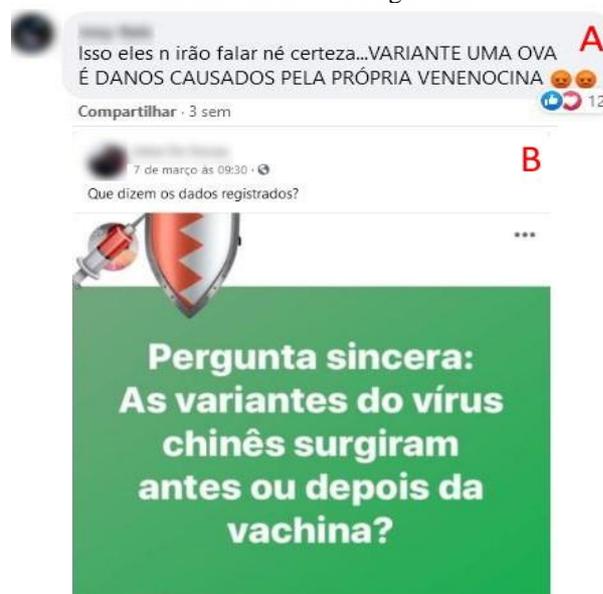


Fonte: Comunidade antivacina no Facebook



Como um extremo dessas ações de ataque, observamos nas Figuras 6a e 6b que outra estratégia adotada por integrantes desse grupo antivacina é a de, a partir do questionamento das origens e da eficácia da vacina, adotarem neologismos na tentativa de marcarem o risco da vacina – “venenocina” – e apontarem os culpados – “vachina”. Neste último caso, é produzida uma ação xenofóbica na tentativa de creditar o surgimento de novas variantes do vírus causador da Covid-19 a uma suposta produção intencional dos chineses⁸.

Figuras 6a, 6b: Comentários de participantes da comunidade atacando as vacinas com neologismos.



Fonte: Comunidade antivacina no Facebook

Até o momento, nos exemplos trazidos de descredibilização da vacina e da vacinação, percebemos que os participantes lançam mão de estratégias de ataques aforistas na forma de expressões sucintas com pretensões de validade, os quais não necessariamente apresentam um *background* que sustente suas afirmações. Todavia, nos exemplos a seguir, iremos observar que os membros da comunidade constroem estratégias de ataques a diferentes alvos

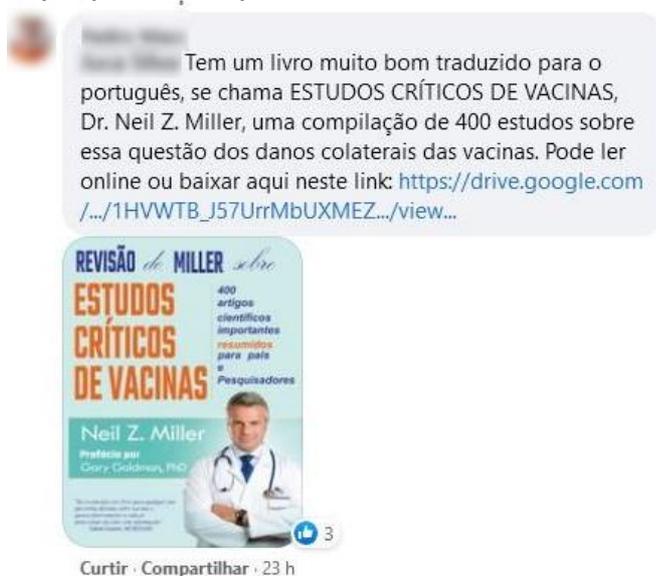
⁸ Nota-se a estratégia dos neologismos para instaurar um mundo comum quando o presidente da República, em meio à pandemia e à crise das compras da vacina, coloca sob suspeita a vacina, associando-se ao mesmo conceito. Ver: <https://www.itatiaia.com.br/noticia/apos-chamar-coronavav-de-vachina-bolsonaro-diz-que-vacina-em-desenvolvimento-butantan-e-mandrake>



apresentando referências pautadas em compilações de estudos ou em experiências vivenciadas pelos sujeitos, visando a fundamentar seus posicionamentos.

Na Figura 7, é possível notarmos que um participante da comunidade antivacina compartilhou um *link* para acesso a uma literatura que compila 400 estudos que apresentariam danos colaterais produzidos pelas vacinas, os quais poderiam ser acessados e lidos por qualquer um dos membros. Chama-nos a atenção que, tal como fazem os cientistas, os negacionistas também arregimentam aliados por meio de referenciais. Todavia, ao contrário do que se observa nos meios científicos que respaldam suas referências em espaços científicos reconhecidos e institucionalizados, eles acessam produções que são por eles selecionadas e que estão indexadas dentro do seio da própria comunidade. É por meio de associações com as estruturas fornecidas pelas plataformas digitais, tanto a que hospeda a comunidade – o *Facebook* – quanto a que mantém o arquivo para acesso – o *Google* –, que o grupo é capaz de compartilhar *links* que direcionam os membros para acesso a referências autorizadas por eles mesmos, compondo um repertório de referenciais “confiáveis” para serem adotados em suas ações.

Figura 7: Comentário de participante da comunidade compartilhando *link* para acesso a um livro que apresentaria supostos estudos com danos colaterais das vacinas.

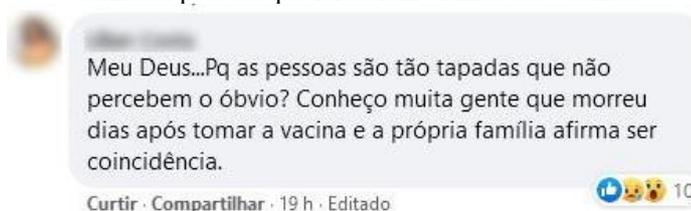


Fonte: Comunidade antivacina no Facebook



Quando não se referenciam em produções selecionadas, os negacionistas das vacinas costumam também remeterem às experiências por eles vivenciadas. Como se observa na Figura 8, um membro da comunidade relata conhecer pessoas que faleceram após tomarem uma vacina. Sem especificar quais pessoas e quais tipos de vacinas, o membro assinala para uma certa “ignorância” dos parentes dessas vítimas em não perceberem que a causa da morte foi a própria vacina.

Figura 8: Comentário de participante da comunidade relatando conhecer pessoas que faleceram vítimas das vacinas.

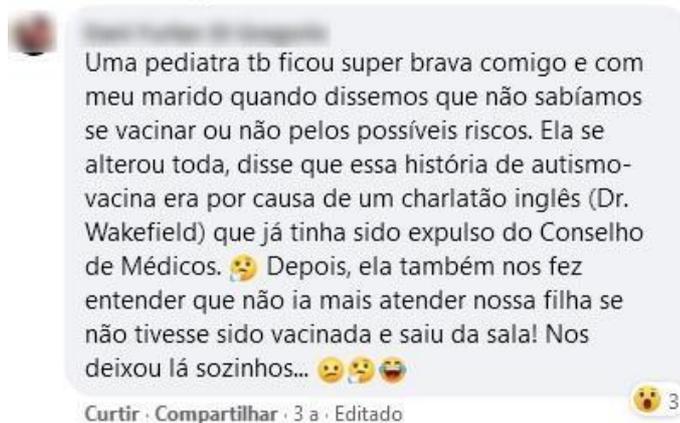


Fonte: Comunidade antivacina no Facebook

A base em experiências por eles vivenciadas também é adotada para atacar outros alvos, como os próprios médicos, como podemos observar na Figura 9. Nela, vemos um membro da comunidade antivacina que relata um episódio em que uma médica discorda de seu posicionamento e de seu marido de não vacinar a sua filha e recusa atendimento à sua filha. Na perspectiva defendida por essa pessoa, a conduta da profissional de saúde é assumida como alterada e desrespeitosa pela simples discordância com o posicionamento dos pais. O compartilhamento dessa experiência na comunidade antivacina parece, portanto, produzir um efeito de que os médicos, figuras importantes da ciência nas comunidades, não estão abertos ao diálogo com formas de conhecimento diferentes das suas e que podem, inclusive, negar atendimento ao público.



Figura 9: Comentário de participante da comunidade compartilhando experiência de intolerância de uma médica frente ao posicionamento da família de não vacinar sua filha.



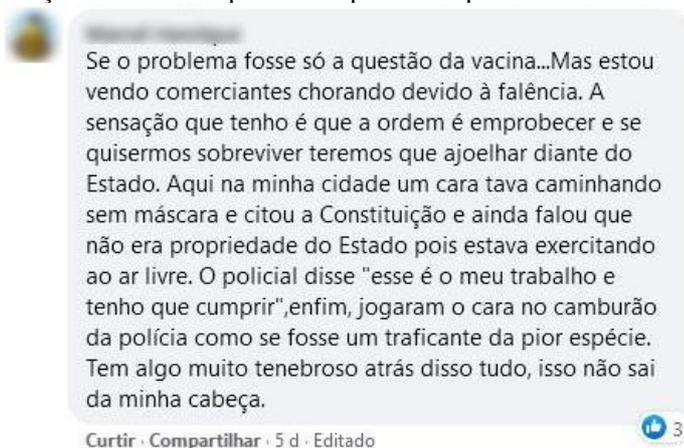
Fonte: Comunidade antivacina no Facebook

Também, o Estado é tomado como alvo pelos membros desse grupo a partir de experiências por eles vivenciadas e, nessa estratégia, um leque de valores são apresentados como “munições” para a “artilharia”, tais como: a liberdade individual, o direito de ir e vir e a independência do indivíduo frente ao Estado. Na Figura 10, vemos que um membro compartilha uma vivência e amplia a discussão sobre as vacinas conduzindo-a para o escopo de políticas públicas adotadas na Pandemia de Covid-19. Em sua perspectiva, as medidas de isolamento social contribuíram para o empobrecimento da classe empresarial com o objetivo de, segundo ele, fazer essa classe depender do Estado.

Nesse sentido, como notamos na Figura 10, o exemplo também resgata elementos de uma “verdade oculta”, compreendida por essas pessoas no contexto dessas ações e políticas públicas adotadas durante a Pandemia da Covid-19, as quais precisariam ser combatidas.



Figura 10: Comentário de participante da comunidade atacando ações do Estado a partir de experiências por ele vivenciadas.



Fonte: Comunidade antivacina no Facebook

Diante do exposto, entendemos que as principais estratégias de ataque mapeadas em nossa pesquisa acerca das ações dos membros da comunidade antivacina no *Facebook* são: *criação de realidades fundamentadas em certezas ocultas para o público não negacionista; deslegitimação da eficácia das vacinas; produção de sentimentos negativos sobre os efeitos da vacina; questionamento sobre as origens do vírus e práticas de culpabilização da população chinesa; adoção de referenciais próprios para sustentar suas argumentações sobre os efeitos colaterais das vacinas; compartilhamento de experiências próprias de situações relacionadas às vacinações ou com outras políticas adotadas na Pandemia de Covid-19.*

4.2. MOVIMENTOS DE DEFESA: INTERPONDO OBSTÁCULOS, CRIANDO LINHAS DE FUGA, MAQUIANDO INFORMAÇÕES E ARREGIMENTANDO ALIADOS

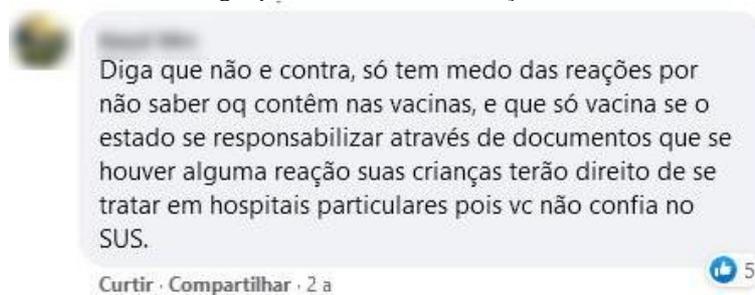
Outra série de movimentos que identificamos na comunidade antivacina nos sugere estratégias de defesa frente às realidades e obstáculos que são produzidos pela ciência e pela



democracia, como, por exemplo, a vacinação obrigatória por agentes públicos.

Uma vez tendo que se vacinar, o membro da comunidade sugere a outro exigir do Estado documentos que garantam tratamentos em caso de reações causadas pelas vacinas, como se pode observar na Figura 11. Essa atitude lança suspeição também nas instituições estatais, como se evidencia na desconfiança lançada sobre o Sistema Único de Saúde (SUS), em contrapartida com a credibilidade atribuída a hospitais particulares.

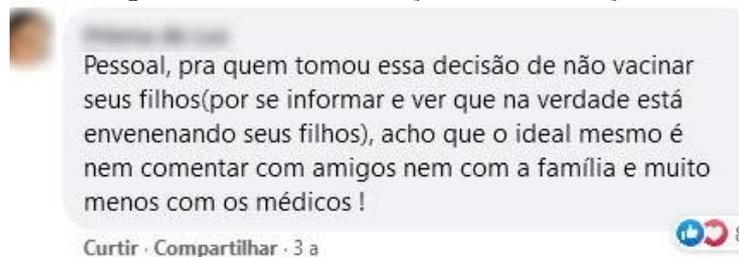
Figura 11: Comentário de participante da comunidade sugerindo Estratégia para dificultar a vacinação.



Fonte: Comunidade antivacina no Facebook

Outra estratégia de defesa que observamos é aquela que aposta na fuga do combate, com a omissão de informações sobre a vacinação para outros sujeitos que não concordam com o posicionamento antivacina. Como podemos ver na Figura 12, um membro sugere aos demais evitar socializar com o círculo familiar e até com os próprios profissionais da saúde, numa tentativa de reduzir o risco de assim “envenenar” seus filhos com a vacina.

Figura 12: Comentário de participante da comunidade propondo uma estratégia de omissão de informação sobre a vacinação de filhos.

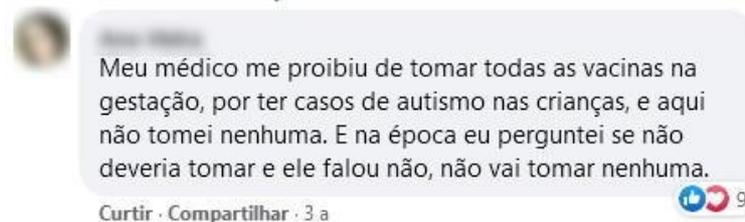


Fonte: Comunidade antivacina no Facebook



Outra estratégia propõe, a partir da vivência pessoal, arregimentar aliados reconhecidos pela ciência para a causa antivacina, como os médicos. Na Figura 13, vemos um membro compartilhar a experiência de que em seu parto um médico se posicionou contrário à prática da vacinação, legitimando o posicionamento antivacina.

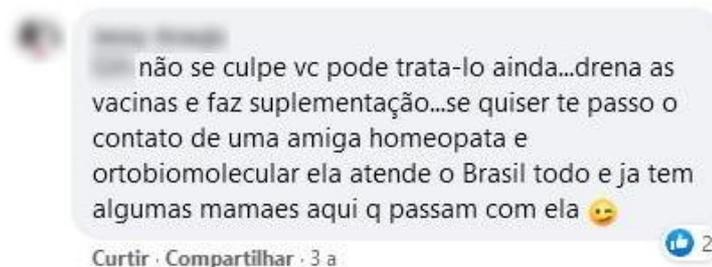
Figura 13: Comentário de participante de comunidade compartilhando experiência pessoal com médico antivacina



Fonte: Comunidade antivacina no Facebook

Na dificuldade ou inexistência de possibilidades de captar autoridades reconhecidas na ciência, os negacionistas da vacina propõem que sejam arregimentados outros profissionais da saúde, cuja atuação pode não ter o mesmo *status* dentro da comunidade científica. No comentário apresentado na Figura 14, vemos um membro oferecer serviços de um homeopata e ortobiomolecular de maneira a conseguir procedimentos e substâncias capazes de drenar a vacina aplicada e de garantir a recuperação do organismo do filho de outro membro.

Figura 14: Comentário de participante da comunidade oferecendo serviços de um profissional da área da saúde visando a retirar os efeitos colaterais da vacina.



Fonte: Comunidade antivacina no Facebook



Diante do exposto, podemos sumarizar as principais estratégias de defesa identificadas em nossa pesquisa e adotadas pelos membros da comunidade antivacina conforme segue: *exigir garantias contra efeitos colaterais das vacinas; omitir informações da não vacinação para familiares e médicos; arregimentar aliados dentro das ciências; e recorrer a outros profissionais para retirar eventuais efeitos das vacinas.*

5. PRIMEIRO, UMA QUESTÃO DE GUERRA E SOMENTE DEPOIS, DE PEDAGOGIA

Diante de nossas análises, vemos que a produção dos diferentes movimentos de ataque e defesa dos negacionistas da vacina em um grupo aberto do *Facebook* produz realidades e mundos em que a ciência e o conhecimento científico, assim como o Estado, as instituições e profissionais de saúde, não ocupariam posições consolidadas nas sociedades contemporâneas. Em seus lugares, o cidadão com suas experiências pessoais e valores individuais, as teorias sobre verdades ocultas e o apoio de outros profissionais de saúde tomariam lugar de destaque.

Com isso, questões são postas para nós, educadores, cientistas, divulgadores e interessados em ciência de forma geral: como negociar com aqueles que produzem mundos em conflitos com os nossos? O que fazer quanto à pedagogia e à didática diante de uma situação de guerra declarada?

Em nossa perspectiva, se nossos adversários exauriram os limites da diplomacia e se apresentam enquanto antagônicos ao imprimirem esforços para nos enfraquecer, nos diminuir e nos extinguir, só nos resta também nos posicionarmos diante de “uma situação de guerra” (Latour, 2020). Para isso, é preciso, pois, que nos situemos e desenhemos nossas estratégias de ataque e de defesa, as quais, tais como nos indica Latour (2011), podem ser: recrutando aliados, afastando desagregadores, instaurando laboratórios, produzindo fatos e máquinas etc. Temos que nos resguardar e saber contra-atacar ao estarmos diante da artilharia pesada das *fake news*; do desrespeito à ordem democrática; das acusações criminosas e dos ataques pessoais; dos vieses de confirmação, da lógica *nonsense* e da descredibilização de quaisquer



formas de existência e de conhecimento que não corroborem ideologias de grupos esotéricos.

Enquanto eles extrapolarem os limites dos tratados democráticos, é nosso dever defender a ciência, as instituições de ensino, os mais vulneráveis e a democracia, para caminharmos em busca da “composição de um bom mundo comum” (Latour, 2004b, p. 238). Nesse campo de batalha, só poderemos rascunhar movimentos didático-pedagógicos quando nossos inimigos se puserem combalidos, derrotados ou dispostos a exercer o árduo trabalho da diplomacia.

6. CONSIDERAÇÕES FINAIS

Neste artigo, tivemos o objetivo de mapear os processos de atuação e de construção de realidades de um grupo de negacionistas da vacina. Nossos resultados indicam que os participantes dessa comunidade produzem realidades em que se observam diferentes movimentos de ataque e de defesa, os quais nos proporcionam perceber uma instauração de uma guerra contra a ciência e os adeptos do conhecimento científico.

Sugerimos que, para enfrentar as redes que se erguem produzindo tais realidades, nos é demandado nos situarmos no campo científico e fazermos sua defesa de modo combativo. Nesse *front*, uma aposta é numa educação científica alinhada aos princípios de simetria da ANT, que se nutra da colaboração dos não humanos em prol da ciência, do trabalho e dos conhecimentos científicos. Arregimentando aliados, inclusive em esferas do conhecimento que não as científicas, é que poderemos produzir uma ciência mais articulada com o mundo no qual vivemos.

No caso das ciências da saúde, colocada sob o ataque desses grupos antivacinas, por exemplo, temos que associá-las constantemente às políticas e legislações de saúde, aos protocolos de biossegurança, aos laboratórios produtores de imunizantes, às mídias e centros de notícias com credibilidade, aos órgãos que financiam essas pesquisas e aos incontáveis objetos técnicos que compõem os espaços médicos e de saúde.

Da mesma forma, é necessário também nos aliarmos às instituições democráticas, que



garantem o funcionamento regular das sociedades, como as casas legislativas, judiciais e executivas. Ao mesmo tempo, devemos arregimentar os atores humanos para que possam cooperar com a estabilização e ampliação dessa rede científica. Nesse esforço, podemos ganhar muito no diálogo e em parcerias com pesquisadores e profissionais advindos de diferentes campos, como os da Divulgação Científica, da Comunicação, do Jornalismo, das Tecnologias Digitais de Comunicação e Informação, entre outros.

7. AGRADECIMENTOS

Gabriel Menezes Viana é grato ao apoio financeiro concedido pela Fapemig.

Rodolfo Dias de Araújo é grato ao apoio financeiro concedido pela Fapemig e às bolsas de estudo concedidas pela UFSJ.

Francisco Ângelo Coutinho é grato ao CNPq pela bolsa de produtividade em pesquisa e pelo apoio financeiro.

8. REFERÊNCIAS

BARBOSA, Camila Leal *et al.* Cobertura vacinal para Poliomielite na Amazônia brasileira e os riscos à reintrodução do poliovírus. *Research, Society and Development*, [s. l.], v. 10, n. 7, p. e42810716768–e42810716768, 2021.

BARTELMEBS, Roberta Chiesa; VENTURI, Tiago; SOUSA, Robson Simplicio de. Pandemia, negacionismo científico, pós-verdade: contribuições da Pós-graduação em Educação em Ciências na Formação de Professores. *Revista Insignare Scientia – RIS*, [s. l.], v. 4, n. 5, p. 64–85, 2021.

BASTIAN, Mathieu; HEYMANN, Sebastien; JACOMY, Mathieu. Gephi: An Open Source Software for Exploring and Manipulating Networks. *Proceedings of the International AAAI Conference on Web and Social Media*, [s. l.], v. 3, n. 1, p. 361–362, 2009.

BRUNO, Fernanda. Rastros digitais sob a perspectiva da teoria ator-rede. *Revista FAMECOS*,



[s. l.], v. 19, n. 3, p. 681-704, 2013.

CHERVEN, Ken. *Mastering Gephi network visualization: produce advanced network graphs in Gephi and gain valuable insights into your network datasets*. Birmingham Mumbai: Packt Publishing, 2015 (Open source: Community experience distilled).

FARIAS, Ignacio; ROBERTS, Celia; BLOK, Anders (Orgs.). *The Routledge companion to actor-network theory*. London: Routledge; New York: Taylor & Francis Group, 2020.

GREEN, Judith; DIXON, Carol; ZAHARLICK, Amy. A etnografia como uma lógica de investigação. *Educação em Revista*, Belo Horizonte, n. 42, p. 13-79. dez. 2005.

KOZINETS, Robert V. *Netnografia: realizando pesquisa etnográfica online*. Porto Alegre: Penso, 2014.

LATOUR, Bruno. *Jamais fomos modernos*. Rio de Janeiro: Editora 34, 1994.

LATOUR, Bruno. *Reflexão sobre o culto moderno dos deuses fe(i)tiches*. Bauru, SP: EDUSC, 2002.

LATOUR, Bruno. How to Talk About the Body? The Normative Dimension of Science Studies. *Body & Society*, v. 10, n. 2-3, p. 205-229, 2004a.

LATOUR, Bruno. *Políticas da natureza*. Bauru: EDUSC, 2004b.

LATOUR, Bruno. *Ciência em ação: como seguir cientistas e engenheiros sociedade afora*. 2. ed. São Paulo: Ed. da Unesp, 2011.

LATOUR, Bruno. *Reagregando o social: uma introdução à Teoria do Ator-Rede*. Bauru, SP: EDUSC; Salvador, BA: EDUFBA, 2012.

LATOUR, Bruno. *A esperança de Pandora: ensaios sobre a realidade dos estudos científicos*. Bauru: EDUSC, 2017.

LATOUR, Bruno. *Investigação sobre os modos de existência: uma antropologia dos modernos*. Petrópolis, RJ: Vozes, 2019. (Coleção Antropologia).

LATOUR, Bruno. *Diante de Gaia*. São Paulo: Ubu, 2020.

LAW, John. Actor Network Theory and Material Semiotics. In: TURNER, Bryan S. (Org.). *The new Blackwell companion to social theory*. 1. ed. Chichester, West Sussex, United Kingdom; Malden, MA, USA: Wiley-Blackwell, 2009. p. 141-158.



LAW, John. Collateral Realities. In: BAERT, Patrick; RUBIO, Fernando Domínguez. (Eds.). *The Politics of Knowledge*. England: Routledge, 2012.

LAW, John. What's wrong with a one-world world? *Distinktion: Journal of Social Theory*, v. 16, n. 1, p. 126–139, 2015. Disponível em:
<http://dx.doi.org/10.1080/1600910X.2015.1020066>. Acesso em: 5 jul. 2022.

LEITE, José Correa. Controvérsias na climatologia: o IPCC e o aquecimento global antropogênico. *Scientiae Studia*, São Paulo, v. 13, n. 3, p. 643–677, set. 2015. Disponível em:
http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S1678-31662015000300643&lng=pt&nrm=iso. Acesso em: 26 mar. 2021.
<http://dx.doi.org/10.1590/S1678-31662015000300008>

LEVI, Guido Carlos. *Recusa de vacinas: causas e consequências*. São Paulo: Segmento Farma, 2013.

LIMA, N. W. *et al.* Educação em Ciências nos Tempos de Pós-Verdade: Reflexões Metafísicas a partir dos Estudos das Ciências de Bruno Latour. *Revista Brasileira de Pesquisa em Educação em Ciências*, p. 155–189, 5 maio 2019

MOL, Anne-Marie. *The Body Multiple: ontology in medical practice*. Durham: Duke University Press, 2003.

MOL, Anne-Marie. Política ontológica: algumas ideias e várias perguntas. In: NUNES, João Arriscado; ROQUE, Ricardo (Orgs.). *Objectos impuros: experiências em estudos sociais da ciência*. Porto: Afrontamento, 2008. p. 63–78.

RECUERO, Raquel. *Introdução de análise de redes sociais online*. Salvador: EDUFBA, 2017.

SANTAELLA, Lucia; CARDOSO, Tarcisio. The baffling concept of technical mediation in Bruno Latour. *MATRIZES*, [s. l.], v. 9, n. 1, p. 167–185, 2015.

SATO, Ana Paula Sayuri. What is the importance of vaccine hesitancy in the drop of vaccination coverage in Brazil? *Revista de Saúde Pública*, [s. l.], v. 52, p. 1-8, 2018.

SEGATA, Jean *et al.* A Covid-19 e suas múltiplas pandemias. *Horizontes Antropológicos*, v. 27, n. 59, p. 7–25, 2021.

SILVA, Ádria Rodrigues da; LEITE, Daniela Soares. Cobertura vacinal para adolescentes, adultos e idosos em Marabá (PA), no período de 2015 a 2020. *Research, Society and*



Development, [s. l.], v. 10, n. 6, p. e28410615925–e28410615925, 2021.

SILVA, Tarcízio; STABILE, Max. Análise de Redes em Mídias Sociais. In: SILVA, Tarcízio; STABILE, Max (Orgs.). *Monitoramento e pesquisa em mídias sociais metodologias, aplicações e inovações*. São Paulo: Uva Limão, 2016, p. 235–261.

VENTURI, Tiago; MOHR, Adriana. Panorama e análise de períodos e abordagens da educação em saúde no contexto escolar brasileiro. *Ensaio Pesquisa em Educação em Ciências*, Belo Horizonte, v. 23, p. 1-25, 2021. Disponível em: <http://www.scielo.br/j/epec/a/ztGB4JLXy4Tpm5yzjTfdSBY/?lang=pt>. Acesso em: 17 jan. 2022.



CRENÇAS E CONHECIMENTO CIENTÍFICO – RESENHA DO LIVRO *CIÊNCIA E PSEUDOCIÊNCIA: POR QUE ACREDITAMOS APENAS NAQUILO EM QUE QUEREMOS ACREDITAR* (CONTEXTO, 2018), DE RONALDO PILATI

Resenha

João Paulo Maciel de Araujo¹

O livro do psicólogo Ronaldo Pilati é um excelente convite para refletirmos sobre a natureza de nossas crenças. Com uma linguagem clara e acessível, Pilati procura estabelecer algumas linhas demarcatórias acerca do que é conhecimento científico e aquilo que apenas aparenta ser, isto é, a pseudociência. O fato é que nossa mente é constituída por uma miríade de crenças que revelam em seu todo muitas incongruências. Nós, seres humanos, somos seres de crenças. Temos os mais variados tipos de crenças que grosseiramente podem ser classificadas em crenças sobre política, religião, moral, estética, ciência etc. A questão que se afigura aqui é: quais os critérios que tornam uma crença legítima e, portanto, confiável? Responder essa questão não é uma tarefa fácil. No livro, o autor aponta um caminho, tomando como alicerce central o pensamento científico e uma postura cética de dúvida acerca das coisas que muitas vezes tomamos como garantidas. Assim, é preciso delimitar o espaço de atuação da ciência, diferenciando-a de outras formas de saberes.

Pilati chama atenção para a maneira como somos diariamente bombardeados de informações. Muitas dessas informações têm a pretensão de se passarem por informações científicas. É fácil identificar o modo pelo qual, através de alguns argumentos de autoridade, diversos veículos de informação tentam nos convencer de que a matéria em questão possui um respaldo científico. Ao diferenciar o conhecimento científico de outras formas de conhecimento,

¹ Doutor em Filosofia pelo programa integrado de Pós-Graduação em Filosofia UFPB-UFPE-UFRN. Mestre em Filosofia pela Universidade Federal de Pernambuco, com período sanduíche na Universidad de Buenos Aires (pelo Programa Capes PPCP-Mercosul). Professor horista no colegiado de Filosofia da Universidade Estadual de Roraima. Membro do grupo de pesquisa Escola Amazônica de Filosofia – EAF. E-mail: joaopaulo-araujo@outlook.com



o autor objetiva contribuir para a divulgação da ciência, mostrando como ela funciona e qual sua relação com a psicologia do conhecimento.

Se um dos objetivos do livro é caracterizar o conhecimento científico, o autor consegue fazer isso muito bem evocando aquilo que talvez seja o elemento central quando o assunto é ciência: apesar da utilidade e das evidências que o conhecimento científico traz dentro de seu constructo, haverá sempre a possibilidade de ser falso. Isso significa afirmar que a ciência não se constitui a partir de certezas, mas sim de incertezas. São as incertezas que levam os cientistas a questionarem sempre seus modelos explicativos da realidade; por isso, uma postura cética é muito mais preferível do que uma postura dogmática. É preciso ficar atento sobre como conciliamos crenças tão distintas e muitas vezes contraditórias entre si. Muitas vezes acreditamos em explicações científicas e endossamos ao mesmo tempo uma contraditória visão religiosa de mundo. O autor chama esse mecanismo psicológico de “Escaninhos Mentais”, e veremos mais adiante como ele funciona.

Em suas considerações sobre a cognição humana, Ronaldo Pilati enfatiza uma tendência natural que temos de acreditar naquilo que queremos acreditar. Dado às nossas limitações cognitivas e por mais sofisticada que pareça nossa compreensão da realidade, há uma inclinação que nos conduz facilmente a acreditar em explicações que não correspondem à realidade objetiva. O autor recorre ao trabalho *Quando a profecia falha (When Prophecy Fails)*, do psicólogo social Leon Festinger (1957), para lançar mão do conceito de dissonância cognitiva. Nas palavras de Pilati (2018, p. 15):

A teoria da dissonância, que explica o mecanismo por meio do qual as pessoas acomodam incoerências entre suas crenças e seu comportamento, nos ajuda a compreender como e por que somos capazes de acreditar em coisas que não possuem evidências na realidade. Acreditamos mesmo que tenhamos evidências contrárias àquilo que acreditamos.

Esse fenômeno é melhor compreendido pela noção de sistema de crenças infalível. Essa noção é fundamental para entendermos essa tendência de acreditar naquilo que queremos acreditar. Em termos filosóficos, as crenças infalíveis seriam aquelas crenças que estariam imunes à falibilidade ou incerteza epistêmica. Para o pensamento científico isso seria inadmissível, pois tornaria a ciência dogmática. Do ponto de vista de nosso conhecimento de senso comum, afirmar que muitas de nossas crenças podem se revelar falsas não é algo muito atrativo. Todavia, para a ciência, é um passo crucial em seu modo procedimental. Por isso, o



autor defende em seu livro que não apenas no âmbito científico, mas também para nossa vida em geral, que “é graças à possibilidade de declarar uma crença como falsa que aprimoramos o que sabemos sobre o universo” (Pilati, 2018, p. 16). Ninguém está imune à tendência de acreditar no que quer acreditar. Por mais que crenças como terraplanismo, seitas do fim do mundo, movimento antivacina, conspiração comunista, negacionismo pandêmico, dentre tantas coisas que aos nossos olhos revelam um completo absurdo, esses mesmos mecanismos mentais se manifestam sutilmente em nossa vida cotidiana quando acreditamos em coisas como horóscopos, medicinas alternativas, dietas milagrosas, políticas salvadoras de mazelas do país etc. Tudo isso, segundo o autor, resulta na ideia de que em certa medida somos afetados por algum tipo de sistema de crenças infalível.

Em contrapartida, o conhecimento científico se apresenta como falível. Em nossas atitudes cotidianas, devemos nos guiar por uma boa dose de ceticismo. Como observa o autor, “em um mundo cada vez mais cheio de informações falsas que se propagam pelas redes sociais, essa habilidade é ainda mais importante” (Pilati, 2018, p. 20). Se estamos dispostos a acreditar em tudo sem ao menos confrontar nossa crença com uma atitude cética, terminamos incorrendo no relativismo. Em termos epistemológicos, o relativismo não é algo comumente sustentado entre os filósofos. A justificação do conhecimento é algo que precisa atender a certos critérios. O problema do relativismo é que parece não haver critério algum. Consequentemente, o relativismo torna o conhecimento algo muito fácil de ser adquirido. Nesse sentido, uma boa dose de realismo é útil. Se levarmos o realismo a sério, perceberemos, como aponta Pilati, que a realidade não é necessariamente relativa ao observador, mas, sim, independente dele. Uma visão mais precisa desse ponto só pode ser adquirida quando compreendemos a maneira como a ciência funciona. Uma coisa é ler sobre ciência e apreender suas descrições do universo nos mais diversos campos, outra coisa é saber metodologicamente como a ciência é produzida para legitimar seu conhecimento.

O que caracteriza o conhecimento científico? O autor aprofunda a discussão em torno do porquê o conhecimento científico se distingue de outras formas de conhecimento. Apesar de reconhecer o quão difícil pode ser caracterizar o conhecimento científico, é possível determinar ao menos um pilar que sustenta essa forma de saber. Esse pilar é algo bastante conhecido dos filósofos da ciência em geral, trata-se do critério de falseabilidade proposto por Karl Popper (2008). Pilati (2018, p. 31) afirma que “qualquer conhecimento que tenha por base uma



abordagem científica, cética e racional preserva essa característica”. No início do texto, mencionamos que a ciência não se constitui a partir de certezas, mas, sim, de incertezas; que dentro de seu constructo haverá sempre a possibilidade de ser falso. Mas o que significa isso exatamente? Significa que esse conhecimento pode ser confrontado com um critério externo, colocando à prova o que supostamente sabemos através da observação e da experimentação. Assim, escreve Pilati (2018, p. 32):

Para um conhecimento ser passível de ser tornado falso, a explicação deve possuir elementos que permitam confrontá-la com a realidade para chegar a uma de duas possíveis conclusões: (a) a explicação é errônea, pois não sobreviveu ao confronto com os dados da realidade empírica; ou (b) a explicação sobreviveu e, por hora, não é possível falseá-la.

O princípio da falseabilidade nesse caso tem sido o guia e a base de grande parte das atividades científicas. Quando estamos submetendo um conhecimento à prova, estamos garantindo que o que está sendo testado pode ser falso. Nossa mente, que é repleta de crenças, traduz-se numa infinidade de proposições das quais muitas não podem ser falseadas. Proposições do tipo “a alma existe e é imortal” e “o mundo irá acabar de acordo com o livro de *Apocalipse*” não têm como serem testadas, dado seu caráter infalível e, portanto, não devem ser consideradas objetos da ciência. Apesar de o princípio de falseabilidade de Popper ter sofrido muitas críticas ao longo de quase nove décadas, pragmaticamente ele segue firme como um pilar de base nas atividades procedimentais da ciência.

Em nossa atualidade, possuímos um sofisticado aparato tecnológico de controle da realidade, alicerçado por um caleidoscópio de saberes científicos em muitos campos de atuações. Entretanto, nossa cognição, do ponto vista individual, não é perfeita. Discutir os limites e as possibilidades do conhecimento humano significa, num certo sentido, debater os limites de nossa cognição. Nosso aparato cognitivo possui certos limites, tais limites começam pela maneira como nossos cinco sentidos capturam informações do mundo real. Entretanto, a ciência é um tipo de atividade que pode nos ajudar a expandir nossas fronteiras de conhecimento, revelando uma realidade até então desconhecida por nós.

Pilati (2018, p. 64) ressalta o papel evolutivo no processo pelo qual o nosso cérebro foi se transformando: “Nossa espécie teve um cérebro moldado pela evolução, a partir de determinados condicionantes, para garantir sua adaptação”. Segundo o autor, nossa história evolutiva determinou certas características do funcionamento de nosso cérebro e,



consequentemente, de nossa cognição. Nossas crenças, desenvolvidas ao longo de nossa existência individual e coletiva, evidenciam um aspecto dessa estrutura. Esse aspecto é representado pela tendência natural que temos de formular crenças que sejam “estáveis”. Apesar de esse aspecto ter-nos sido útil evolutivamente, quando o avaliamos na perspectiva do conhecimento científico, ele apresenta muitos problemas. Para Pilati (2018, p. 67), podemos observar que “a Psicologia evolucionista permite compreender que a mente possui incompatibilidade com conhecimento de caráter falível”. Em termos evolutivos, o autor afirma que, devido à necessidade de sobrevivência, nossa mente foi sendo moldada e preparada para reconhecimento de padrões. Dessa maneira, desenvolvemos habilidades de reconhecer mudanças no ambiente a partir de associações e de relações causais. Em nosso caminho adaptativo visando à sobrevivência, precisávamos de um conhecimento que passasse estabilidade, sendo, portanto, infalível:

Do ponto de vista evolucionista, a padronicidade é o elemento constituinte dessa necessidade de ser acurado. [...]
Pesquisas recentes em Psicologia têm mostrado como o endosso a crenças infalsificáveis serve para a satisfação da necessidade de acurácia [...]. Possuir crenças infalíveis funciona como uma estratégia psicologicamente adaptada para elaborar compreensão precisa, estável e segura (Pilati, 2018, p. 68).

Isso, por seu turno, releva a gênese de nossas crenças de caráter infalível e porque temos dificuldade em revisá-las e até mesmo abandoná-las. Por possuírem essa aparência de certeza em relação a outras crenças que operam no campo da falibilidade, crenças infalíveis estarão sempre em vantagem psicológica em relação às crenças baseadas em conhecimento falível. No que concerne ao nosso conhecimento da realidade, não é porque uma crença aparenta ser lógica ou racional que ela deve ser tomada como verdadeira. De acordo com Pilati (2018, p. 69), uma compreensão estacionária da realidade é algo que faz parte de nossa psicologia enquanto que a ciência possui uma característica cujo o entendimento do universo é transitório e falível: “Isso também é um dos motivos pelos quais a pseudociência, a religião e as ideologias políticas são sistemas de crença muito atraentes, pois apregoam conhecimento final e verdades absolutas”. Assim, podemos entender porque a maioria das pessoas estão muito mais inclinadas a endossar raciocínios que envolvem, por exemplo, pseudociência e religião do que uma postura cética diante das coisas.

Quando se trata de seres humanos, há também a crença infalível de que somos seres racionais, autocentrados e senhores de si. Com o desenvolvimento da psicologia empírica, essa



imagem do humano foi sendo progressivamente demolida. Pilati (2018, p. 74) atenta para o fato de que no início dos anos 70 “estudos já começaram a mostrar que a cognição é composta por procedimentos de tomada de decisão de pouca ou nenhuma racionalidade”. Ele usa como exemplo prático para ilustrar sua perspectiva o trabalho do economista Daniel Kahneman. Em seu livro de divulgação científica *Rápido e devagar: duas formas de pensar*, o economista sintetizou um modo como podemos compreender nossa cognição a partir de um sistema dual de pensamento. Kahneman (2012) chamou de *Sistema 1* aquele domínio de nossa cognição na qual somos afetivos, inconsistentes, rápidos, intuitivos, associativos e categóricos. Em contrapartida, o *Sistema 2* se apresenta como consciente, intencional, lento, com esforço, flexível e neutro. Em outras palavras, no *Sistema 1* tendemos a ser mais convictos de maneira rápida e irrefletida, enquanto que no *Sistema 2* demoramos um tempo para refletir e tomar qualquer decisão. Segundo Pilati (2018, p. 76), “o pensamento intuitivo é parte integral de nosso modo de apreender o mundo e, por seu caráter inflexível, ele apresenta um grau elevado de incompatibilidade com a forma como o conhecimento científico é produzido”. Pilati considera que em nosso cotidiano essas duas formas de pensamento interagem o tempo todo, muito embora a forma do *Sistema 1* termine predominando em nossas atividades corriqueiras.

A incompatibilidade entre essas duas formas de pensar é traduzida por Pilati através de seu conceito de Escaninhos Mentais (EM). Os EM nos ajudam a compreender como nós, seres humanos, conseguimos alocar em nossa cognição crenças falíveis e infalíveis. Com relação às crenças infalíveis, elas estão diretamente conectadas ao pensamento intuitivo, criando aquilo que os psicólogos chamam de *vieses cognitivos*. Nas palavras de Pilati (2018, p. 81): “acreditar naquilo que queremos acreditar significa confirmar as expectativas que já possuímos para explicar a realidade, buscando evidências que as confirmem”. Um exemplo prático disso pode ser encontrado nas pesquisas que evidenciam que fumar causa câncer. Fumantes insatisfeitos com isso procuram relatos sobre pessoas que fumaram a vida toda e não tiveram câncer. Eles partem de uma amostra insignificante e confrontam essa amostra com os massivos dados contrários à sua crença.

Como compatibilizar a busca por padronicidade de conhecimento estável tão presente em nossa psicologia humana com o aspecto falível, provisório e, portanto, incerto da ciência? O psicólogo ressalta que o conceito de EM não é algo novo, mas apenas uma aplicação específica para resolver esse aparente paradoxo. A nossa ideia de *Self*, isto é, de uma identidade pessoal



unificada e coesa, é um elemento-chave na compreensão desse conceito. Como afirma Pilati (2018, p. 86), “apesar da aparente racionalidade e coerência que a ideia de *Self* nos apresenta, o fato é que mantemos um conjunto de crenças que são inconsistentes entre si”. Em epistemologia, poderíamos categorizar essas crenças entre aquelas que são bem justificadas e aquelas que não são justificadas (ou que falham em alguma medida nos critérios de justificação). Consoante Pilati (2018, p. 88), “esses Escaninhos funcionam como espaços de crenças que produzem as condições psicológicas necessárias para equilibrar sistemas de crença incompatíveis”. Os exemplos mais notórios que são trazidos pelo autor são aqueles referentes às crenças religiosas e pseudocientíficas, que ao final traduzem a polarização entre conhecimento falível *versus* infalível.

Que a religião produz crenças de base infalível não é nenhuma novidade. Entretanto, quando analisamos a pseudociência, isso não é de todo claro. Em nossas leituras desatentas é muito comum sermos seduzidos em alguma medida por argumentos pseudocientíficos. Por isso, caracterizar a pseudociência é um dever moral no livro em questão. O autor também faz uma distinção entre protociência (ou paraciência) e ciência picareta. Segundo Pilati (2018, p. 101), a primeira “constitui um conhecimento que ainda não logrou o status de conhecimento científico pela comunidade de cientistas que o valida”. Neste caso, os procedimentos presentes na protociência, para serem considerados válidos, precisam se adequar a um método mais rigoroso de controle e de ajuste de suas variáveis e hipóteses.

A ciência picareta, por outro lado, é um procedimento que parte de dentro da comunidade científica com o objetivo de desvirtuar dados para legitimar algo que não pode ser validado pelos procedimentos padrões do método científico. Conforme Pilati (2018, p. 102), “refere-se a algum tipo de engodo deliberadamente produzido por um profissional que se autoapresenta com credenciais científicas para alcançar um propósito”. Isso não é algo presente apenas em nossa atualidade. Em *A falsa medida do homem*, Stephen Jay Gould (1991) mostrou como dados científicos podem ser deliberadamente desvirtuados para legitimar uma tese acerca de algo que não possui nenhuma comprovação. Os exemplos de Gould são do século XIX, época em que se tornaram famosas as discussões sobre a relação entre inteligência e tamanho do cérebro através da craniometria. Muitos embustes foram intencionalmente conduzidos para legitimar o falso conhecimento de que o homem branco era mais inteligente do que o negro seguindo os critérios de tamanho do crânio e do volume de massa encefálica. Hoje sabemos que



tudo não passou de uma farsa com motivações políticas, que tinha como objetivos não só promover o racismo, mas também legitimar a racionalidade da escravidão.

Por fim, Pilati (2018, p. 105) afirma que a pseudociência diz respeito a “sistemas de crença que buscam se validar por meio de confirmação de suas afirmações, nunca ou raramente produzindo afirmações passíveis de falseamento”. Uma *práxis* muito comum é o uso de estratégias racionais que objetivam construir uma imagem coerente entre as afirmações de um sistema de crenças. O problema é que apesar desse caráter racional ao qual a pseudociência apela, ao final ela se revela impossibilitada de produzir um conhecimento que seja submetido ao crivo do falseamento. O autor cita como exemplos a astrologia e a homeopatia e reforça que apesar de determinados sistemas de crença aparentarem ser científicos, isso não os tornam necessariamente ciência. Essa é uma das razões fundamentais pela qual o psicólogo julga que os cientistas devem se esforçar ao máximo para divulgar a boa ciência e como ela realmente funciona. Para Pilati (2018, p. 111), isso é importante porque “a crença em sistemas pseudocientíficos não é isenta de efeitos que podem prejudicar as pessoas”. Seu endosso é desastroso para a atividade científica. Um recente exemplo catastrófico foi a propagação dos vieses negacionistas no decorrer da pandemia de Covid-19 e das tentativas de desacreditar a eficácia das vacinas desenvolvidas pelos laboratórios.

Portanto, diante de um mundo cada vez mais disperso em informações duvidosas, o livro de Pilati é uma ferramenta útil na busca de um conhecimento mais coerente com a realidade. O esclarecimento de como se constitui a atividade científica nos ajuda a lidar com a incerteza, haja vista que evolutivamente a nossa cognição está mais inclinada a um conhecimento infalível da realidade do que a um falível. É notório como a pseudociência está presente em nossa cultura popular. Assim, nossa principal tarefa é cultivar a dúvida, questionando-nos sobre tudo. Foram as perguntas que constituíram a base da atividade filosófica, e com a ciência não é muito diferente. Como pontua Pilati (2018, p. 129), “o que o cientista faz é a aplicação cética-racional do método para se buscar a resposta”. Em suma, o nosso conhecimento é falível e incerto, mas disto não resulta que não consigamos ampliar nossas descrições da realidade: basta compararmos o que sabemos hoje com o que sabíamos há um século atrás para constatarmos isso.

REFERÊNCIAS



FESTINGER, Leon; RIECKEN, Henry, W.; SCHACHTER, Stanley. *When prophecy fails*. Minneapolis: University of Minnesota Press, 1957.

FESTINGER, Leon. *A theory of cognitive dissonance*. California: Standford University Press, 1962.

GOULD, Stephen Jay. *A falsa medida do homem*. São Paulo: Martins Fontes, 1991.

KAHNEMAN, Daniel. *Rápido e devagar: duas formas de pensar*. São Paulo: Objetiva, 2012.

PILATI, Ronaldo. *Ciência e pseudociência: por que acreditamos apenas naquilo em que queremos acreditar*. São Paulo: Contexto, 2018.

POPPER, Karl. *A lógica da pesquisa científica*. São Paulo: Cultrix, 2008.



DE MARTE PARA O CARIRI: A CIÊNCIA CIDADÃ NO PRIMEIRO PAU-DE-ARARA – RESENHA DO LIVRO *O DIA EM QUE VOLTAMOS DE MARTE: UMA HISTÓRIA DA CIÊNCIA E DO PODER COM PISTAS PARA UM NOVO PRESENTE* (EDITORA CRÍTICA, 2021), DE TATIANA ROQUE

Resenha

Thiago Lustosa Jucá¹

INTRODUÇÃO

Fenômeno decorrente de múltiplas causas, o *negacionismo científico* dos nossos tempos não pode ser atribuído exclusivamente à ignorância das pessoas. Muitos daqueles que se posicionam contrários à ciência não a enxergam sob o prisma de uma suposta imparcialidade, independência e de saber desinteressado. Ao contrário, enxergam nas perspectivas de poderio sobre a natureza e nos aperfeiçoamentos tecnológicos vieses de interesse e parcialidade. Eles questionam, por exemplo, (i) o fato de os bônus decorrentes de determinados avanços científicos não serem distribuídos de maneira democrática; (ii) e o reduzido diálogo com outros saberes como aqueles acumulados pelos povos originários, a título de exemplo, sem querer dominá-los, subjugar-los e hierarquizá-los. Episódios como o “nacionalismo das vacinas” da Covid-19 e o racismo científico – destacando que este último ajudou a legitimar a escravidão, a eugenia e o holocausto – são alguns exemplos que reforçam esses questionamentos.

Além disso, questionam quais indivíduos – a despeito dos adjetivos que se queiram utilizar (pesquisadores, cientistas, intelectuais) – são desprovidos de valores e vieses. Concluem, portanto, que não existe indivíduo desprovido de motivações políticas, religiosas e econômicas, por exemplo. Apesar dos argumentos válidos, é preciso pontuar, contudo, que muitos desses valores elencados são externos à ciência e não inerentes a ela ou, ao menos,

¹ Graduado em Ciências Biológicas (Licenciatura e Bacharelado), Mestre e Doutor em Bioquímica, todos pela UFC. E-mail: tiagolustosajuca@gmail.com



deveriam ser anulados pelos indivíduos no exato momento da execução de algumas etapas da produção do conhecimento científico.

O INÍCIO

Dito isso, chegamos à obra da professora Tatiana Roque, *O dia em que voltamos de Marte: uma história da ciência e do poder com pistas para um novo presente*. A autora mostra, de maneira lúcida e consistente, como o processo de perda da confiança pública na ciência – a despeito dos inúmeros momentos virtuosos, quando ela entrou na vida social e cotidiana das pessoas – pavimentou o caminho para o negacionismo científico, em especial aquele que diz respeito às mudanças climáticas. Para a autora, a confiança nas invenções humanas tornou-se inseparável da percepção dos riscos que certas tecnologias trazem para a humanidade. E aponta caminhos:

O lugar da ciência não é uma torre de marfim, protegida do debate político. A confiança depositada nesse modo de conhecer o mundo mudou com o tempo e com os contextos de cada época (Roque, 2021, p. 12).

Essa obra deixa claro, portanto, que o combate ao negacionismo científico implica necessariamente criar novos pactos entre ciência e política. A autora traz inúmeros exemplos dos bons frutos colhidos no passado “desse casamento” – expressão utilizada pela autora – ao mostrar inúmeras descobertas e invenções que melhoraram a vida cotidiana das pessoas. Diante desse cenário, não só expectativas foram criadas, como ideias foram formuladas e executadas. Com isso, havia uma confiança de que as dificuldades enfrentadas pela humanidade seriam resolvidas pelo avanço científico e tecnológico, algo muito evidente no pós-Segunda Guerra Mundial. Essas expectativas também foram alcançadas recentemente com o desenvolvimento e a produção em tempo recorde de vacinas para combater a pandemia da Covid-19.

A partir das considerações anteriores, podemos afirmar que a leitura do livro *O dia em que voltamos de Marte* nos convida para um novo pacto: o da mudança de rumos. Contudo, não é possível fazer tal pacto com aqueles que, por desconfiança, negam que a ação humana esteja alterando o clima do planeta de forma grave e seguem em sentido contrário ao apontado pelas ciências. Esse pacto, porém, não pressupõe apenas convencimento e restauração da confiança no saber científico por parte daqueles que ficaram conhecidos como



negacionistas. Ele precisa ir além e possibilitar transformações sociais, econômicas, energéticas e ambientais que sejam legitimadas por todos. Por isso, a autora reitera em diversos momentos do livro que as decisões sobre os usos da ciência devem levar em conta fatores políticos e sociais:

A ciência e a tecnologia serão essenciais para enfrentarmos a crise climática que se anuncia, pois teremos que adaptar os sistemas produtivos e mudar totalmente a energia utilizada. Mas isso não substitui nem ameniza a necessidade de grandes transformações sociais e políticas. Teremos que refazer os pactos, e eles terão que ser muito diferentes dos que funcionaram no passado (Roque, 2021, p. 12).

Logo no início da Introdução, Roque escreve: “Este livro é uma viagem pela história. Começa na época da razão e termina no mundo de hoje, quando o apreço pela razão parece diminuir”. Fica claro pelas palavras da autora que essa obra não se detém em um único aspecto da ciência. Para além, é uma jornada pela história científica recente, perfazendo os caminhos que nos trouxeram ao momento sem precedentes em que vivemos, cujo destaque dado pela autora diz respeito à crise climática em curso.

Por isso, essa resenha vai se deter no momento em que “pousamos na Terra” e, por conseguinte, nos deparamos com a problemática da questão do clima. Esse recorte tem o intuito de jogar luz sobre um dos braços de atuação do *negacionismo*: o climático.

O fenômeno chamado de “negacionismo” não tem apenas o sentido de contrariar a ciência: ele também designa crenças infundadas em soluções puramente tecnológicas, cujo objetivo seria evitar qualquer ameaça de mudança mais radical. Em casos pontuais, inovações tecnológicas têm, sim, potencial de atenuar o aquecimento global e diminuir outros riscos ambientais. Mas não vão resolver o problema. Novas teorias que tentam nos convencer do contrário, ou seja, que tudo será solucionado por novas pesquisas científicas e tecnológicas, visam a nublar nossa visão e a bloquear a sensibilidade do ineditismo de nossos tempos (Roque, 2021, p. 361).

O FIM

A mensagem mais clara do fim da odisseia desse recorte da história científica contada pela autora é: *buscar um novo presente. Aqui mesmo, na Terra*. Ela adverte aos leitores que não adianta sonhar com castelos de areia em Marte, com futuros supostamente promissores, mas que carregam consigo armadilhas:

Não podemos nos afastar muito do planeta, sob o risco de cedermos a escapismos e fugas que se apresentam hoje como negação da realidade, e até mesmo das evidências científicas (Roque, 2021, p. 361).



Para tal empreitada, a autora sugere dez estratégias, as quais metaforizam o plano de pouso da espécie humana na Terra com vistas a construir um novo presente. Cito a seguir o resumo desses passos: (1) Usar a ciência como aliada, mas não como arma de convencimento; (2) Ensinar modelos do clima e ciência do sistema Terra na escola; (3) Enfatizar as incertezas na imagem pública da ciência; (4) Reterritorializar a questão climática; (5) Realizar fóruns internacionais de cidadãos; (6) Abraçar a ideia de um novo pacto verde, porém adaptado à história do Sul; (7) Priorizar a ciência e a tecnologia em novos arranjos produtivos, diferentes daqueles oriundos da Guerra Fria; (8) Romper com a economia da promessa; (9) Criar uma economia política verde e (10) Curar o presente.

Embora esse plano de pouso não seja uma agenda política – não ainda, como sugere a autora –, ele conclama os leitores (inclusive *os negacionistas*) a deixarem de lado visões do passado e ilusões de futuro que ofusquem a nova realidade que se impõem. Tal intento poderia traduzir-se de forma muito didática e simbólica, a título de exemplo, embora não exclusivamente, na interrupção dessa nova rota: a que leva a Marte.

O MEIO

Na viagem pela história recente da ciência contada no livro, a autora nos lembra que levar o homem à lua foi um dos empreendimentos mais caros e complexos da história humana, o que demandou à época muitas justificativas perante a opinião pública. A oportunidade de defender o uso da ciência e da tecnologia para fins pacíficos era uma delas. Naquela época, a sabedoria da ciência podia ficar intacta; a insensatez seria atribuída aos governantes. Hoje, contudo, Roque adverte que a estratégia de desconectar a ciência pura e desinteressada, de um lado, e suas aplicações para fins controversos, de outro, já não convence mais como antes. Adotando tom contundente, ela lembra que já há algum tempo os distraídos cientistas, com sua aura de excepcionalidade, começaram a ser questionados e que parte de suas respostas insiste na separação inevitável da ciência e das decisões insanas dos políticos. Sobre isso, a autora afirma:

Um caminho de avanços e expansão era a promessa de que o modelo econômico do pós-guerra um dia incluiria todo mundo. Com auxílio da tecnologia, isso seria possível, bastaria encontrar o modo certo de chegar lá; quer dizer, implementar a opção política mais apropriada (e aqui começavam as divergências). Essa promessa de abundância tinha uma contrapartida material imediata: os recursos naturais, dos quais os combustíveis fósseis eram os mais emblemáticos¹. Que não possamos



seguir usando e abusando deles é também um indício do esgotamento das expectativas que nos embalaram até aqui. Ainda não se sabe se novas fontes de energia serão capazes de manter nossas sociedades funcionando do mesmo jeito. Muito provavelmente, não. Além disso, a destruição da biodiversidade pode levar a pandemias como a que acabamos de viver (Roque, 2021, p. 360).

Para a autora, diante de uma conjuntura na qual a era espacial deu lugar à era ambiental, *os negacionistas* aproveitam esse contexto hostil para questionar os cientistas por meio de indagações diversas. Uma delas é: “como os cientistas provam que a temperatura está aumentando por causa de uma emissão de gases na atmosfera, que por sua vez decorre de ações humanas?”. Sobre esse assunto, Roque argumenta:

Os combustíveis fósseis são a principal fonte do mais perigoso desses gases: o dióxido de carbono. Como a concentração de gases de efeito estufa prende o calor, é plausível supor que o aquecimento da Terra decorra do aumento na emissão desses gases. Observa-se, antes de tudo, uma correlação entre: 1) o aumento da temperatura e 2) o incremento do volume de gases na atmosfera. A segunda parte do trabalho dos cientistas é mostrar que tipo de relação existe entre as constatações 1 e 2. Isso é feito por meio de modelos. Usando a enorme quantidade de dados disponíveis, esses modelos são testados, e conseguem simular o clima atual e o clima no futuro. Esse conhecimento permite afirmar que o aumento da temperatura não se deve a forças naturais (Roque, 2021, p. 237).

De acordo com a professora Tatiana, a tarefa dos cientistas em responder tais questionamentos não é tão simples quanto parece, haja vista que as ferramentas para a compreensão dos fenômenos naturais – os modelos –, além de recentes (pós-guerra), são fundadoras de uma nova perspectiva sobre as relações causais entre diferentes fatores envolvidos no estudo de um fenômeno:

A ciência do clima tem características que a tornam mais complexa do que outras áreas científicas e isso pode afetar seu poder de convencimento. É preciso lidar com muitas incertezas, mais que nas ciências conhecidas pelo público, vistas como provedoras de certezas. Quando dizemos que a incerteza é estrutural na ciência do clima, não se trata da maneira como entendemos as probabilidades, uma ciência dos eventos intrinsecamente aleatórios, que está muito presente no debate público (Roque, 2021, p. 237).

A autora argumenta que os modelos fornecem projeções, ou seja, estimativas enunciadas com seus graus de incerteza, e que é preciso diferenciá-las das previsões. Esta antecipa uma posição futura, como a passagem de um cometa, a qual, por sua vez, baseia-se em cálculos astronômicos. Sobre este ponto, a autora é enfática:

Projeções não são previsões pioradas; elas são outro tipo de conhecimento científico rigoroso, só que pouco abordado no ensino acessível a todos – logo, trata-se de uma visão impopular. Aliás, as projeções têm grande vantagem sobre as previsões: uma



projeção depende de nossa ação; portanto, há mais possibilidades de agirmos que nas previsões (Roque, 2021, p. 237).

Com estas palavras, a autora deixa claro que os modelos são utilizados para filtrar as conclusões possíveis e avaliar a qualidade das evidências. Portanto, o essencial a ser comunicado para o grande público é a força desse método e não sua “verdade intrínseca”. Em outras palavras, a incerteza não é ocultada, mas tratada com rigor, fornecendo a melhor verdade possível sobre o clima no futuro. Não resta dúvida, portanto, que a autora consegue com a sua obra apontar caminhos para lidar com o *negacionismo* climático, tão em voga na sociedade. Além disso, ela nos oferece uma importante lição de humildade ao refutar a ideia – tão difundida nas mídias sociais – que é possível combater o negacionismo ridicularizando os seus defensores, seja por meio de “memes”, seja com “verdades” de *experts* da ciência, ou ainda supondo um déficit cognitivo e/ou educacional. A lição que deve ser apreendida – e a obra de Roque nos ajuda nessa tarefa – é bastante simples e objetiva: “a população deve ter mais espaço para expressar e debater suas inquietações, não ser vista como alvo de persuasão dos *experts*” (Roque, 2021, p. 237).

AGRADECIMENTOS

Gostaria de agradecer pelos comentários e pelas sugestões feitas em leituras prévias desta resenha às seguintes pessoas: Muciana Cunha, Rérisson Máximo, Maxwell Lima Filho e Argus Moraes.

REFERÊNCIAS

ROQUE, Tatiana. *O dia em que voltamos de Marte: uma história da ciência e do poder com pistas para um novo presente*. São Paulo: Editora Crítica, 2021.



**NAS TRAMAS DISCURSIVAS DO BOLSONARISMO –
RESENHA DE *GUERRA CULTURAL E RETÓRICA DO ÓDIO*
(EDITORA E LIVRARIA CAMINHOS, 2021), DE JOÃO CEZAR
DE CASTRO ROCHA**

Resenha

Vitor Vieira Ferreira¹

Ainda caberá à historiografia contemporânea e futura uma compreensão suficientemente ampla de nosso momento político atual, no qual por ora, diante da derrota nas urnas de Jair Bolsonaro em sua tentativa de reeleição, vislumbram-se no horizonte alguns ventos de mudança. Sem que nos limitemos ao imediatismo do tempo presente, o fenômeno bolsonarista – termo guarda-chuva para sintetizar todo o complexo e multifacetado movimento de ascensão da direita e extrema direita nos últimos anos – não se restringe aos anos de mandato de Bolsonaro (de 2019 a 2022) e muito provavelmente não deixará de figurar no cenário político, social e cultural nos anos seguintes.

Bolsonaro, que, uma vez tornado presidente, tornou-se o responsável, dentre outros feitos, pela forma desastrosa com a qual o Estado brasileiro combateu a pandemia do coronavírus e que flertou, com destacada frequência, com a verve autoritária de setores sociais que nos dias de hoje, findado o processo eleitoral, mostram sua face escancaradamente golpista. Mostra-se, portanto, inescapável a tarefa de analisar a vasta gama de fatores, circunstâncias e atos individuais e institucionais que possibilitaram a um “mediocre deputado do baixo clero” a chegada ao posto mais alto da república (Rocha, 2021, p. 299).

“Guerra cultural e retórica do ódio” (doravante GC), publicado em 2021, emerge neste contexto de reflexão na tentativa de se criar inteligibilidade sobre o bolsonarismo. A obra em questão é o resultado de um respeitável trabalho de João Cezar de Castro Rocha, professor

¹ Bacharel em Letras (Português/Alemão), Mestre e Doutor em Linguística Aplicada pela Universidade Federal do Rio de Janeiro (UFRJ), atua como Professor Substituto de Alemão dessa mesma instituição. Contato: vitor.vieira.ufrj@gmail.com



titular de Literatura Comparada da Universidade Estadual do Rio de Janeiro, pesquisador, crítico literário e ensaísta e que assumiu para si a tarefa de identificar no bolsonarismo suas características mais fundamentais. Trabalho respeitável tanto no que diz respeito à relevância política e cultural de seu objeto de estudo quanto no que concerne à preocupação do autor em fundamentar suas reflexões com um vasto acervo de textos dos mais diversos gêneros discursivos.

Ao leitor, portanto, não faltarão seguidas referências a notícias, passagens de textos literários e/ou teóricos, postagens em redes sociais, documentos oficiais ou letras de músicas. Daí a proposta de uma “etnografia textual”, nos termos do autor, para atingir o objetivo de “descrever, da forma a mais acurada que conseguir, a lógica interna da mentalidade bolsonarista” (Rocha, 2021, p. 25). Rocha não se presta a uma explanação teórica mais aprofundada de seu método, mais pertinente a um formato mais estritamente acadêmico. Isto, no entanto, de forma alguma retira o mérito de sua proposta e da execução de seu trabalho, no qual produções discursivas concretas servem a todo tempo de ponto de partida para cada aspecto tratado.

O que se observa já desde as primeiras páginas é um estilo de escrita notavelmente fluido e que torna o texto bastante acessível a um público mais amplo, sem que com isso se veja reduzida a densidade de suas reflexões. Por diversas vezes, o autor se permite assumir um diálogo direto com o leitor, seja para fazer um comentário adicional sobre algo apresentado, seja para explicitar uma possível crítica por parte do leitor ou mesmo para, num exercício metalinguístico, situá-lo quanto à linha argumentativa do texto. Com suas mais de trezentas páginas, a grande quantidade de referências e citações se vê equilibrada com um recorrente tom de oralidade, por vezes até jocoso, e que transformam a leitura em um agradável diálogo com o autor. O que, diga-se, nos ajuda a lidar com a perplexidade e mesmo a possível aversão sentida diante das falas bolsonaristas cuidadosamente selecionadas e reproduzidas pelo autor.

Para Rocha, a retórica do ódio deve ser entendida como uma técnica discursiva particular, responsável pelo fomento e manutenção da guerra cultural bolsonarista, que, ao fim e ao cabo, conduziu o país ao “caos social, à paralisia da administração pública e ao déficit cognitivo definidor do *analfabetismo ideológico*” (Rocha, 2021, p. 23. Grifos do autor). A preocupação com uma descrição acurada desta técnica e a guerra cultural que dela se apropriam são a expressão de uma atitude que busca não uma caricatura do bolsonarismo, mas sua



caracterização. Com vista a este objetivo, GC se estrutura em quatro capítulos principais, acrescidos estes das seções de Apresentação, Introdução e Conclusão.

Em seu Capítulo um, Rocha pressupõe que a “ascensão da direita no Brasil contemporâneo, dada sua força e alcance, é um fenômeno necessariamente mais orgânico e longo do que transparece nas interpretações dominantes no campo da esquerda” (Rocha, 2021, p. 37). Posto nestes termos, o fenômeno bolsonarista não deve ser entendido como um dos fatores determinantes para o hodierno triunfo eleitoral da direita, pelo contrário, ela é “anterior à emergência do bolsonarismo e favoreceu sua possibilidade de êxito” (Rocha, 2021, p. 38). Rocha ultrapassa assim os limites do tempo mais recente para identificar já em meados dos anos 80 um “movimento subterrâneo de direita” (Rocha, 2021, p. 41), articulado inicialmente entre os militares e posteriormente na sociedade civil, e que atuou como uma reação à política implementada por Ernesto Geisel (1974–1979) e ao processo de redemocratização levado a cabo pelo general João Batista Figueiredo (1979–1985).

O que se inicia de forma “subterrânea” assume um caráter orgânico nas décadas seguintes e pode, segundo o autor, ser compreendido à luz de quatro fatores específicos: a) a ação de Olavo de Carvalho para a articulação da direita política no período de redemocratização; b) a formação de um momento histórico particular no qual se pôde estabelecer uma associação entre *establishment*, sistema político e campo da esquerda, visto ter o Partido dos Trabalhadores saído vitorioso em quatro eleições presidenciais; c) a consolidação de uma juventude de direita que assumiu a tecnologia digital como seu mais frutífero instrumento de comunicação e difusão de ideias; e d) o processo a partir de 2013 de disputa das ruas pela direita com o campo da esquerda. Não podendo serem pensados cada um isoladamente, esses quatro fatores estão profundamente imbricados: a juventude de direita em situação de oposição aos governos petistas e que ocupou as ruas e se mobilizou em ambientes *online* teve sua visão de mundo formada em grande medida pelo “sistema de crenças Olavo de Carvalho”, replicado nestes mesmos ambientes.

A leitura etnográfica de Rocha é especialmente precisa – com destacadas referências tanto a passagens da lavra olaviana quanto a de seus discípulos – em descrever este sistema de crenças e creditar a Olavo de Carvalho a linguagem hoje predominante na direita brasileira. Linguagem esta caracterizada, em termos de forma, pelo anti-intelectualismo, por um estilo próprio marcado por palavrões, citações tratadas de forma superficial, frases de efeito e por uma



retórica do ódio que desumaniza adversários políticos e ideológicos. Já quanto a seu conteúdo, prossegue o autor, ela é marcada pela recorrência dos temas do revisionismo histórico da Ditadura Militar, da constante ameaça comunista e de “labirínticas teorias conspiratórias de dominação planetária” (Rocha, 2021, p. 72).

No segundo capítulo, Rocha assume como objeto de análise o conceito de guerra cultural bolsonarista, qualificando-a como o eixo do projeto autoritário de poder de Jair Bolsonaro. Trata-se de uma guerra, na medida em que, no contexto bolsonarista, os embates e conflitos na dimensão cultural entre ideias progressistas e conservadoras (algo próprio da modernidade histórica, conforme pontua o autor) assumem uma dimensão tão antagônica que o “outro”, neste contexto, passa a ser visto como um inimigo a ser eliminado.

Daí uma retórica do ódio que serve de expressão e legitimação deste antagonismo e que se distingue do discurso de ódio por possuir, segundo o autor, dois procedimentos particulares (que podem ser aprendidos e replicados): a desqualificação nulificadora e a hipérbole descaracterizada. Quanto à primeira, o que se tem é a redução do “adversário ideológico num outro tão absoluto que ele passa a se confundir com um puro nada, um ninguém de lugar nenhum”, sendo autorizada, por conseguinte, “a completa desumanização de todo aquele que não seja espelho de minhas próprias convicções” (Rocha, 2021, p. 163). Já quanto à segunda, Rocha a qualifica como um recurso estilístico olavista, no qual a extrapolação de um dado ou característica da realidade garante sua livre manipulação discursiva precisamente porque lhes retira a complexidade factual que demandaria uma reflexão mais cautelosa.

Rocha prossegue no terceiro capítulo com o argumento de que a mentalidade bolsonarista – que ultrapassa o governo Bolsonaro e, em comparação com este, deve ser entendida como uma entidade distinta – foi “intrinsecamente moldada pela atmosfera draconiana da Lei de Segurança Nacional de 1969” (Rocha, 2021, p. 239). Para o autor, o texto da Lei de Segurança Nacional (doravante LSN), promulgada em 29 de setembro de 1969, é claro em postular o princípio de guerra total, segundo o qual todo e qualquer “cidadão de bem” deve assumir para si a incumbência de combater antagonismos (termo presente na própria lei) aos objetivos nacionais.

Considerado o contexto histórico da época, por “antagonismos” entenda-se “inimigos externos”, e, mais especificamente, a alegada expansão da União Soviética após a Segunda Guerra Mundial – conforme a Doutrina de Segurança Nacional (doravante DSN) formulada por



George F. Kennan. Rocha destaca, no entanto, que “a ditadura militar brasileira operou uma torção hermenêutica: a DSN da Escola Superior de Guerra inventa uma ficção conveniente: o *inimigo é interno*, porém, ao ser *auxiliado do exterior*, também se torna *externo*” (Rocha, 2021, p. 242. Grifos do autor). Na prática, a LSN serviu como instrumento legal para a “caça ao inimigo interno”, que, hoje sabemos, foi a justificativa para as atrozes práticas realizadas por militares com seus pretensos inimigos. Para o autor (Rocha, 2021, p. 245), a “mentalidade bolsonarista é a tradução insensata para tempos democráticos da DSN em sua expressão mais violenta, a LSN de 1969”.

Ainda neste terceiro capítulo, Rocha dedica especial atenção ao “Orvil”, um projeto sigiloso do Exército Brasileiro que só veio a se tornar público em 2007, quando foi disponibilizada na internet um arquivo de sua íntegra. Resumidamente, trata-se de um extenso documento, com mais de 900 páginas, redigido entre os anos de 1985 e 1988, como forma de resposta às acusações presentes no livro “Brasil: Nunca Mais”, publicado em 1985 por Dom Paulo Evaristo Arns. Ao longo de suas páginas, o “Orvil” concebe uma matriz narrativa específica: “desde março de 1922, por meio do Partido Comunista do Brasil, não se passou um dia sequer sem que o movimento comunista internacional não tenha levado adiante ininterruptas *tentativas de tomada de poder*” (Rocha, 2021, p. 268. Grifos do autor). Não tendo obtido vitória com tentativas de confronto armado, a esquerda, assim postula o “Orvil”, buscou desenvolver formas de infiltração na sociedade e de aparelhamento das instituições públicas.

Nesses termos, o projeto bolsonarista, em sua natureza destrutiva, estabelece como objetivo, uma vez no poder, precisamente a dissolução deste pretenso aparelhamento – o que, em termos mais recentes, corresponde à dita hegemonia cultural da esquerda. Essa pretensa hegemonia, por sua vez, é combatida especialmente pelo *think tank* que desempenha para o bolsonarismo hoje o mesmo papel que o Instituto de Pesquisa e Estudos Sociais (IPES) desempenhou para a propagação do imaginário anticomunista antes do golpe de 1964: a produtora Brasil Paralelo (doravante BP), fundada em 2016. Com seus documentários e filmes, a BP difunde “para dezenas de milhões de brasileiros o *sistema de crenças Olavo de Carvalho* e a teoria conspiratória orviliana” (Rocha, 2021, p. 287. Grifos do autor).

Por fim, cabe ao quarto capítulo a questão sobre como Bolsonaro foi capaz de trilhar seu caminho até a presidência. Para tanto, Rocha retorna a Junho de 2013 e destaca a pulsão antissistêmica que se formou durante as manifestações da época, cuja mobilização mostrava a



força política das redes sociais. Neste contexto, o ativismo das massas digitais se somou ao ativismo judicial desempenhado pela Operação Lava Jato e seu tratamento midiático, criando juntos condições favoráveis para a ascensão da até então caricata figura de Jair Bolsonaro.

Rocha destaca que três fatores foram especialmente relevantes para este processo: a atuação do então deputado junto à Comissão Nacional da Verdade, em 2011; o lançamento de sua pré-candidatura à Presidência da República pelo Partido Progressista em 2014 e sua paradoxal candidatura ao posto de presidente da Comissão de Direitos Humanos e Minorias, também em 2014. Bolsonaro soube ainda fazer bom uso de setores neopentecostais, que ao longo dos anos adquiriram destacada importância eleitoral. Nesse sentido, não foi necessário muito para que a mentalidade orviliana de combate ao inimigo comunista caminhasse lado a lado com o combate na esfera espiritual do diabo cristão.

Em síntese, GC percorre um extenso caminho, rico em referências documentais que nos permite tratar do bolsonarismo com um rigor condizente com sua complexidade estrutural e histórica, bem como necessário com vistas à sua superação. Rocha (2021, p. 354) não se limita, assim, à figura individualizada de Jair Bolsonaro e pede para que não nos esqueçamos: “o bolsonarismo antecedeu e certamente sucederá ao Messias Bolsonaro”. O que temos, portanto, com GC é uma valiosa publicação para que nos situemos diante deste momento tão singular no qual letras das páginas sombrias de nosso passado ditatorial recente ainda dão forma ao imaginário da constante guerra cultural na qual muitos acreditam estar lutando.

REFERÊNCIAS

ROCHA, João Cezar de Castro. *Guerra cultural e retórica do ódio: crônicas de um Brasil pós-político*. 1ª edição. Goiânia: Editora e Livraria Caminhos, 2021.



UM APELO AOS FATOS – RESENHA DO LIVRO *EXISTE DEMOCRACIA SEM VERDADE FACTUAL?* (ESTAÇÃO DAS LETRAS E CORES, 2019), DE EUGÊNIO BUCCI

Resenha

José Adeildo Bezerra de Oliveira¹

Filiado à tradição iluminista, o autor parte da constatação de que a verdade factual vive uma crise nas sociedades contemporâneas. Tendo isso por pressuposto, propõe em sua obra a necessidade de refletirmos sobre o papel social de instituições como bibliotecas, imprensa e dispositivos de comunicação social relacionados à cultura política.

Partindo do referencial teórico de Hannah Arendt – precisamente do texto “Verdade e política”, publicado originalmente na revista *The New Yorker* (em 25 de fevereiro de 1967) e depois como parte dos ensaios no livro *Between past and future* – o jornalista foca a sua análise na verdade sobre os fatos, e não na verdade metafísica ou mesmo na verdade religiosa. Isso porque, no seu dizer, a verdade que conta para o jornalismo e para a política, ou seja, para o debate público, é a verdade sobre os fatos.

A obra é dividida em cinco partes, seguidas de um posfácio. Na primeira, Bucci faz um conjunto de observações preliminares sobre a verdade na imprensa e na política. Com base em Hannah Arendt, expõe, então, os limites enfrentados pela imprensa no trato da verdade. Nas suas próprias palavras: “Assim como a mentira é tão antiga quanto a fala, a mentira da imprensa é tão antiga quanto a imprensa” (Bucci, 2019, p. 21).

Ainda na primeira parte, afirma que a verdade factual é pequena e frágil diante do poder. Como exemplo, remete à cobertura do julgamento de Eichmann realizada por Arendt, em que a filósofa apresenta uma versão inesperada pela comunidade judaica. Ao invés de descrever um monstro, a estudiosa acaba por relatar a existência de um burocrata que apenas cumpria ordens, imerso ao que ela denominou de banalidade do mal.

¹ Advogado e Professor. Licenciado em História e Mestrando em Direito Constitucional pela Universidade Federal do Ceará (UFC). Bacharel em Direito pelo Centro Universitário Christus (UniChristus). E-mail: ad.direitoch@gmail.com



Tal acontecimento, afirma Bucci, serve para demonstrar que os resultados de uma investigação teórica muitas vezes contrariam os interesses de certa comunidade política, fato que evidencia a necessidade de quem busca trabalhar com o conceito de verdade ficar fora do domínio da política. O autor da obra encerra a primeira parte afirmando haver um dever democrático de zelar pela divulgação das informações, sendo que a imprensa, apesar das suas relações com a política, também deve estar fora do seu domínio. Por fim, destaca a importância de que, guiados pelos pressupostos democráticos, política e imprensa devem se filiar minimamente aos fatos.

Na segunda parte, Bucci aborda o distanciamento entre informação e verdade e aponta a necessidade de haver uma reaproximação entre elas para a existência de uma boa política democrática. Ademais, Bucci argumenta que o projeto iluminista, segundo o qual o saber e a razão forjam a cidadania e seriam responsáveis por conduzir o humano ao progresso, falhou e as guerras e toda a destruição sistemática possibilitada pelo avanço tecnológico mostram isso. Portanto, no seu dizer, a razão não teria cumprido seu propósito civilizatório.

No plano da verdade, o autor afirma que a técnica venceu o espírito. A verdade entrou em decadência na mesma medida em que a informação ganhou prestígio. Apesar de, inicialmente, o jornalismo entender informação como relato confiável e verificável dos acontecimentos, razoavelmente objetivo e preciso, o avanço da economia de dados levou a um distanciamento cada vez maior entre verdade e informação. A teoria matemática da informação de Claude Shannon e Warren Weaver teria colaborado para isso ao tratar informações como dados, sem se importar com as ideias de sentido e significado. Segundo Bucci, esses autores – que desenvolveram os pilares para as tecnologias da informação atuais – viabilizaram tais inovações com fundamento em um conceito de informação que dispensa o debate sobre a verdade.

A questão é que computadores podem funcionar sem maiores problemas ainda que não haja a correspondência entre fatos e ideias. As sociedades, por outro lado, não. A comunicação social, por exemplo, necessita da verdade sobre os fatos. E mais, a política democrática necessita da correspondência entre ideias e fatos. Isso porque a informação só pode produzir conhecimento se estiver ancorar na verdade. Ou seja, o conhecimento exige lidar com o pressuposto da verdade. E a construção de uma cultura democrática de paz, tolerância e justiça social necessita de qualidade ética mais do que técnica.



Na terceira parte, Bucci busca mostrar a relevância da verdade factual para a política democrática, mas destaca, sempre com fundamento em Arendt, as fragilidades da verdade factual diante do poder, seja ele despótico ou mesmo democrático.

Nesse sentido, expõe, inicialmente, as vantagens e os perigos da internet. Cita a importância da rede mundial para movimentos políticos como a “Primavera Árabe”. No entanto, foca a sua análise na crítica ao modelo de negócios da internet, responsável por favorecer a concentração do poder nas “mãos” das plataformas digitais – que monopolizam o debate público –, dentro de um ambiente privado. Destaca, ainda, como a economia de dados pautada nos algoritmos tem favorecido a segregação política, a criação de bolhas digitais alheias ao dissenso e a difusão de *fake news*.

A quarta parte traz uma das ideias centrais da obra, na qual Bucci expõe o que chama de estratégias de interdição dos fatos. De início, o autor aponta a importância destes para o debate político, reforçando a ideia de que nos dias atuais a preocupação com os fatos tem sido deixada de lado.

Sobre esse fenômeno, o pesquisador identifica duas estratégias, quais sejam: apagões do real e suicídio da consciência. No que concerne à primeira, a tecnologia é instrumentalizada pelo poder para virtualizar os fatos, transformando-os em dados. Esse processo faz surgir um hiato entre o homem e a realidade, gerando a substituição desta por dados virtuais, apagando o real em si.

Já no que concerne à estratégia suicídio da consciência, Bucci explica que ela barra o próprio juízo de fato, fazendo com que os indivíduos neguem os – por mais óbvio que seja – que contrarie a sua linha oficial de pensamento, seja ela resultante de um partido, uma ideologia, uma moral ou uma religião. Nas palavras de Bucci (2019, p. 81): “O suicídio de consciência se consuma na sujeição a um juízo de valor absoluto [...] que sequestra de seus adeptos a possibilidade do juízo de fato”, eliminando, por consequência, qualquer possibilidade de um juízo sobre a verdade factual.

Bucci afirma que tais estratégias atentam contra a política, uma vez que sem a verdade factual o domínio político perde a sua textura. Ainda com esteio em Arendt, Bucci (2019, p. 83) afirma que a “política sem fatos é um delírio apolítico ou antipolítico, uma guerra entre convicções desprovida de verdade”. Portanto, para o jornalista, as opiniões e a liberdade de expressão não podem dispensar a esfera da factualidade. Melhor, a política não pode estar



desprendida dela, pois a verdade factual é ela mesma a única verdade que importa ao domínio político.

Na sequência, Bucci realiza uma digressão sobre a importância dos fatos na filosofia política clássica, dando destaque à perspectiva aristotélica, que via neles um dos elementos essenciais do pensamento político. A título de esclarecimento, Bucci aponta os possíveis sentidos dados por Aristóteles ao vocábulo “fato”, afirmando que há três possíveis sentidos para o vocábulo. Na primeira acepção, pode ser compreendido como trabalho ou obra humana. Na segunda, como verdade. Já na terceira, pode ser entendido como sinônimo de acontecimento. Através dessa recapitulação etimológica, o estudioso chega à conclusão de que, ao se referir ao que hoje se chama de fatos, “Aristóteles se referia a ocorrências concretas, irrefutáveis, por todos percebidas como verdadeiras” (Bucci, 2019, p. 91).

Por fim, ao tratar da acepção latina (*factum*), que significa aquilo que decorre da ação humana, Bucci destaca que o fato é aquilo que temos de mais precioso como indício da realidade, entendida como contraposição ao que é ilusório. Dessa forma, afirma que a ideia de fato legada por Aristóteles se refere à experiência da realidade, essencial para a vida na pólis. Não à toa, “a observação racional e crítica dos fatos marca o nascimento da Filosofia” (Bucci, 2019, p. 96).

Na quinta e última parte, Bucci trata da dualidade existente entre a moral e os fatos a partir de Maquiavel e Weber. Começa, então, destacando que a tensão constante entre o campo ideal e o campo da realidade fática tem sido tratada recorrentemente pelo pensamento político ao longo dos séculos. Em Maquiavel, por exemplo, a mentira na política é tratada como admissível na arte de governar. Destacando que o pensador aborda a política em termos científicos e não morais, Bucci afirma que, nessa perspectiva, o limite para a mentira são os fatos, não as questões morais.

Partindo em seguida para Weber, Bucci apresenta a distinção feita pelo autor entre Ética das Convicções e Ética da Responsabilidade, em que a primeira trata de princípios rígidos, sem considerar os fatos, e a segunda trata das consequências dos fatos, sendo mais flexível com os princípios. Comparando com o “Princípio da Realidade” proposto por Freud – regulador das relações do sujeito adulto com a realidade, sem bater de frente com ela –, Bucci (2019, p. 103) afirma que se pode “inferir que Weber entende a política como um jogo de adultos” e que o critério da política não pode desconsiderar o plano dos fatos.



Ao avaliar o ensaio “A política como vocação”, Bucci enfatiza o papel dado por Weber ao jornalismo como “um trabalho que lida com os fatos e com as ideias acerca dos fatos”. Assim, a imprensa tem uma função que se reflete diretamente no domínio político, mas que se diferencia do mesmo. Além disso, destaca que há um conflito constante entre esses domínios em torno das narrativas sobre os fatos (Bucci, 2019, p. 104-105).

Seguindo em sua análise, Bucci – novamente com base em Arendt – alerta que, apesar de os fatos comporem a textura do domínio político, não devem ser os políticos os responsáveis por apurá-los. Diferentemente disso, a sua verificação deve se dar fora do domínio político. Tudo isso para evitar que os interesses de grupos de poder interfiram no processo de verificação. Assim, para que haja justiça, faz-se necessário que atores alheios ao processo político, como jornalistas e juízes, fiquem responsáveis pela apuração dos fatos.

Exemplificando os perigos de uma Justiça capturada por interesses políticos, Bucci expõe as histórias de processos históricos emblemáticos como os de Sócrates, Dreyfuss, Fidel Castro e Danton, alegando que em todos esses casos os fatos foram adulterados por interesses políticos, acabando por deteriorar o território da política.

Encerrando a quinta parte, o autor trata das ameaças contemporâneas à matéria fática e à razão, trazidas pela indústria do entretenimento, pelo consumismo e pela tecnociência. No que se refere a esta última, alega que a informatização dos fatos (digitalização) e a fé humana na técnica – na inteligência artificial – sinalizam um declínio da dúvida cética, a mesma que deu origem à ciência, dando espaço para o que denomina de apagões do real. Tal contexto tem levado a um bloqueio da razão e ao estabelecimento de um pensamento único na comunicação atual, pautado na tecnociência. Dessa maneira, a tecnociência, sob a égide obscura dos algoritmos controlados por corporações privadas, substitui fatos por dados, levando ao estilhaçamento da verdade factual em códigos digitais.

Esse quadro contextual tem levado a um “mal-estar” comum na imprensa e na política atual, decorrente da ação de se tomar a ordem de representação digital por verdade, com os fatos e acontecimentos deslizando para fora do alcance dos agentes políticos e dos repórteres. E quem seriam esses agentes políticos? Bucci explica: 1) Para Aristóteles, os cidadãos, que na polis ateniense eram poucos; 2) Para Maquiavel, o Príncipe; 3) Para Weber, o político profissional; 4) Para Arendt, toda a humanidade.



Aqui, mais uma vez a partir de Arendt, Bucci destaca que a verificação dos fatos é uma função essencialmente política, mas não pode depender da política. Como no pensamento de Arendt o agente político é a humanidade como um todo, cabe a todos a defesa da factualidade, responsável por constituir a textura do domínio político, sendo ela, pois, a medida do que existe de mais humano em tal domínio. Nesse sentido, a humanidade necessita buscar os fatos, sob pena de a política se desfazer.

Consoante Bucci, a defesa da verdade factual é uma forma de defesa da política, de modo que se faz necessário defender a independência daqueles a quem cabe a sua verificação, bem como realizar a crítica à tecnociência, que tem levado os homens a servirem às máquinas e a deixarem de buscar conhecer a realidade por si mesmos. Assim, alerta, por trás dos populismos e da “pós-verdade”, o que há é uma cultura antipolítica que hostiliza os fatos.

Por fim, o estudioso afirma que a defesa da verdade factual exige que “sejam tornadas públicas e transparentes todas as formas de controle privado das tecnologias empregadas para administrar o fluxo de ideias e informações na sociedade contemporânea”. Além disso, alerta que a defesa da factualidade exige de todos nós a assimilação do Princípio da Realidade (Bucci, 2019, p. 120).

Bucci encerra a obra com uma nota ética sobre a biblioteca e a verdade factual, expondo os aspectos do Código de Ética de Deontologia do Bibliotecário brasileiro. A partir de tal código, pode-se perceber os compromissos éticos do profissional bibliotecário com o humanismo, a razão e o respeito ao direito à informação dos cidadãos e, por consequência, à verdade sobre os fatos.

REFERÊNCIAS

BUCCI, Eugênio. *Existe democracia sem verdade factual?* Barueri: Estação das Letras e Cores, 2019.



THOMAS HENRY HUXLEY♣, CIÊNCIA E PSEUDOCIÊNCIA (1887)♣; TRADUÇÃO DE ANDRÉ FERREIRA PORFÍRIO♣

Tradução

Nas sentenças iniciais de uma contribuição ao último número desta revista¹, o Duque de Argyll me honrou com um texto sobre as propriedades da controvérsia, à qual eu deveria estar disposto a ouvir com mais docilidade se eu considerasse os preceitos de Sua Graça baseados em princípios racionais, ou se o seu exemplo fosse mais condizente.

Com relação a este último ponto, o Duque julgou adequado intitular seu artigo “*Professor Huxley on Canon Liddon*♣”, e, assim, destacar um aspecto de personalidade, que quem lê o artigo que é objeto da crítica do Duque observará que me esforcei, com muito cuidado, para evitar. Minhas críticas foram sobre o relato de um sermão, publicado em um jornal, e, portanto, dirigida a todo o mundo. Se aquele sermão foi pregado por A ou B não era uma questão de grande importância; e me esforcei para isentar o douto teólogo a quem o discurso foi atribuído da responsabilidade por declarações que, por qualquer coisa que eu soubesse em contrário, pudessem conter representações imperfeitas, ou imprecisas, de seus pontos de vista. A afirmação de que eu

♣ **Nota do Tradutor:** “Thomas Henry Huxley [...] foi um biólogo e antropólogo inglês especializado em anatomia comparada. Tornou-se conhecido como “Buldogue de Darwin” por sua defesa da teoria da evolução de Charles Darwin”. (Disponível em: https://en.wikipedia.org/wiki/Thomas_Henry_Huxley. Acesso em 5 de abril de 2023).

♣ **Nota do Tradutor:** Texto publicado originalmente por Thomas Henry Huxley em *The Nineteenth Century: A Monthly Review*, p. 481-498, April 1887.

♣ **Nota dos Editores:** Bacharel e Licenciado em Ciências Biológicas, Mestre em Ecologia e Recursos Naturais e Doutor em Ciências Marinhas Tropicais pela Universidade Federal do Ceará (UFC). E-mail: afporfirio@gmail.com
¹ *Século Dezenove [The Nineteenth Century]*, março de 1887.

♣ **Nota do Tradutor:** “Professor Huxley sobre cânone Liddon” [“Professor Huxley on Canon Liddon”], *The Nineteenth Century*, March 1887, Duke of Argyll (Disponível em: <https://mathcs.clarku.edu/huxley/comm/Argyll/liddon.html>. Acesso em 5 de abril de 2023).



tive o desejo, ou fui assolado por qualquer “tentação de atacar” o cânone Liddon, é simplesmente contrária aos fatos.

Mas suponha que se, em vez de evitar diligentemente até mesmo a aparência de tal ataque, eu tivesse pensado em seguir um curso diferente; suponha que, depois de me certificar de que o eminente clérigo cujo nome é apresentado pelo Duque de Argyll realmente proferiu as palavras atribuídas a ele do púlpito de São Paulo, que direito alguém teria de encontrar falhas em minha ação por motivos de justiça, conveniência ou bom gosto?

As instituições têm seus deveres, assim como seus direitos. O clero de uma Igreja oficial de uma nação desfruta de muitas vantagens sobre aqueles de convicções religiosas sem privilégios e sem dotes; mas eles estão sob uma responsabilidade correlata ao Estado e a cada membro do corpo político. Não estou ciente de que qualquer sacralidade esteja ligada aos sermões.

Se os pregadores se desviarem dos limites doutrinários estabelecidos pelo sistema jurídico, o Conselho Privado cuidará disso; e, se eles acharem adequado usar seus púlpitos para a promulgação de erros literários, históricos ou científicos, não é apenas o direito, mas o dever do jurista mais humilde, que pode estar mais bem informado, corrigir os efeitos maléficos de tal perversão das oportunidades que o Estado lhes oferece; e tal mau uso da autoridade que seu apoio lhes empresta. Independentemente das pretensões, nas suas relações com o Estado, a Igreja oficial de uma nação é um ramo da administração pública; e, para aqueles que repudiam a autoridade eclesiástica do clero, são apenas servidores públicos, tão responsáveis perante o povo pelo bom desempenho de seus deveres quanto quaisquer outros.

O duque de Argyll nos diz que o “trabalho e a vocação” do clero os impedem de “prosseguir em disputas como os outros podem”. Eu me pergunto se Sua Graça alguma vez lê os chamados jornais “religiosos”. Não é uma ocupação que eu recomende a qualquer um que deseje empregar seu tempo de forma lucrativa; mas uma devoção muito curta a este exercício será suficiente para convencê-lo de que a “busca da disputa”, levada a um grau de acrimônia e veemência insuperável em controvérsias leigas, parece ser bastante compatível com o “trabalho e vocação” de um notável grande número do clero.

Finalmente, parece-me que nada pode ser de pior gosto do que a suposição de que um corpo de cavalheiros ingleses pode, por qualquer possibilidade, desejar aquela imunidade de crítica que o Duque de Argyll reivindica para eles. Nada seria mais pessoalmente ofensivo para mim do que a suposição de que eu evitei críticas, justas ou injustas, de qualquer palestra que já



dei. Eu ficaria totalmente envergonhado de mim mesmo se, ao me colocar como instrutor de outros, não tivesse me esforçado para me assegurar da verdade do que estava prestes a dizer; e eu me sentiria obrigado a ser ainda mais cuidadoso com uma assembleia popular, que confiaria mais ou menos em mim, do que com uma audiência de especialistas competentes e críticos.

Recuso-me a supor que o padrão de moralidade, nessas questões, seja mais baixo entre o clero do que entre os cientistas. Recuso-me a pensar que o padre que se apresenta diante de uma congregação, como ministro e intérprete da Divindade, seja menos cuidadoso em suas declarações, menos disposto a receber comentários adversos, do que o leigo que se apresenta diante de sua audiência, como ministro e intérprete da natureza. No entanto, o que devemos pensar do homem de ciência que, quando sua ignorância ou descuido foi exposto, lamentou a falta de delicadeza de seus críticos, ou defendeu seu “trabalho e vocação” como uma razão para ser deixado em paz?

Nenhum homem, nem nenhum corpo de homens, é bom o suficiente, ou sábio o suficiente, para dispensar o tônico da crítica. Nada causou mais dano ao clero do que a prática, muito comum entre os leigos, de considerá-los, quando no púlpito, como uma espécie de libertinos licenciados, cujas divagações não devem ser levadas a sério. E estou bem certo de que o distinto teólogo, a quem o sermão é atribuído, é a última pessoa que desejaria valer-se da desonrosa proteção que foi jogada sobre ele de forma supérflua.

Muito para a palestra sobre propriedade. Mas o Duque de Argyll, para quem o estilo exortativo parece vir naturalmente, me dá a honra de fazer de minhas palavras o assunto de uma série de outras admoestações, algumas filosóficas, outras geológicas, outras biológicas. Só posso me alegrar que a autoridade do Duque nesses assuntos nem sempre seja empregada para mostrar que eu os ignoro; pelo contrário, encontro uma quantidade de concordância, até mesmo de aprovação, pela qual ofereço a gratidão que me é devida, mesmo que essa gratidão às vezes seja quase ofuscada por surpresa.

Estou claramente surpreso ao descobrir que o Duque de Argyll, que professa intervir em nome do pregador, realmente, como outro Balaão, me abençoa totalmente com relação à questão principal.

Neguei a justiça da atribuição do pregador aos homens de ciência da doutrina de que os milagres são inacreditáveis, porque são violações da lei natural; e o Duque de Argyll diz que acredita que minha “negação é bem fundamentada. O pregador estava respondendo a uma objeção



que agora foi geralmente abandonada”. Ou o pregador sabia disso ou não. Isto parece-me, como mero professor leigo, uma pena que a “grande cúpula de São Paulo” tenha sido feita para “ecoar” (se é que tais efeitos estentórios foram realmente produzidos) uma afirmação que, admitindo a primeira alternativa, foi injusta e, admitindo a segunda, foi ignorante².

Tendo assim sacrificado metade dos argumentos do pregador, o Duque de Argyll passa a fazer um trabalho igualmente curto com a outra metade. Parece que ele aceita plenamente minha posição de que a ocorrência desses eventos, que o pregador chama de catástrofes, não é evidência de desordem, visto que tais catástrofes podem ser consequências ocasionais necessárias de mudanças uniformes. Daí concluo, Sua Graça concorda comigo, que a conversa sobre as leis reais “destruindo” as leis comuns pode ser uma metáfora eloquente, mas também é um absurdo.

E agora vem mais uma surpresa. Depois de ter dado essas punhaladas supérfluas no corpo morto do argumento do pregador, meu bom aliado comenta, com magnífica calma: “Até agora, então, o pregador e o professor estão de acordo”. “Deixe-os fumar o *calumet*♣”. Sem dúvida: a fumaça seria o símbolo mais apropriado dessa maravilhosa tentativa de cobrir um recuo. Afinal, o Duque veio enterrar o pregador, não para elogiá-lo; apenas ele faz com que as exéquias fúnebres pareçam tanto quanto possível com uma procissão triunfal.

No que diz respeito às questões entre mim e o pregador, então, posso me sentir feliz. A autoridade do Duque de Argyll está do meu lado. Mas o Duque levantou uma série de outras questões, com relação às quais temo ter de dispensar seu apoio – ou melhor, ser compelido a discordar dele tanto, ou mais, do que fiz sobre a nova interpretação de sua Graça do “benefício do clero”.

Ao discutir catástrofes, o Duque entrega-se a afirmações, em parte científicas, em parte anedóticas, que me parecem um tanto enganosas. Dizem-nos, para começar, que a doutrina de *Sir*

² O Duque de Argyll fala da data recente da demonstração da falácia da doutrina em questão. “Recente” é um termo relativo, mas posso mencionar que a questão é amplamente discutida em meu livro sobre Hume; que, se posso acreditar em meus editores, foi lido por muitas pessoas desde que apareceu em 1879. Além disso, observo, a partir de uma nota na página 89 de *O reino da lei*, uma obra à qual terei oportunidade de anunciar aos poucos, que o duque de Argyll chama a atenção para a circunstância de que, já em 1866, as opiniões que tenho sobre esse assunto eram bem conhecidas. O Duque, aliás, escrevendo sobre esta época, diz, após citar uma frase minha: “A questão dos milagres parece agora ser admitida por todos como sendo simplesmente uma questão de evidência”. Em ciência, pensamos que um professor que ignora pontos de vista que foram discutidos *coram populo* [em público] por vinte anos dificilmente está à altura.

♣ **Nota do Tradutor:** “Embora muitas vezes chamado de ‘cachimbos da paz’ pelos europeus (e, especificamente, *calumet de paix*, pelos franceses), fumar um cachimbo cerimonial para selar um tratado de paz é apenas um uso de um cachimbo cerimonial, por apenas algumas das nações que os utilizam” (Disponível em: https://en.wikipedia.org/wiki/Ceremonial_pipe. Acesso em 5 de abril de 2023).



Charles Lyell a respeito do modo apropriado de interpretar os fatos da geologia (que é comumente chamada de uniformitarismo) “não mantém sua cabeça tão erguida quanto antes”. Isso é realmente uma ótima notícia. Mas é verdade? Tudo o que posso dizer é que não tenho conhecimento de nada do que aconteceu ultimamente que possa de alguma forma justificar isto; e minha opinião é que o corpo da doutrina de Lyell, conforme estabelecido naquela grande obra, “Os Princípios da Geologia”, seja o que for que tenha acontecido à sua cabeça, é um constituinte principal e permanente dos fundamentos da ciência geológica.

Mas esta questão não pode ser proveitosamente debatida, a menos que nos esforcemos para discriminar entre a parte essencial da doutrina uniformitarista e seus acessórios; e não parece que o Duque de Argyll tenha levado seus estudos de filosofia geológica até este ponto. Pois ele define o uniformitarismo como a suposição da “extrema lentidão e perfeita continuidade de todas as mudanças geológicas”.

O que “continuidade perfeita” pode significar nesta definição, não tenho certeza; mas posso apenas imaginar que significa a ausência de qualquer interrupção no curso da ordem natural durante os milhões de anos, cujo lapso é registrado por fenômenos geológicos.

Está o Duque de Argyll preparado para dizer que qualquer geólogo de autoridade, nos dias de hoje, acredita haver a menor evidência da ocorrência de intervenção sobrenatural, durante as longas eras em que os monumentos são preservados para nós na crosta da terra? E se não estiver, em que sentido essa parte da doutrina uniformitarista, como ele a define, rebaixou suas pretensões de representar a verdade científica?

Quanto à “extrema lentidão de todas as mudanças geológicas”, é simplesmente um erro popular considerá-la, de alguma forma, um dogma fundamental e necessário do uniformitarismo. É extremamente surpreendente para mim que qualquer um que tenha estudado cuidadosamente a grande obra de Lyell possa ter falhado tão completamente em apreciar seu significado, que ainda está “escrito em letras grandes” na própria página do título: “Os Princípios de Geologia, sendo uma tentativa de explicar as mudanças anteriores da superfície da Terra por referência às causas agora em operação”. A essência da doutrina de Lyell está aqui escrita para que aqueles que correm possam ler; e não tem nada a ver com a rapidez ou lentidão das mudanças passadas da superfície da terra; exceto na medida em que as mudanças análogas existentes podem continuar humildemente e, portanto, criar uma presunção em favor da lentidão das mudanças passadas.



Com aquela força epigramática que caracteriza seu estilo, Buffon escreveu, há quase cento e cinquenta anos, em sua famosa “*Théorie de la Terre*”: “*Pour juger de ce qui est arrivé, et meme de ce qui arrivera, nous n'avons qu'a examiner ce qui arrive*”[♦]. A chave do passado, como do futuro, deve ser buscada no presente; e, somente quando as causas conhecidas de mudança se mostraram insuficientes, temos o direito de recorrer a causas desconhecidas. A geologia é uma ciência histórica tanto quanto a arqueologia; e entendo que toda investigação histórica sólida repousa sobre esse axioma. Ele fundamentou todo o trabalho de Hutton e animou Lyell e Scope em seus esforços bem-sucedidos para revolucionar a geologia de meio século atrás.

Não há qualquer antagonismo, e nunca houve, entre a crença nos pontos de vista que tiveram seu principal e incansável defensor em Lyell e a crença na ocorrência de catástrofes. A primeira edição dos “Princípios” de Lyell, publicada em 1830, está diante de mim; e grande parte do primeiro volume é ocupada por um relato de catástrofes vulcânicas, sísmicas e diluvianas que ocorreram no período histórico. Além disso, o autor, repetidas vezes, chama expressamente a atenção de seus leitores para a consistência dos desastres com sua doutrina.

Não obstante, portanto, que não tenhamos testemunhado nos últimos três mil anos a devastação por dilúvio de um grande continente, ainda assim, como podemos prever a ocorrência futura de tais catástrofes, estamos autorizados a considerá-los como parte da presente ordem de natureza, e eles podem ser introduzidos em especulações geológicas a respeito do passado, desde que não os imaginemos mais frequentes ou gerais do que esperamos que sejam no futuro (vol. i. p. 89).

Novamente:

Se considerarmos cada uma das causas separadamente, que sabemos serem atualmente as mais importantes na remodelação do estado da superfície, veremos que devemos esperar que cada uma esteja em ação por milhares de anos, sem produzir quaisquer alterações extensas na superfície habitável, e então dar origem, durante um período muito breve, a revoluções importantes (vol. ii. p. 161)³.

Lyell discutiu então com os catastrofistas, não porque eles presumissem que as catástrofes ocorrem e ocorreram, mas porque eles adquiriram o hábito de invocar seu deus Catástrofe para ajudá-los, quando deveriam estar colocando seus ombros na roda de observação do curso atual da

♦ **Nota do Tradutor:** “Teoria da Terra”: “Para julgar o que aconteceu, e mesmo o que vai acontecer, temos apenas que examinar o que está acontecendo”.

³ Ver também vol. i, p. 460. Na nona edição (1853), publicada vinte e três anos depois da primeira, Lyell priva até mesmo o leitor mais descuidado de qualquer desculpa para entendê-lo mal: “Assim, com relação aos movimentos subterrâneos, a teoria da uniformidade perpétua da força que eles exercem sobre a crosta terrestre é bastante consistente com a admissão de seu desenvolvimento alternativo e suspensão por períodos indeterminados dentro de áreas geográficas limitadas” (p. 187).



natureza, a fim de se ajudarem em suas dificuldades. E a ciência geológica tornou-se o que é, principalmente, porque os geólogos gradualmente aceitaram a doutrina de Lyell e seguiram seus preceitos.

Até onde sei sobre o assunto, não há nada que possa ser chamado de prova, de que as causas dos fenômenos geológicos operaram mais intensa ou rapidamente, em qualquer momento entre o período terciário e a era paleozoica mais antiga do que entre o terciário mais antigo e os dias atuais. E se for assim, o uniformitarismo, mesmo limitado por Lyell⁴, não tem nenhum apelo para baixar sua crista. Mas se os fatos fossem diferentes, a posição que Lyell assumiu permanece inexpugnável. Ele não disse que as operações geológicas da natureza nunca foram mais rápidas ou mais vastas do que agora; o que ele sustentou é a proposição de que não há boas evidências de nada desse tipo. E essa proposição ainda não se mostrou incorreta.

Devo mais do que posso dizer ao estudo cuidadoso dos “Princípios da Geologia” em minha juventude; e, muito antes do ano de 1856, minha mente estava familiarizada com a verdade de que “a doutrina da uniformidade não é incompatível com grandes e repentinas mudanças”, que, como mostrei, é ensinada *totidem verbis* naquela obra. Mesmo que me fosse possível fechar os olhos para o sentido do que havia lido nos “Princípios”, a “Filosofia das Ciências Indutivas” de Whewell, publicada em 1840, uma obra com a qual também estava razoavelmente familiarizado, deve tê-los aberto. Pois o autor sempre perspicaz, se não sempre profundo, ao argumentar contra o uniformitarismo de Lyell, expressamente aponta que ele não contraria de forma alguma a ocorrência de catástrofes.

No que diz respeito a tais ocorrências [terremotos, dilúvios etc.], por mais terríveis que pareçam na hora, podem não afetar muito a taxa média de mudança: pode haver um ciclo, embora irregular, de mudança rápida e lenta: e se tais ciclos vão ao se sucederem, ainda podemos chamar a ordem da natureza de uniforme, não obstante os períodos de violência que envolve⁵.

⁴ Há muitos anos (Discurso Presidencial à Sociedade Geológica, 1869) arrisquei-me a indicar o que me parecia ser o ponto fraco, não nos princípios fundamentais do uniformitarismo, mas no uniformitarismo como ensinado por Lyell. Está, a meu ver, na recusa de Hutton, e em um limite, em um ponto particular, do progresso do raciocínio indutivo e dedutivo das coisas que são para as coisas que foram – essa falta de fé em sua própria lógica, parece-me, custou ao uniformitarismo o lugar como a forma permanente de especulação geológica que, de outra forma, poderia ter mantido” (Lay Sermons, p. 260). O contexto mostra que “uniformitarismo” aqui significa aquela doutrina, conforme limitada em aplicação por Hutton e Lyell, e que o que quero dizer com “evolucionismo” é uniformitarismo consistente e completo.

⁵ *Philosophy of the Inductive Sciences [Filosofia das ciências indutivas]*, vol. i. p. 670. New edition, 1847.



O leitor que me acompanhou neste breve capítulo da história da filosofia geológica provavelmente achará a seguinte passagem no artigo do Duque de Argyll bastante notável:

Há muitos anos, quando tive a honra de ser Presidente da Associação Britânica⁶, arrisquei-me a assinalar, na presença e na audição daquele homem mais distinto [Sir C. Lyell] que a doutrina da uniformidade não era incompatível com mudanças grandes e repentinas, uma vez que ciclos desses e de outros ciclos de descanso comparativo podem muito bem ser partes constituintes dessa uniformidade que ele afirmou. Lyell não se opôs a essa interpretação estendida de sua própria doutrina e, de fato, expressou para mim toda a sua concordância.

Eu deveria pensar que sim; pois, como mostrei, não havia nada nele que o próprio Lyell não tivesse dito, vinte e seis anos antes, e aplicado, três anos antes; e é quase verbalmente idêntico à visão do uniformitarismo assumida por Whewell, dezesseis anos antes, em um trabalho com o qual, poderíamos pensar, qualquer um que se propusesse a discutir a filosofia da ciência deveria estar familiarizado.

Trinta anos se passaram desde que o iniciante de 1856 se convenceu de que havia explicado ao principal geólogo de seu tempo, e um dos homens de ciência mais perspicazes e clarividentes de todos os tempos, quanto ao escopo das doutrinas que o veterano filósofo havia encanecido ao divulgar; e a familiaridade do Duque de Argyll com a literatura da geologia não se tornou, mesmo agora, suficientemente profunda para dissipar essa agradável ilusão.

Se a orientação do Duque de Argyll nesse ramo da ciência física, com o qual ele deu evidência de qualquer conhecimento prático, é assim insegura, posso respirar mais aliviado ao estabelecer minha opinião contra as declarações autorizadas de Sua Graça sobre assuntos que estão fora da esfera da geologia.

E aqui o artigo do Duque me oferece tantas oportunidades que a escolha se torna embaraçosa. Devo ter em mente o bom e velho ditado: “*Non multa sed multum*”[♣]. Por mais tentador que seja seguir o Duque por seus labirintos de mal entendimentos da terminologia comum da filosofia, e comentar sobre a curiosa ininteligibilidade que paira sobre suas frequentes efusões de linguagem fervorosa, a falta de espaço obriga-me a limitar-me àqueles pontos, cuja discussão pode ajudar o público a elucidar assuntos de maior importância do que a competência do meu Mentor para a tarefa que empreendeu.

⁶ Em Glasgow, 1856.

♣ **Nota do Tradutor:** “Não muitas coisas, mas muito”.



Não tenho certeza de quando começou o emprego da palavra Lei, no sentido em que falamos de leis da natureza, mas exemplos dela podem ser encontrados nas obras de Bacon, Descartes e Espinosa. Bacon emprega “Lei” como o equivalente de “Forma”, e estou inclinado a pensar que ele pode ser responsável por grande parte da confusão que surgiu posteriormente; mas não tenho conhecimento de que o termo seja usado por outras autoridades, nos séculos XVII e XVIII, em qualquer outro sentido que não o de “regra” ou “ordem definida” da coexistência das coisas ou sucessão de eventos na natureza. Descartes fala de “*règles, que je nomme les lois de la nature*”[♣]. Leibniz diz “*loi ou règle générale*”[♣], como se considerasse os termos intercambiáveis.

O duque de Argyll, entretanto, afirma que a “lei da gravitação” proposta por Newton era algo mais do que a afirmação de uma ordem observada. Ele admite que as três leis de Kepler “eram uma ordem observada de fatos e nada mais”. Quanto à lei da gravitação, “ela contém um elemento que as leis de Kepler não continham, mesmo um elemento de causalidade, cujo reconhecimento pertence a uma categoria mais elevada de concepções intelectuais do que aquela que se refere à mera observação e registro de fatos aparentemente desconexos”. Quase não há uma linha nesses parágrafos que me pareça indiscutível. Mas, para me limitar ao assunto em questão, não posso conceber que alguém que tenha se esforçado para se familiarizar com a natureza real do trabalho de Kepler ou de Newton pudesse tê-los escrito. Que os trabalhos de Kepler, de todos os homens do mundo, deveriam ser chamados de “mera observação e registro”, é verdadeiramente maravilhoso. E qualquer um que der uma olhada nos “*Principia*”, ou “*Optics*”, ou nas “*Cartas a Bentley*”, verá, mesmo que não tenha um conhecimento mais especial dos tópicos discutidos do que eu, que Newton repetida e novamente insistiu que não tinha nada a ver com a gravitação como causa física, e que quando usou os termos atração, força e similares, os empregou, como ele diz, “*mathematicè*” e não “*physicè*”.

Como essas atrações [de gravidade, magnetismo e eletricidade] podem ser realizadas, eu não considero aqui. O que chamo de atração pode ser realizado por impulso ou por algum outro meio desconhecido para mim. Eu uso essa palavra aqui para significar apenas de maneira geral qualquer força pela qual os corpos tendem um para o outro, qualquer que seja a causa⁷.

♣ **Nota do Tradutor:** “Regras, que eu chamo de leis da natureza”.

♣ **Nota do Tradutor:** “Lei ou regra geral”.

⁷ *Optics [Óptica]*, consulta 31.



De acordo com minhas leituras das melhores autoridades em história da ciência, Newton não descobriu nem a gravitação nem a lei da gravitação; nem pretendeu oferecer mais do que uma conjectura quanto à causalidade da gravitação. Além disso, sua afirmação de que a noção de um corpo agindo onde não está, é algo que nenhum pensador competente poderia considerar, é antagônica a toda a concepção atual de forças atrativas e repulsivas e, portanto, da “força atrativa da gravitação”. Qual foi, então, aquele trabalho de magnitude e excelência insuperáveis e de influência imortal que Newton realizou? Em primeiro lugar, Newton definiu as leis, regras ou ordem observada dos fenômenos do movimento, que estão sob nossa observação diária, com maior precisão do que antes; e, seguindo, com poder e sutileza maravilhosos, as consequências matemáticas dessas regras, ele quase criou a ciência moderna da mecânica pura. Em segundo lugar, aplicando exatamente o mesmo método para a explicação dos fatos da astronomia que foi aplicado um século e meio depois aos fatos da geologia por Lyell, ele se propôs a resolver o seguinte problema. Assumindo que todos os corpos, livres para se mover, tendem a se aproximar uns dos outros como a Terra e os corpos sobre ela; assumindo que a força dessa tendência é diretamente como a massa e inversamente como os quadrados das distâncias; assumindo que as leis do movimento, determinadas para os corpos terrestres, são válidas em todo o universo; assumindo que os planetas e seus satélites foram criados e colocados em suas distâncias médias observadas, e que cada um recebeu um certo impulso do Criador; a forma das órbitas, as taxas variáveis de movimento dos planetas e a razão entre essas taxas e suas distâncias do sol, que devem seguir o raciocínio matemático a partir dessas premissas, concordam com a ordem dos fatos determinados por Kepler e outros, ou não?

Newton, empregando métodos matemáticos que são a admiração dos especialistas, mas que ninguém além dele parece ter sido capaz de usar com facilidade, não apenas respondeu afirmativamente a esta questão, mas não deteve seu gênio construtivo antes de fundar a astronomia física moderna.

Os historiadores da ciência mecânica e astronômica parecem concordar que ele foi a primeira pessoa que apresentou clara e distintamente a hipótese de que os fenômenos compreendidos sob o nome geral de “gravidade” seguem a mesma ordem em todo o universo, e que todos os corpos materiais exibem esses fenômenos; de modo que, nesse sentido, a ideia de gravitação universal pode, sem dúvida, ser apropriadamente atribuída a ele.



Newton provou que as leis de Kepler eram consequências particulares das leis do movimento e da lei da gravitação – em outras palavras, a razão da primeira estava nas duas últimas. Mas falar apenas da lei da gravitação como a razão das leis de Kepler, e ainda mais como estando em qualquer relação causal com as leis de Kepler, é simplesmente um mau uso da linguagem. Seria realmente interessante se o Duque de Argyll explicasse como se propõe a começar a mostrar que a forma elíptica das órbitas dos planetas, a área constante descrita pelo raio vetorial e a proporcionalidade dos quadrados dos tempos periódicos para os cubos das distâncias do sol, são causados pela “força da gravidade” ou deduzidos da “lei da gravidade”. Eu concebo que seria igualmente apropriado dizer que os vários compostos de nitrogênio com oxigênio são causados por atração química e dedutíveis da teoria atômica.

Newton seguramente não deu sombra de apoio à moderna filosofia pseudocientífica que confunde leis com causas. Não me dei ao trabalho de traçar essa falácia mais comum em seu início; mas eu a conhecia em plena floração, há mais de trinta anos, em uma obra que estava em grande voga em sua época – os “Vestígios da História Natural da Criação” – cuja primeira edição foi publicada em 1844.

Está cheio de ilustrações apropriadas e convincentes do realismo pseudocientífico. Considere, por exemplo, esta joia serena. Quando um menino que subiu em uma árvore perde o controle do galho, “a lei da gravidade o puxa implacavelmente para o chão e então ele se machuca”, pelo que o Todo-Poderoso fica totalmente isento de qualquer responsabilidade pelo acidente. Aqui está a “lei da gravitação” agindo como uma causa de uma forma bastante de acordo com a concepção do duque de Argyll. De fato, na mente do autor dos “vestígios”, as “leis” são existências intermediárias entre o Criador e Suas obras, como as “ideias” dos Platonistas ou o *Logos* dos Alexandrinos⁸. Posso citar uma passagem que vai totalmente na veia da Filosofia:

Vimos poderosas evidências de que a construção deste globo e seus associados; e, inferencialmente, a de todos os outros globos no espaço foi o resultado, não de qualquer esforço imediato ou pessoal por parte da Deidade, mas de leis naturais que são a expressão de Sua vontade. O que impede nossa suposição de que a criação orgânica também é resultado de leis naturais que são da mesma forma uma expressão de Sua vontade? (p. 154, 1ª edição).

E a criação “operando por lei” é constantemente citada como aliviando o Criador de problemas sobre detalhes insignificantes.

⁸ O autor aceita isso em suas *Explicações*.



Fico perplexo ao imaginar para mim mesmo o estado de espírito que aceita esses malabarismos verbais. É inteligível que o Criador deva operar de acordo com as regras que ele julgar adequadas para estabelecer para si mesmo (e, portanto, de acordo com a lei); mas isso deixaria a operação de sua vontade tanto um ato pessoal direto quanto seria sob quaisquer outras circunstâncias. Também posso entender que (como na caricatura de Leibniz das visões de Newton) o Criador pode ter feito a máquina cósmica e, depois de colocá-la em funcionamento, deixou-a sozinha até que precisasse de reparos. Então, na suposição, sua responsabilidade pessoal estaria envolvida em tudo o que ele fez; tanto quanto uma pessoa que constrói uma bomba é responsável pelo que acontece, quando ele colocou sua máquina em funcionamento e a deixou explodir.

A única hipótese que dá uma espécie de consistência louca às opiniões do Vestigiários é a suposição de que as leis são uma espécie de anjos ou demiurgos, que, sendo supridos com o plano do Grande Arquiteto, foram autorizados a resolver os detalhes entre si. Aceitando esta doutrina, a concepção das leis reais e plebeias, e daquelas disputas mais que Homéricas em que as grandes leis “estragam” as pequenas, torna-se bastante inteligível. E, de fato, a honra da paternidade dessas ideias notáveis que desabrocham no discurso do pregador deve, até onde vai meu conhecimento imperfeito, ser atribuída ao autor dos “Vestígios”.

Mas o autor dos “Vestígios” não é o único autor responsável pelas atuais mistificações pseudocientíficas que pairam sobre o termo “lei”. Quando escrevi meu artigo sobre “Realismo científico e pseudo-científico”, eu não tinha lido uma obra do Duque de Argyll, “O Reino da Lei”, que, creio eu, gozou, e possivelmente ainda goze, de ampla popularidade. Mas a vivacidade do ataque do Duque me levou a pensar que é possível que as críticas dirigidas a outros lugares tenham chegado a sua casa. E, de fato, considero que o segundo capítulo da obra em questão, que se intitula “Lei; suas definições”, é, a meu ver, uma espécie de “suma” da filosofia pseudocientífica. Valerá a pena examiná-lo com algum detalhe.

Em primeiro lugar, note-se que o autor do “Reino da Lei” admite que “lei”, em muitos casos, nada mais é do que o enunciado da ordem em que os fatos ocorrem, ou, como ele diz, “uma ordem observada de fatos” (p. 66). Mas sua apreciação do valor da precisão da expressão não o impede de acrescentar, quase no mesmo fôlego: “Nesse sentido, as leis da natureza são simplesmente aqueles fatos da natureza que se repetem de acordo com a regra” (p. 66). Assim, as



“leis”, que foram corretamente consideradas como declaração de uma ordem dos fatos em um parágrafo, são declaradas como os próprios fatos no parágrafo seguinte.

Em seguida, somos informados de que, embora possa ser costumeiro e permissível usar “lei” no sentido de uma declaração da ordem dos fatos, esse é um uso inferior da palavra; e, de fato, duas páginas adiante, o escritor, contradizendo-se categoricamente, nega totalmente sua admissibilidade.

Uma ordem de fatos observada, para ter direito ao nível de lei, deve ser uma ordem tão constante e uniforme que indique necessidade, e essa necessidade só pode surgir da ação de alguma força compulsiva (p. 68).

Esta é, sem dúvida, uma das proposições mais singulares que já encontrei em um trabalho supostamente científico, e sua raridade é embelezada por outra autocontradição direta que ela implica. Pois na página anterior (67), quando o duque de Argyll está falando das leis de Kepler, que ele admite serem leis, e que são tipos daquilo que os homens de ciência entendem por “leis”, ele diz que são “simples e puramente uma ordem de fatos”. Além disso, ele acrescenta: “Uma proporção muito grande das leis de todas as ciências são leis desse tipo e nesse sentido”.

Se, de acordo com a admissão do Duque de Argyll, a lei é entendida, nesse sentido, de maneira tão ampla e constante pelas autoridades científicas, onde está a justificativa para sua afirmação irrestrita de que tais declarações da ordem observada dos fatos não “têm direito ao posto” de leis?

Mas vamos examinar as consequências da proposição realmente interessante que acabei de citar. Presumo que seja uma lei da natureza que “uma linha reta é a menor distância entre dois pontos”. Esta lei afirma a associação constante de um certo fato de forma com um certo fato de dimensão. Se a noção de necessidade a ela ligada tem uma origem *a priori* ou *a posteriori* é uma questão não relevante para a presente discussão. Mas eu imploraria para ser informado, se necessário, onde está a “força compulsória” fora da qual surge a necessidade; e, além disso, se não for necessário, se perde o caráter de uma lei da natureza?

Considero ser uma lei da natureza, baseada em evidências irrepreensíveis, que a massa da matéria permanece inalterada, sejam quais forem as modificações químicas ou outras que possa sofrer. Esta lei é um dos fundamentos da química. Mas não é de forma alguma indispensável. É bem possível imaginar que a massa da matéria deva variar de acordo com as circunstâncias, como sabemos que varia o seu peso. Além disso, a determinação da “força” que torna a massa constante



(se é que existe alguma inteligibilidade nessa forma de palavras) não conferiria, tanto quanto posso ver, mais validade à lei do que tem agora.

Existe uma lei da natureza, tão bem avalizada pela experiência, que toda a humanidade, desde os puros lógicos em busca de exemplos até os sacristãos paroquiais em busca de honorários, nela confiam. Esta é a lei de que “todos os homens são mortais”. É simplesmente uma declaração da ordem observada dos fatos de que todos os homens, mais cedo ou mais tarde, morrem. Não conheço nenhuma lei da natureza que seja mais “constante e uniforme” do que esta. Mas alguém me dirá que a morte é “necessária”? Certamente não há necessidade *a priori* no caso, pois vários homens foram imaginados como imortais. E ficaria feliz em ser informado de qualquer “necessidade” que possa ser deduzida de considerações biológicas. É bastante concebível, como foi apontado recentemente, que algumas das formas mais inferiores de vida possam ser imortais, de certo modo. Seja como for, eu perguntaria ainda, supondo que “todos os homens são mortais” seja uma lei real da natureza, onde e o que é aquilo a que, com alguma propriedade, o título de “força obrigatória” da lei pode ser dado?

Na página 69, o Duque de Argyll afirma que a lei da gravitação “é uma lei no sentido não apenas de uma regra, mas de uma causa”. Mas esse reavivamento do ensino dos “Vestígios” já foi examinado e descartado; e quando o Duque de Argyll afirma que a “ordem observada” que Kepler descobriu era simplesmente uma consequência necessária da força da “gravitação”, não preciso recapitular a evidência que prova que tal afirmação é totalmente falaciosa. Mas pode ser útil dizer, mais uma vez, que, neste momento, ninguém sabe nada sobre a existência de uma “força” de gravitação além do fato; que Newton declarou que a noção comum de tal força é inconcebível; que várias tentativas foram feitas para explicar a ordem dos fatos que chamamos de gravitação, sem recorrer à noção de força de atração; que, se tal força existe, é totalmente incompetente para explicar as leis de Kepler, sem levar em consideração um grande número de outras considerações; e, finalmente, tudo o que sabemos sobre a “força” da gravitação, ou qualquer outra assim chamada “força”, é que ela é um nome para a causa hipotética de uma ordem observada de fatos.

Assim, quando o Duque de Argyll diz: “Força, verificada de acordo com alguma medida de sua operação – esta é de fato uma das definições, mas apenas uma, de uma lei científica” (p. 71), respondo que é uma definição que deve ser repudiada por todo aquele que possui um conhecimento adequado dos fatos ou da filosofia da ciência, e ser relegado ao limbo das falácias pseudocientíficas. Se a mente humana nunca tivesse considerado essa noção de “força”, ou



melhor, se ela substituísse a noção comum de causalidade por uma simples sucessão invariável, a ideia de lei, como a expressão de uma ordem constantemente observada, que gera uma intensidade correspondente de expectativa em nossas mentes, teria exatamente o mesmo valor e desempenharia seu papel na ciência real, exatamente como faz agora.

É desnecessário estender ainda mais a presente digressão sobre a origem e a história da pseudociência moderna. Sob o elevado apoio que desfrutou, cresceu e floresceu até que, hoje em dia, está se tornando um tanto desenfreado. Tem suas “Efemérides” semanais, nas quais cada novo ninho de égua pseudocientífico é saudado e criticado com a injustiça inconsciente da ignorância; e um exército de “reconciliadores”, alistados em seu serviço, cujo trabalho parece ser misturar o preto do dogma e o branco da ciência no tom neutro do que eles chamam de teologia liberal.

Lembro que, não muito tempo depois da publicação dos “Vestígios”, um astuto e sarcástico conterrâneo do autor definiu-o como “comida de ontem requentada e servida novamente”. Um cínico pode se divertir ao pensar que, atualmente, os princípios e métodos do muito vilipendiado Vestigiários estão sendo “reformados”; e não são apenas “ecoados pela cúpula de São Paulo”, mas tropeçados do castelo de Inveraray. Mas minha opinião não é cínica, e só posso lamentar a perda de tempo e energia dispensados ao esforço de lidar com os problemas mais difíceis da ciência por aqueles que não se submeteram à disciplina, nem possuem as informações, que são essenciais para o sucesso de tal empreendimento.

Já tive a oportunidade de observar que as opiniões do Duque de Argyll sobre a condução da controvérsia são diferentes das minhas; e essa discrepância muito a ser lamentada torna-se ainda mais acentuada quando o Duque aborda tópicos biológicos. Qualquer coisa que fosse boa o suficiente para Sir Charles Lyell, em sua área de estudos, certamente é boa o suficiente para mim na minha; e de forma alguma me oponho a ser instruído pedagogicamente sobre uma variedade de assuntos com os quais tem sido o objetivo de minha vida tentar me familiarizar. Mas o Duque de Argyll não se contenta em me prestigiar com suas opiniões sobre meus próprios trabalhos; ele também responde pelos meus; e, nesse ponto, realmente a chave deve virar. Disseram-me que “ninguém sabe melhor do que o professor Huxley” uma variedade de coisas que eu realmente não sei; e dizem que sou um discípulo daquela “Filosofia Positiva” que tenho repetidamente repudiado publicamente em uma linguagem que certamente não carece de inteligibilidade, quaisquer que sejam seus outros defeitos.



Disseram-me que tenho me divertido com um “exercício metafísico ou logomaquia” (posso observar incidentalmente que esses termos não são totalmente conversíveis?), quando, com o melhor de minha crença, tenho tentado expor um processo de mistificação, baseada no uso de linguagem científica por escritores que não apresentam nenhum sinal de formação científica, de conhecimento científico preciso, ou de ideias claras a respeito da filosofia da ciência, que está causando sérios danos ao público. Naturalmente, eles usam a pele de leão da fraseologia científica como evidência de que a voz que sai de baixo dela é a voz da ciência, e desejo livrá-los das consequências de seus erros.

O Duque de Argyll questiona, aparentemente com tristeza, que deveria ser seu dever me sujeitar à repreensão:

O que diremos de uma filosofia que confunde o orgânico com o inorgânico e, recusando-se a notar uma diferença tão profunda, pretende explicar sob uma abstração comum, os movimentos devidos à gravitação e os movimentos devidos à mente do homem?

Ao que posso responder adequadamente com outra pergunta: O que diremos a um polemista que atribui ao assunto de seu ataque opiniões que notoriamente não são dele; e se expressa de tal maneira que é óbvio que ele não está familiarizado nem mesmo com os rudimentos daquele conhecimento que é necessário para a discussão na qual ele se precipitou?

Que linha de minha escrita pode o Duque de Argyll mostrar que confunde o orgânico com o inorgânico?

Quanto à segunda metade do parágrafo, devo confessar uma dúvida se há algum significado definido. Mas imagino que o Duque esteja aludindo à minha afirmação de que a lei da gravitação não é de modo algum “suspensa” ou “desafiada” quando um homem levanta o braço; mas que, sob tais circunstâncias, parte do estoque de energia do universo opera no braço com uma vantagem mecânica em relação à operação de outra parte. Eu era ingênuo o suficiente para pensar que ninguém que tivesse tanto conhecimento de fisiologia quanto o encontrado em uma cartilha elementar, ou que já tivesse ouvido falar da maior generalização física dos tempos modernos - a doutrina da conservação da energia – sonharia em duvidar da minha afirmação; e eu era ainda bastante simplório para pensar que ninguém que não tivesse essas qualificações se sentiria tentado a me acusar de erro. Parece que minha simplicidade é maior que meus poderes de imaginação.

O duque de Argyll pode não estar ciente do fato, mas não deixa de ser verdade que, quando o braço de um homem é levantado, em sequência àquele estado de consciência que chamamos de



volição, a volição não é a causa imediata da elevação do braço. Pelo contrário, essa operação se efetua por uma certa mudança de forma, tecnicamente conhecida como “contração” em diversas massas de carne, tecnicamente conhecidas como músculos, que são fixadas aos ossos do ombro de tal maneira que, se esses músculos se contraírem, eles devem levantar o braço. Ora, cada um desses músculos é uma máquina comparável, em certo sentido, a um dos motores auxiliares de um navio a vapor, embora mais completo, na medida em que a fonte de sua capacidade de mudar de forma, ou contrair, está dentro de si. Cada vez que, ao se contrair, o músculo faz um trabalho, como aquele envolvido na elevação do braço, mais ou menos do material que ele contém é usado, assim como, mais ou menos do combustível de uma máquina a vapor é usado, quando funciona. E não creio que haja dúvida na mente de qualquer físico ou fisiologista competente de que o trabalho realizado ao erguer o peso do braço é o equivalente mecânico de uma certa proporção da energia liberada pelas mudanças moleculares que ocorrem no músculo. Além disso, é uma crença razoavelmente bem fundamentada que esta e todas as outras formas de energia são mutuamente conversíveis; e, portanto, todos eles estão sob aquela lei geral ou declaração da ordem dos fatos, chamada de conservação de energia. E, como isso certamente é uma abstração, a visão que o Duque de Argyll considera extremamente absurda é realmente um dos lugares-comuns da fisiologia. Mas esta resenha dificilmente é um lugar apropriado para dar instruções sobre os elementos dessa ciência, e eu me contento em recomendar ao Duque de Argyll que dedique algum estudo ao Livro II. capítulo v. seção 4 do excelente livro-texto de Fisiologia do meu amigo Dr. Foster (1ª edição, 1877, p. 321), que começa assim:

De um modo geral, o corpo animal é uma máquina que converte energia potencial em energia real. A energia potencial é fornecida pelo alimento; isso o metabolismo do corpo converte em energia térmica e trabalho mecânico.

Não há problema mais difícil no mundo do que a relação do estado de consciência, denominado volição, com o trabalho mecânico que frequentemente se segue a ele. Mas ninguém pode sequer compreender a natureza do problema, quem não estudou cuidadosamente a longa série de modos de movimento que, sem interrupção, conectam a energia que realiza esse trabalho com o estoque geral de energia. A forma final do problema é esta: temos alguma razão para acreditar que um sentimento ou estado de consciência é capaz de afetar diretamente o movimento até mesmo da menor molécula concebível de matéria? Tal coisa é concebível? Se respondermos negativamente a essas perguntas, segue-se que a volição pode ser um sinal, mas não pode ser uma



causa, do movimento corporal. Se respondermos afirmativamente, então os estados de consciência tornam-se indistinguíveis das coisas materiais; pois é da natureza essencial da matéria ser o veículo ou substrato da energia mecânica.

Não há nada de novo nisso tudo. Apenas coloquei em linguagem moderna a questão levantada por Descartes há mais de dois séculos. As filosofias dos ocasionalistas, de Espinosa, de Malebranche, do idealismo moderno e do materialismo moderno, todas surgiram das controvérsias que o cartesianismo evocou. De tudo isso a pseudociência do tempo presente parece estar inconsciente; caso contrário, dificilmente se contentaria em “fazer de novo” a pseudociência do passado.

No curso dessas observações já tive oportunidade de expressar meu apreço pela copiosa e fervente eloquência que enriquece as páginas do Duque de Argyll. Quase me envergonho de que uma insensibilidade constitucional aos encantos sirênios da retórica me tenha permitido, ao vagar por esses prados floridos, ser atraído, quase exclusivamente, aos lugares nus da falácia e aos fundamentos pétreos da informação deficiente, que se disfarçam, embora não escondido, por essas decorações florais. Mas, em suas frases finais, o duque se eleva em uma tensão Tirteana que despertou até minha alma entorpecida.

Já era tempo, de fato, de se levantar alguma revolta contra aquele Reino de Terror que se estabelecera no mundo científico sob o abuso de um grande nome. O professor Huxley não se juntou abertamente a essa revolta, pois ainda, de fato, ela está apenas começando a levantar sua cabeça. Embora mais de uma vez – e muito recentemente – ele emitiu uma voz de advertência contra o dogmatismo superficial que provocou. Está chegando a hora em que essa revolta será levada adiante. Interpretações superiores serão estabelecidas. A menos que eu esteja muito enganado, elas já estão aparecendo (p. 339).

Tenho vivido muito fora do mundo nos últimos dois ou três anos, e quando li esta explosão de denúncia, como de alguém cheio do espírito de profecia, disse a mim mesmo: “Misericórdia sobre nós, o que aconteceu? Será que X. e Y. (seria errado mencionar os nomes dos vigorosos jovens amigos que me ocorreram) estão interpretando Danton e Robespierre; e que uma guilhotina é erguida no pátio da Casa Burlington para o benefício de todos os membros antidarwinianos da Sociedade Real? Onde estão os conspiradores secretos contra esta tirania, a quem eu deveria favorecer, mas ainda não tenho coragem de me juntar abertamente? E pensar em meu pobre amigo oprimido, Sr. Herbert Spencer, ‘compelido a falar com a respiração suspensa’ (p. 338), certamente pela primeira vez em meus trinta e poucos anos de convivência com ele!”. Meu alarme e horror



com a suposição pode-se imaginar que, enquanto eu estava brincando (ou pelo menos fisicamente), minha amada Roma estava queimando dessa maneira, pode-se imaginar.

Tenho certeza de que o duque de Argyll ficará feliz em saber que a ansiedade que ele criou foi de duração extremamente curta. É meu privilégio ter acesso às melhores fontes de informação, e ninguém no mundo científico pode me dizer nada sobre o “Reino do Terror” ou “a Revolta”. Na verdade, o mundo científico ri da forma mais indecorosa da noção da existência de ambos; e alguns estão tão perdidos no sentido da dignidade científica que se rebaixam ao uso da gíria transatlântica e a chamam de “susto falso”. Quanto ao meu amigo Sr. Herbert Spencer, tenho todos os motivos para saber que, em “Fatores de Evolução Orgânica”, ele disse exatamente o que estava em sua mente, sem qualquer deferência particular às opiniões da pessoa a quem ele deseja considerar como seu crítico mais perigoso e advogado-geral do diabo, e menos ainda de qualquer outra pessoa.

Não sei se o Duque de Argyll se apresenta como o Tallien dessa revolta imaginária contra um Reino de Terror não menos imaginário. Mas se assim for, respeitosamente, mas firmemente, recuso-me a unir as forças dele. Faz apenas algumas semanas que li novamente o primeiro artigo que escrevi (agora há vinte e sete anos) sobre “A origem das espécies”, e não encontrei nada que desejasse modificar nas opiniões que são ali expressas, embora o vasto acúmulo subsequente de evidências em favor das opiniões do Sr. Darwin me dê muito a acrescentar. Como é o caso com todas as novas doutrinas, também com a da Evolução, o entusiasmo dos defensores às vezes tendeu a degenerar em fanatismo; e a mera especulação, às vezes, ameaçou disparar além de seus limites legítimos. Ocasionalmente, considerei sábio alertar os espíritos mais aventureiros entre nós contra esses perigos; em linguagem suficientemente simples; e às vezes eu disse em tom de brincadeira que esperava, se vivesse o suficiente, ser considerado um reacionário por alguns de meus amigos mais fervorosos. Mas nada menos que a loucura do meio do verão pode explicar a ficção de que estou esperando até que seja seguro participar abertamente de uma revolta, arquitetada por alguma pessoa ou pessoas desconhecidas, contra um movimento intelectual com o qual tenho a mais inteira e sincera simpatia. Faz muitos anos que, no início da minha carreira, tive que pensar seriamente no que a vida tinha a oferecer que valesse a pena ter. Cheguei à conclusão de que o maior bem, para mim, era a liberdade de aprender, pensar e dizer o que quisesse, quando quisesse. Agi com base nessa convicção e aproveitei a “*rara temporum felicitas*,



ubi sentire, quae velis; quae sentias, dicere licet[♣]”, que agora é agradável, com o melhor de minha capacidade; e, embora fortemente, e talvez sabiamente, advertido de que provavelmente viria a sofrer, estou inteiramente satisfeito com os resultados da linha de ação que adotei.

Minha carreira está no fim. Eu

Aqueci ambas as mãos diante do fogo da vida;

e nada me resta, antes de partir, a não ser ajudar, ou pelo menos me abster de impedir, a geração mais jovem de homens da ciência em prestar um serviço melhor à causa que temos no coração do que eu fui capaz de prestar.

E, no entanto, devo esperar pelo sinal de “revolta”, que alguns espíritos de fogo entre esses jovens devem levantar antes que eu ouse expressar minhas opiniões reais sobre questões sobre as quais nós, homens mais velhos, tivemos que lutar, nas garras da feroz oposição pública e descrédito – de algo que quase poderia justificar até mesmo o epíteto grandiloquente de um Reino de Terror – antes que nossos excelentes sucessores deixassem a escola.

Parece que o espírito da pseudociência impregnou até a imaginação do duque de Argyll. A imaginação científica sempre se restringe aos limites da probabilidade.

♣ **Nota do Tradutor:** “Rara felicidade, de uma época em que se pode pensar o que se quer e dizer o que se pensa”.



SVEN OVE HANSSON, CIÊNCIA E PSEUDOCIÊNCIA*; TRADUÇÃO DE CRISTIANE XEREZ BARROSO*

Tradução

A demarcação entre ciência e pseudociência é parte da tarefa maior de determinar quais crenças são epistemicamente justificadas. Esse começo esclarece a natureza específica da pseudociência em relação a outras categorias de doutrinas e práticas não científicas, incluindo a negação da ciência (negacionismo científico) e a resistência aos fatos. Os principais critérios de demarcação propostos para a pseudociência são discutidos e algumas de suas fraquezas são apontadas. Há muito mais concordância sobre casos particulares de demarcação do que sobre os critérios gerais em que tais julgamentos devem ser baseados. Essa é uma indicação de que ainda há muito trabalho filosófico importante a ser feito na demarcação entre ciência e pseudociência.

1. O objetivo das demarcações
2. A “ciência” da pseudociência
3. O “pseudo” da pseudociência
 - 3.1. Não ciência, anticiência e pseudociência
 - 3.2. A não ciência posando de ciência
 - 3.3. O componente doutrinário
 - 3.4. Um senso mais amplo de pseudociência
 - 3.5. Os objetos de demarcação
 - 3.6. Uma demarcação com limite de tempo

♣ **Nota dos Editores:** Este texto é parte integrante da *Stanford Encyclopedia of Philosophy*. Primeira publicação: quarta-feira, 3 de setembro de 2008; revisão substancial: quinta-feira, 20 de maio de 2021. Além do autor, registramos aqui os nossos agradecimentos a Edward N. Zalta e a Uri Nodelman, Editores-Chefe da referida Enciclopédia.

♣ **Nota dos Editores:** Bacharela e Licenciada em Ciências Biológicas, Mestra e Doutora pelo Programa de Pós-Graduação em Ciências Marinhas Tropicais da Universidade Federal do Ceará (UFC). Atualmente, é responsável técnica das coleções científicas e didática de invertebrados marinhos e do Laboratório de Invertebrados Marinhos do Ceará, no Departamento de Biologia da UFC. E-mail: cristianexb@gmail.com



4. Critérios alternativos de demarcação
 - 4.1. Os positivistas lógicos
 - 4.2. Falsificacionismo
 - 4.3. O critério de resolução de quebra-cabeças
 - 4.4. Critérios baseados no progresso científico
 - 4.5. Normas epistêmicas
 - 4.6. Abordagens multicritério
5. Duas formas de pseudociência
6. Alguns termos relacionados
 - 6.1. Ceticismo
 - 6.2. Resistência aos fatos
 - 6.3. Teorias da conspiração
 - 6.4. Besteira
 - 6.5. Relativismo epistêmico
7. Unidade na diversidade

Bibliografia

Trabalhos Citados

Literatura Filosoficamente Informada sobre Pseudociências e Doutrinas Contestadas

1. O OBJETIVO DAS DEMARCAÇÕES

Demarcações entre ciência e pseudociência podem ser feitas por razões tanto teóricas quanto práticas (Mahner, 2007, p. 516). De um ponto de vista teórico, a questão da demarcação é uma perspectiva esclarecedora que contribui para a filosofia da ciência da mesma forma que o estudo das falácias contribui para o nosso conhecimento da lógica informal e da argumentação racional. De um ponto de vista prático, a distinção é importante para a orientação de decisões tanto na vida privada quanto na pública. Uma vez que a ciência é nossa fonte de conhecimento mais confiável em uma ampla gama de áreas, nós precisamos distinguir o conhecimento científico de seus semelhantes. Devido ao alto *status* da ciência na sociedade atual, tentativas de exagerar o *status* científico de várias afirmações, ensinamentos e produtos são comuns o suficiente para tornar a questão da demarcação urgente em muitas áreas. A questão da demarcação é, portanto, importante em aplicações práticas, como:



• **Política climática:** O consenso científico sobre a mudança climática antropogênica em curso não deixa margem para dúvidas razoáveis (Cook *et al.*, 2016; Powell, 2019). A negação da ciência atrasou consideravelmente a ação climática e ainda é um dos principais fatores que impedem medidas eficientes para atenuar as mudanças climáticas (Oreskes & Conway 2010; Lewandowsky *et al.*, 2019). Os tomadores de decisão e o público precisam saber como distinguir entre ciência climática competente e desinformação sobre o clima que imita a ciência.

• **Políticas ambientais:** Para estar do lado seguro contra possíveis desastres, pode ser legítimo tomar medidas preventivas quando há evidências válidas, mas ainda insuficientes, de um risco ambiental. Isso deve ser distinguido de tomar medidas contra um suposto risco para o qual não há nenhuma evidência válida. Portanto, os tomadores de decisão na política ambiental devem ser capazes de diferenciar afirmações científicas e pseudocientíficas.

• **Cuidados com a saúde:** A ciência médica desenvolve e avalia tratamentos de acordo com evidências de sua eficácia e segurança. As atividades pseudocientíficas nesta área dão origem a intervenções ineficazes e, por vezes, perigosas. Prestadores de cuidados de saúde, seguradoras, autoridades governamentais e, especialmente, pacientes precisam de orientação sobre como distinguir entre ciência médica e pseudociência médica.

• **Testemunho de especialista:** É essencial para o estado de direito que os tribunais apurem os fatos corretamente. A confiabilidade dos diferentes tipos de evidência deve ser corretamente determinada e o testemunho do especialista deve ser baseado no melhor conhecimento disponível. Às vezes, é do interesse dos litigantes apresentar alegações não científicas como ciência sólida. Portanto, os tribunais devem ser capazes de distinguir entre ciência e pseudociência. Filósofos muitas vezes tiveram papéis proeminentes na defesa da ciência contra a pseudociência em tais contextos (Pennock, 2011).

• **Educação científica:** Os promotores de algumas pseudociências (particularmente, o criacionismo) tentam inserir os seus ensinamentos nos currículos escolares. Os professores e as autoridades escolares precisam ter critérios claros de inclusão que protejam os alunos contra ensinamentos não confiáveis e refutados.

• **Jornalismo:** Quando houver incerteza científica ou desacordo relevante na comunidade científica, eles devem ser abordados e explicados em reportagens da mídia sobre os assuntos em questão. De modo igualmente importante, as diferenças de opinião entre especialistas científicos



legítimos, de um lado, e proponentes de alegações sem fundamento científico, de outro, devem ser descritas tais como são. A compreensão pública de assuntos, como mudança climática e vacinação, tem sido consideravelmente prejudicada por campanhas organizadas que foram bem-sucedidas ao conseguiram fazer a mídia retratar pontos de vista, já completamente refutados pela ciência, como pontos de vista científicos legítimos (Boykoff & Boykoff, 2004; Boykoff, 2008). A mídia precisa de ferramentas e práticas para distinguir entre controvérsias científicas legítimas e tentativas de vender alegações pseudocientíficas como ciência.

As tentativas de definir o que hoje chamamos de ciência têm uma longa história, com as raízes do problema da demarcação às vezes remontando aos Analíticos Posteriores de Aristóteles (Laudan, 1983). Os argumentos de Cícero para rejeitar certos métodos de adivinhação em seu *De divinatione* têm semelhanças consideráveis com os critérios modernos para a demarcação da ciência (Fernandez-Beanato, 2020). No entanto, foi somente no século XX que definições influentes de ciência a compararam com a pseudociência. O trabalho filosófico sobre o problema da demarcação parece ter diminuído após o tão conhecido atestado de óbito de Laudan (1983), segundo o qual não há esperança de encontrar um critério necessário e suficiente para algo tão heterogêneo como a metodologia científica. Nos anos mais recentes, o problema tem ressurgido. Filósofos que atestam sua vitalidade sustentam que o conceito pode ser esclarecido por outros meios, além de critérios necessários e suficientes (Pigliucci, 2013; Mahner, 2013) ou que tal definição é realmente possível, embora deva ser complementada com critérios específicos da disciplina para se tornar totalmente operacional (Hansson, 2013).

2. A “CIÊNCIA” DA PSEUDOCIÊNCIA

A palavra latina “*pseudoscintia*” já era utilizada na primeira metade do século XVII em discussões sobre a relação entre religião e investigações empíricas (Guldentops, 2020, 288n). O uso mais antigo conhecido da palavra inglesa “*pseudoscience*” data de 1796, quando o historiador James Pettit Andrew se referiu à alquimia como uma “pseudociência fantástica” (*Oxford English Dictionary*). Essa palavra tem sido usada com frequência desde a década de 1880 (Thurs & Numbers, 2013) e, ao longo de sua história, teve um significado claramente difamatório (Laudan 1983, p. 119; Dolby, 1987, p. 204). Seria tão estranho alguém descrever orgulhosamente suas próprias atividades como pseudociência quanto se vangloriar de que são



má ciência. Uma vez que a conotação depreciativa é uma característica essencial da palavra “pseudociência”, uma tentativa de obter uma definição isenta de valores desse termo não seria significativa. Um termo essencialmente carregado de valor deve ser definido em termos carregados de valor. Isso geralmente é difícil, pois a especificação do componente de valor tende a ser controversa.

Esse problema não é exclusivo da pseudociência, mas decorre diretamente de um problema paralelo, mas um tanto menos evidente, com o conceito de ciência. O uso comum do termo “ciência” pode ser descrito como parcialmente descritivo, parcialmente normativo. Quando uma atividade é reconhecida como ciência, isso geralmente envolve um reconhecimento de que ela tem um papel positivo em nossa busca pelo conhecimento. Por outro lado, o conceito de ciência vem sendo formado ao longo de um processo histórico, no qual muitas contingências influenciam o que chamamos e o que não chamamos de ciência. Chamarmos uma afirmação, doutrina ou disciplina de “científica” depende tanto de sua área de estudo quanto de suas qualidades epistêmicas. A primeira parte da delimitação é amplamente convencional, enquanto a segunda é altamente normativa e intimamente ligada a questões epistemológicas e metafísicas fundamentais.

Nesse contexto, para não ser excessivamente complexa, uma definição de ciência deve seguir uma de duas direções. Ela pode se concentrar nos conteúdos descritivos e especificar como o termo é realmente usado. Alternativamente, ela pode se concentrar no elemento normativo e esclarecer o significado mais fundamental do termo. A última abordagem tem sido escolhida pela maioria dos filósofos que escrevem sobre o assunto e será o foco aqui. Ela envolve, necessariamente, algum grau de idealização em relação ao uso comum do termo “ciência”, em particular no que diz respeito à delimitação da área de estudo da ciência.

A palavra inglesa “*science*” é usada principalmente para as ciências naturais e outros campos de pesquisa que são considerados semelhantes a elas. Assim, a economia política e a sociologia são consideradas ciências, enquanto os estudos de literatura e história geralmente não são. A palavra alemã correspondente, “*Wissenschaft*”, tem um significado muito mais amplo e abrange todas as especialidades acadêmicas, incluindo as humanidades. O termo alemão tem a vantagem de delimitar mais adequadamente o tipo de conhecimento sistemático que está em jogo no conflito entre ciência e pseudociência. As deturpações da história apresentadas pelos



negadores do Holocausto e outros pseudo-historiadores são de natureza muito semelhante às deturpações da ciência natural promovidas pelos criacionistas e homeopatas.

Ainda mais importante, as ciências naturais e sociais e as humanidades são todas partes do mesmo esforço humano, ou seja, investigações sistemáticas e críticas destinadas a adquirir a melhor compreensão possível do funcionamento da natureza, das pessoas e da sociedade humana. As disciplinas que formam essa comunidade de disciplinas de conhecimento são cada vez mais interdependentes. Desde a segunda metade do século XX, disciplinas integrativas, como astrofísica, biologia evolutiva, bioquímica, ecologia, química quântica, neurociências e teoria dos jogos, se desenvolveram em velocidade drástica e contribuíram para unir disciplinas anteriormente desconectadas. Essas crescentes interconexões também aproximaram as ciências e as humanidades, como pode ser visto, por exemplo, na dependência cada vez maior do conhecimento histórico em relação à análise científica avançada dos achados arqueológicos.

O conflito entre ciência e pseudociência é mais bem compreendido com esse sentido ampliado de ciência. De um lado do conflito, nós encontramos a comunidade de disciplinas do conhecimento que inclui as ciências naturais e sociais e as humanidades. Do outro lado, nós encontramos uma grande variedade de movimentos e doutrinas, como o criacionismo, a astrologia, a homeopatia e o negacionismo do Holocausto, que estão em conflito com resultados e métodos geralmente aceitos na comunidade de disciplinas do conhecimento.

Outra forma de expressar isso é que o problema da demarcação tem uma preocupação mais profunda do que delimitar a seleção das atividades humanas que nós, por várias razões, escolhemos chamar de “ciências”. A questão final é “como determinar quais crenças são epistemicamente justificadas” (Fuller, 1985, p. 331). Em uma abordagem mais ampla, as ciências são práticas de investigação de fatos, ou seja, práticas humanas que visam descobrir, na medida do possível, como as coisas realmente são (Hansson, 2018). Outros exemplos de práticas de investigação de fatos nas sociedades modernas são o jornalismo, as investigações criminais e os métodos usados pelos mecânicos para procurar o problema em uma máquina com defeito. As práticas de investigação de fatos também são predominantes nas sociedades indígenas, por exemplo, nas formas de experimentação agrícola tradicional e nos métodos usados para rastrear presas (Liebenberg, 2013). Nessa perspectiva, a demarcação da ciência é um caso especial de delimitação de práticas precisas de investigação de fatos. A delimitação entre ciência e pseudociência tem muito em comum com outras delimitações, como aquela entre jornalismo



preciso e impreciso e entre investigações criminais realizadas de forma adequada e inadequada (Hansson, 2018).

3. O “PSEUDO” DA PSEUDOCIÊNCIA

3.1. NÃO CIÊNCIA, ANTICIÊNCIA E PSEUDOCIÊNCIA

As expressões “demarcação da ciência” e “demarcação da ciência da pseudociência” são frequentemente usadas de forma intercambiável, com muitos autores parecendo tê-las considerado iguais em significado. Na visão deles, a tarefa de traçar os limites externos da ciência é essencialmente a mesma de traçar a fronteira entre ciência e pseudociência.

Essa imagem é muito simplificada. Nem toda não ciência é pseudociência e a ciência tem fronteiras não triviais com outros fenômenos não científicos, como metafísica, religião e vários tipos de conhecimento sistematizado não científico. [Mahner (2007, p. 548) propôs o termo “paraciência” para abranger práticas não científicas que não são pseudocientíficas.] A ciência também tem o problema de demarcação interna de distinguir entre ciência boa e má.

Uma comparação dos termos de negação relacionados à ciência pode contribuir para esclarecer as distinções conceituais. “Anticientífico” (“*unscientific*”) é um conceito mais restrito do que “não científico” (“*non-scientific*”), uma vez que o primeiro, mas não o segundo, implica alguma forma de contradição ou conflito com a ciência. “Pseudocientífico” (“*pseudoscientific*”) é, por sua vez, um conceito mais restrito do que “anticientífico”. O segundo termo difere do primeiro ao abranger erros inadvertidos de medição e de cálculos e outras formas de má ciência realizadas por cientistas que são reconhecidos por tentar, mas falhar em, produzir boa ciência.

A etimologia nos fornece um ponto de partida óbvio para esclarecer quais características a pseudociência tem além de ser meramente não ou anticientífica. “Pseudo-” (ψευδο-) significa falso. Considerando isso, o Dicionário Oxford de Inglês (*Oxford English Dictionary – OED*) define pseudociência da seguinte forma:

Uma ciência fingida ou espúria; uma coleção de crenças sobre o mundo, relacionadas entre si, consideradas erroneamente como baseadas no método científico ou como tendo o *status* que as verdades científicas têm agora.



3.2. A NÃO CIÊNCIA POSANDO DE CIÊNCIA

Muitos escritores de pseudociência têm enfatizado que a pseudociência é não ciência se passando por ciência. O mais importante clássico moderno sobre o assunto (Gardner, 1957) traz o título “*Fads and Fallacies in the Name of Science*” (Modismos e falácias em nome da ciência). De acordo com Brian Baigrie (1988, p. 438), “o que é censurável sobre essas crenças é que elas se disfarçam como crenças genuinamente científicas”. Esses e muitos outros autores assumem que, para ser pseudocientífico, uma atividade ou um ensinamento deve satisfazer os dois critérios a seguir (Hansson, 1996):

- (1) não é científico e
- (2) seus principais proponentes tentam criar a impressão de que é científico.

O primeiro dos dois critérios é fundamental para os interesses da filosofia da ciência. Seu significado preciso tem sido objeto de importantes controvérsias entre filósofos, a serem discutidas na Seção 4 (abaixo). O segundo critério tem sido menos discutido pelos filósofos, mas é necessário um tratamento cuidadoso, principalmente porque muitas discussões sobre pseudociência (dentro e fora da filosofia) têm sido confusas devido à atenção insuficiente dada a ele. Os defensores da pseudociência muitas vezes tentam imitar a ciência, organizando conferências, periódicos e associações que compartilham muitas das características superficiais da ciência, mas não satisfazem seus critérios de qualidade. Naomi Oreskes (2019) denominou esse fenômeno de “ciência *fac-símile*”. Blancke e colaboradores (2017) chamaram isso de “mimetismo cultural da ciência”.

3.3. O COMPONENTE DOCTRINÁRIO

Um problema imediato com a definição baseada em (1) e (2) é que ela é muito ampla. Existem fenômenos que satisfazem ambos os critérios, mas não são comumente chamados de pseudocientíficos. Um dos exemplos mais claros disso é a fraude na ciência. Trata-se de uma prática com elevada pretensão científica, mas que não obedece à ciência, satisfazendo assim ambos os critérios. No entanto, a fraude em ramos legítimos da ciência raramente é denominada



“pseudociência”. A razão para isso pode ser esclarecida com os seguintes exemplos hipotéticos (Hansson, 1996):

- **Caso 1:** Uma bioquímica realiza um experimento no qual ela interpreta que uma determinada proteína tem um papel essencial na contração muscular. Há um consenso entre seus colegas de que o resultado é um mero artefato, devido a um erro experimental.

- **Caso 2:** Uma bioquímica realiza um experimento negligente após o outro. Ela os interpreta, de modo consistente, como o papel que uma determinada proteína tem na contração muscular, interpretação não aceita por outros cientistas.

- **Caso 3:** Uma bioquímica realiza vários experimentos malfeitos em diferentes áreas. Um deles é o experimento mencionado no caso 1. Grande parte de seu trabalho possui a mesma qualidade. Ela não propaga nenhuma teoria heterodoxa em particular.

De acordo com o uso comum, 1 e 3 são considerados casos de má ciência, enquanto somente 2 é tido como um caso de pseudociência. O que está presente no caso 2, mas ausente nos outros casos, é uma doutrina desviante. Violações isoladas dos requisitos da ciência não são comumente consideradas pseudocientíficas. A pseudociência, como é comumente concebida, envolve um esforço sustentado para promover pontos de vista diferentes daqueles que têm legitimidade científica no momento.

Isso explica por que a fraude na ciência geralmente não é considerada pseudocientífica. Tais práticas não são geralmente associadas a uma doutrina desviante ou heterodoxa. Ao contrário, o cientista fraudulento geralmente está ansioso para que seus resultados estejam em conformidade com as previsões das teorias científicas estabelecidas. Desvios dessas teorias levariam a um risco muito maior de revelação da fraude.

O termo “ciência” tem um sentido particularizado e um sentido não particularizado (generalizado). No sentido particularizado, a bioquímica e a astronomia são ciências diferentes, na qual a primeira inclui estudos de proteínas musculares e a segunda, estudos de supernovas. O Dicionário Oxford de Inglês (*Oxford English Dictionary – OED*) define esse sentido de ciência como “um ramo particular do conhecimento ou estudo; um departamento de aprendizagem reconhecido”. No sentido generalizado, o estudo das proteínas musculares e o das supernovas



são partes de “uma e mesma” ciência. Nas palavras do OED, ciência generalizada é “o tipo de conhecimento ou atividade intelectual de que as várias ‘ciências’ são exemplos”.

Pseudociência é uma antítese da ciência em seu sentido particularizado, e não em seu sentido generalizado. Não existe um corpo unificado de pseudociência correspondente ao corpo da ciência. Para que um fenômeno seja pseudocientífico, ele deve pertencer a uma das pseudociências particulares. No intuito de adequar-se a essa característica, a definição acima pode ser modificada, substituindo o item (2) por (Hansson, 1996):

(2') constitui parte de uma doutrina não científica, cujos principais proponentes tentam criar a impressão de que é científica.

A maioria dos filósofos da ciência, e a maioria dos cientistas, prefere considerar a ciência como constituída por métodos de investigação e não por doutrinas particulares. Há uma tensão óbvia entre (2') e essa visão convencional da ciência. Isso, no entanto, pode ser como deveria, uma vez que a pseudociência geralmente envolve uma representação da ciência como uma doutrina fechada e finalizada, e não como uma metodologia aberta à investigação.

3.4. UM SENSO MAIS AMPLO DE PSEUDOCIÊNCIA

Às vezes, o termo “pseudociência” é usado em um sentido mais amplo do que aquele que está compreendido na definição constituída por (1) e (2'). Ao contrário de (2'), as doutrinas que entram em desacordo com a ciência às vezes são chamadas de “pseudocientíficas”, apesar de não serem formuladas como científicas. Assim, Grove (1985, p. 219) incluiu entre as doutrinas pseudocientíficas aquelas que “pretendem oferecer explicações alternativas às da ciência ou alegam explicar o que a ciência não pode explicar”. De forma similar, Lugg (1987, p. 227-228) defendeu que “as previsões do clarividente são pseudocientíficas, estejam elas corretas ou não”, apesar do fato de a maioria dos clarividentes não professar ser praticante da ciência. Nesse sentido, assume-se que a pseudociência inclui não somente doutrinas contrárias à ciência proclamadas como científicas, mas doutrinas contrárias à ciência *tout court*, sejam elas apresentadas ou não em nome da ciência. Indiscutivelmente, a questão crucial não é se algo é chamado de “ciência”, mas se afirma ter a função de ciência, ou seja, fornecer as informações



mais confiáveis sobre um tema. Para cobrir esse sentido mais amplo de pseudociência, (2') pode ser modificado da seguinte forma (Hansson, 1996; 2013):

(2'') faz parte de uma doutrina, cujos principais proponentes tentam criar a impressão de que ela representa o conhecimento mais confiável sobre um tema.

O uso comum parece oscilar entre as definições (1) + (2') e (1) + (2'') de uma maneira interessante: em seus comentários sobre o significado do termo, os críticos da pseudociência tendem a endossar uma definição próxima a (1) + (2'), mas seu uso real geralmente está mais próximo de (1) + (2'').

Os exemplos a seguir servem para ilustrar a diferença entre as duas definições e também para esclarecer por que a cláusula (1) é necessária:

- (a) Um livro criacionista fornece uma descrição correta da estrutura do DNA.
- (b) Um livro de química, em outros aspectos confiável, fornece uma descrição incorreta da estrutura do DNA.
- (c) Um livro criacionista nega que a espécie humana compartilha ancestrais comuns com outros primatas.
- (d) Um pregador que nega que a ciência pode ser confiável também nega que a espécie humana compartilha ancestrais comuns com outros primatas.

(a) não satisfaz (1) e, portanto, não é pseudocientífica em nenhum dos casos. (b) satisfaz (1), mas não (2') nem (2'') e, portanto, não é pseudocientífico em nenhum dos casos. (c) satisfaz todos os três critérios, (1), (2') e (2'') e, portanto, é pseudocientífico em ambos os casos. Finalmente, (d) satisfaz (1) e (2'') e é, portanto, pseudocientífico de acordo com (1) + (2''), mas não de acordo com (1) + (2'). Como demonstram os dois últimos exemplos, às vezes é difícil distinguir a pseudociência da anticiência. Os promotores de algumas pseudociências (principalmente, a homeopatia) tendem a ser ambíguos entre a oposição à ciência e as alegações de que eles próprios representam a melhor ciência.



3.5. OS OBJETOS DE DEMARCAÇÃO

Várias propostas foram apresentadas sobre a quais elementos da ciência ou pseudociência exatamente os critérios de demarcação devem ser aplicados. As propostas contêm que a demarcação deve se referir a um programa de pesquisa (Lakatos, 1974a, p. 248-249), um campo epistêmico ou disciplina cognitiva, ou seja, um grupo de pessoas com objetivos de conhecimento comum e suas práticas (Bunge; 1982; 2001; Mahner, 2007), uma teoria (Popper, 1962; 1974), uma prática (Lugg, 1992; Morris, 1987), um problema ou questão científica (Siitonen 1984) e uma investigação particular (Kuhn, 1974; Mayo, 1996). Provavelmente, é adequado dizer que os critérios de demarcação podem ser aplicados de forma significativa em cada um desses níveis de descrição. Um problema muito mais difícil é se um desses níveis é o nível fundamental ao qual as avaliações nos outros níveis são dedutíveis. No entanto, deve-se notar que as análises em diferentes níveis podem ser interdefiníveis. Por exemplo, não é uma suposição irracional que uma doutrina pseudocientífica é aquela que contém, como núcleo, enunciados pseudocientíficos ou alegações definidoras. Por outro lado, um enunciado pseudocientífico pode ser caracterizado em termos de ser endossado por uma doutrina pseudocientífica, mas não por relatos científicos legítimos da mesma área de assunto.

Derksen (1993) difere da maioria dos outros autores sobre o assunto ao colocar a ênfase da demarcação no pseudocientista, ou seja, na pessoa individual que conduz a pseudociência. Seu principal argumento para isso é que a pseudociência tem pretensões científicas, e tais pretensões estão associadas a uma pessoa, não a uma teoria, a uma prática ou a todo um campo. No entanto, como foi observado por Settle (1971), é a racionalidade e a atitude crítica assimiladas nas instituições, e não os traços intelectuais pessoais dos indivíduos, que distinguem a ciência das práticas não científicas, como a magia. O praticante individual de magia em uma sociedade pré-letrada não é necessariamente menos racional do que o cientista individual na sociedade ocidental moderna. O que lhe falta é um ambiente intelectual de racionalidade coletiva e crítica mútua. “É quase uma falácia de divisão insistir em que cada cientista individual tenha um pensamento crítico” (Settle, 1971, p. 174).



3.6. UMA DEMARCAÇÃO COM LIMITE DE TEMPO

Alguns autores sustentam que a demarcação entre ciência e pseudociência deve ser atemporal. Se isso fosse verdadeiro, seria contraditório rotular algo como pseudociência em um dado tempo, mas não em outro. Assim, depois de mostrar que o criacionismo é em alguns aspectos semelhante a algumas doutrinas do início do século XVIII, um autor defendeu que “se tal atividade era descrita como ciência, então há uma razão para descrevê-la como ciência agora” (Dolby, 1987, p. 207). Este argumento é baseado em um conceito fundamentalmente errado da ciência. É uma característica essencial da ciência que ela se esforce metodicamente para se aprimorar por meio de testes empíricos, crítica intelectual e exploração de novos territórios. Um ponto de vista ou teoria não pode ser científico a menos que se relacione adequadamente com esse processo de aperfeiçoamento, o que significa, no mínimo, que rejeições bem fundamentadas de pontos de vista científicos anteriores sejam aceitas. A demarcação prática da ciência não pode ser atemporal, pela simples razão de que a própria ciência não é atemporal.

Todavia, a mutabilidade da ciência é um dos fatores que dificulta a demarcação entre ciência e pseudociência. Derksen (1993, p. 19) apontou corretamente três razões principais pelas quais a demarcação às vezes é difícil: a ciência muda com o tempo, a ciência é heterogênea e a própria ciência estabelecida não está livre dos defeitos característicos da pseudociência.

4. CRITÉRIOS ALTERNATIVOS DE DEMARCAÇÃO

Discussões filosóficas sobre a demarcação da pseudociência geralmente se concentram na questão normativa, ou seja, a falta de qualidade científica da pseudociência (em vez de sua tentativa de imitar a ciência). Uma opção é basear a demarcação na função fundamental que a ciência compartilha com outros processos de investigação de fatos, ou seja, fornecer-nos as informações mais confiáveis disponíveis atualmente sobre seu objeto de estudo. Isso pode levar à especificação do critério (1) da Seção 3.2 como segue:

(1') está em desacordo com o conhecimento mais confiável disponível atualmente sobre o assunto.



Essa definição tem as vantagens de (i) ser aplicável em disciplinas com metodologias altamente diferentes e (ii) permitir que um enunciado seja pseudocientífico no presente, embora não o fosse em um período anterior (ou, embora com menos frequência, o contrário) (Hansson, 2013). Ao mesmo tempo, ela transfere a determinação prática de se um enunciado ou doutrina é pseudocientífico do alcance da filosofia de poltrona para o de cientistas especializados no assunto ao qual o enunciado ou doutrina se relaciona. Os filósofos geralmente têm optado por critérios de demarcação que parecem não exigir conhecimento especializado na área temática pertinente.

4.1. OS POSITIVISTAS LÓGICOS

Por volta de 1930, os positivistas lógicos do Círculo de Viena desenvolveram várias abordagens verificacionistas da ciência. A ideia básica era que um enunciado científico poderia ser distinguido de um enunciado metafísico por ser, pelo menos em princípio, possível de ser verificado. Esse ponto de vista foi associado à visão de que o significado de uma proposição é seu método de verificação (ver a seção sobre Verificacionismo no verbete sobre o Círculo de Viena). Essa proposta tem sido frequentemente incluída em relatos sobre a demarcação entre ciência e pseudociência. No entanto, isso não é historicamente muito preciso, uma vez que as propostas verificacionistas tinham como objetivo resolver um problema de demarcação distintamente diferente, ou seja, entre ciência e metafísica.

4.2. FALSIFICACIONISMO

Karl Popper descreveu o problema da demarcação como a “chave para a maioria dos problemas fundamentais na filosofia da ciência” (Popper, 1962, p. 42). Ele rejeitou a verificabilidade como critério para uma teoria ou hipótese científica ser científica, em vez de pseudocientífica ou metafísica. Em vez disso, ele propôs como critério que a teoria fosse falseável, ou mais precisamente que “enunciados ou sistemas de enunciados, para serem classificados como científicos, devem ser capazes de entrar em conflito com observações possíveis ou concebíveis” (Popper, 1962, p. 39).



Popper apresentou essa proposta como uma forma de traçar a linha entre enunciados pertencentes às ciências empíricas e “todos os outros enunciados – sejam eles de caráter religioso ou metafísico, ou simplesmente pseudocientíficos” (Popper 1962, p. 39; cf. Popper, 1974, p. 981). Isso era tanto uma alternativa aos critérios de verificação dos positivistas lógicos quanto um critério para distinguir entre ciência e pseudociência. Embora Popper não tenha enfatizado a distinção, essas são, é claro, duas questões diferentes (Bartley, 1968). Popper admitiu que os enunciados metafísicos podem estar “longe de ser sem sentido” (1974, p. 978-979), mas não demonstrou tal apreciação por enunciados pseudocientíficos.

O critério de demarcação de Popper foi criticado tanto por excluir a ciência legítima (Hansson, 2006) quanto por dar a algumas pseudociências o *status* de científicas (Agassi, 1991; Mahner, 2007, p. 518-519). Estritamente falando, seu critério exclui a possibilidade de que possa haver uma alegação pseudocientífica que seja refutável. De acordo com Larry Laudan (1983, p. 121), esse critério “tem a consequência desagradável de aceitar como ‘científica’ toda alegação excêntrica que faz afirmações comprovadamente falsas”. A astrologia, corretamente tomada por Popper como um exemplo excepcionalmente claro de uma pseudociência, foi de fato testada e completamente refutada (Culver & Ianna, 1988; Carlson, 1985). Da mesma forma, as principais ameaças ao *status* científico da psicanálise, outro de seus principais alvos, não vêm de alegações de que ela não pode ser testada, mas de que ela foi testada e falhou nos testes.

Os defensores de Popper argumentam que essa crítica se baseia em uma interpretação injusta de suas ideias. Eles afirmam que as ideias de Popper não devem ser interpretadas no sentido de que a falseabilidade é uma condição suficiente para demarcar a ciência. Alguns trechos parecem sugerir que ele a toma apenas como uma condição necessária (Feleppa, 1990, p. 142). Outros trechos sugerem que, para uma teoria ser científica, Popper requer (além da falseabilidade) que tentativas rigorosas sejam feitas para testar a teoria e que os resultados negativos dos testes sejam aceitos (Cioffi, 1985, p. 14-16). Um critério de demarcação baseado em falsificação que inclua esses elementos evitará os contra-argumentos mais óbvios a um critério baseado apenas na falseabilidade.

No entanto, no que parece ser o último enunciado de sua posição, Popper declarou que a falseabilidade é um critério necessário e suficiente. “Uma sentença (ou uma teoria) é empírico-científica se, e somente se, for falsificável.” Além disso, ele enfatizou que a falseabilidade referida aqui “só tem a ver com a estrutura lógica de sentenças e classes de sentenças” (Popper,



[1989] 1994, p. 82). Uma sentença (teórica), diz ele, é falsificável se, e somente se, contradiz logicamente alguma sentença (empírica) que descreve um evento logicamente possível que seria logicamente possível observar (Popper, [1989] 1994, p. 83). Um enunciado pode ser falsificável neste sentido, embora na prática não seja possível falsificá-lo. Parece decorrer dessa interpretação, que o *status* de um enunciado como científico ou não científico não muda com o tempo. Em ocasiões anteriores, Popper parece ter interpretado a falseabilidade de maneira diferente, sustentando que “o que ontem foi uma ideia metafísica pode se tornar uma teoria científica testável amanhã; e isso acontece frequentemente” (Popper, 1974, p. 981, cf. p. 984).

A falseabilidade lógica é um critério muito mais fraco do que a falseabilidade prática. No entanto, até a falseabilidade lógica pode criar problemas nas demarcações práticas. Popper uma vez adotou o ponto de vista de que a seleção natural não é uma teoria científica adequada, argumentando que se aproxima de dizer apenas que “os sobreviventes sobrevivem”, o que é tautológico. “O darwinismo não é uma teoria científica testável, mas um programa de pesquisa metafísica” (Popper, 1976, p. 168). Esta afirmação foi criticada por cientistas evolucionistas que apontaram que ela deturpa a evolução. A teoria da seleção natural deu origem a muitas previsões que resistiram a testes tanto em estudos de campo quanto em laboratórios (Ruse, 1977; 2000).

Em uma palestra no *Darwin College* em 1977, Popper retratou sua visão anterior de que a teoria da seleção natural é tautológica. Ele agora admitiu que é uma teoria testável, embora seja “difícil de testar” (Popper, 1978, p. 344). No entanto, apesar de sua retratação bem argumentada, seu ponto de vista anterior continua a ser propagado em desafio à evidência acumulada de testes empíricos da seleção natural.

4.3. O CRITÉRIO DE RESOLUÇÃO DE QUEBRA-CABEÇAS

Thomas Kuhn é um dos muitos filósofos para quem a visão de Popper sobre o problema da demarcação foi um ponto de partida para o desenvolvimento de suas próprias ideias. Kuhn criticou Popper por caracterizar “todo o empreendimento científico em termos que se aplicam apenas às suas partes revolucionárias ocasionais” (Kuhn, 1974, p. 802). O foco de Popper nas falsificações de teorias levou a uma concentração nos raros casos em que toda uma teoria está em jogo. De acordo com Kuhn, a maneira como a ciência funciona nessas ocasiões não pode ser usada para caracterizar todo o empreendimento científico. Em vez disso, é na “ciência normal”, a ciência que ocorre entre os momentos incomuns das revoluções científicas, que encontramos



as características pelas quais a ciência pode ser distinguida de outras atividades (Kuhn, 1974, p. 801).

Na ciência normal, a atividade do cientista consiste em resolver quebra-cabeças em vez de testar teorias fundamentais. Na resolução de quebra-cabeças, a teoria atual é aceita e o quebra-cabeça é de fato definido em seus termos. Na visão de Kuhn, “isso é a ciência normal, na qual o tipo de teste de Sir Karl não ocorre, ao invés da ciência extraordinária, que quase distingue a ciência de outros empreendimentos” e, portanto, um critério de demarcação deve se referir ao funcionamento da ciência normal (Kuhn, 1974, p. 802). O próprio critério de demarcação de Kuhn é a capacidade de resolver quebra-cabeças, que ele vê como uma característica essencial da ciência normal.

A visão de demarcação de Kuhn é mais claramente expressa em sua comparação da astronomia com a astrologia. Desde a antiguidade, a astronomia tem sido uma atividade de resolução de quebra-cabeças e, portanto, uma ciência. Se a previsão de um astrônomo falhasse, esse era um quebra-cabeça que ele poderia esperar resolver, por exemplo, com mais medições ou ajustes da teoria. Em contraste, o astrólogo não tinha tais quebra-cabeças, pois naquela disciplina “fracassos particulares não davam origem a quebra-cabeças de pesquisa, pois nenhum homem, por mais habilidoso que fosse, poderia fazer uso deles em uma tentativa construtiva de revisar a tradição astrológica” (Kuhn, 1974, p. 804). Portanto, de acordo com Kuhn, a astrologia nunca foi uma ciência.

Popper desaprovava completamente o critério de demarcação de Kuhn. De acordo com Popper, os astrólogos estão envolvidos na resolução de quebra-cabeças e, conseqüentemente, o critério de Kuhn o obriga a reconhecer a astrologia como uma ciência. (Ao contrário de Kuhn, Popper definiu quebra-cabeças como “problemas menores que não afetam a rotina”.) Em sua opinião, a proposta de Kuhn leva ao “grande desastre” de uma “substituição de um critério racional da ciência por um critério sociológico” (Popper, 1974, p. 1146-1147).

4.4. CRITÉRIOS BASEADOS NO PROGRESSO CIENTÍFICO

O critério de demarcação de Popper diz respeito à estrutura lógica das teorias. Imre Lakatos descreveu esse critério como “bastante impressionante. Uma teoria pode ser científica mesmo que não haja um fragmento de evidência a seu favor, e pode ser pseudocientífica mesmo



que toda a evidência disponível esteja a seu favor. Ou seja, o caráter científico ou não científico de uma teoria pode ser determinado independentemente dos fatos” (Lakatos, 1981, p. 117).

Alternativamente, Lakatos (1970; 1974a; 1974b; 1981) propôs uma modificação do critério de Popper que ele chamou de “falsificacionismo sofisticado (metodológico)”. Nessa perspectiva, o critério de demarcação não deve ser aplicado a uma hipótese ou teoria isolada, mas sim a todo um programa de pesquisa caracterizado por uma série de teorias que se substituem sucessivamente. Na visão de Lakatos, um programa de pesquisa é progressivo se as novas teorias fazem previsões surpreendentes que se confirmam. Em contraste, um programa de pesquisa degenerado é caracterizado por teorias sendo fabricadas apenas para acomodar fatos conhecidos. O progresso na ciência só é possível se um programa de pesquisa satisfizer o requisito mínimo de que cada nova teoria desenvolvida no programa tenha um conteúdo empírico maior do que seu antecessor. Se um programa de pesquisa não satisfaz esse requisito, então é pseudocientífico.

De acordo com Paul Thagard (1978, p. 228), uma teoria ou disciplina é pseudocientífica se satisfaz dois critérios. Um deles é que a teoria falha em progredir e o outro é que “a comunidade de praticantes faz poucas tentativas de desenvolver a teoria para solucionar problemas, não mostra preocupação com tentativas de avaliar a teoria em relação a outras e é seletiva ao considerar confirmações e não confirmações”. Uma grande diferença entre essa abordagem e a de Lakatos é que Lakatos classificaria uma disciplina não progressiva como pseudocientífica, mesmo se seus praticantes trabalhassem arduamente para melhorá-la e transformá-la em uma disciplina progressiva. [Em um trabalho posterior, Thagard abandonou essa abordagem e, em vez disso, promoveu uma forma de demarcação multicriterial (Thagard, 1988, p. 157-173)].

De maneira um tanto semelhante, Daniel Rothbart (1990) enfatizou a distinção entre os padrões a serem usados ao testar uma teoria e aqueles a serem usados ao determinar se uma teoria deve ser testada. Os últimos, os critérios de elegibilidade, incluem que a teoria deve conter o sucesso explanatório de sua rival e deve produzir implicações testáveis que sejam inconsistentes com as da rival. De acordo com Rothbart, uma teoria não é científica se não for digna de teste nesse sentido.

George Reisch propôs que a demarcação poderia ser baseada na exigência de que uma disciplina científica seja adequadamente integrada às outras ciências. As várias disciplinas científicas possuem fortes interconexões baseadas em metodologia, teoria, similaridade de



modelos, etc. O criacionismo, por exemplo, não é científico porque seus princípios básicos e crenças são incompatíveis com aqueles que conectam e unificam as ciências. De um modo mais geral, diz Reisch, um campo epistêmico é pseudocientífico se não puder ser incorporado à rede existente de ciências estabelecidas (Reisch, 1998; cf. Bunge, 1982, p. 379).

Paul Hoyningen-Huene (2013) identifica ciência com conhecimento sistemático e propõe que a sistematicidade pode ser usada como critério de demarcação. No entanto, como mostrado por Naomi Oreskes, este é um critério problemático, uma vez que algumas pseudociências parecem satisfazê-lo (Oreskes, 2019).

4.5. *NORMAS EPISTÊMICAS*

Uma abordagem diferente, ou seja, para basear os critérios de demarcação na base de valor da ciência, foi proposta pelo sociólogo Robert K. Merton ([1942] 1973). Segundo Merton, a ciência é caracterizada por um “*ethos*”, ou seja, um espírito, que pode ser resumido em quatro conjuntos de imperativos institucionais. O primeiro deles, o universalismo, afirma que, quaisquer que sejam suas origens, as alegações de verdade devem ser submetidas a critérios impessoais, pré-estabelecidos. Isso implica que a aceitação ou rejeição de alegações não deve depender das qualidades pessoais ou sociais de seus protagonistas.

O segundo imperativo, o comunismo, diz que as descobertas substanciais da ciência são produtos da colaboração social e, portanto, pertencem à comunidade, em vez de pertencerem a indivíduos ou grupos. Isso é, como apontou Merton, incompatível com patentes que reservam direitos exclusivos de uso a inventores e descobridores. O termo “comunismo” é um tanto infeliz; “comunalidade” provavelmente captura melhor o que Merton almejava.

Seu terceiro imperativo, o desinteresse, impõe um padrão de controle institucional que visa conter os efeitos de motivos pessoais ou ideológicos que os cientistas individualmente possam ter. O quarto imperativo, o ceticismo organizado, implica que a ciência permite o exame cuidadoso e imparcial de crenças que são mantidas com estima por outras instituições. É isso que às vezes coloca a ciência em conflito com religiões e ideologias.

Merton descreveu esses critérios como pertencentes à sociologia da ciência e, portanto, como enunciados empíricos sobre normas na ciência real, em vez de enunciados normativos sobre como a ciência deveria ser conduzida (Merton, [1942] 1973, p. 268). Seus critérios muitas



vezes foram rejeitados pelos sociólogos como super simplificados e tiveram apenas uma influência limitada nas discussões filosóficas sobre a questão da demarcação (Dolby, 1987; Ruse, 2000). O seu potencial nesse último contexto parece não ter sido suficientemente explorado.

4.6. ABORDAGENS MULTICRITÉRIO

O método de demarcação de Popper consiste essencialmente no critério único de falseabilidade (embora alguns autores tenham pretendido combiná-lo com os critérios adicionais de que os testes são realmente realizados e seus resultados respeitados, ver Seção 4.2). A maioria dos outros critérios discutidos acima são igualmente monocriteriais, é claro, com a proposta de Merton como uma grande exceção.

A maioria dos autores, que propuseram critérios de demarcação, apresentou, como alternativa, uma lista de tais critérios. Foi publicado um grande número de listas que consistem em (geralmente de 5 a 10) critérios que podem ser usados em combinação para identificar uma pseudociência ou prática pseudocientífica. Isso inclui listas de Langmuir ([1953] 1989), Gruenberger (1964), Dutch (1982), Bunge (1982), Radner & Radner (1982), Kitcher (1982, p. 30-54), Grove (1985), Thagard (1988, p. 157-173), Glymour & Stalker (1990), Derksen (1993, 2001), Vollmer (1993), Ruse (1996, p. 300-306) e Mahner (2007). Muitos dos critérios que aparecem nessas listas estão intimamente relacionados aos critérios discutidos anteriormente nas Seções 4.2 e 4.4. Uma dessas listas diz o seguinte:

1. **Crença na autoridade:** afirma-se que alguma pessoa ou pessoas têm uma habilidade especial para determinar o que é verdadeiro ou falso. Outros têm que aceitar seus julgamentos.
2. **Experimentos irrepetíveis:** A confiança é colocada em experimentos que não podem ser repetidos por outros com o mesmo resultado.
3. **Exemplos escolhidos a dedo:** Exemplos escolhidos a dedo são usados, embora não sejam representativos da categoria geral à qual a investigação se refere.
4. **Relutância em testar:** Uma teoria não é testada, embora seja possível testá-la.
5. **Desconsideração de informação refutada:** Observações ou experimentos que entram em conflito com uma teoria são negligenciados.



6. **Subterfúgio incorporado:** O teste de uma teoria é organizado de forma que a teoria só pode ser confirmada, nunca refutada, pelo resultado.
7. **Explicações são abandonadas sem reposição:** As explicações defensáveis são abandonadas sem serem substituídas, de modo que a nova teoria deixa muito mais a ser explicado do que a teoria anterior.

Alguns dos autores que propuseram demarcações multicriteriais defenderam essa abordagem como sendo superior a qualquer demarcação monocriterial. Assim, Bunge (1982, p. 372) afirmou que muitos filósofos falharam em fornecer uma definição adequada de ciência, uma vez que pressupuseram que um único atributo serviria; a seu ver, é necessária a combinação de vários critérios. Dupré (1993, p. 242) propôs que a ciência é mais bem compreendida como um conceito wittgensteiniano de semelhança familiar. Isso significaria que existe um conjunto de atributos que são característicos da ciência, mas embora cada parte da ciência tenha alguns desses atributos, nós não devemos esperar que nenhuma parte da ciência tenha todos eles. Irzik & Nola (2011) propuseram o uso dessa abordagem no ensino de ciências.

No entanto, uma definição multicriterial de ciência não é necessária para justificar uma explicação multicriterial de como a pseudociência se desvia da ciência. Mesmo que a ciência possa ser descrita por uma única característica definidora, diferentes práticas pseudocientíficas podem se desviar da ciência de maneiras amplamente divergentes.

5. DUAS FORMAS DE PSEUDOCIÊNCIA

Algumas formas de pseudociência têm como objetivo principal a promoção de uma teoria particular, própria, enquanto outras são movidas pelo desejo de combater alguma teoria científica ou ramo da ciência. O primeiro tipo de pseudociência foi chamado de promoção de pseudoteoria e o segundo, de negação científica (negacionismo científico) (Hansson, 2017). A promoção de pseudoteoria é exemplificada pelas teorias da homeopatia, da astrologia e dos astronautas antigos. O termo “negação” foi usado pela primeira vez sobre a alegação pseudocientífica de que o Holocausto nazista nunca aconteceu. A frase “negação do Holocausto” já estava em uso no início dos anos 1980 (Gleberzon, 1983). O termo “negação da mudança climática” tornou-se comum por volta de 2005 (*e.g.*, Williams, 2005). Outras formas



de negação da ciência são a negação da teoria da relatividade, negação das doenças oriundas do tabagismo, negação do HIV e negação da vacinação.

Muitas formas de pseudociência combinam a promoção de pseudoteoria com o negacionismo científico. Por exemplo, o criacionismo e sua versão esquelética “*design inteligente*” são construídos para apoiar uma interpretação fundamentalista do Gênesis. No entanto, como praticado hoje, o criacionismo tem um forte foco no repúdio à evolução e, portanto, é predominantemente uma forma de negação da ciência.

A diferença mais proeminente entre a promoção de pseudoteoria e a negação da ciência são suas diferentes atitudes em relação aos conflitos com a ciência estabelecida. O negacionismo científico geralmente procede produzindo falsas controvérsias com a ciência legítima, ou seja, afirma que há uma controvérsia científica quando, na verdade, não há nenhuma. Essa é uma estratégia antiga, aplicada já na década de 1930 pelos contestadores da teoria da relatividade (Wazeck, 2009, p. 268-269). Ela tem sido muito usada por contestadores das doenças causadas pelo tabagismo patrocinados pela indústria do tabaco (Oreskes & Conway, 2010; Dunlap & Jacques, 2013) e atualmente é empregada por negacionistas da ciência do clima (Boykoff & Boykoff, 2004; Boykoff, 2008). No entanto, enquanto a fabricação de controvérsias falsas é uma ferramenta padrão na negação da ciência, raramente ou nunca é usada na promoção de pseudoteorias. Pelo contrário, os defensores de pseudociências, como a astrologia e a homeopatia, tendem a descrever suas teorias como compatíveis com a ciência dominante.

6. ALGUNS TERMOS RELACIONADOS

6.1. CETICISMO

O termo ceticismo tem pelo menos três usos distintos que são relevantes para a discussão sobre pseudociência. Primeiro, o ceticismo é um método filosófico que procede lançando dúvidas sobre alegações geralmente consideradas trivialmente verdadeiras, como a existência do mundo externo. Esse tem sido, e ainda é, um método muito útil para investigar a justificação do que, na prática, nós consideramos ser crenças verdadeiras. Em segundo lugar, a crítica à pseudociência costuma ser chamada de ceticismo. Esse é o termo mais comumente usado por organizações dedicadas à divulgação da pseudociência. Em terceiro lugar, a oposição ao



consenso científico em áreas específicas é às vezes chamada de ceticismo. Por exemplo, os negacionistas da ciência do clima muitas vezes se autodenominam “céticos do clima”.

Para evitar confusão, a primeira dessas noções pode ser especificada como “ceticismo filosófico”, a segunda, como “ceticismo científico” ou “defesa da ciência” e a terceira, como “negação da ciência” ou “negacionismo científico”. Os adeptos das duas primeiras formas de ceticismo podem ser chamados de “céticos filosóficos” e “defensores da ciência”, respectivamente. Os adeptos da terceira forma podem ser chamados de “negadores da ciência” ou “negacionistas científicos”. Torcello (2016) propôs o termo “pseudoceticismo” para o chamado ceticismo climático.

6.2. RESISTÊNCIA AOS FATOS

A relutância em aceitar enunciados factuais fortemente apoiados é um critério tradicional da pseudociência. (Ver, por exemplo, o item 5 da lista de sete critérios citados na Seção 4.6.) O termo “resistência ao fato” ou “resistência aos fatos” já era usado na década de 1990, por exemplo, por Arthur Krystal (1999, p. 8), que reclamava de uma “resistência crescente aos fatos”, consistindo em pessoas “simplesmente impenitentes por não saberem coisas que não refletem os seus interesses”. O termo “resistência ao fato” pode se referir à relutância em aceitar alegações factuais bem fundamentadas, quer esse suporte seja ou não originado na ciência. É particularmente útil em relação a práticas de investigação de fatos que não fazem parte da ciência (cf. Seção 2).

6.3. TEORIAS DA CONSPIRAÇÃO

De um modo geral, as teorias da conspiração são teorias segundo as quais existe algum tipo de conspiração secreta para qualquer tipo de finalidade. Na prática, o termo refere-se principalmente a tais teorias implausíveis, usadas para explicar fatos sociais que têm outras explicações consideravelmente mais plausíveis. Muitas pseudociências estão conectadas com teorias da conspiração. Por exemplo, uma das dificuldades enfrentadas pelos antivacionistas é que eles precisam explicar o consenso irrefutável entre os especialistas médicos de que as vacinas são eficientes. Isso geralmente é feito por alegações de uma conspiração:



No cerne do movimento de conspiração antivacina [está] o argumento de que grandes empresas farmacêuticas e governos estão encobrindo informações sobre vacinas para atingir seus próprios objetivos sinistros. De acordo com as teorias mais populares, as empresas farmacêuticas obtêm lucros tão robustos com as vacinas que subornam pesquisadores para falsificar seus dados, encobrem evidências dos efeitos colaterais nocivos das vacinas e aumentam as estatísticas sobre a eficácia das vacinas (Jolley & Douglas, 2014).

As teorias da conspiração têm características epistêmicas peculiares que contribuem para sua difusão (Keeley, 1999). Em particular, elas são frequentemente associadas a um tipo de raciocínio circular que permite que evidências contra a conspiração sejam interpretadas como evidências a favor dela.

6.4. *BESTEIRA*

O termo “besteira” foi introduzido na filosofia por Harry Frankfurt, que o discutiu pela primeira vez em um ensaio de 1986 (*Raritan Quarterly Review*) e desenvolveu a discussão em um livro (2005). Frankfurt usou o termo para descrever um tipo de falsidade que não equivale a mentir. Uma pessoa que mente deliberadamente escolhe não dizer a verdade, enquanto uma pessoa que profere besteiras não está interessada em saber se o que ele(a) diz é verdadeiro ou falso, apenas em sua adequação ao seu propósito. Moberger (2020) propôs que a pseudociência deve ser vista como um caso especial de besteira, entendida como “uma falta culposa de conscienciosidade epistêmica”.

6.5. *RELATIVISMO EPISTÊMICO*

O relativismo epistêmico é um termo com muitos significados; o significado mais relevante nas discussões sobre pseudociência é a negação da suposição comum de que existe uma verdade intersubjetiva nas questões científicas, que os cientistas podem e devem tentar abordar. Os relativistas epistêmicos afirmam que a ciência (natural) não tem direito especial ao conhecimento, mas deve ser vista “como construções sociais comuns ou derivadas de interesses, relações político-econômicas, estrutura de classes, restrições socialmente definidas sobre o discurso, estilos de persuasão e assim por diante” (Buttel & Taylor, 1992, p. 220). Tais ideias foram promovidas sob diferentes nomes, incluindo “construtivismo social”, “programa forte”, “desconstrucionismo” e “pós-modernismo”. A distinção entre ciência e pseudociência não tem um papel óbvio no relativismo epistêmico. Alguns relativistas epistêmicos acadêmicos



contribuíram ativamente para a promoção de doutrinas, como a negação da AIDS, negação da vacinação, criacionismo e negação da ciência do clima (Hansson, 2020; Pennock, 2010). No entanto, a conexão entre relativismo epistêmico e pseudociência é controversa. Alguns proponentes do relativismo epistêmico sustentaram que esse relativismo “é quase sempre mais útil para o lado com menos credibilidade científica ou autoridade cognitiva” (Scott *et al.*, 1990, p. 490). Outros negaram que o relativismo epistêmico facilita ou encoraja pontos de vista, como a negação da mudança climática antropogênica ou outros problemas ambientais (Burningham & Cooper, 1999, p. 306).

7. UNIDADE NA DIVERSIDADE

Kuhn observou que, embora os critérios de demarcação dele e de Popper sejam profundamente diferentes, eles levam essencialmente às mesmas conclusões sobre o que deve ser considerado como ciência e pseudociência, respectivamente (Kuhn, 1974, p. 803). Essa convergência de critérios de demarcação teoricamente divergentes é um fenômeno bastante geral. Filósofos e outros teóricos da ciência divergem amplamente em seus pontos de vista sobre o que é a ciência. No entanto, existe uma unanimidade virtual na comunidade de disciplinas do conhecimento sobre as questões mais particulares de demarcação. Há um consenso generalizado, por exemplo, de que o criacionismo, a astrologia, a homeopatia, a fotografia Kirlian, a radiestesia, a ufologia, a teoria dos astronautas antigos, a negação do Holocausto, o catastrofismo Velikovskiano e a negação das mudanças climáticas são pseudociências. Existem alguns pontos de controvérsia, por exemplo, a respeito do *status* da psicanálise freudiana, mas o quadro geral é mais de consenso do que de controvérsia em questões particulares de demarcação.

Em certo sentido, é paradoxal que tanto acordo tenha sido alcançado em questões particulares, apesar da discordância quase total sobre os critérios gerais nos quais esses julgamentos presumivelmente deveriam se basear. Esse quebra-cabeça é uma indicação segura de que ainda há muito trabalho filosófico importante a ser feito na demarcação entre ciência e pseudociência.

A reflexão filosófica sobre a pseudociência trouxe à luz outras interessantes áreas problemáticas, além da demarcação entre ciência e pseudociência. Os exemplos incluem



demarcações relacionadas, como aquela entre ciência e religião, a relação entre ciência e conhecimento não científico confiável (por exemplo, conhecimento cotidiano), o escopo para simplificações justificáveis na educação científica e na ciência popular, a natureza e a justificativa do naturalismo metodológico na ciência (Boudry *et al.*, 2010), e o significado ou falta de significado do conceito de um fenômeno sobrenatural. Várias dessas áreas problemáticas ainda não receberam muita atenção filosófica.

REFERÊNCIAS

TRABALHOS CITADOS

- AGASSI, Joseph. Popper's demarcation of science refuted. *Methodology and Science*, 24, p. 1-7, 1991.
- BAIGRIE, Brian S. Siegel on the Rationality of Science. *Philosophy of Science*, 55, p. 435-441, 1988.
- BARTLEY III, William W. Theories of demarcation between science and metaphysics, p. 40-64, 1968. In: Imre Lakatos & Alan Musgrave (eds.). *Problems in the Philosophy of Science. Proceedings of the International Colloquium in the Philosophy of Science, London 1965 (Volume 3)*, Amsterdam: North-Holland Publishing Company.
- BLANCKE, Stefaan; BOUDRY, Maarten & PIGLIUCCI, Massimo. Why do irrational beliefs mimic science? The cultural evolution of pseudoscience. *Theoria*, 83, 1, p. 78-97, 2017.
- BOUDRY, Maarten; BLANCKE, Stefaan & BRAECKMAN, Johan. How not to attack intelligent design creationism: Philosophical misconceptions about methodological naturalism. *Foundations of Science*, 153, p. 227-244, 2010.
- BOYKOFF, Maxwell T. Lost in translation? United States television news coverage of anthropogenic climate change, 1995-2004. *Climatic Change*, 86, p. 1-11, 2008.
- BOYKOFF, Maxwell T. & BOYKOFF, Jules M. Balance as bias: global warming and the U.S. prestige press. *Global Environmental Change*, 14, p. 125-136, 2004.
- BUNGE, Mario. Demarcating Science from Pseudoscience. *Fundamenta Scientiae*, 3, p. 369-388, 1982.
- BUNGE, Mario. Diagnosing pseudoscience. In: Mario Bunge. *Philosophy in Crisis. The Need for Reconstruction*, Amherst, N.Y.: Prometheus Books, p. 161-189, 2001.
- BURNINGHAM, K. & COOPER, Geoff. Being constructive: Social constructionism and the environment. *Sociology*, 33, 2, p. 297-316, 1999.



BUTTEL, Frederick H. & TAYLOR, Peter J. Environmental sociology and global environmental change: A critical assessment. *Society and Natural Resources*, 5, 3, p. 211-230, 1992.

CARLSON, Shawn. A Double Blind Test of Astrology. *Nature*, 318, p. 419-425, 1985.

CIOFFI, Frank. Psychoanalysis, pseudoscience and testability, p 13-44, 1985. In: Gregory Currie & Alan Musgrave (eds.). *Popper and the Human Sciences*. Dordrecht: Martinus Nijhoff Publishers.

COOK, John; ORESKES, Naomi; DORAN, Peter T.; ANDEREGG, William R. L.; VERHEGGEN, Bart; MAIBACH, Ed W.; CARLTON, J. Stuart *et al.* Consensus on consensus: A synthesis of consensus estimates on human-caused global warming. *Environmental Research Letters*, 11, 048002, 2016.

CULVER, Roger & PHILIP, Ianna. *Astrology: True or False*. Buffalo: Prometheus Books, 1988.

DERKSEN, Anthony A. The seven sins of pseudoscience. *Journal for General Philosophy of Science*, 24, p. 17-42, 1993.

DERKSEN, Anthony A. The seven strategies of the sophisticated pseudoscience: a look into Freud's rhetorical tool box. *Journal for General Philosophy of Science*, 32, p. 329-350, 2001.

DOLBY, R.G.A. Science and pseudoscience: the case of creationism. *Zygon*, 22, p. 195-212, 1987.

DUNLAP, Riley E. & JACQUES, Peter J. Climate change denial books and conservative think tanks: exploring the connection. *American Behavioral Scientist*, 57, 6, p. 699-731, 2013.

DUPRÉ, John. *The Disorder of Things: Metaphysical Foundations of the Disunity of Science*. Cambridge, MA: Harvard University Press, 1993.

DUTCH, Steven I. Notes on the nature of fringe science. *Journal of Geological Education*, 30, p. 6-13, 1982.

FELEPPA, Robert. Kuhn, Popper, and the Normative Problem of Demarcation, pp. 140-155, 1990. In: Patrick Grim (ed.). *Philosophy of Science and the Occult*, 2nd edition, Albany: State University of New York Press.

FERNANDEZ-BEANATO, Damian. Cicero's demarcation of science: A report of shared criteria. *Studies in History and Philosophy of Science (Part A)*, 83, p. 97-102, 2020.

FRANKFURT, Harry G. *On Bullshit*. Princeton: Princeton University Press; ver também o ensaio homônimo em *Raritan Quarterly Review*, 6, 2, p. 81-100, 2005.



FULLER, Steve. The demarcation of science: a problem whose demise has been greatly exaggerated. *Pacific Philosophical Quarterly*, 66, p. 329-341, 1985.

GARDNER, Martin. *Fads and Fallacies in the Name of Science*. Dover, 1957; versão expandida de seu livro *In the Name of Science*, 1952.

GLEBERZON, William. Academic freedom and Holocaust denial literature: Dealing with infamy. *Interchange*, 14, 4, p. 62-69, 1983.

GLYMOUR, Clark & STALKER, Douglas. Winning through Pseudoscience, p. 92-103, 1990. In: Patrick Grim (ed.). *Philosophy of Science and the Occult*. 2nd edition. Albany: State University of New York Press.

GROVE, J.W. Rationality at Risk: Science against Pseudoscience. *Minerva*, 23, p. 216-240, 1985.

GRUENBERGER, Fred J. A measure for crackpots. *Science*, 145, p. 1413-1415, 1964.

GULDENTOPS, Guy. Nicolaus Ellenbog's 'Apologia for the Astrologers': A Benedictine's View on Astral Determinism. *Bulletin de Philosophie Médiévale*, 62, p. 251-334, 2020.

HANSSON, Sven Ove. Defining Pseudoscience. *Philosophia Naturalis*, 33, p. 169-176, 1996.

HANSSON, Sven Ove. Falsificationism Falsified. *Foundations of Science*, 11, p. 275-286, 2006.

HANSSON, Sven Ove. Defining pseudoscience and science, p. 61-77, 2013. In: Massimo Pigliucci & Maarten Boudry (eds.). *Philosophy of Pseudoscience*. Reconsidering the demarcation problem. Chicago: Chicago University Press.

HANSSON, Sven Ove. Science denial as a form of pseudoscience. *Studies in History and Philosophy of Science*, 63, p. 39-47, 2017.

HANSSON, Sven Ove. How connected are the major forms of irrationality? An analysis of pseudoscience, science denial, fact resistance and alternative facts. *Métode Science Study Journal*, 8, p. 125-131, 2018.

HANSSON, Sven Ove. Social constructivism and climate science denial. *European Journal for Philosophy of Science*, 10, 37, 2020. DOI: <https://doi.org/10.1007/s13194-020-00305-w>

HOYNINENGEN-HUENE, Paul. *Systematicity. The nature of science*. Oxford: Oxford University Press, 2013.

IRZIK, Gürol & NOLA, Robert. A family resemblance approach to the nature of science for science education. *Science and Education*, 20, 7, p. 591-607, 2011.

JOLLEY, Daniel & DOUGLAS, Karen M. The effects of anti-vaccine conspiracy theories on vaccination intentions. *PloS One*, 9, 2, e89177, 2014.



KEELEY, Brian L. Of Conspiracy Theories. *The Journal of Philosophy*, 96, 3, p. 109-126, 1999.

KITCHER, Philip. *Abusing Science. The Case Against Creationism*. Cambridge, MA: MIT Press, 1982.

KRYSTAL, Arthur. At Large and at Small: What Do You Know? *American Scholar*, 68, 2, p. 7-13, 1999.

KUHN, Thomas S. Logic of Discovery or Psychology of Research?, p. 798-819, 1974. In: P.A. Schilpp. *The Philosophy of Karl Popper* (The Library of Living Philosophers, Volume 14, Book 2). La Salle: Open Court.

LAKATOS, Imre. Falsification and the Methodology of Research program, p 91-197, 1970. In: Imre Lakatos & Alan Musgrave (eds.). *Criticism and the Growth of Knowledge*. Cambridge: Cambridge University Press.

LAKATOS, Imre. Popper on Demarcation and Induction, p. 241-273, 1974a. In: P. A. Schilpp. *The Philosophy of Karl Popper* (The Library of Living Philosophers, Volume 14, Book 1). La Salle: Open Court.

LAKATOS, Imre. Science and pseudoscience. *Conceptus*, 8, p. 5-9, 1974b.

LAKATOS, Imre. Science and pseudoscience, p. 114-121, 1981. In: S. Brown *et al.* (eds.). *Conceptions of Inquiry: A Reader*, London: Methuen.

LANGMUIR, Irving. Pathological Science, *Physics Today*, 42, 10, p. 36-48, 1989 [1953].

LAUDAN, Larry. The demise of the demarcation problem, 1983, p. 111-127. In: R.S. Cohan & L. Laudan (eds.). *Physics, Philosophy, and Psychoanalysis*. Dordrecht: Reidel.

LEWANDOWSKY, Stephan; PILDITCH, Toby D.; MADSEN, Jens K.; ORESKES, Naomi & RISBEY, James S. Influence and seepage: An evidence-resistant minority can affect public opinion and scientific belief formation. *Cognition*, 188, p. 124-139, 2019.

LIEBENBERG, Louis. *The Origin of Science*. The evolutionary roots of scientific reasoning and its implications for citizen science. Cape Town: CyberTracker, 2013.

LUGG, Andrew. Bunkum, Flim-Flam and Quackery: Pseudoscience as a Philosophical Problem. *Dialectica*, 41, p. 221-230, 1987.

LUGG, Andrew. Pseudoscience as nonsense. *Methodology and Science*, 25, p. 91-101, 1992.

MAHNER, Martin. Demarcating Science from Non-Science, p 515-575, 2007. In: Theo Kuipers (ed.). *Handbook of the Philosophy of Science: General Philosophy of Science – Focal Issues*. Amsterdam: Elsevier.



MAHNER, Martin. Science and pseudoscience. How to demarcate after the (alleged) demise of the demarcation problem, p. 29-43, 2013. In: Massimo Pigliucci & Maarten Boudry (eds.). *Philosophy of Pseudoscience*. Reconsidering the demarcation problem. Chicago: Chicago University Press.

MAYO, Deborah G. Ducks, rabbits and normal science: Recasting the Kuhn's-eye view of Popper's demarcation of science. *British Journal for the Philosophy of Science*, 47, p. 271-290, 1996.

MERTON, Robert K. Science and Technology in a Democratic Order. *Journal of Legal and Political Sociology*, 1, p. 115-126, 1942; reimpresso como The Normative Structure of Science. In: Robert K. Merton. *The Sociology of Science. Theoretical and Empirical Investigations*. Chicago: University of Chicago Press, pp. 267-278, 1973.

MOBERGER, Victor. Bullshit, Pseudoscience and Pseudophilosophy. *Theoria*, 86, 5, p. 595-611, 2020.

MORRIS, Robert L. Parapsychology and the Demarcation Problem. *Inquiry*, 30, p. 241-251, 1987.

ORESQUES, Naomi. Systematicity is necessary but not sufficient: on the problem of facsimile science. *Synthese*, 196, 3, p. 881-905, 2019.

ORESQUES, Naomi & CONWAY, Erik M. *Merchants of doubt: how a handful of scientists obscured the truth on issues from tobacco smoke to global warming*. New York: Bloomsbury Press, 2010.

PENNOCK, Robert T. The postmodern sin of intelligent design creationism. *Science and Education*, 19, 6-8, p. 757-778, 2010.

PENNOCK, Robert T. Can't philosophers tell the difference between science and religion?: Demarcation revisited. *Synthese*, 178, 2, p. 177-206, 2011.

Pigliucci, Massimo. The demarcation problem. A (belated) response to Laudan, p. 9-28, 2013. In: PIGLIUCCI, Massimo & BOUDRY, Maarten (eds.). *Philosophy of Pseudoscience*. Reconsidering the demarcation problem. Chicago: Chicago University Press.

PIGLIUCCI, Massimo & BOUDRY, Maarten (eds.). *Philosophy of Pseudoscience*. Reconsidering the demarcation problem. Chicago: Chicago University Press, 2013.

POPPER, Karl. *Conjectures and refutations*. The growth of scientific knowledge. New York: Basic Books, 1962.

POPPER, Karl. Reply to my critics. In: P.A. Schilpp. *The Philosophy of Karl Popper* (The Library of Living Philosophers, Volume 14, Book 2), La Salle: Open Court, p. 961-1197, 1974.

POPPER, Karl. *Unended Quest*. London: Fontana, 1976.



POPPER, Karl. Natural Selection and the Emergence of the Mind. *Dialectica*, 32, p. 339-355, 1978.

POPPER, Karl. Falsifizierbarkeit, zwei Bedeutungen von, p. 82–86, 1994 [1989]. In: Helmut Seiffert & Gerard Radnitzky. *Handlexikon zur Wissenschaftstheorie*. 2nd edition. München: Ehrenwirth GmbH Verlag.

POWELL, James. Scientists reach 100% consensus on anthropogenic global warming. *Bulletin of Science, Technology and Society*, 37, 4, p. 183-184, 2019.

RADNER, Daisie & Radner, Michael. *Science and Unreason*, Belmont CA: Wadsworth, 1982.

REISCH, George A. Pluralism, Logical Empiricism, and the Problem of Pseudoscience. *Philosophy of Science*, 65, p. 333-348, 1998.

ROTHBART, Daniel. Demarcating Genuine Science from Pseudoscience. In: Patrick Grim (ed.). *Philosophy of Science and the Occult*. 2nd edition. Albany: State University of New York Press, p. 111-122, 1990.

RUSE, Michael. Karl Popper's Philosophy of Biology. *Philosophy of Science*, 44, p. 638-661, 1977.

RUSE, Michael (ed.). *But is it science?* The philosophical question in the creation/evolution controversy. Amherst, NY: Prometheus Books, 1996.

RUSE, Michael. Is evolutionary biology a different kind of science? *Aquinas*, 43, p. 251-282, 2000.

SCOTT, Pam; RICHARDS, Evelleen & MARTIN, Brian. Captives of controversy. The Myth of the Neutral Social Researcher in Contemporary Scientific Controversies. *Science, Technology, and Human Values*, 15, 4, p. 474-494, 1990.

SETTLE, Tom. The Rationality of Science versus the Rationality of Magic. *Philosophy of the Social Sciences*, 1, p. 173-194, 1971.

SIITONEN, Arto. Demarcation of science from the point of view of problems and problem-stating. *Philosophia Naturalis*, 21, p. 339-353, 1984.

THAGARD, Paul R. Why Astrology Is a Pseudoscience. *Philosophy of Science Association (PSA 1978)*, 1, p. 223-234, 1978.

THAGARD, Paul R. *Computational Philosophy of Science*. Cambridge, MA: MIT Press, 1988.

THURS, Daniel P. & NUMBERS, Ronald L. Science, pseudoscience and science falsely so-called, p. 121-144, 2013. In: Massimo Pigliucci & Maarten Boudry (eds.). *Philosophy of Pseudoscience. Reconsidering the demarcation problem*. Chicago: Chicago University Press.



TORCELLO, Lawrence. The ethics of belief, cognition, and climate change pseudoskepticism: implications for public discourse. *Topics in Cognitive Science*, 8, p. 19-48, 2016.

VOLLMER, Gerhard. *Wissenschaftstheorie im Einsatz, Beiträge zu einer selbstkritischen Wissenschaftsphilosophie*. Stuttgart: Hirzel Verlag, 1993.

WAZECK, Milena. *Einsteins Gegner*. Die öffentliche Kontroverse um die Relativitätstheorie in den 1920er Jahren. Frankfurt: campus, 2009.

WILLIAMS, Nigel. Heavyweight attack on climate-change denial. *Current Biology*, 15, 4, R109–R110, 2005.

LITERATURA FILOSOFICAMENTE INFORMADA SOBRE PSEUDOCIÊNCIAS E DOUTRINAS CONTESTADAS

ANTROPOSOFIA

HANSSON, Sven Ove. Is Anthroposophy Science? *Conceptus* 25, p. 37-49, 1991.

STAUDENMAIER, Peter. *Between Occultism and Nazism*. Anthroposophy and the Politics of Race in the Fascist Era. Leiden: Brill, 2014.

ASTROLOGIA

JAMES, Edward W. On Dismissing Astrology and Other Irrationalities, p. 28-36, 1990. In: Patrick Grim (ed.). *Philosophy of Science and the Occult*. 2nd edition. State University of New York Press, Albany.

KANITSCHIEDER, Bernulf. A Philosopher Looks at Astrology. *Interdisciplinary Science Reviews*, 16, p. 258-266, 1991.

THAGARD, Paul R. Why Astrology Is a Pseudoscience. *Philosophy of Science Association (PSA 1978)*, 1, p. 223-234, 1978.

NEGACIONISMO DA CIÊNCIA DO CLIMA

MCKINNON, Catriona. Should We Tolerate Climate Change Denial? *Midwest Studies in Philosophy*, 40, 1, p. 205-216, 2016.

TORCELLO, Lawrence. The Ethics of Belief, Cognition, and Climate Change Pseudoskepticism: Implications for Public Discourse. *Topics in Cognitive Science*, 8, 1, p. 19-48, 2016.

CRACIONISMO

KITCHER, Philip. *Abusing Science*. The Case Against Creationism. Cambridge, MA: MIT Press, 1982.



LAMBERT, Kevin. Fuller's folly, Kuhnian paradigms, and intelligent design. *Social Studies of Science*, 36, 6, p. 835-842, 2006.

PENNOCK, Robert T. The postmodern sin of intelligent design creationism. *Science and Education*, 19, 6-8, p. 757-778, 2010.

PENNOCK, Robert T. Can't philosophers tell the difference between science and religion?: Demarcation revisited. *Synthese*, 178, 2, p. 177-206, 2011.

RUSE, Michael (ed.). *But is it science?* The philosophical question in the creation/evolution controversy. Prometheus Books, 1996.

FENG SHUI

MATTHEWS, Michael R. *Feng Shui: Teaching about science and pseudoscience*. Springer, 2019.

NEGAÇÃO DO HOLOCAUSTO

LIPSTADT, Deborah E. *Denying the Holocaust: the growing assault on truth and memory*. New York: Free Press, 1993.

PARAPSICOLOGIA

EDWARDS, Paul. *Reincarnation: A Critical Examination*. Amherst NY: Prometheus, 1996.

FLEW, Antony. Parapsychology: Science or Pseudoscience. *Pacific Philosophical Quarterly*, 61, p. 100-114, 1980.

HALES, Steven D. Evidence and the afterlife. *Philosophia*, 28, 1-4, p. 335-346, 2001.

PSICANÁLISE

BOUDRY, Maarten & BUEKENS, Filip. The epistemic predicament of a pseudoscience: Social constructivism confronts Freudian psychoanalysis. *Theoria*, 77, 2, p. 159-179, 2011.

CIOFFI, Frank. *Freud and the Question of Pseudoscience*. Chicago: Open Court, 1998.

CIOFFI, Frank. Pseudoscience. The case of Freud's sexual etiology of the neuroses, p. 321-340, 2013. In: Massimo Pigliucci & Maarten Boudry (eds.). *Philosophy of Pseudoscience. Reconsidering the demarcation problem*. Chicago: Chicago University Press.

GRÜNBAUM, Adolf. Is Freudian psychoanalytic theory pseudoscientific by Karl Popper's criterion of demarcation? *American Philosophical Quarterly*, 16, p. 131-141, 1979.



CHARLATANISMO E MEDICINA NÃO CIENTÍFICA

JERKERT, Jesper. Why alternative medicine can be scientifically evaluated. Countering the evasions of pseudoscience, p. 305-320, 2013. In: Massimo Pigliucci & Maarten Boudry (eds.). *Philosophy of Pseudoscience. Reconsidering the demarcation problem*. Chicago: Chicago University Press.

SMITH, Kevin. Against homeopathy—a utilitarian perspective. *Bioethics*, 26, 8, p. 398-409, 2012a.

SMITH, Kevin. Homeopathy is unscientific and unethical. *Bioethics*, 26, 9, p. 508-512, 2012b.

